



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

REUBHER CÉSAR RODRIGUES GOMES

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO
ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DO JORNAL DE
FOLHA DE ACESSIBILIDADE UFC-INCLUI**

FORTALEZA

2023

REUBHER CÉSAR RODRIGUES GOMES

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO
SUPERIOR: UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DO JORNAL DE FOLHA DE
ACESSIBILIDADE UFC-INCLUI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Dannytza Serra Gomes

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- G617a Gomes, Reubher César Rodrigues.
Acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior : uma análise discursiva crítica do Jornal de Folha de Acessibilidade UFC-Inclui / Reubher César Rodrigues Gomes. – 2023.
172 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Dannytza Serra Gomes.
1. Acessibilidade . 2. Inclusão . 3. Pessoas com deficiência . 4. Análise de Discurso Crística . I. Título.
CDD 410
-

REUBHER CÉSAR RODRIGUES GOMES

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO
SUPERIOR: UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DO JORNAL DE FOLHA DE
ACESSIBILIDADE UFC-INCLUI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: 19/ 04/ 2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Dannytza Serra Gomes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria Margarete Fernandes de Sousa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Ribamar Lopes Batista Júnior
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

A Deus.

À minha avó, Rosa.

Aos alunos e alunas com deficiência.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ao Senhor Deus, que ao longo deste mestrado, foi me capacitando e ensinando a colocar todo o conhecimento a serviço dos meus alunos e colegas professores.

Aos meus pais, Rosa Amélia e César, minha avó Rosa, minha prima Luzia e meu tio Reginaldo, que compõem minha família, por toda a força, compreensão e incentivo. Deus vos pague!

Aos meus queridos irmãos Cesianny e Iago, e aos meus sobrinhos Calebe e Ester, pelo acalento e ternura, carinho e atenção, cuidado e proteção em todos os momentos.

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Dannytza Serra Gomes, pela paciência, dedicação e força, mesmo em meio a situações tão difíceis.

Às professoras Margarete Fernandes e Maria das Dores, pela delicada e minuciosa análise deste trabalho, como também pela amizade que resultou desse processo.

Aos professores Ribamar Júnior e Lucineudo Machado, que prontamente aceitaram contribuir com a melhoria desta dissertação.

À Renata e Estêvão, por serem voz de Deus em meio aos tempos difíceis. Agradeço igualmente aos meus irmãos do grupo de oração Shemá Israel e da Comunidade Católica Shalom, por compartilharem esse sonho comigo.

Às queridas professoras Beatriz Furtado e Maria Clara, como também às colegas Claudenia, Monique e Rebeca, por me ajudarem a dar os primeiros passos na vivência acadêmica.

Ao Grupo de Estudos sobre Discurso, Identidade e Práticas Sociais (GEDIP), pelas frutuosas reflexões.

Aos servidores da Secretaria de Acessibilidade UFC-Inclui, berço de meus estudos sobre inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência no Ensino Superior. Agradeço especialmente por me cederem as edições do Jornal Folha Acessibilidade, material utilizado para as análises deste trabalho.

À Faculdade de Educação da UFC, unidade berço de minha formação como pedagogo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGling-UFC) pela acolhida e excelente formação. Aproveito para agradecer ao corpo docente e, de maneira especial, aos

professores Ricardo Leite, Eulália Leurquin, Maria Elias, Mônica Magalhães, Margarete Fernandes, com os quais cursei as disciplinas.

Aos caros colegas da turma de 2020.1, pela ajuda, competência e apoio na compreensão a apropriação dos conhecimentos linguísticos.

Dentro da relação que buscamos estabelecer entre a Teoria Social do Discurso [...] e o Modelo Social de Deficiência, desenvolvemos a ideia de que, da mesma maneira que encontramos barreiras físicas, deparamo-nos igualmente com as barreiras linguísticas/atitudinais que tanto ajudam a construir as físicas como são conformadas por elas. Tais barreiras linguísticas tanto conformam/produzem discursos e ações que alimentam o discurso da deficiência [...]. Concebemos, pois, o diálogo transdisciplinar entre a Teoria Social do Discurso, a Teoria Social do Letramento e o Modelo Social de Deficiência como um caminho que viabiliza a busca de uma abordagem cidadã para o respeito e ações em prol dos múltiplos letramentos de pessoas com deficiência [...]. (LIMA, 2015, p. 61-62).

RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica, as representações discursivas acerca da acessibilidade e da inclusão de estudantes com deficiência na Universidade Federal do Ceará, a partir dos textos publicados no Jornal Folha Acessibilidade. Justifica-se por se inserir no contexto de mudança social e institucional pelo qual o Ensino Superior público brasileiro tem passado com a política de inclusão de estudantes com deficiência. Com efeito, no ano de 2005, o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa Incluir, destinado a cooperar na elaboração e consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades públicas. A UFC foi contemplada com recursos já no primeiro Edital, no ano de 2006. Desse modo, se faz necessário compreender os discursos que conformam esse processo. A fundamentação teórica está embasada nos Estudos da Deficiência (OLIVER, 1994; BARNES, 2012; UPIAS, 1976; MARTINS, 2006), que concebem a deficiência como uma opressão social, isto é, como uma limitação decorrente das barreiras impostas socialmente. Os conceitos de inclusão e acessibilidade decorrem dessa concepção, e constituem-se como maneira de eliminar as barreiras e garantir a autonomia do público deficiente (LEITÃO, 2014). O embasamento linguístico está alicerçado na Análise de Discurso Crítica (ADC), com ênfase no Significado Representacional, isto é, os modos pelos quais os diferentes discursos são articulados e materializado nos textos, com vistas à representação de fenômenos sociais (FAICLOUGH, 2003, 2016; CHOULIARAKI; FAICLOUGH, 1999). Para a ADC, a esfera social e o discurso constituem-se mutuamente, razão pela qual a investigação do processo de inclusão e acessibilidade pela via discursiva se faz produtiva. A metodologia é qualitativa interpretativista (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017), e documental. Elegemos como material analítico os textos publicados no Jornal Folha Acessibilidade, material produzido pela Secretaria de Acessibilidade com vistas à disseminação do universo deficiente no contexto da UFC. Esse jornal foi publicado entre os anos de 2014 a 2017, contendo 08 (oito) edições ao todo. Desse modo, o universo desta pesquisa está constituído das oito edições, e a amostra escolhida para a análise compreende 17 textos. Para a análise dos textos foram escolhidas as categorias de *intertextualidade*, *interdiscursividade*, *modalidade e representação dos atores sociais*. As análises linguístico-discursivas dos textos mostraram a existência de um conflito discursivo entre os conceitos de exclusão e inclusão, de modo que a inclusão institucional é representada sob a égide da segregação do público deficiente em instituições médicas próprias. Além disso, a análise das vozes e relações interdiscursivas mostrou uma ligação a discursos biomédicos de cuidado e atenção, gerando um conflito semântico entre os

conceitos de inclusão e cuidado. Também observamos um silenciamento sistemático das vozes das pessoas com deficiência em detrimento da publicidade da Secretaria de Acessibilidade como órgão autorizado a falar por essas pessoas. Concluímos que as representações se vinculam a discursos de cuidado, silenciamento e opressão institucional, o que pode gerar a perpetuação de uma opressão velada sob a bandeira semântica da inclusão.

Palavras-chave: acessibilidade; inclusão; pessoas com deficiência; análise de discurso crítica.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze, based on the theoretical and methodological assumptions of Critical Discourse Analysis, the discursive representations about accessibility and the inclusion of students with disabilities at the Universidade Federal do Ceará, based on texts published in the *Folha Acessibilidade* newspaper. It is justified because it is inserted in the context of social and institutional change through which the Brazilian public Higher Education has been going through with the policy of inclusion of students with disabilities. In fact, in 2005, the Ministry of Education (MEC) created the Programa Incluir, aimed at cooperating in the elaboration and consolidation of accessibility nuclei in public universities. The UFC has already received resources in the first Call for Proposals, in 2006. Thus, it is necessary to understand the discourses that shape this process. The theoretical basis is based on Disability Studies (OLIVER, 1994; BARNES, 2012; UPIAS, 1976; MARTINS, 2006), which conceive disability as a social oppression, i.e., as a limitation resulting from socially imposed barriers. The concepts of inclusion and accessibility arise from this conception, and are constituted as a way to eliminate barriers and ensure the autonomy of the disabled public (LEITÃO, 2014). The linguistic foundation is based on Critical Discourse Analysis (CDA), with emphasis on the Representational Meaning, i.e., the ways in which different discourses are articulated and materialized in texts, in order to represent social phenomena (FAICLOUGH, 2003, 2016; CHOULIARAKI; FAICLOUGH, 1999). For ADC, the social sphere and discourse are mutually constituted, which is why the investigation of the process of inclusion and accessibility through discourse is productive. The methodology is qualitative interpretivist (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017), and documentary. We elected as analytical material the texts published in the newspaper *Folha Acessibilidade*, material produced by the Accessibility Department with a view to disseminating the disabled universe in the context of the UFC. This newspaper was published between the years 2014 and 2017, containing 08 (eight) editions in all. Thus, the universe of this research consists of the eight editions, and the sample chosen for analysis comprises 17 texts. For the analysis of the texts, the categories of intertextuality, interdiscursivity, modality, representation of social actors were chosen. The linguistic-discursive analyses of the texts showed the existence of a discursive conflict between the concepts of exclusion and inclusion, so that institutional inclusion is represented under the aegis of the segregation of the disabled public in their own medical institutions. Furthermore, the analysis of the voices and interdiscursive relations showed a connection to biomedical discourses of care and attention, generating a semantic conflict between the concepts of

inclusion and care. We also observed a systematic silencing of the voices of people with disabilities to the detriment of the publicity of the Secretariat of Accessibility as the body authorized to speak for these people. We conclude that the representations are linked to discourses of care, silencing and institutional oppression, which can generate the perpetuation of veiled oppression under the semantic banner of inclusion.

Keywords: accessibility; inclusion; people with disabilities; critical discourse analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Relação sincrônico-diacrônica entre estrutura e ação	48
Figura 2	– Relação entre estruturação social e discursiva	50
Figura 3	– Roteiro com informações sobre o evento “II Semana de Acessibilidade” publicado na 1ª edição do jornal	76
Figura 4	– Sinopses, notícias e tirinhas sobre a temática da acessibilidade publicado a partir da 3ª edição.....	77
Figura 5	– Evolução no design do logotipo do Jornal Folha Acessibilidade até a quinta edição.....	78
Figura 6	– Diferenças editoriais nas capas da terceira e quinta edições.....	78
Figura 7	– Modificações editoriais na segunda página do jornal, a partir da 5ª edição.....	79
Figura 8	– Representação da acessibilidade fora do contexto acadêmico, nos jogos paralímpicos de 2016.....	80
Figura 9	– Excerto da coluna Conheça a Secretaria (Edição nº 01), de 2014	84
Figura 10	– Texto referente à coluna Conheça a Secretaria (Edição nº 01), de 2014.....	86
Figura 11	– Esquema histórico-discursivo dos modelos de deficiência	90
Figura 12	– Texto Universidade para todos (Edição nº 05)	92
Figura 13	– Texto III Semana de Inclusão e Acessibilidade na UFC (Edição nº 05)	105
Figura 14	– Texto Número de estudantes com deficiência na UFC continua a crescer, aponta Cento (Edição nº 06)	107
Figura 15	– Texto Por que acessibilizar a Web? (Edição nº 04)	112
Figura 16	– Texto Tecnologia a serviço de todos (Edição nº 05)	115
Figura 17	– Texto Do Ceará à Paralimpíada Rio 2016 (Edição nº 06)	117
Figura 18	– Imagem de Davi Freitas, paratleta cearense olímpico, apresentada no texto Do Ceará à Paraolimpíada Rio 2016 (Edição nº 06)	114

Figura 19 – Texto Enfrentamento das dificuldades de inclusão na Universidade Federal do Ceará (Edição nº 06), de 2016	122
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões de acessibilidade	38
Quadro 2 – Diferentes abordagens em Análise de Discurso Crítica	45
Quadro 3 – Exemplo de representação do discurso.....	59
Quadro 4 – Exemplo de pressuposição.....	59
Quadro 5 – Exemplo de negação.....	60
Quadro 6 – Passos para a identificação dos discursos nos textos.....	60
Quadro 7 – Exemplo de relação semântica entre palavras.....	61
Quadro 8 – Exemplo de modalidade epistêmica.....	62
Quadro 9 – Exemplo de modalidade deôntica com auto gral de obrigatoriedade	62
Quadro 10 – Exemplo de inclusão por agregação no texto.....	64
Quadro 11 – Procedimentos metodológicos de investigação em ADC	72
Quadro 12 – Textos a serem analisados	73
Quadro 13 – Organização quantitativa das vozes extraídas dos textos	98
Quadro 14 – Vozes nos textos do jornal Folha Acessibilidade	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
ADTO	Análise de Discurso Textualmente Orientada
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CE	Ceará
DAP	Divisão de Apoio Pedagógico ao Aluno e Formação para a Inclusão
DR	Dialético-Relacional
LSF	Linguística Sistemico-Funcional
MDS	Modelo Social de Deficiência
MEC	Ministério da Educação
PAA	Projeto Acessibilidade em Ação
PAA	Projeto Acessibilidade em Ação
PDI	Plano de desenvolvimento institucional
RAS	Representação dos Atores Sociais
RC	Realismo Crítico
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SESu	Secretaria de Ensino Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TSD	Teoria Social do Discurso
TSL	Teoria Social do Letramento
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	DEFICIÊNCIA, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	24
2.1	Constituição moderna da deficiência	24
2.2	Estudos da Deficiência	29
2.3	Conceitos de acessibilidade e inclusão e o caso da UFC	36
2.4	Em resumo	42
3	ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA	44
3.1	A Abordagem Dialético-Relacional	44
3.2	Os significados do discurso: ação, representação e identificação	51
3.3	Categorias analíticas	58
3.3.1	<i>Intertextualidade e interdiscursividade</i>	58
3.3.2	<i>Modalidade</i>	61
3.3.3	<i>Representação dos Atores Sociais</i>	63
3.4	Estudos da deficiência e do discurso no contexto brasileiro	64
3.5	Em resumo	67
4	METODOLOGIA	69
4.1	Pesquisa qualitativa e documental	69
4.2	Análise de Discurso Textualmente Orientada	71
4.3	Coleta e organização do corpus	72
4.3.1	<i>O Jornal Folha Acessibilidade: breve histórico</i>	74
4.3.2	<i>Caracterização dos textos publicados no jornal</i>	76
4.4	Procedimentos de análise dos textos	81
4.5	Em resumo	82
5	ANÁLISE DOS TEXTOS PÚBLICADOS NO JORNAL FOLHA	
	ACESSIBILIDADE	83
5.1	Representação institucional do processo de acessibilidade e inclusão na UFC	83
5.2	Intertextualidade e interdiscursividade na representação das dimensões de acessibilidade	97
5.2.1	<i>Acessibilidade pedagógica</i>	104
5.2.2	<i>Acessibilidade tecnológica</i>	112

5.3	Representação das pessoas com deficiência	117
5.4	Em resumo	124
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
	REFERÊNCIAS	130
	APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	141
	APÊNDICE B - PARECER N° 3/2020, PELO QUAL A SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE CONCEDEU OS JORNAIS	143
	ANEXO A - EDIÇÃO N° 01 DO JORNAL FOLHA ACESSIBILIDADE, DE 2014	145
	ANEXO B - EDIÇÃO N° 03 DO JORNAL FOLHA ACESSIBILIDADE, DE 11 DE AGOSTO DE 2014	147
	ANEXO C - EDIÇÃO N° 04 DO JORNAL FOLHA ACESSIBILIDADE, DE 2014	149
	ANEXO D - EDIÇÃO N° 05 DO JORNAL FOLHA ACESSIBILIDADE, DE 2015.1	151
	ANEXO E - EDIÇÃO N° 06 DO JORNAL FOLHA ACESSIBILIDADE, DE 2016.1	156
	ANEXO F - EDIÇÃO N° 07 DO JORNAL FOLHA ACESSIBILIDADE, DE 2017.1	161
	ANEXO G - EDIÇÃO N° 08 DO JORNAL FOLHA ACESSIBILIDADE, DE 2017.2	166

1 INTRODUÇÃO

O conceito de deficiência tem sido problematizado por diferentes campos do conhecimento científico. Há pelo menos quatro séculos, as pessoas que possuem alguma lesão corporal tornaram-se objeto de discursos e teorias desenvolvidas pelas ciências biomédicas, deixando a condição de mendicância e abandono a que eram relegadas, para ocupar as instituições médicas, cujo foco principal recaía sobre a busca pela normalização. Tal fato ocorreu simultaneamente ao alvorecer da Idade Moderna (MARTINS, 2006). A partir da década de 1960, as ciências sociais, especificamente nos Estados Unidos e na Inglaterra, passaram a questionar a hegemonia das ciências biomédicas sobre as pessoas com deficiência, e os tratamentos e técnicas médicas como única solução cabível para essas pessoas. Desse modo, os *Disability Studies*¹, como ficaram conhecidos, reconceituaram a deficiência como uma opressão e segregação social experienciada pelas pessoas com diferentes lesões corporais. Essa mudança paradigmática foi marcada pela realocação da experiência de deficiência do indivíduo para a sociedade (UPIAS, 1976; OLIVER, 1996; BARNES, 2012).

A perspectiva trazida pelos Estudos da Deficiência (ED) é hoje amplamente aceita e divulgada entre os meios acadêmicos e sociais, influenciando programas educacionais com viés inclusivo, estatutos legais e programas sociais de naturezas diversas. Além disso, a linguagem também passou por mudanças diversas com vistas à inclusão do público deficiente. Como exemplo, podemos citar a constituição das línguas de sinais como primeira língua do indivíduo surdo (GOMES, 2014). Tal fato possibilitou às pessoas surdas o direito de serem reconhecidas a partir de sua identidade linguística própria, gerando mudanças no atendimento a elas ofertado nos diferentes setores e instituições sociais, conforme regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (BRASIL, 2002).

Todavia, a linguagem também tem sido usada para perpetuar preconceitos históricos e ideológicos contrários às pessoas com deficiência, como é o caso das diferentes formas de tratamento a elas direcionadas. Ao longo do tempo foram inúmeras: excepcionais, idiotas, especiais, mudos, doidinhos, débeis mentais, dentre outras (LEITÃO, 2008). Essas formas de tratamento revelam a indissociável relação entre a linguagem e a sociedade, em seus tempos sócio-históricos específicos. Com efeito, Omote (1999) salienta que, ao longo da história moderna da educação brasileira, três tipos de discursos regeram a (não) oferta de condições de aprendizado às pessoas com deficiência: o discurso da exclusão, pautado pela

¹ Estudos da Deficiência.

noção de normalidade corporal, segundo as regras das ciências biomédicas; o discurso da integração, caracterizado por uma pseudo integração, na qual o indivíduo precisa se adequar a um ambiente social sem nenhuma modificação prévia; e o discurso da inclusão, marcado pela crítica ao ordenamento segregativo exterior, possibilitando mudanças em vista da acessibilidade.

Desse modo, o papel que exerce a linguagem é complexo e não se resume apenas a remoção de termos ofensivos e preconceituosos. A “[...] linguagem usada em muitos discursos médicos, incluindo a sociologia médica, está repleta de palavras e significados que **muitas pessoas com deficiência consideram ofensivos ou acham que isso distorce suas experiências**”² (OLIVER, 1996, p. 33-34, tradução nossa, grifo nosso). Com isso, um ponto a ser notado é que a linguagem também tem se convertido num meio de crítica social para as pessoas com deficiência, como mostra a parte em negrito na citação do autor. Esse fato foi possível a partir do contexto de luta pelos direitos sociais que marcaram a constituição dos movimentos sociais na década de 1960 (MARTINS, 2006).

Diante disso, consideramos necessário investigar os modos pelos quais a linguagem tem atuado na constituição de ambientes e práticas sociais mais inclusivos, especificamente no que concerne ao processo de inclusão de estudantes com deficiência no contexto educacional. Para tanto, nos valem do arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica (ADC) por seu caráter transdisciplinar com outros estudos, especialmente advindos das ciências sociais, como também o interesse em investigar a linguagem como um modo de prática social em contextos de mudança social e luta por direitos, especialmente no que tange aos grupos historicamente marginalizados, como é o caso das pessoas com deficiência (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 2003).

No contexto brasileiro, especificamente na última década, algumas pesquisas³ interessaram-se em investigar a relação entre o discurso e a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional, tomando como base as proposições da ADC. Dentre elas, podemos citar a dissertação de Andrade (2013), que analisou os discursos e letramentos de docentes que lidam diretamente com estudantes com deficiência visual; de Lima (2006), cujo interesse recaiu sobre a relação entre discurso e identidade de intérpretes de Libras no Ensino Superior; a tese

² Em inglês: [...] *the language used in much medical discourse including medical sociology is replete with words and meanings which many disabled people find offensive or feel that it distorts their experiences.*

³ Como continuação dessas pesquisas, podemos citar vários artigos publicados: Lima e Magalhães (2018), Peixoto e Batista Jr (2016), Miranda e Batista Jr. (2019), Batista Júnior e Sato (2019), Sato, Magalhães e Batista Júnior (2012), Fontenele (2014b) e Caetano (2014). Esses estudos conjugam o tripé discurso, letramento e etnografia na pesquisa sobre inclusão.

de Lima (2015), que investigou os múltiplos letramentos e discursos de pessoas com deficiência visual; de Batista Júnior (2013), que pesquisou os discursos, identidades e letramentos no atendimento educacional aos estudantes com deficiência; de Fontenele (2014a), que estudou as transformações identitárias de professoras frente à realidade da inclusão; a de Assunção (2016), que analisou o discurso da inclusão no contexto da globalização.

Essas teses e dissertações atentam para o fato de que o processo de inclusão⁴ de estudantes com deficiência tem provocado mudanças profundas nas instituições educacionais, não somente em termos arquitetônicos, mas também nas práticas pedagógicas, nos relacionamentos, nas identidades, nos gêneros discursivos e nas representações dos diferentes atores sociais que compõem a comunidade escolar sobre a deficiência. Todas essas mudanças, ao passo que são parcialmente motivadas pela linguagem, também a modificam, numa relação dialética.

Cabe ressaltar que as pesquisas acima citadas priorizam investigar o processo de inclusão nas Instituições de Educação Básica. Atentamos, contudo, para o fato de que o Ensino Superior também tem se transformado num *locus* potencial forte na promoção da inclusão de estudantes com deficiência. Diante da obrigatoriedade de matrículas, e com a promoção de condições para que as pessoas com deficiência cursem as etapas da escolarização, uma das consequências possíveis é a busca pelo Ensino Superior. Como mostra o Censo de Estudantes com Deficiência da Universidade Federal do Ceará, em 2020, havia um total de 435 alunos com deficiência matriculados em diversos cursos da UFC (SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE, 2020).

Esse cenário começou a delinear-se a partir de 2005, quando a Secretaria de Ensino Superior (SESU) em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) implementou o Programa Incluir, destinado ao provimento de recursos financeiros e diretrizes legais, organizacionais e pedagógicas para tornar as universidades acessíveis (SECADI/SESU, 2013). A Universidade Federal do Ceará (UFC) esteve entre as universidades contempladas no primeiro edital, através do projeto intitulado “UFC Incluir”. Desse modo, as mudanças arquitetônicas, tecnológicas e atitudinais foram iniciadas na UFC, culminando na criação da Secretaria de Acessibilidade UFC-Incluir, órgão institucional responsável por planejar as ações inclusivas a nível institucional na UFC.

Dentre as ações promovidas pela Secretaria de Acessibilidade está a produção e distribuição do jornal Folha Acessibilidade. Este jornal esteve em circulação na comunidade

⁴ Referimo-nos especificamente à Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que será apresentada em capítulo posterior.

acadêmica entre os anos de 2014 a 2017, deixando de ser produzido por falta de recursos financeiros e humanos. Tinha como principal tarefa apresentar o universo da pessoa com deficiência, bem como as ações acessíveis desenvolvidas pela secretaria. Essa ação está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013/2017, no qual é possível ler como meta para a efetivação da inclusão: “[...] realizar campanhas de estímulo a práticas inclusivas, produzir materiais informativos e formar profissionais para a acessibilidade” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012, p. 134). As edições do jornal deixaram de ter caráter meramente informativo e passaram a reunir conteúdos diversos sobre a temática da inclusão e da deficiência, para além dos muros da UFC. Trata-se, pois, de um mecanismo textual utilizado em vista da mudança sociodiscursiva na UFC.

Com efeito, os textos constituem a materialidade discursiva nas diferentes práticas sociais. Por meio da produção, distribuição e consumo textual, as diferentes convenções ideológicas e sociais imbricadas à linguagem, são materializadas e causam efeitos nas identidades sociais, nas relações sociais, bem como nas representações sobre eventos e realidades do mundo (FAIRCLOUGH, 2003, 2016). Por essa razão, nesta pesquisa, escolhemos estudar os diferentes discursos sobre a deficiência e a inclusão nos textos publicados no jornal *Folha Acessibilidade*, por entendermos que os diferentes elementos que compõem a prática social inclusiva na UFC deixam suas marcas na linguagem, embora não possam ser reduzidas e ela. Ao mesmo momento, a prática inclusiva é influenciada e mediada pela linguagem. A materialização dessa relação dialética pode ser observada nos textos do jornal.

Desse modo, elegemos como objetivo geral desta pesquisa analisar, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica, as representações discursivas acerca da acessibilidade e da inclusão de estudantes com deficiência na Universidade Federal do Ceará, a partir dos textos publicados no *Jornal Folha Acessibilidade*.

Elaboramos a partir desse objetivo geral os seguintes objetivos específicos: a) identificar quais relações intertextuais e interdiscursivas sobre a acessibilidade e a inclusão são articuladas, e o modo como o são, nos textos do jornal *Folha Acessibilidade*; b) analisar como as pessoas com deficiência são incluídos e representados nos textos do jornal; e c) analisar os significados potencialmente ideológicos e hegemônicos na representação da acessibilidade e da inclusão nos textos.

Em consonância com os objetivos, tecemos as seguintes questões de pesquisa: quais vozes e discursos sobre a acessibilidade e a inclusão são articulados, e o modo como o são, nos textos do jornal *Folha Acessibilidade*? Como os discursos materializados nos textos do jornal *Folha Acessibilidade* incluem os estudantes com deficiência? Quais sentidos, potencialmente

ideológicos e/ou hegemônicos, são imbricados aos discursos sobre deficiência, acessibilidade e inclusão nos textos do jornal Folha Acessibilidade?

O interesse em estudar a relação entre discurso e deficiência surgiu a partir de minha experiência como bolsista na Secretaria de Acessibilidade. Desde o primeiro semestre do curso de Pedagogia, em 2015, fui lotado no Laboratório de Digitalização e Edição de Materiais Acadêmicos⁵ para estudantes com deficiência visual. A experiência, concomitante à vivenciada pela novidade de estar cursando o nível superior, não deixou de ser surpreendente a cada aprendizado. Conheci, além das Tecnologias Assistivas⁶, as histórias dos estudantes com deficiência matriculados nos cursos da UFC. Nos dois anos seguintes, assumi uma bolsa direcionada à produção de pesquisas sobre a inclusão no ensino superior. Nesta época, conheci a professora Beatriz Furtado, e passei a integrar o projeto intitulado “Múltiplos letramentos e pessoas com deficiência: um estudo sobre a (re)organização dos espaços sociais de leitura e escrita em uma escola pública do município de Fortaleza-CE”, desenvolvido pelas professoras Beatriz Furtado e Clarissa de Freitas. A partir do contato com a ADC e os estudos do letramento nesse projeto, escrevi o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Discursos e letramentos na representação de deficiência de uma professora do atendimento educacional especializado” (GOMES, 2019).

A partir da pesquisa realizada no TCC, adentramos numa prática social contextualizada, qual seja, o Atendimento Educacional Especializado⁷ (AEE) de uma escola pública de Fortaleza. Tivemos contato com os discursos e letramentos que fundamentam a prática docente da professora titular dessa prática. Com isso, constatamos que as representações discursivas emancipatórias da professora sobre a deficiência influíam diretamente nas práticas e eventos de letramento diferenciados que ela procurava desenvolver junto aos alunos com deficiência, ressaltando suas potencialidades e efetivando a inclusão desse público (GOMES, 2019). Nesta dissertação, buscamos expandir o escopo dos estudos entre deficiência, discurso e inclusão, ao mostrarmos os diferentes sentidos construídos a partir dos discursos sobre deficiência, acessibilidade e inclusão materializados nos textos do jornal Folha Acessibilidade, e como tais sentidos podem viabilizar, ou não, a mudança discursiva e social na UFC em face

⁵ Atualmente com o nome de Divisão de Produção de Material Acessível (DPMA), está sob sua competência a produção e edição de materiais bibliográficos diversos e informativos voltados aos estudantes com deficiência sensorial (SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE, 2021).

⁶ “[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (BRASIL, 2019).

⁷ “[...] serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente” (BRASIL, 2011).

da inclusão de estudantes com deficiência.

Para alcançar os objetivos traçados, organizamos esta dissertação em quatro capítulos, além desta Introdução. No segundo capítulo, intitulado **Deficiência, acessibilidade e inclusão**, apresentamos a constituição moderna do conceito de deficiência a partir de duas perspectivas discursivas distintas, a saber, o modelo biomédico e o modelo social de deficiência para, em seguida, contextualizamos o processo de inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência no Ensino Superior. O terceiro capítulo nomeado de **Análise de Discurso Crítica** tem como finalidade situar a disciplina linguístico-discursiva que embasa nosso trabalho. No quarto capítulo detalhamos os passos da **Metodologia** de nossa pesquisa, situando-a no campo da pesquisa qualitativa interpretativista e documental. No capítulo cinco, intitulado **Análise dos textos publicados no Jornal Folha Acessibilidade**, apresentamos as análises e os resultados obtidos no processo de análise e interpretação dos textos do Jornal Folha Acessibilidade. No último capítulo, intitulado **Considerações Finais**, apresentamos as contribuições teóricas de nosso trabalho, bem como os apontamentos para futuras pesquisas no campo do discurso e da inclusão.

2 DEFICIÊNCIA, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

A temática da deficiência, embora alvo de novas luzes advindas das ciências sociais, educacionais, políticas e culturais, é ainda complexa e paradigmática, além de conhecida de forma incipiente nos contextos acadêmico e escolar. Contudo, especificamente nessas instituições, a participação das pessoas com deficiência tem crescido consideravelmente nas últimas décadas. Com a finalidade de compreender mais precisamente a problemática que engloba nosso objeto de pesquisa, organizamos este capítulo de modo a tracejar o percurso moderno que constituiu de significados antagônicos a deficiência: entre os século XVII até a primeira metade do século XX, vemos os discursos e técnicas biomédicas lançarem mão sobre o corpo lesionado e tornar-se a detentora da autoridade científica, moral e política sobre as vidas das pessoas com deficiência; a partir da segunda metade do século XX, temos a crítica a essa hegemonia por parte das ciências sociais, dentro do que ficou conhecido como Estudos da Deficiência.

Esses estudos reclamaram das instituições sociais seu papel frente à problemática da exclusão e opressão experienciadas por esse público, possibilitando a reorganização social através da inclusão e da acessibilidade. Por fim, apresentaremos estes dois conceitos, como também as ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Ceará para assegurar a demanda da matrícula e permanência dos estudantes com deficiência. Dentre essas ações está o jornal Folha Acessibilidade, produzido com vistas à promoção de uma cultura inclusiva na UFC.

2.1 Constituição moderna da deficiência

Nesta seção tecemos um percurso histórico e social, a partir do alvorecer da modernidade ocidental, pelo qual a deficiência passou a ser compreendida como um fenômeno patológico e, conseqüentemente, biomédico. Justifica-se porque os discursos advindos das ciências biomédicas acerca do fenômeno da deficiência influenciaram diretamente ações estatais, laborais e educacionais voltadas às pessoas com diferentes lesões corporais.

A modernidade ocidental representou um período de ruptura moral, filosófica e cultural com os ideais e formas de vida medievais, especificamente no que tange a relação entre a sociedade e as pessoas com deficiência. Diante dessa ruptura, novos discursos sobre a deficiência foram sendo tecidos, sobretudo a partir dos valores da razão e da ciência. De acordo com Martins (2006), a Idade Moderna, erigida sobre o ideal iluminista de racionalização, rompeu com as narrativas metafísicas que orientavam o ser e o agir medieval direcionado à

deficiência. Por conseguinte, os discursos espiritualistas que tomavam as pessoas com deficiência como castigadas pela divindade foram, aos poucos, sendo rejeitadas em vista das razões propostas pela ciência. Nesse ínterim, os discursos e técnicas das ciências biomédicas ofereceram uma nova gama de significação à experiência da deficiência e abriram às pessoas deficientes o caminho da medicalização e dos tratamentos médicos, como também tornaram possíveis as primeiras iniciativas educacionais voltadas a esse público.

De acordo com Pessotti (1984), foi a partir do século XVI, com os estudos do médico e alquimista Paracelso⁸, que a deficiência passou a ser conceituada pelos discursos da medicina, embora ainda houvesse um misticismo advindo dos estudos em astrologia e alquimia do referido médico. Paracelso dedicou-se à investigação da loucura e da idiotia, causada pela demência e amênia. Para ele, essa deficiência era, em partes, causada por forças cósmicas, mas também por alguma lesão cerebral.

[...] enquanto médico, Paracelso não podia ignorar que demência e amênia podiam também resultar de traumatismos e doença. Nessa visão dos atos bizarros ou inexplicáveis como produtos de forças cósmicas ocultas e nessa admissão da origem patológica de demências ou amênicas, consubstanciada na obra “Sobre as doenças que privam os homens da razão” [...]. É nela que, ao que parece, pela primeira vez uma autoridade da medicina, reconhecida por numerosas universidades, considera médico um problema que até então fora teológico e moral. A visão de Paracelso é ainda supersticiosa mas não teológica. O louco e o idiota [...] são doentes ou vítimas de forças sobre-humanas cósmicas ou não, e dignos de tratamento e complacência (PESSOTTI, 1984, p. 15).

Os discursos em torno dos problemas mentais assumem o tom da patologização e do cuidado médico. Todavia, é com Thomas Willis (1621-1675), importante médico inglês do século XVII, que as ideias alquimistas e astrológicas sobre a loucura são substituídas inteiramente pela conceituação médica. Por meio de experimentos neurofisiológicos, Willis inaugura a compreensão organicista da loucura e da idiotia, localizadas, segundo ele, no cérebro. Dadas as possibilidades metodológicas da época, as conclusões de Willis eram tanto hipotéticas quanto anátomo-fisiológicas (PESSOTTI, 1984). Desse modo,

[...] ao entender a idiotia e outras deficiências como produto de estruturas ou eventos neurais Willis começa a sepultar, pelo menos nos estratos mais cultos da sociedade, a visão demonológica ou fanática daqueles distúrbios, agora não graças a razões éticas

⁸ Philipus Aureolus Paracelsus (1493-1541), nascido Theophrastus Bombastus von Hohenheim, foi um médico, alquimista e astrólogo alemão. Embora rejeitasse as explicações puramente teológicas para explicar o fenômeno da deficiência mental, não deixava de lado a ideia de que essa deficiência era influenciada por posições astrais (extranaturais). A novidade que ele trouxe foi a inclusão de explicações médicas (naturais) para explicar esse fenômeno (PESSOTTI, 1984).

ou humanitárias mas em virtude de argumentos “científicos” (PESSOTTI, 1984, p. 18).

Com isso, a deficiência tornou-se sinônimo de enfermidade, sendo localizada no indivíduo deficiente, como é possível observar na explicação de Willis: “[...] o cérebro é a sede da enfermidade, que consiste numa ausência de imaginação e memória, cuja sede está no cérebro” (WILLIS⁹ *apud* PESSOTTI, 1984, p. 18). Vemos, portanto, uma diferença na localização e na própria conceituação da deficiência; aqui, a deficiência está localizada no organismo defeituoso do indivíduo, requerendo a intervenção das técnicas e tratamentos biomédicos. Tanto Paracelso quanto Willis trouxeram a deficiência para a ordem natural, retirando-a no universo discursivo supersticioso. A isto advém a argumentação de que a deficiência poderia ser tratada com base nas investigações científicas (PESSOTTI, 1984).

Outro nome que se destacou na naturalização da experiência de deficiência foi o de Francesco Torti (1658-1741), ao localizar no ambiente as causas de certas doenças. Segundo Torti, a malária e o mau ar dos lugares pantanosos ocasionavam febres infantis e suas sequelas. Tratou-se, pois, de um passo a mais no processo de investigação médica. Com isso, numa relação de causa e consequência, sem o ar mau ou as condições próprias das regiões pantanosas, não haveria doença ou deficiência (PESSOTTI, 1984). Esses estudos médicos desvelam “[...] visões em que o organismo ou a natureza são fatores etiológicos determinantes [...]” na conceituação da deficiência (LEITÃO, 2008, p. 58).

Desse modo, as possibilidades iniciadas pela medicina marcaram um avanço em relação à condição marginal em que as pessoas com deficiência viviam, notadamente marcada pela extrema pobreza e pela mendicância. Cabe ressaltar que esse fato se constituiu num terreno fértil para a constituição de diferentes especialidades no interior das ciências médicas, o que tornou a medicina a principal autoridade não apenas na explicação das causas anátomo-fisiológicas das diferentes doenças e deficiências, mas no que se refere ao modo como essas pessoas deveriam ser tratadas dali em diante.

Os estudos biomédicos, por sua vez, influenciaram o aspecto jurídico e educacional da sociedade europeia moderna. Pessotti (1984) observa que a evolução da compreensão médica sobre a deficiência iluminou o pensamento filosófico e educacional sobre a educação das pessoas com deficiência. John Locke, importante filósofo inglês, em seu *Essay Concerning human Understanditmg*¹⁰ concebe a mente dos “débeis” e “idiotas” como uma tábula rasa, semelhante à dos recém-nascidos; portanto, deveriam receber a educação pautada nos estímulos

⁹ WILLIS, T. *Cerebri anatome, Opera omnia*. Lyon, 1681.

¹⁰ Em português: Ensaio acerca do entendimento humano.

sensoriais. Essas ideias tomaram forma e foram difundidas nas universidades da época, caracterizando todo o pensamento educacional moderno.

Todavia, o arsenal de conhecimento médico acumulado nos dois primeiros séculos da Idade Moderna atingiu somente as universidades e as camadas mais cultas da sociedade, não provocando mudanças tangíveis na melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência. Por serem consideradas improdutivas para o trabalho, tanto a família quanto o poder público optavam por segregá-las em instituições de cuidado, para que tivessem acesso à alimentação e segurança (PESSOTI, 1984). Assim continua o autor:

Não há mais lugar para a irresponsabilidade social e política diante da deficiência mental mas, ao mesmo tempo, não há vantagens, para o poder político e para o comodismo da família, em assumir a tarefa ingrata e dispendiosa de educá-lo. A opção intermediária é a segregação; não se pune nem se abandona o deficiente, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença (PESSOTTI, 1984, p. 24).

A esse respeito, Martins (2006) observa que os discursos médicos sobre as diferentes lesões tornaram as pessoas com deficiência um objeto científico, passível de ser estudado. O autor observa que o corpo de saberes que constitui a psiquiatria moderna desenvolveu-se nos asilos fundados pelo comerciante e filantropo inglês Philippe Pinel e pelo médico francês William Tuke, efetivando uma parceria entre a medicina e a política. Os saberes biomédicos passaram a fazer parte do poder disciplinar moderno. Queiroz (2001, s/p, grifo nosso) assim descreve os espaços asilares:

[...] o **ambiente do alienado** desempenhava um papel capital no tratamento. Era preciso **isolá-lo numa instituição especial**, primeiro para retirá-lo de suas percepções habituais, aquelas que haviam gerado a doença ou, pelo menos, acompanhado seu despotar, e depois para poder **controlar inteiramente suas condições de vida**. Ali ele era **submetido a uma disciplina severa e paternal**, num mundo inteiramente regido pela lei médica. Pela ação dosada de ameaças, recompensas e consolações, e pela demonstração simultânea de uma grande solicitude e de uma grande firmeza, **o doente era progressivamente assujeitado à tutela médica e à lei coletiva da instituição** [...].

Desse modo, é possível observar que os discursos médicos sobre o deficiente mental o representavam como um experimento médico, totalmente controlados e disciplinados pelos médicos-cientistas, recordando-nos o ambiente inteiramente controlado que caracterizam os laboratórios atuais. Essas instituições não serviam apenas para abrigar esses pacientes e tratá-los num período de enfermidade, mas para torná-los objetos de investigação científica, em que todas as variáveis de sua vida social, psíquica e orgânica eram controladas, semelhante ao

ocorrido com os ratos de laboratório. A esse respeito, Martins (2006) pontua que sob o rótulo da loucura, diferentes públicos, considerados desviantes da norma social, eram isolados nesses asilos, como as pessoas com deficiência visual ou com histórico de criminalidade.

De acordo com Martins (2006, p. 81), “[...] um aspecto que permeia a consolidação do paradigma biomédico, em todas as suas instâncias, é a absoluta centralidade do conceito de norma enquanto princípio regulador de discursos e práticas.” As pessoas com diferentes lesões e, portanto, desviantes da norma corporal considerada correta pelos discursos biomédicos, deveriam ser normalizadas mediante as técnicas e os tratamentos oferecidos nas instituições asilares. Contudo, um dos problemas encontrados no consórcio deficiência x doença que muitas condições de deficiência são permanentes, não podendo ser curadas. Disto decorre a concepção fatalista agregada às pessoas com deficiência. Essa concepção, fundamentada e alimentada através do insucesso de diversos tratamentos e atendimentos médicos e educacionais, conceituava as pessoas com deficiência como improdutivos e perpetuamente dependentes de cuidados (PESSOTTI, 1984).

Essa concepção foi, em parte, desenvolvida pelas investigações em infectologia e genética, iniciados no século XVIII. O médico francês François-Emmanuel Fodéré, encarregado pelo governo francês para investigar a endemia de bócio, aliou o cretinismo e seus diferentes graus (cujo mais elevado seria a deficiência mental), à herança genética de pais contaminados pelo bócio¹¹. Dessa hipótese médica decorrem duas consequências nefastas às pessoas com deficiência: a primeira concentra-se na impossibilidade de se tratar a deficiência mental; portanto, àqueles acometidos por essa deficiência caberia a exclusão da vivência social e o estigma permanente do desvio; a segunda consequência evoca princípios eugenistas, que tornar-se-ão mais presentes nas ciências naturais nos séculos posteriores. Assim coloca Pessotti (1984, p. 71):

[...] o cretinismo implica sobretudo a degradação intelectual que será maior ou menor conforme o grau de cretinismo. Desse modo, as diferentes gradações do retardo no desenvolvimento intelectual serão vistas como diferentes graus de tara hereditária, de modo a sugerir que o problema da deficiência mental encontra sua solução radical na segregação ou esterilização dos adultos afetados por bócio, de um lado. De outro, implica que a erradicação das causas da incidência do bócio eliminaria, senão todas, a maior parte das incidências de deficiência mental. Isto porque, eliminado o bócio não mais existiriam cretinos e, portanto, não haveria os semicretinos a procriar filhos que fatalmente seriam cretinos ou, no mínimo, idiotas ou imbecis.

¹¹ O bócio endêmico advém da deficiência de iodo, o que provoca inchamento da glândula tireoide (ARAÚJO, 2004).

Desse modo, o impasse encontrado pela medicina no tratamento da deficiência como uma doença levou a um discurso curativo de erradicação total do problema. Como um membro doente do corpo pode ser amputado, assim também se acreditava que a erradicação da deficiência mental seria possível com a esterilização das pessoas com bócio. Essas possibilidades oferecidas pela ciência médica a colocam diante de problemas éticos e morais que não somente o organismo psicofísico. Assim, “Partindo da objetificação à luz dos saberes da biomedicina, a recapitulação da lógica médica, em última instância, significa isto mesmo para as pessoas descritas como deficientes: *quando a cura não é possível, tudo o que nos resta são cuidados paliativos*” (MARTINS, 2006, p. 91, grifo do autor).

Diante do que vimos nesta subseção, é mister creditar às ciências médicas a importância em ter oferecido novas possibilidades para a significação da deficiência, ao passo que, a partir das investigações e descobertas científicas sobre o funcionamento do organismo humano, conferiu significados naturais à deficiência, retirando-a do rol das justificativas supersticiosas que justificavam sua exclusão. Todavia, ao tornar-se hegemônica, as ciências médicas objetificaram a experiência de deficiência, aliando-a à doença, o que tornou as pessoas com deficiência pacientes e cobaias assujeitadas das técnicas curativas disponíveis, fato que gerou a segregação social e muito sofrimento social e psicofísico a essas pessoas. Desse modo, “*Embora o exercício da medicina, enquanto prática curativa, pouco interviesse nos corpos descritos como deficientes, são os seus modelos e discursos que, até hoje, suportam a conceptualização e informam respostas sociais dominantes à deficiência*” (MARTINS, 2006, p. 82, grifo do autor).

Esses modelos e discursos têm sido fonte de constante crítica nas últimas décadas, especialmente pelas ciências sociais e humanas, por conceituarem o indivíduo com lesões isolado em suas limitações corporais. Em nosso trabalho, analisar a constituição biomédica da deficiência e seus efeitos sociais e históricos, nos ajudará a compreender, nos textos analisados, em que medida o processo de inclusão e acessibilidade, e as pessoas com deficiência, estão sendo representados e respeitados, visto que, as representações discursivas advindas desse modelo concebem a interação com as pessoas com deficiência a partir do cuidado, da negação das subjetividades, da exclusão e da patologização. Na próxima subseção apresentaremos como os estudos sobre a deficiência desenvolvidos nestas ciências conferiram diferentes significados à experiência da deficiência, deslocando-a da hegemonia médica.

2.2 Estudos da Deficiência

Na subseção anterior, apresentamos o percurso histórico e social que possibilitou às ciências médicas a hegemonia sobre os discursos e formas de tratamento sobre a deficiência durante a modernidade. Nesta subseção intentamos apresentar a mudança paradigmática ocorrida na problematização do conceito de deficiência a partir das ciências sociais e humanas, no que ficou conhecido como Estudos da Deficiência¹². Este termo, como sugere, se trata de um campo heterogêneo que reúne diferentes teorias, modelos sociais, agendas de pesquisa, métodos científicos e postulados filosóficos sobre a deficiência, especificamente no Reino Unido. Esses estudos surgiram em um contexto de mudanças profundas na organização social europeia, estruturada sobre a promessa iluminista de emancipação social (MARTINS, 2006). Martins (2006) observa que a crítica aos fundamentos iluministas e, em consequência, à organização social moderna, ganhou forma a partir da década de 1960, com a eclosão dos movimentos sociais, dentre os quais encontrava-se o movimento de pessoas com deficiência, mobilizados contra os “[...] problemas reais em deficiência que envolvem opressão, discriminação, desigualdade e pobreza¹³” (OLIVER, 1990, p. 2, tradução nossa).

De acordo com Martins (2006, p. 107), “Os novos movimentos sociais surgem então como uma proliferação de coalescências políticas estabelecidas à margem dos campos ortodoxos de luta política, fundando-se numa afirmação solidária de identidades em que o pessoal se torna político.” Desse modo, a questão da deficiência já não mais deveria ser abordada como um problema individual, relacionado ao corpo, passível de ser tratado ou não. Tornava-se uma temática de ordem social, econômica e política alicerçada nas lutas pelos direitos sociais, na desestruturação de toda forma de opressão sobre as pessoas com deficiência e na busca por condições de vida dignas (BARNES, 2012; OLIVER, 1996).

Dessa forma, motivados pelos movimentos negro e feminista que se insurgiam em luta pela equidade de direitos, um grupo de sociólogos deficientes físicos, filiados ao departamento de sociologia da Universidade de Leeds, passou a denunciar a opressão social que as pessoas com deficiência experienciavam nas instituições médicas, tanto pelo fato de serem submetidas a tratamentos corporais diversos, quanto por terem seus direitos subtraídos, o que ocasionava uma total marginalização desse público (BARNES, 2012; OLIVER, 1996).

A linguagem dos direitos humanos tornou-se peça-chave na mobilização promovida

¹² O *Center for Disability Studies*, pertencente à *University of Leeds*, organizou o *The Disability Archive*, no qual estão reunidos os trabalhos de diferentes autores sobre a deficiência, a partir de diferentes temáticas. Pode ser acessado no seguinte link: <https://disability-studies.leeds.ac.uk/library/>.

¹³ Em inglês: “*the real issues in disability which are about oppression, discrimination, inequality and poverty.*”

pelos sociólogos deficientes que, por serem de orientação materialista histórico-dialética¹⁴, lançaram mão da crítica social para chamar a atenção das instituições governamentais e da sociedade civil para a realidade de exclusão que a maioria dos deficientes viviam. Segundo o grupo de sociólogos, as possibilidades proporcionadas pela economia e pelas recém-criadas tecnologias da informação e comunicação, bem como o avanço científico, poderiam efetivar a inclusão das pessoas com deficiência nos meios de produção social (MARTINS, 2006; UNION OF THE PHYSICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION, 1997).

Conforme salientou a *Union of the Physically Impaired Against Segregation*¹⁵, primeira instituição fundada por pessoas com deficiência para a luta em vista da garantia dos seus direitos fundamentais desse público, “A Grã-Bretanha hoje possui o conhecimento necessário e a tecnologia avançada para trazer pessoas com deficiência física para a corrente principal da vida e nos permitir contribuir plenamente para a sociedade¹⁶” (UNION OF THE PHYSICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION, 1997, p. 1, tradução nossa). Para os membros da Upias, o problema básico que as pessoas com deficiência viviam era sua exclusão da plena participação social (UNION OF THE PHYSICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION/THE DISABILITY ALLIANCE, 1976).

Desse modo, a Upias tinha como objetivo a supressão das instituições de reabilitação para que novos arranjos, pautados pela inclusão e pela garantia dos direitos sociais, fossem constituídos. Tais arranjos deveriam “[...] incluir a necessária ajuda financeira, médica, técnica, educacional e de outra natureza exigida do Estado para nos permitir obter a máxima independência possível nas atividades da vida diária, [...] com controle total sobre nossas vidas¹⁷” (UPIAS, 1997, p. 1, tradução nossa). Os arranjos propostos pela Upias retiravam do indivíduo com alguma lesão corporal a responsabilidade de sua própria exclusão, transferindo essa responsabilidade para o Estado, que deveria, a partir do ordenamento econômico, jurídico

¹⁴ “Materialismo é toda concepção filosófica que aponta a matéria como substância primeira e última de qualquer ser, coisa ou fenômeno do universo. Para os materialistas, a única realidade é a matéria em movimento [...] A concepção marxista é uma ciência à qual o pensador alemão Karl Marx deu o nome de materialismo histórico e cujo objeto são as transformações econômicas e sociais, determinadas pela evolução dos meios de produção. Marx constrói uma dialética (do grego dois logos) materialista, em oposição à dialética idealista hegeliana. O materialismo dialético pode ser definido como a filosofia do materialismo histórico, ou o corpo teórico que pensa a ciência da história. [...] Seu método propõe a análise da crise na base produtiva da sociedade. Em função disso a pesquisa marxista não parte do ponto de vista da neutralidade e sim da luta de classes. A ideia de história em Marx não é de progresso, mas de crise (passagem, transitoriedade)” (ALVES, 2010, p. 1-5).

¹⁵ Em português: União dos Lesados Físicos Contra a Segregação.

¹⁶ Em inglês: *Britain today has the necessary knowledge and the advanced technology to bring physically impaired people into the mainstream of life and enable us to contribute fully to society.*

¹⁷ Em inglês: *These arrangements must include the necessary financial, medical, technical, educational and other help required from the State to enable us to gain the maximum possible independence in daily living activities, to achieve mobility, to undertake productive work, and to live where and how we choose with full control over our lives.*

e social, prover as condições necessárias para a participação pela dessas pessoas na sociedade. Além disso, o grupo reclamava para si a autoridade sobre suas próprias vidas, sobre quais caminhos tomar em face da condição de lesão que possuíam.

Para que isso fosse possível, fazia-se necessário apresentar uma nova conceituação para a deficiência, até então encarada sob a hegemonia das ciências biomédicas. Desse modo, a deficiência passou a ser conceituada, de acordo com os Princípios Fundamentais da Deficiência, como:

[...] uma situação, causada por condições sociais, que requer, para sua eliminação, (a) que nenhum aspecto como renda, mobilidade ou instituições seja tratado isoladamente, (b) que as pessoas com deficiência devam, com o conselho e ajuda de outros, assumir o controle sobre suas próprias vidas, e (c) que os profissionais, especialistas e outras pessoas que buscam ajudar devem se comprometer a promover esse controle por pessoas com deficiência¹⁸ (UNION OF THE PHYSICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION/THE DISABILITY ALLIANCE, 1976, p. 4, tradução nossa).

Dessa forma, a deficiência, a partir da conceituação proposta pelos ED, passou a ser entendida como uma problemática social, e não individual. Isto fica claro com o primeiro ponto abordado na definição (“que nenhum aspecto como renda, mobilidade ou instituições seja tratado isoladamente”). Desse modo, além da autoridade biomédica, outras instituições foram convocadas a atuar na promoção da eliminação de barreiras excludentes. Como vimos acima, a comodidade trazida pelos asilos médicos, através dos quais as pessoas com deficiência foram retiradas do convívio familiar, social e laboral, cooperou para que a supressão de suas vidas por parte do estado. Outro ponto importante e estritamente ligado ao primeiro, se inscreve na reclamação de uma vida autônoma para essas pessoas.

Segundo Barnes (2012, p. 15, tradução nossa), a “UPIAS produziu uma definição sócio-política de deficiência que fez a distinção crucial entre o biológico: lesão, e o social: deficiência¹⁹”. Ou seja, as lesões corporais são os impedimentos de ordem sensorial ou física apresentadas pelo indivíduo, enquanto a deficiência é caracterizada pelos impedimentos de ordem social que impossibilitam a participação ativa das pessoas com lesões; portanto, cabe à sociedade modificar-se em vista da inclusão dessas pessoas. Os postulados desenvolvidos pela Upias lançaram as bases do Modelo Social de Deficiência (MSD), proeminente teorização sobre

¹⁸ Em inglês: [...] *a situation, caused by social conditions, which requires for its elimination, (a) that no one aspect such as incomes, mobility or institutions is treated in isolation, (b) that disabled people should, with the advice and help of others, assume control over their own lives, and (c) that professionals, experts and others who seek to help must be committed to promoting such control by disabled people.*

¹⁹ Em inglês: *UPIAS produced a socio-political definition of disability that made the crucial distinction between the biological: impairment, and the social: disability.*

a deficiência no campo das ciências sociais. Esse modelo, desenvolvido principalmente pelo sociólogo britânico Mike Oliver, concebe a deficiência como uma opressão social ocasionada pelo ordenamento social excludente. Isto quer dizer que a condição de deficiência, e a consequente opressão social gerada às pessoas com lesões, é produzida e sustentada pelas instituições sociais, culturais, jurídicas, educacionais, econômicas e políticas que não oferecem os meios necessários à participação livre e autônoma das pessoas com lesões. Dessa forma, a sociedade exclui tais pessoas, relegando-as à marginalização sob a justificativa de que são suas lesões que as impendem de ser autônomas, exercerem uma profissão ou qualquer outra atividade produtiva. Vemos nisso um uma crítica contundente aos discursos biomédicos sobre a deficiência.

Oliver (1990) identifica no interior dos estudos sobre a deficiência variados modelos, cujas explicações sobre a deficiência embasam-se em saberes médicos, psicológicos, educacionais, de reabilitação e sociais. Segundo o autor, essa heterogeneidade semântica pode pôr em risco a centralidade do movimento deficiente, direcionada à luta por direitos sociais e melhores condições de vida de trabalho para essas pessoas. Por essa razão, teoriza sua concepção a partir de dois modelos: o individual e o social. De acordo com o autor, o paradigma biomédico se insere no modelo individual e a medicalização da experiência de deficiência é apenas uma expressão dele.

De acordo com Oliver (1990), a medicalização da deficiência, isto é, a hegemonia do aparato biomédico através de suas técnicas, tratamentos curativos e medicamentos sobre as pessoas com deficiência, reduz esses indivíduos a organismos psicofísicos, objetificados segundo a lesão corporal que apresentam. Desse modo, o modelo individual “[...] localiza o ‘problema’ da deficiência no indivíduo e, em segundo lugar, vê as causas deste problema como decorrentes das limitações funcionais ou perdas psicológicas que se supõe serem decorrentes da deficiência²⁰” (OLIVER, 1990, p. 3, tradução nossa). A deficiência, para esse modelo, é parte constituinte do indivíduo e precisa ser erradicada.

Oliver (1990) situa o modelo individual dentro do que ele mesmo intitulou *Teoria da tragédia pessoal da deficiência*, que concebe a pessoa com deficiência como uma vítima da sua própria história, dos acontecimentos inoportunos que a levaram a ser deficiente. A título de exemplo, podemos citar a relação entre a endemia de bócio e a deficiência mental, apresentada na seção anterior. Para Foderé, seria uma tragédia pessoal nascer de pais contaminados pelo

²⁰ Em inglês: *it locates the 'problem' of disability within the individual and secondly it sees the causes of this problem as stemming from the functional limitations or psychological losses which are assumed to arise from disability.*

bócio, visto que, hereditariamente, seria um deficiente mental. A solução para o médico francês estaria na esterilização das pessoas contaminadas pelo bócio.

Desse modo, a medicalização da deficiência é problemática, segundo Oliver (1990, p. 4, tradução nossa), porque os médicos são treinados para curar o corpo enfermo, além do que “[...] tentam usar seus conhecimentos e habilidades para tratar deficiências em vez de doenças²¹.” Isso reduz significativamente a possibilidade de as pessoas com deficiência desenvolverem, com liberdade, suas vidas, sem serem submetidas a experiências curativas. Com isso, todas as ações políticas e sociais direcionadas a esse público são orientadas sob o viés médico.

Em resposta ao modelo individual, Oliver (1990) propõe o modelo social de deficiência, assumindo a perspectiva oposta à do modelo individual. Para aquele, a deficiência não é uma consequência trágica da história pessoal do indivíduo, tampouco decorrente de suas limitações e lesões corporais. A deficiência é uma consequência estrutural de discursos e mecanismos históricos e sociais que moldaram as instituições e indivíduos a partir do conceito de norma, de modo que as formas de existência pautadas em diferentes limitações funcionais foram negadas e excluídas. Desse modo, tanto o estado quanto as instituições privadas, com o alvorecer e desenvolvimento do capitalismo industrial, solidificaram-se sobre o modelo individual, vendo nas lesões e limitações uma causa de exclusão. Martins (2006) localiza o problema da exclusão na subalternidade da subjetividade das pessoas com deficiência, isto é, na exclusão das possibilidades dessas pessoas em viver e ditar o melhor para si.

Diante disso, o modelo social:

Não nega o problema da deficiência, mas o localiza diretamente na sociedade. Não são as limitações individuais, de qualquer tipo, que são a causa do problema, mas sim o fracasso da sociedade em fornecer os serviços adequados e em garantir que as necessidades das pessoas com deficiência sejam devidamente tidas em conta na sua organização social. Além disso, as consequências desse fracasso não recaem simples e aleatoriamente sobre os indivíduos, mas sistematicamente sobre as pessoas com deficiência como um grupo que vivencia esse fracasso como discriminação institucionalizada em toda a sociedade²² (OLIVER, 1990, p. 3, tradução nossa).

Desse modo, para o modelo social, doença e deficiência são questões distintas. Daí decorre a distinção entre lesão e deficiência. A lesão é definida como parte de um membro do

²¹ Em inglês: “*try to use their knowledge and skills to treat disability rather than illness.*”

²² Em inglês: *It does not deny the problem of disability but locates it squarely within society. It is not individual limitations, of whatever kind, which are the cause of the problem but society's failure to provide appropriate services and adequately ensure the needs of disabled people are fully taken into account in its social organisation. Further, the consequences of this failure does not simply and randomly fall on individuals but systematically upon disabled people as a group who experience this failure as discrimination institutionalised throughout society.*

corpo com limitações psicofísicas; a deficiência, por sua vez, é definida como as barreiras sociais impostas sobre as lesões individuais. Essas barreiras podem ter diferentes orientações: arquitetônicas, atitudinais, tecnológicas e pedagógicas. Desse modo, o modelo social defende a superação de tais barreiras por meio de uma reorganização de todos os aspectos da sociedade, desde legais até interpessoais (OLIVER, 1996; BARNES, 2012; MARTINS, 2006). A esta reorganização convencionou-se chamar acessibilidade. Na próxima subseção, abordaremos mais detidamente esse conceito.

A virada discursiva operada pelos estudiosos do modelo social geraram significativas transformações na conceituação da deficiência e, em consequência, nos modos como a sociedade volta-se ao público deficiente, não mais os segregando em instituições asilares para serem submetidos a tratamentos médicos normalizantes; ao contrário, teceram críticas sobre os fundamentos ideológicos e de poder que sustentam as estruturas excludentes, fazendo que a sociedade, em todos os setores, reconheça-se como a causadora da exclusão e o *locus* necessário à mudança. Todavia, é possível identificar pertinentes críticas ao modelo social ao longo dessas três décadas. Segundo Anastasiou e Kauffman (2013, p. 445, tradução nossa), os teóricos do modelo social,

[...] traçam uma linha vertical entre as propriedades biológicas e as dimensões sociais das deficiências. Depois disso, eles discutem apenas sobre processos sociais, ou seja, propriedades dependentes do sujeito. No entanto, ao optar por teorizar apenas em bases sociológicas, eles destacam elementos biológicos e mentais do sujeito com deficiência. Como consequência, ao negligenciar ou negar as condições biológicas subjacentes às pessoas com deficiência, elas deixam de fora grande parte de sua existência e atividade. Finalmente, seu sujeito deficiente não é um indivíduo com um conjunto completo de propriedades (biológicas, psicológicas, sociais), mas, na melhor das hipóteses, uma “meia-pessoa” com apenas propriedades sociais; um “meio-homem”, biologicamente nu e sujeito apenas a valores e papéis sociais. No modelo social, a distinção metodológica entre lesão e deficiência desliza gradualmente para uma falsa distinção que assume uma qualidade ontológica. Esta é uma ferramenta básica do construcionismo social, que resulta na redução da multidimensionalidade da deficiência em uma dimensão construcionista social unilateral - uma caricatura estreita das condições humanas reais e considerando os humanos deficientes como “meio-humanos”²³.

²³ Em inglês: *draw a vertical line between biological properties and social dimensions of disabilities. After that, they argue only about social processes, that is, subject-dependent properties. However, by choosing to theorize only on sociological grounds, they detach biological and mental elements from the disabled subject. As a consequence, by neglecting or denying the underlying biological conditions of people with disabilities, they leave out a big part of their existence and activity. Finally, their disabled subject is not an individual with a full set of properties (biological, psychological, social) but, at best, a “half-person” with only social properties; a “half-man,” biologically naked and only subjected to social values and roles. In the social model, the methodological distinction between impairment and disability gradually slides into a false distinction that assumes an ontological quality. This is a basic tool of social constructionism, which results in reducing the multidimensionality of disability in a single-sided social constructionist dimension — a narrow caricature of real human conditions and considering disabled humans as “half-humans.”*

A crítica apresentada pelos autores acima foi primeiramente postulada pelas teóricas feministas (DINIZ, 2003), que passaram a criticar a exclusão, dentro do modelo social, de temas como a subjetividade, o cuidado e a experiência de dor. A partir da década de 1990, a interrelação entre os níveis biológico, psicológico e físico do indivíduo deficiente ganharam relevo, sob a justificativa de conceber um indivíduo global. Oliver (1996, 2013), contudo, salienta que a emergência do sufixo “bio-” antes do “socio” implica num retorno discursivo à hegemonia do modelo individual e, como consequência, à medicalização da deficiência. Segundo o autor, o modelo social reitera a importância de enxergar as pessoas com deficiência enquanto grupo e, a partir disso, evoca a luta por seus direitos e garantias sociais. Nesta premissa, direcionamos o presente estudo.

Localizar a deficiência na sociedade, e não no indivíduo, significa dizer que as instituições médicas, educacional, jurídica, política, dentre outras, estão engendradas em relações assimétricas de poder, resultando na exclusão e opressão do grupo deficiente, em desvantagem na luta pelo poder. A crítica tecida pelo modelo social está acompanhada da asserção de que a mudança da situação de opressão pela deficiência requer a mobilização desse grupo enquanto porta voz das suas próprias necessidades e direitos (OLIVER, 1990). Com vistas à operacionalização da proposta do MSD no contexto do Ensino Superior, isto é, para garantir condições de acesso e permanência de estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior mantidas pela União, em 2005, o MEC criou o Programa Incluir – Inclusão no Ensino Superior, do qual trataremos na subseção a seguir.

2.3 Conceitos de acessibilidade e inclusão e o caso da UFC

Como vimos acima, o conceito de deficiência proposto pelo MSD está intrinsecamente relacionado ao de inclusão, de modo que não é possível conceber a deficiência como uma opressão social sem levar em consideração os contextos e práticas sociais excludentes historicamente construídos que inviabilizam a plena liberdade e autonomia das pessoas com deficiência. Com isso, para o referido modelo, a superação da condição de deficiência requer a eliminação de todas as barreiras que impedem a plena participação, com autonomia, das pessoas com deficiência na sociedade.

A eliminação das barreiras sociais, como um processo gradual, dá-se mediante a constituição de espaços e contextos inclusivos. Embora nos referamos neste trabalho ao contexto da Educação Superior, o movimento pela inclusão é muito mais abrangente e engendra toda a sociedade. Freire (2008, p. 5) define inclusão nos seguintes termos: “[...] um movimento

educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.” Diante disso, cabe notar que a inclusão não é um conceito isolado, um processo realizável em si mesmo. Por ser iminentemente social, resulta de mudanças concretas planejadas e operacionalizadas pelas diferentes instituições com vistas à participação e atuação das pessoas com deficiência. Isto quer dizer tudo aquilo que impede ou inviabiliza a participação dessas pessoas deve ser eliminado ou transformado. De acordo com Leitão (2014), há uma inter-relação entre os conceitos de inclusão e acessibilidade, de modo que este é a condição para efetivação daquele.

[...] a acessibilidade, numa acepção mais ampla, é condição de possibilidade para a transposição de barreiras que entram a efetiva participação, com autonomia, de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nos vários âmbitos da vida social. **A acessibilidade é, portanto, condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social**, e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas de natureza atitudinal, física, tecnológica, informacional, comunicacional, linguística e pedagógica, dentre outras (LEITÃO, 2014, p. 23, grifo nosso).

Dessa forma, conforme aponta a autora, para que haja a efetiva inclusão das pessoas com deficiência na sociedade como um todo, e nas instituições, de modo particular, faz-se necessário uma reorganização estrutural, espacial, de hábitos, atitudes e concepções, que se dá o nome de acessibilidade. Especificamente no que tange à instituição educativa, “O desenvolvimento de uma educação inclusiva obriga a grandes mudanças organizacionais e funcionais em diferentes níveis do sistema educativo [...]” (FREIRE, 2008, p. 6); essas mudanças envolvem o currículo, o espaço acadêmico, como também a prática pedagógica. Um ambiente acessível e inclusivo é aquele que não oferece barreiras à autonomia das pessoas com deficiência.

As barreiras são “[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade [...]” (BRASIL, 2019, p. 9). Esses conceitos, consoantes à proposta do MSD, localizam nos contextos e espaços sociais o objeto da mudança, haja vista a superação da concepção segregativa advinda do modelo individual de deficiência.

Sasaki (2009) elaborou uma tipologia na qual estabelece as dimensões da acessibilidade. Essas dimensões foram, em parte, incluídas no EPD. No quadro abaixo, resumimos, tanto com base em Sasaki (2009) quanto no Estatuto (BRASIL, 2019), as dimensões de acessibilidade. Nesta dissertação, essas dimensões são importantes porque organizamos nosso corpus com base nelas, como veremos no capítulo 3, referente à

metodologia.

Quadro 1 - Dimensões de acessibilidade.

DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE	DEFINIÇÃO
Arquitetônico	Adequação dos espaços prediais, de modo a favorecer o pleno acesso das pessoas com deficiência (ex.: rampas, banheiros, salas de aula etc.).
Urbanístico	Adequação das vias e dos espaços públicos e privados de uso coletivo, tais como praças, estradas, jardins etc.
Nos transportes	Eliminação das barreiras existentes nos meios de transporte, através das adaptações devidas.
Comunicacional	Adequação das mais variadas formas de comunicação social através das línguas de sinais, dos textos jornalísticos, do diálogo face a face, bem como, dos sinais de trânsito e outras semioses.
Metodológico	Adequação dos métodos, técnicas e práticas pedagógicas, de lazer e trabalhos, de modo a favorecer o desenvolvimento autônomo das pessoas com deficiência.
Instrumental	Adequação, nos diversos ambientes, de todos os instrumentos pelos quais nos servimos (aparelhos de ginástica, utensílios de cozinha, materiais de papelaria).
Programático	Está relacionado à superação de entraves discursivos excludentes presentes em decretos, leis, normas técnicas, dentre outros, que por vezes passam despercebidos. Este eixo coaduna-se especificamente à proposta da ADC, que visa o desvelamento de padrões excludentes nos textos.
Atitudinal	Está relacionado ao processo de conscientização e reflexão acerca da temática da deficiência, com vistas à eliminação de preconceitos, estigmas e ações segregativas.
Tecnológico	Está relacionado à superação de barreiras nas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDCS), por meio de programas e softwares específicos. Enquadra-se neste eixo as Tecnologias Assistivas (ver nota de rodapé na introdução).

Fonte: Adaptado de Sasaki (2009) e Brasil (2019).

O quadro acima apresenta a complexa distribuição da acessibilidade nos mais diversos setores de uma instituição ou de outros espaços. Neste trabalho, essa sistematização se faz necessária porque os textos representam as diferentes ações desenvolvidas na UFC com vistas à inclusão dos estudantes com deficiência, além de apresentar à comunidade acadêmica outras práticas sociais inclusivas provenientes de contextos diversos. Como a acessibilidade é a condição primária para que o processo de inclusão se estabeleça, consideramos necessário e oportuno verificar os modos pelos quais os textos representam os diferentes aspectos da acessibilidade, levando em consideração os eixos propostos por Sasaki (2009) e Brasil (2019).

Por meio dessas dimensões, constitui-se ambientes, espaços, práticas pedagógicas, atitudes, utensílios e materiais diversos acessíveis e inclusivos, que tornem possíveis a participação, com autonomia, das pessoas com deficiência. Cabe salientar que tanto a inclusão quanto a acessibilidade são direitos assegurados pelo Estado Brasileiro, a partir do ordenamento inclusivo internacional²⁴. A Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), assegura o direito à inclusão mediante a exigência de que os sistemas educacionais, nos diferentes níveis e modalidades, promovam a adaptação dos materiais pedagógicos, espaços escolares e práticas pedagógicas para atender às diferentes deficiências. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), institui o paradigma inclusivo como a política educacional direcionada aos educandos com deficiência²⁵ nas instituições educacionais. Mais recentemente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê no artigo 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2019, p. 19).

²⁴ Podemos citar, dentre os mais importantes, a Declaração sobre os direitos das Pessoas Deficiente (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1975); a Declaração de Sapporo (DISABLED PEOPLES' INTERNATIONAL, 2020); a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, em 1990 (UNESCO, 1998), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994); Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995); a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2008); e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotado pelo Brasil através do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009).

²⁵ De acordo com essa Política, o público atendido pela Educação Especial envolve estudantes com deficiência (visual, auditiva, física, intelectual), com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

Quando o Estatuto prevê que o sistema educacional, em todos os níveis, assegure e promova uma educação inclusiva, não somente a Educação Básica, como também o Ensino Superior tem o dever de adequar-se de modo a tornar acessível a matrícula e a permanência dos estudantes com deficiência, através da oferta de serviços e tecnologias acessíveis, adequação dos espaços acadêmicos (isto inclui não apenas as vias interiores dos *campi*, como também os prédios, laboratórios e salas de aula). Como exemplo disso, a partir de 2021 a LDB foi alterada para efetivar o atendimento bilíngue de estudantes surdos no Ensino Superior, como pode-se ler: “[...] aos estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas efetivar-se-á mediante a oferta de ensino bilíngue e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais” (BRASIL, 1996).

Desse modo, a exemplo da Educação Básica, em 2005, o MEC, através da Secretaria de Educação Superior (SESu) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), criou o Programa Incluir – Acessibilidade no Ensino Superior com o objetivo de fomentar a criação e consolidação de núcleos de acessibilidade que respondessem à necessária reorganização institucional das IFES à inclusão de estudantes com deficiência. Essa reorganização deveria se pautar na eliminação das barreiras pedagógicas, arquitetônicas, informacionais, comunicacionais e atitudinais dessas instituições (BRASIL, 2013).

Entre os anos de 2005 a 2011, o Programa Incluir esteve organizado mediante publicação de um edital anual, no qual era disponibilizada cotas financeiras para as universidades que participassem, com vistas à consecução de suas propostas inclusivas. A UFC participou do primeiro edital e sua proposta, sistematizada através do Projeto UFC Incluir²⁶, foi contemplada em três editais. De acordo com Leitão (2014, p. 24), dentre as muitas ações desenvolvidas por esse projeto na UFC, destacam-se:

[...] a realização de Ciclos de Debates, oferta de cursos de Leitura e Escrita no Sistema Braille, de Língua Brasileira de Sinais e de Tecnologias Assistivas; adaptações de espaços físicos para a acessibilidade; implantação do Centro Digital para Alunos com Deficiência; e aquisição de equipamentos de tecnologias da informação.

Com efeito, segundo Lira (2014), o Projeto atuou nos seguintes eixos: pedagógico, a partir da discussão de teorias, métodos e técnicas pedagógicas referentes à Educação Especial

²⁶ De acordo com Lira (2014, p. 25), “A coordenação do Projeto foi composta pelas professoras Ana Karina Moraes de Lira, Vanda Leitão Magalhães e Zilsa Maria Pinto Santiago, sendo que a primeira assumiu a coordenação geral, a segunda, a coordenação e acompanhamento das ações do Projeto junto à administração superior da UFC e a terceira, a coordenação das ações referentes à acessibilidade física na instituição.”

inclusiva; arquitetônico, através da promoção de mudanças estruturais nos prédios e equipamentos da UFC, de modo a possibilitar o acesso de estudantes com deficiência visual e/ou mobilidade reduzida; e atitudinal, por meio da reflexão da comunidade acadêmica sobre a necessária formação e profissionalização das pessoas com deficiência, possibilitando a constituição de uma cultura inclusiva na UFC.

Desse modo, analisando os resultados alcançados por meio do Projeto durante suas três edições, Lira (2014, p. 70) pontua: “[...] é importante considerar que as ações realizadas representam não somente produtos ou ações pontuais, mas principalmente processos de mudança nas condições sob as quais a UFC se organiza de forma a incluir seus alunos com deficiência.” A consequência direta dessa reorganização na forma de incluir os alunos com deficiência, mostra-se no aumento exponencial das matrículas desse público. Em 2005, a UFC contava com 11 alunos com deficiência matriculados, enquanto em 2020, último ano de publicação do Censo de Estudantes com Deficiência, esse número aumentou para 219 estudantes (LIRA, 2014; SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE, 2020).

Leitão (2014) explica que, a partir do desenvolvimento dessas ações no âmbito do Projeto, no ano de 2009, foi criada uma comissão intitulada Comissão Especial de Educação Inclusiva (CEIn), que teve como objetivo a sondagem e avaliação das condições de acessibilidade na UFC, com vistas à proposição de políticas para a efetivação da inclusão de estudantes com deficiência nessa universidade. Essa comissão, formada por professores, técnicos-administrativos, e alunos com deficiência, concluiu que as ações “[...] eram realizadas de forma pouco sistemática, contingente e emergencial, ocorrendo quase que exclusivamente sob a demanda daquelas pessoas com deficiência que nela ingressavam [...]”, além não de oferecer as devidas condições aos servidores da instituição (LEITÃO, 2014, p. 26).

A partir dos trabalhos desenvolvidos por essa comissão, foi criada, por meio da Resolução nº 26, de 30 de agosto de 2010, do Conselho Universitário (CONSUNI) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2010), a Secretaria de Acessibilidade UFC-Inclui, um órgão administrativo suplementar, diretamente ligado à Reitoria, e que tem como atribuições:

- I - elaborar, executar e gerenciar ações e pesquisas realizadas na área de acessibilidade;
- II - dar suporte às unidades acadêmicas e aos órgãos administrativos da UFC, sobre as necessidades físico-arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais;
- III - promover discussões, debates, palestras, seminários, oficinas de trabalho e ciclos de estudos sobre o tema (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2010, p. 1).

Com a criação da Secretaria, a UFC passou a contar com um órgão exclusivamente voltado à promoção da acessibilidade em todos os níveis de organização dessa universidade: a pesquisa, o ensino e a extensão, como também em aspectos administrativos e burocráticos. Desse modo, as ações antes realizadas de forma isolada, por alguns professores e/ou técnicos administrativos, ganhou caráter institucional e sistemático, como salienta Leitão (2014, p. 33) ao dizer que a Secretaria “[...] vem promovendo ações diversas para atender, prioritariamente, às demandas mais urgentes, consolidar projetos iniciados e propor a efetivação da Política de Acessibilidade na UFC.” Para tanto, a Secretaria conta com a seguinte organização administrativa, segundo o Regimento da Reitoria: Divisão de apoio administrativo; Divisão de Tradução e Interpretação de Libras; Divisão de Produção de Materiais Acessíveis; Divisão de Apoio Pedagógico ao Aluno; e Divisão de Apoio a Tecnologias Assistivas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2021).

Diante do processo histórico que tornou a inclusão uma política de estado no Brasil, conforme vimos nos parágrafos acima, ressaltamos que nos últimos cinco anos, a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva sofreu fortes retrocessos, sobretudo na maneira como passou a ser compreendida e ofertada. Em 2020, o governo do presidente Jair Bolsonaro publicou o Decreto nº 10.502 (BRASIL, 2020), que reformulou a política instituída a partir de 2008. Dentre as mudanças provocadas estão o retorno das classes e instituições especializadas, parte integrante da política de segregação e integração vigente no Brasil, até meados dos anos 2000.

De acordo com Santos e Moreira (2021, p. 168), esse Decreto “[...] desconsidera o longo processo de desenvolvimento da educação especial, que por meio de pesquisas e leis nacionais e internacionais, afirma o direito das pessoas com deficiência à inclusão escolar e à convivência em espaços não segregados”. Trata-se, portanto, de um retrocesso histórico ao contexto em que as pessoas com deficiência eram confinadas em instituições com vistas a uma educação reabilitacional, sem pretensão de sua inclusão e desenvolvimento integral. Esse decreto foi revogado pelo Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023 (BRASIL, 2023). Contudo, ainda é cedo para mesurarmos o alcance do primeiro decreto.

Em nossa análise, nos baseamos nos conceitos de acessibilidade e inclusão aqui expostos. Com efeito, ao passo que o Modelo Social de Deficiência questionou o tratamento excludente conferido às pessoas com deficiência em todos os âmbitos da vida social, a inclusão dessas pessoas passou a ser palavra-chave na organização das instituições e organizações sociais, políticas, educacionais, legais e laborais. Desse modo, a discussão teórica e os dados históricos a respeito da criação da Secretaria de Acessibilidade aqui tecidos, se fazem necessárias para o aprofundamento de nossa análise, visto que, conforme veremos adiante, o

Jornal Folha Acessibilidade surgiu como um meio de publicizar as ações e vivências relacionadas a inclusão de estudantes com deficiência na UFC.

No caso desta pesquisa, investigamos os discursos acerca da acessibilidade no contexto da UFC, a partir dos textos publicados no jornal Folha Acessibilidade. Este jornal fez parte das ações com vistas à criação de uma cultura inclusiva na universidade, diretamente ligado à dimensão atitudinal de acessibilidade. Abordaremos mais detalhadamente a respeito da produção, distribuição e organização do referido jornal no capítulo sobre a metodologia.

2.4 Em resumo

Neste capítulo, apresentamos inicialmente um percurso histórico da deficiência a partir da modernidade ocidental, tecendo seu desenvolvimento sob a ótica dos discursos e práticas biomédicas. Com efeito, com o advento do pensamento iluminista, que se tornou hegemônico no século XVII, as ciências médicas ganharam força, tanto política quanto técnica, e passaram a conceber a deficiência como um problema de saúde passível (ou não) de ser curado.

A partir da década de 1960 do século XX, um grupo de sociólogos britânicos deficientes levantaram críticas contundentes ao modo como as pessoas com deficiência tinha sido objetificadas e isoladas em instituições médicas durante os dois séculos passados. O grupo, que posteriormente ficou conhecido como Estudos da Deficiência, postulou que a deficiência é um fenômeno social, e não médico simplesmente. Desse pensamento decorre que não é o corpo lesionado que deve ser modificado e isolado, tampouco ser usado como justificativa à opressão experienciada. Mas é a sociedade que deve promover adequações, em todos os seus níveis, com vistas à inclusão do público deficiente.

Diante disso, conceituamos a inclusão e acessibilidade como os pilares fundamentais pelos quais as pessoas com deficiência poderão desenvolver-se plena e autonomamente na sociedade. Embora os ED tratem da inclusão num sentido geral, optamos por restringir tais conceitos ao contexto educacional, especificamente no que tange a promoção da acessibilidade no contexto da Universidade Federal do Ceará.

3 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Sob o título *Análise de Discurso Crítica* reúnem-se diferentes abordagens de análise de discurso, com fundamentos epistemológicos e interesses de pesquisas distintos, porém, com pontos em comum, dentre os quais, o interesse em investigar a relação entre o discurso, o poder e a ideologia. Situamos nosso trabalho na abordagem Dialético-Relacional de análise de discurso crítica desenvolvida por Fairclough (1992 [2016], 2003), Chouliaraki e Fairclough (1999), Resende (2009, 2013, 2017) e Magalhães, Martins e Resende (2017). Para tanto, nesta seção apresentaremos a concepção ontológica estratificada da realidade social, advinda do Realismo Crítico, necessária à compreensão da relação interna entre linguagem e sociedade, basilar para a compreensão da abordagem DR.

3.1 A abordagem Dialético-Relacional

Iniciamos esta seção situando a abordagem de estudo do discurso que escolhemos para embasar esta pesquisa. Tal escolha é importante por duas razões: *a*) a ADC é um campo de estudos heterogêneo, composto por diferentes abordagens de estudo do discurso; e *b*) como consequência dessa heterogeneidade, os componentes ontológicos e epistemológicos de cada abordagem diferem entre si, embora seja possível estabelecer diálogos profícuos entre elas. A esse respeito, Resende (2013, p. 342) diz que “[...] pesquisadores/as em ADC precisam se engajar na construção de um quadro teórico-prático em que haja coerência entre ontologia, epistemologia e metodologia [...]”. Desse modo, a abordagem Dialético-Relacional (DR), embasada na filosofia realista crítica, oferece uma rica ontologia para compreendermos a constituição da sociedade, sobretudo no que diz respeito ao modo como a linguagem relaciona-se com os outros estratos²⁷.

Wodak (2004) apresenta um breve panorama histórico a respeito da constituição da ADC como campo científico de pesquisa. Segundo a autora, no início da década de 1990, um grupo de estudiosos da linguagem reuniu-se na Universidade de Amsterdã para um simpósio inaugural. Esses/as estudiosos/as, dentre os quais Norman Fairclough, Ruth Wodak, Theo van Leeuwen, Gunther Kress e Teun van Dijk (ver, abaixo, tabela 1), tinham em comum a crítica

²⁷ Explicaremos adiante este conceito.

ao padrão formalista de investigação linguística predominante à época e o entendimento de que a linguagem e a sociedade deveriam ser investigadas de modo inter-relacional. A partir desse encontro, uma série de iniciativas acadêmicas para a difusão da ADC foram empreendidas, como, por exemplo, a criação do periódico especializado *Discourse and Society*²⁸, editado por van Dijk.

Quadro 2 - Diferentes abordagens em Análise de Discurso Crítica.

PESQUISADOR(A)	ABORDAGEM	BASES EPISTEMOLÓGICAS
Ruth Wodak e Martin Reisigl	Histórico-Discursiva	Teoria Crítica
		Interacionismo Simbólico
Gerlinde Mautner	Linguística de Corpus	Michel Foucault
Theo Van Leeuwen	Atores Sociais	Teoria Crítica
Siegfried Jäger²⁹ e Florentine Maier	Análise de Dispositivo	Teoria Crítica
Teun Van Dijk	Sociocognitiva	Serge Moscovici
Norman Fairclough	Dialético-Relacional	Michel Foucault
		Karl Marx
		M. K. Halliday

Fonte: adaptado de Wodak e Meyer (2009).

Situamos a presente pesquisa na abordagem Dialético-Relacional (DR) desenvolvida pelo linguista britânico Norman Fairclough (1992 [2016], 2003) e por Chouliaraki e Fairclough (1999). Seguindo a tradição discursiva de Foucault, Fairclough (2016) considera o discurso como constituinte do social; todavia, entende que essa noção confere demasiado poder às estruturas sociais, relegando às pessoas o papel de assujeitadas. Em contrapartida, propõe uma noção dialética de discurso e de sociedade, focalizada nas práticas, isto é, “[...] os exemplos reais das pessoas que fazem, dizem ou escrevem coisas” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 87). Para o autor, as práticas permitem uma análise equilibrada de como se dá a estruturação do discurso e suas possibilidades de mudança e/ou preservação nos eventos reais. Tem-se, portanto, três níveis de estruturação social: as estruturas, práticas e eventos.

As estruturas, segundo o autor, “[...] são reproduzidas ou transformadas,

²⁸ Site da revista: <https://journals.sagepub.com/home/das>.

²⁹ A ADC no Brasil é conhecida a partir dos autores anglófonos, especificamente divulgados com as pesquisas de Izabel Magalhães. Todavia, “[...] no mesmo seminário, em Amsterdã, também estava presente Siegfried Jäger, da escola de análise de discurso de Duisburg, na Alemanha, mas seu nome raramente aparece nas menções ao encontro inaugural da ADC. Ele publica principalmente em alemão, e embora seja reconhecido em seu país, seu pensamento chegou escassamente até nós” (RESENDE, 2017, p. 7). De acordo com a autora, esse fato se deu por causa da hegemonia da língua inglesa nas universidades, especialmente na América latina.

dependendo do estado das relações, do equilíbrio de poder, entre os que estão em luta num domínio sustentado particular de prática, tal como a escola ou o lugar de trabalho” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 88). Isso significa dizer que estruturas não são estáticas, mas passíveis de mudança histórica por causa do processo de agência, individual ou coletiva. Tal entendimento difere do pensamento foucaultiano por considerar os atores sociais como agentes ativos, podendo, nos eventos discursivos reais, utilizar os recursos das estruturas para reproduzi-las ou transformá-las.

Fairclough (2003) embasa a noção de estrutura na ontologia estratificada proposta pelo Realismo Crítico³⁰ (RC). Sayer (2000) explica que, para a filosofia realista crítica, o mundo é dividido em três níveis de estruturação, que podem ou não ser alçados pela inteligência humana. O primeiro nível, *o real*, diz respeito a tudo aquilo que existe no mundo, suas estruturas e poderes gerativos, bem como, os objetos do conhecimento de cada disciplina científica. O segundo nível, *o actual*, refere-se ao que acontece, aos efeitos da ativação dos poderes e estruturas do nível do real. O último nível, *o empírico*, é definido como o domínio do observável, aquilo dos efeitos das estruturas e poderes que se apresenta em dado evento e é alcançado pela inteligência humana.

Ramalho e Resende (2011, p. 34, grifo das autoras) exemplificam, com base no sistema semiótico, os domínios ontológicos do mundo, de acordo com o RC. Dizem as autoras:

[...] podemos associar o *sistema semiótico* (a potencialidade para significar) com o domínio do *potencial* e, por outro lado, os *sentidos de textos* com o domínio do *realizado* (o significado). O *realizado* é o domínio dos *eventos* que passam ou não por nossa *experiência*. O empírico, por sua vez, é o domínio das *experiências efetivas*, a parte do potencial e do realizado que é experienciada por atores sociais específicos. Neste caso, o exemplo seriam os *textos* (orais, escritos, visuais, multimodais) com que de fato tivemos contato em nossa vida.

Com efeito, Chouliaraki e Fairclough (1999) mostraram que a possibilidade transformacional das estruturas é possível porque o mundo, tanto social quanto biológico, é considerado uma realidade aberta, estratificada e emergente. Ou seja, os efeitos das diferentes estruturas e poderes dão origem a novos fenômenos sem que se reduzam aos que o originaram (SAYER, 2000). Com isso, “[...] a prática social da conversação depende do estado fisiológico

³⁰ O Realismo Crítico é uma filosofia da ciência que defende que o conhecimento do mundo não pode ser reduzido às experiências e postulações que dele são feitas. Para tanto, defende uma dimensão intransitiva do conhecimento, isto é, os objetos postulados pelas diferentes ciências (as rochas, o sol, as populações), e uma dimensão transitiva, caracterizada pelos discursos e teorias elaboradas para explicar os objetos. “O realismo crítico não deve, então, ser confundido com realismo empírico - equivalente ao empirismo - que identifica o real com o empírico, ou seja, com aquilo que nós podemos experimentar, como se o mundo correspondesse ao espectro dos nossos sentidos, sendo idêntico aquilo que experimentamos” (SAYER, 2000, p. 9).

dos agentes, incluindo os sinais enviados e recebidos em torno de nossas células nervosas, mas a conversação não é redutível a estes processos fisiológicos” (SAYER, 2000, p. 11). Essa noção é importante para análises discursivas críticas, pois buscam expandir os limites do sistema semiótico e compreender a relação interna entre linguagem e sociedade.

As noções de estratificação e emergência propostas pelo RC e operacionalizadas pela ADC figuram importantes para a compreensão da deficiência. Como vimos nas seções anteriores, as ciências médicas tomaram a deficiência como objeto de conhecimento e desenvolveram discursos e teorias sobre esse fenômeno. A deficiência tornou-se redutível ao estrato biológico, figurando um problema do indivíduo, explicável e tratável a partir do corpo lesado. Os Estudos da Deficiência, por sua vez, reclamaram ao estrato social a definição de deficiência, explicando que não é possível compreender tal fenômeno unicamente com base no indivíduo, mas nas relações e estruturas sociais que oprimem as pessoas com deficiência.

Em consonância com esse pensamento, Sayer (2000, p. 12) explica:

No mundo social, os papéis e as identidades das pessoas são frequentemente relacionadas internamente, de forma que o que uma pessoa ou instituição pode ou quer fazer depende de suas relações com outros. Assim, por exemplo, o que significa ser um professor não pode ser explicado no nível dos indivíduos, mas apenas em termos de suas relações com os estudantes, e vice-versa. Os poderes dos quais eles podem dispor dependem, em parte, de suas relações recíprocas e com partes relevantes do contexto, tais como instituições educacionais.

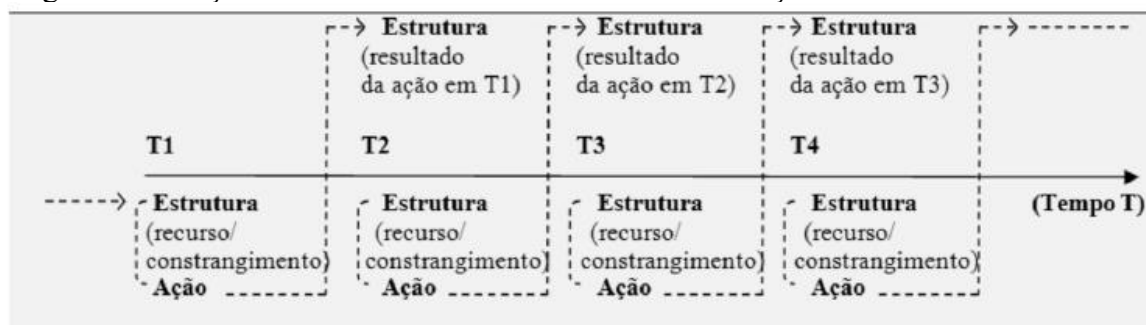
Dessa forma, podemos compreender, por analogia, que os significados atribuídos à deficiência dependem de redes complexas de práticas sociais e discursivas, historicamente constituídas. Diferentemente da proposição biomédica, de significar a deficiência a partir do corpo e do indivíduo, reduz consideravelmente esse fenômeno, pois não considera os efeitos gerativos das outras estruturas sociais. Um ponto a salientar é que Fairclough (2016) entende o discurso como socialmente estruturado³¹. Ou seja, não depende unicamente da agência individual ou coletiva. Podemos ver nesse ponto um cuidado do autor para que não seja dada ênfase indevida nem nas estruturas, como no caso da proposição foulcautina, nem na ação dos atores sociais.

A esse respeito, Resende (2017) comenta que a abordagem DR, com base na filosofia realista crítica, entende a relação entre estruturas e eventos a partir de uma perspectiva transformacional, isto é, as estruturas fornecem recursos e constrangimentos para a ação, e são

³¹ “[A] noção de estrutura é mais ainda abstrata, já que uma estrutura como a de classe (ou gênero, sexualidade, raça, etnia, instituições, semiose) transcende as práticas situadas, invade os diferentes campos, exerce sua influência nas mais diversas esferas” (RESENDE, 2017, p. 26).

sempre anteriores a esta. Todavia, nos eventos, através da agência individual ou coletiva, os recursos podem ser empregados para a manutenção do estado estrutural, ou para sua modificação. A figura abaixo reproduz a relação transformacional entre estrutura e ação.

Figura 1 - Relação sincrônica-diacrônica entre estrutura e ação.



Fonte: Resende (2009a, p. 28)

Na figura 1, a linha horizontal temporal é perpassada pela atividade constante de estruturação da ação, através de recursos e constrangimentos, que possibilitam a geração de um novo estado estrutural, isto é, uma nova sincronia. Diante disso, Resende (2017, p. 27) diz ser necessário “[...] buscar compreender como esses elementos estruturantes incidem nos contextos investigados, atuando sobre o potencial da prática [...] que é depois realizado em eventos que deixam textos como parte de seus resultados [...]”. Os textos, por sua vez, estão no nível dos eventos; fazem parte do domínio do empírico, isto é, da materialidade da realidade social que conseguimos apreender pelos nossos sentidos.

Os textos são produzidos, distribuídos e consumidos pelos atores sociais e circulam em diferentes (redes) de práticas sociais e, conseqüentemente, em diferentes eventos (FAIRCLOUGH, 2003, 2016). Fairclough (2003) explica que um texto consiste em uma instância de linguagem real em uso, e não se resume ao oral e ao escrito, mas também ao imagético e aos textos multimodais. Magalhães (2017, p. 584), por sua vez, conceitua texto como protagonistas em eventos sociais. Segundo a autora, “Para o protagonismo da linguagem, é fundamental que os textos sejam entendidos em relação às práticas sociais e aos discursos específicos em que se situam, pois é aí que podem atuar”. Desse modo, os textos não podem ser concebidos e analisados senão à luz das práticas em que atuam; não como artefatos exteriores, mas como o próprio evento discursivo.

A partir disso, cabe salientar que a relação entre estruturas e eventos não se dá de forma direta, ou seja, os recursos estruturais disponíveis (lexicogramático, semântico, fonético e fonológico) não são diretamente “texturizadas” nos textos, mas selecionados pelas práticas

sociais (FAIRCLOUGH, 2003). Estas, por sua vez, “[...] podem ser vistas como articulações de diferentes tipos de elementos sociais que estão associados a áreas particulares da vida social - a prática social de ensino em sala aula na educação britânica contemporânea, por exemplo³²” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25, tradução nossa). Por razão dessa estruturação social, é garantido aos textos seu caráter contextualizado e particular. Um exemplo disso pode ser visualizado no material empírico desta pesquisa. Os textos publicados no jornal Folha Acessibilidade, embora sejam escritos em Língua Portuguesa e contenham os recursos disponíveis nessa estrutura, apresentam diferenças significativas se comparados a outros jornais em circulação, pelo seu caráter institucionalizado, como também pela temática, e a forma como se propõe a abordá-la.

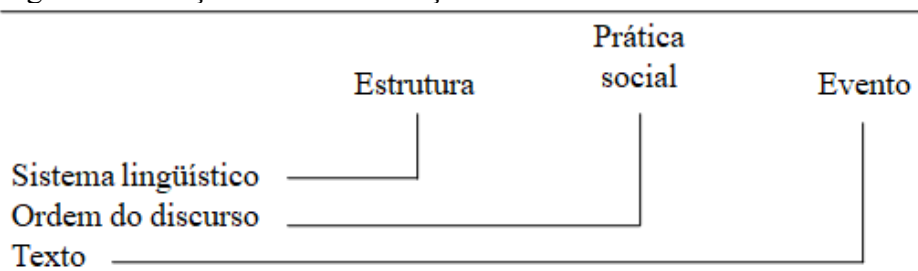
A esse respeito, de acordo com van Leeuwen (1997, p. 172), “[...] as práticas sociais se transformam em discursos acerca dessas mesmas práticas sociais [...], o [que] fazemos em contextos institucionais específicos que têm relações específicas com as práticas sociais e das quais produzem representações”. As representações, isto é, as materializações linguístico-discursivas de práticas sociais específicas nos textos, são sempre conformadas espaço-temporalmente às práticas de que são participantes. Desse modo, os recursos oferecidos pelas estruturas são constituídos de significados particulares, passíveis de serem compreendidos sob a ótica regulatória da prática. Dessa forma, em relação aos textos publicados no Jornal Folha Acessibilidade, embora estejam inseridos em um contexto acadêmico, são regulados e conformados a partir da prática jornalística adotada pela Secretaria, com a produção do jornal. Com isso, há uma relação transformacional e dialética entre essas práticas (além de outras, como a publicitária e a pedagógica), relação esta que pode ser conflituosa ou harmônica, sob a ótica da luta hegemônica entre as diferentes representações em cadeia.

Uma prática é formada pela articulação de diferentes elementos, quais sejam, ação e interação; relações sociais; pessoas com crenças, atitudes e histórias; o mundo material; e o discurso. Esses elementos, ligados a instituições e campos sociais, selecionam quais possibilidades estruturais serão materializadas e quais serão excluídas no evento (FAIRCLOUGH, 2003). Um evento relaciona-se dialeticamente com (redes) de práticas sociais, ao passo que um texto carrega marcas de diferentes práticas. Ainda citando como exemplo os textos do jornal Folha Acessibilidade, podemos visualizar a relação entre as práticas acadêmicas, inclusiva, desportista, jurídica, sindicalista, das quais a temática da deficiência e da acessibilidade fazem parte.

³² Em inglês: *can be seen as articulations of different types of social element which are associated with particular areas of social life – the social practice of classroom teaching in contemporary British education, for example.*

Desse modo, a prioridade de investigação em ADC não se concentra nas estruturas ou nos eventos, [...] mas [na linguagem] como *prática social*, ou seja, *análises discursivas críticas privilegiam o espaço das ordens do discurso como espaço de geração de conhecimento sobre o funcionamento social da linguagem* (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 41, grifo dos autores). O conceito de ordem do discurso, operacionalizado por Fairclough (2003, 2016), a partir da obra de Foucaultiana³³, diz respeito à instância linguística correlata à de práticas sociais. Em outras palavras: “Uma ordem de discurso é uma rede de práticas sociais em seu aspecto linguístico. Os elementos de ordens de discurso não são coisas como substantivos e frases (elementos de estruturas), mas discursos, gêneros e estilos [...]”³⁴ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24). Recordemo-nos que a relação interna entre linguagem e sociedade, desenvolvida com base na filosofia realista crítica, implica que cada estrato possui seus níveis correlatos. A figura abaixo ilustra este fato.

Figura 2 - Relação entre estruturação social e discursiva.



Fonte: Resende (2009a, p. 33).

As ordens do discurso de cada instituição selecionam, em termos de gêneros, discursos e estilos, quais potenciais da linguagem serão materializados nos textos. Esses elementos constituem o momento discursivo de uma prática, em articulação com os outros. Cabe ressaltar que os elementos das práticas são articulados entre si, de modo que um pode conter o outro (o momento discursivo pode estar imbricado de relações sociais, ou mesmo de ideologias), todavia sem ser redutíveis (FAIRCLOUGH, 2003). Por serem as ordens do discurso abertas às diferentes práticas sociais, estão em contínuo processo de mudança. Segundo Fairclough (2016), as rápidas mudanças ocorridas nas sociedades pós-modernas são fortemente motivadas pela linguagem; a informação, peça chave do modo de produção capitalista atual, é vendida como discurso (FAIRCLOUGH, 2016). Dessa forma, “Priorizar a

³³

³⁴ Em inglês: *An order of discourse is a network of social practices in its language aspect. The elements of orders of discourse are not things like nouns and sentences (elements of linguistic structures), but discourses, genres and styles [...].*

perspectiva de mudança social pressupõe uma crítica à realidade social apresentada. A mudança vai desde pequenas alterações nas estruturas da sociedade até os câmbios mais radicais de ordem econômica, política e social” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 146).

A esse respeito, Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003) defendem que pesquisas em ADC devem focalizar a atual fase de desenvolvimento das sociedades ocidentais intitulada modernidade posterior³⁵. Esta fase, de acordo com Resende e Ramalho (2004), caracteriza-se por uma radicalização dos ideais modernos, pautada pela busca da emancipação social por parte dos movimentos sociais, não mais com base em ideias universalizantes propostos por intelectuais dissociados dos contextos e espaços sócio-históricos. Isto porque os “[...] desdobramentos na vida das pessoas, no dia a dia das culturas e instituições, na economia³⁶ e na política, trouxeram novos aspectos e sentidos e reaproveitaram outros, de modo que as desigualdades e sentidos e os vários tipos de opressão entre as sociedades, e no interior de cada uma, ganharam novas configurações [...]” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 53-54). Tais desdobramentos são parcialmente discursivos, e constituem novos sentidos às identidades sociais, representações de aspectos do mundo e formas de (inter)agir que interessam a ADC. Na subseção abaixo abordaremos mais detidamente os modos pelos quais o discurso figura em práticas sociais específicas, isto é, por meio de gêneros discursivos (modos de ação), discursos (modos de representação) e estilos (modos de identificação).

3.2 Os significados do discurso: ação, representação e identificação

Na seção anterior, discorremos sobre os aspectos centrais da perspectiva Dialético-Relacional da análise de discurso, concentrando-nos especificamente nos conceitos de estrutura, ação e prática social. Vimos que, no que tange à linguagem, os conceitos correlatos de sistema semiótico, texto e ordens do discurso inter-relacionam os domínios linguísticos a outros que compõem o mundo. Fairclough (2003) explica que o discurso, como um momento das práticas sociais, tanto constitui o social como é constituído socialmente. Desse modo, o

³⁵ Magalhães, Martins e Resende (2017) dizem que não há consenso no emprego desse termo, visto que diferentes autores usam globalização, pós-modernidade, modernidade tardia ou líquida. No Brasil, no contexto dos estudos em ADC convencionou-se o emprego do termo modernidade posterior.

³⁶ Cabe salientar que a ADC ocupa-se também das mudanças econômicas ocorridas com o advento do novo capitalismo. “A produção de bens de consumo materiais e duráveis foi substituída pela produção de *serviços* – serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos, *conhecimento, comunicação* etc., que, ao contrário de geladeiras ou carros, têm vida útil menor e aceleram o consumo e o lucro do investimento” (HARVEY, 1989, p. 135-187 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 190, grifos no original).

discurso também exerce efeitos sobre o evento que, no aspecto linguístico, traduz-se como texto.

O conceito de discurso, por sua vez, possui duas conotações: mais abstratamente, significa o momento semiótico de uma prática social específica, englobando os três significados ditos acima; mais concretamente, refere-se aos modos pelos quais a linguagem é empregada para representar aspectos do mundo a partir de contextos situados. Por tanto, “Quando se faz ‘análise *de* discurso’, então, o objetivo é mapear a relação entre escolhas linguísticas em textos e interações particulares e outros momentos não-discursivos das práticas sociais” (RESENDE, 2009a, p. 39, grifo da autora).

Como dissemos na seção anterior, as ordens do discurso selecionam quais recursos das estruturas podem ser materializadas nos textos, dado o seu caráter contextualizado. Com isso, um texto não é totalmente livre nem totalmente constrangido. A relação dialética entre textos, estruturas e ordens do discurso garante a possibilidade de manutenção ou transformação dos recursos existentes (FAIRCLOUGH, 2003). Desse modo, quando alguém, em determinado contexto situado, produz um texto para comunicar-se, vale-se dos recursos disponíveis para (inter)agir, para representar e para (auto)identificar, presentes nas ordens do discurso. Trata-se de uma seleção, de modo que, como vimos, a agência individual ou coletiva é socialmente estruturada, mas também relativamente livre, e pode cooperar para a manutenção de regimes opressores ou para sua transformação.

Com efeito, dado o caráter articulado de diferentes ordens do discurso e práticas sociais em rede, diferentes gêneros, discursos e estilos podem ser selecionados na materialização do texto, e esta seleção pode ser articulada de forma pacífica ou conflituosa. Com isso, é interessante percebermos que a própria relação entre as ordens do discurso e os textos possui um caráter conflitante, visto que a agência e o movimento de seleção orquestrado pelas ordens podem estar dissonantes, gerando a transformação dos níveis de estruturação (FAIRCLOUGH, 2003).

As ordens do discurso, por seu turno, são constituídas de diferentes elementos, quais sejam, gêneros, discursos e estilos, que, respectivamente, possibilitam modos de (inter)agir, de representar e de (auto)identificar. Trata-se dos significados do discurso (FAIRCLOUGH, 2003). Esses significados foram adaptados por Fairclough (2003) a partir das metafunções³⁷ da linguagem, desenvolvidas no âmbito da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), e são

³⁷ As metafunções da linguagem, “[...] são manifestações, no sistema linguístico, dos propósitos que estão subjacentes a todos os usos da língua: compreender o meio (ideacional), relacionar-se com os outros (interpessoal) e organizar a informação (textual)” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 32).

materializados nos textos. Explica o autor: “[...] verei os textos como multifuncionais neste tipo de sentido, embora em uma forma diferente, de acordo com a distinção entre gêneros, discursos e estilos como as três formas principais em que o discurso figura como parte da prática social - formas de agir, formas de representar, formas de ser³⁸”.

Em outras palavras, ao produzir um texto, recorremos aos elementos mais ou menos estáveis das ordens do discurso. Com isso, os significados acional, representacional e identificacional são materializados no texto, com vistas a realização de propósitos diversos. Segundo Fairclough (2003), toda oração é multifuncional, isto é, um modo simultâneo de (inter)agir, representar e (auto)identificar. Contudo, para fins analíticos o autor faz essa separação.

O **significado acional** está ligado ao conceito de gêneros, isto é, a maneiras relativamente estáveis de (inter)agir socialmente. De acordo com Magalhães (2004, p. 121-122), “Os gêneros discursivos determinam os textos falados, escritos, ou visuais, segundo um padrão seqüencial e lingüístico (semiótico), conferindo-lhes uma forma particular e convenções discursivas específicas. A consulta médica e a entrevista são exemplos de gêneros discursivos.” Os textos materializam os significados acionais disponíveis nas ordens do discurso a fim de possibilitar a (inter)ação social.

Cabe salientar que o conceito de gêneros, para a abordagem DR, refere-se a um potencial abstrato presente nas ordens discursivas, em vista de possibilitar a interação social textualmente mediada. Ou seja, estão ligados a função regulatória do discurso e ao exercício do poder, e não somente a tipos textuais fixos. Além disso, por serem as (redes de) ordens dos discursos transcendentem a contextos e espaços específicos, os gêneros podem igualmente transcender esferas sociais, como é o caso da entrevista (observamos o gênero entrevista tanto no contexto jornalístico como no psicoterapêutico, por exemplo) e da reportagem (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Desse modo, Fairclough (2003) explica que há uma escala de transcendência e contextualização na constituição e no emprego dos gêneros nas práticas contemporâneas. Isto porque, segundo o autor, devido a atual fase de desenvolvimento do capitalismo, ocorre um desencaixe nas práticas sociais, de modo que características próprias de uma prática específica são universalizadas e incorporadas por outras. Com isso, os gêneros são organizados em níveis de abstração, ou seja, níveis de desencaixe e participação em práticas situadas.

³⁸ Em inglês: *view texts as multi-functional in this sort of sense, though in a rather different way, in accordance with the distinction between genres, discourses and styles as the three main ways in which discourse figures as a part of social practice – ways of acting, ways of representing, ways of being.*

O primeiro nível genérico intitulado de *pré-gêneros* é o mais abstrato, e não somente transcende práticas situadas, como também são a base linguístico-discursiva de gêneros desencaixados e situados, como é o caso da narrativa, do argumento, da descrição e da conversação. Os *gêneros desencaixados*, menos abstratos que o primeiro nível, transcendem as práticas sociais em que se originaram e ganharam novos significados especializados, como é o caso do relatório de pesquisa, no caso da universidade, ou do relatório pedagógico produzido com a finalidade de avaliar a aprendizagem dos estudantes na educação básica. O autor nota que a desincorporação dos gêneros é um aspecto significativo do novo capitalismo.

Os *gêneros situados*, por sua vez, são característicos de uma prática social situada. Sobre a relação entre gêneros desencaixados e situados, Ramalho e Resende (2011, p. 63, grifo dos autores) dizem o seguinte: “Esses gêneros desencaixados, quando alçados nessas práticas particulares, dão origem aos gêneros situados *entrevista jornalística, entrevista médica, entrevista acadêmica, entrevista etnográfica.*” Desse modo, podemos notar uma relação decrescente entre os três níveis: os pré-gêneros oferecem os recursos necessários à constituição de gêneros desencaixados (a narrativa possibilita a formulação de relatórios); estes, por sua vez, situados em práticas sociais, originam gêneros situados (o relatório de pesquisa, por exemplo).

Além de possibilitar a (inter)ação em práticas sociais, por meio dos gêneros, o discurso também figura em modos de representar diferentes aspectos da realidade social através de discursos, ao qual Fairclough (2003) chama de **significado representacional** diz respeito aos diferentes discursos pelos quais representamos o mundo. De acordo com o autor: “Eu vejo os discursos como formas de representar aspectos do mundo - os processos, relações e estruturas do mundo material, o ‘mundo mental’ dos pensamentos, sentimentos, crenças e assim por diante, e o mundo social³⁹” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124). Com efeito, as representações de um dado aspecto social – como a inclusão e a acessibilidade, no caso deste trabalho -, podem evocar diferentes posições ideológicas, que desvelam a que discursos ou projetos de poder estão ligadas. Além disso, por estarem situados em práticas sociais específicas, os discursos podem estar investidos ideologicamente, cumprindo o papel de sustentar posições hegemônicas ou de transformá-las (FAIRCLOUGH, 2003).

Por essa razão, os discursos são peças-chave na atual configuração das sociedades pós-modernas. Ramalho e Resende (2011) comentam que, através da mídia, diferentes grupos disseminam suas posições de mundo e reconfiguram as práticas cotidianas. A mídia, por sua

³⁹ Em inglês: *I see discourses as ways of representing aspects of the world – the processes, relations and structures of the material world, the ‘mental world’ of thoughts, feelings, beliefs and so forth, and the social world.*

vez, exerce um papel preponderante na construção da realidade social, sobretudo porque as relações entre espaço e tempo foram ampliadas na modernidade posterior; ou seja, informações que são produzidas em uma configuração espaço-temporal específica, por atores sociais com histórias de vida, crenças e representações de mundo situadas, são consumidas em outras configurações e por outros atores, sem necessariamente levar em consideração a configuração de produção inicial (RESENDE; RAMALHO, 2004).

Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 169) dizem que “A construção de sentidos, a representação de imagens, a formação do consenso, tudo isso passa pelo discurso dos meios de massa [...]”. Com isso, faz-se necessário investigar as representações sobre acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência no contexto da UFC, materializadas nos textos do jornal Folha Acessibilidade, e buscar compreender quais posições, aspectos do universo deficiente são privilegiados; quais vozes são legitimados na representação desse fenômeno, e a que projeto(a) hegemônico(a) favorecem.

O **significado identificacional**, terceiro modo apontado por Fairclough (2003) pelo qual o discurso figura em práticas sociais, está associado a estilos; refere-se à constituição discursiva de identidades particulares e sociais em textos (RESENDE, 2009a). Sobre este aspecto, Fairclough (2003) esclarece que existe uma diferença entre identidade individual e identidade social. Segundo o autor, atores sociais, posicionados em relações sociais, agem parcialmente pelo discurso, mas também corporalmente. Além disso, somos posicionados em práticas sociais involuntariamente, como é o caso de nascermos em classes sociais distintas ou com alguma deficiência. A identidade social resulta, por assim dizer, do processo de reflexividade, que conduz à transgressão do *status* inicial e a consequente transformação dos níveis de estruturação pela agência. Fairclough (2003) diz ainda que as identidades são materializadas em textos através de marcas semânticas, vocabulares e fonológicas.

Colin Barnes, importante teórico do Modelo Social de Deficiência, em entrevista à antropóloga brasileira Débora Diniz, sintetiza a relação entre reflexividade, identidade social e transformação social.

Se digo que sou uma pessoa deficiente, tenho orgulho disso, porque sou deficiente por causa da sociedade e quero mudar a sociedade. Fiz a ligação entre ser uma pessoa deficiente dependente e ser um ativista politizado. É uma identidade política e uma afirmação. [...] E, para muitas pessoas deficientes no Reino Unido, e ainda mais nos Estados Unidos, ser uma pessoa deficiente consiste em adotar uma identidade deficiente politizada (DINIZ, 2013, p. 242-243).

Cabe salientar que por ser a oração multifuncional, os significados

representacionais e identificacionais estão fortemente interrelacionados. Sobre isto, comenta Resende (2009a, 40): “A distinção entre representação e identificação é, portanto, uma necessidade analítica, mas não há fronteiras rígidas entre os significados, ao contrário, há fluidez.” Desse modo, mesmo focalizando, neste trabalho, as representações discursivas, pertencentes ao significado representacional, compreendemos que aspectos acionais e identificacionais farão parte do momento analítico.

Como vimos, os três significados, como elementos de ordens do discurso, fazem parte da estruturação social da linguagem. A partir disso, é relevante dizer que os textos são investidos ideologicamente, em maior ou menor grau. De acordo com Fairclough (2016), a concepção dialética entre estruturas e eventos possibilita localizar a ideologia em ambas as instâncias. Continua o autor explicando que a ideologia “É uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 124).

A concepção de ideologia adotada por Fairclough (2016) baseia-se no conceito proposto por Thompson (2011), que compreende a ideologia como negativa, isto é, está vinculada a processos sócio-históricos de dominação e sustentação de relações de poder. Desse modo, “[...] estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2011, p. 76, grifo do autor).

O autor elaborou cinco modos gerais pelos quais a ideologia pode operar: a) a *legitimação*, em que relações de dominação são representadas como legítimas; b) a *dissimulação*, responsável por ocultar, negar ou obscurecer relações assimétricas de poder; c) a *unificação*, pela qual as diferenças de uma coletividade podem ser simbolicamente suprimidas e, desse modo, contribuir para o enfraquecimento do grupo; d) a *fragmentação*, empregada para dividir e enfraquecer uma coletividade que representa ameaça ao grupo dominante; e e) *reificação*, na qual situações transitórias são simbolicamente construídas como eternas, sem levar em consideração o contexto sócio-histórico em que se originaram (THOMPSON, 2011). Tais conceitos são importantes em nosso trabalho devido ao caráter aberto entre linguagem e sociedade. Desse modo, os textos jornalísticos são investidos ideologicamente com vistas à propagação de perspectivas particulares, que podem em maior ou menor grau, contribuir para a sustentação de relações assimétricas de poder ou sua contestação, como *a priori* pretende servir os textos publicados no jornal Folha Acessibilidade.

Além do conceito de ideologia, outro conceito importante proposto por Fairclough (2016) é o de hegemonia. Este conceito, operacionalizado a partir da teoria de Gramsci, compreende o poder como instável e aberto à mudança, ou seja, um grupo específico, em articulação com outras esferas da sociedade civil, atinge o poder senão parcialmente. Com efeito,

Hegemonia é um conceito que sugere processo e luta articulatória com pressões e limites específicos mutáveis, portanto, envolve mais articulação e aliança entre forças sociais do que *capacidade* e implica, ao contrário de *constituir-se*, em caráter definitivo, a necessidade de ser continuamente renovada, recriada, defendida e sustentada (RESENDE; RAMALHO, 2004, p. 197, grifo dos autores).

As lutas hegemônicas são travadas nas sociedades pós-modernas em parte pelo discurso. Fairclough (2016) diz que o conceito de hegemonia fornece tanto uma matriz quanto um modelo para o discurso: matriz, pois auxilia no entendimento de como relações de poder se reproduzem, reestruturam ou desafiam o poder em práticas sociais situadas; modelo, visto que também os elementos das ordens do discurso são reproduzidos, reestruturados e transformados em novas configurações de ordens do discurso.

Neste trabalho, buscamos investigar as relações estabelecidas pelo discurso e um contexto de luta hegemônica, marcada pela inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior. A agência física e simbólica desses estudantes provocou desestabilizações nas estruturas e práticas acadêmicas, com vistas à sua permanência nesse contexto. Também as práticas discursivas se modificaram; podemos citar, como exemplo, as mudanças nos diferentes gêneros e artefatos acadêmicos. Um seminário, prática de letramento corriqueira no contexto universitário, para incluir um estudante cego ou com baixa visão, exige a adoção de recursos acessíveis, como a audiodescrição⁴⁰ das imagens e tabelas, ou ainda, a interpretação para a língua de sinais, no caso dos estudantes surdos.

Diante do que foi exposto nesta subseção, apresentaremos a seguir as categorias

⁴⁰ “[...] narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual” (AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, 2010). No exemplo descrito acima, o recurso de audiodescrição surge como um meio de descrever, a partir de regras estabelecidas, as imagens, tabelas, gráficos, como também a aparência física e vestimenta da pessoa que está apresentando o seminário, bem como a organização do espaço físico em que ocorre o seminário. No âmbito da Secretaria de Acessibilidade, a audiodescrição tem sido utilizada na edição de materiais acadêmicos para estudantes com deficiência visual da UFC, por meio dos trabalhos da Divisão de Produção de Materiais Acessíveis. Quando um estudante com deficiência visual solicita a digitalização e edição de algum artigo ou livro à divisão, através das Tecnologias Assistivas que possibilitam a digitalização dos textos físicos em digitais, todas as imagens, tabelas, gráficos, mapas, tirinhas etc. devem ser audiodescritas, para que o estudante possa compreender o conteúdo do texto digitalizado sem dano que for escutá-lo com o auxílio de leitores, como o Doxvox.

analíticas associadas ao significado representacional, foco desta dissertação, e que serão empregadas no trabalho analítico dos textos. Como vimos, os significados são abstrações constantes no nível das ordens do discurso; por tanto, sua realização material se dá no nível da organização tipológica, semântica, lexical e gramatical dos textos. Cabe ressaltar que por serem multifuncionais, as orações contemplam aspectos dos três significados. Todavia, por decisão metodológica, analisaremos prioritariamente o significado representacional do discurso.

3.3 Categorias analíticas

Através dessas categorias pretendemos analisar o modo como diferentes vozes e discursos são conjugados e articulados nos textos.

3.3.1 Intertextualidade e interdiscursividade

O conceito de intertextualidade, proposto por Julia Kristeva⁴¹ a partir dos estudos dialógicos de Bakhtin, diz respeito ao modo como textos diversos são incorporados a um texto específico, conferindo a este um caráter histórico e social. Histórico porque, segundo Fairclough (2016), um texto enquanto artefato constituinte da história, é construído de textos do passado, ao passo que antecipa textos futuros; desse modo, os textos estão sempre respondendo a outros textos. Com isso, “O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros discursivos, discursos) para gerar novos textos” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 141).

O conceito de intertextualidade apresentado por Fairclough (2016) não se restringe a aspectos formais da incorporação de um texto em outro (citação direta ou indireta, presunção, metáfora), embora sejam muito importantes. Mas atenta para o modo como as práticas sociais são incorporadas nos textos, e como estes relacionam-se com lutas hegemônicas de poder, visto que diferentes vozes articuladas de maneira conflituosa ou não, desvelam lutas de poder texturizadas nos textos.

Com efeito, “Em textos específicos, a ausência, a presença, assim como a natureza da articulação desses outros textos, que constituem “vozes particulares”, permitem explorar práticas discursivas existentes na sociedade e a relação entre elas” (RAMALHO; RESENDE,

⁴¹ Para a autora francesa, “intertextualidade implica ‘a inserção da história (sociedade) em um texto e desse texto na história’ [...]” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 140).

2011, p. 133). A ausência e/ou presença de diferentes vozes nos textos mostram o grau de abertura ou fechamento dos textos, isto é, o grau de engajamento do autor do texto, em nível de verdade e autoridade, com o que está sendo representado. Cabe salientar que o discurso jornalístico utiliza frequentemente o recurso intertextual na composição dos textos

A intertextualidade manifesta, isto é, “[...] o caso em que se recorre explicitamente a outros textos específicos em um texto [...]” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 158), foi sistematizada pelo autor em relação a representação do discurso; pressuposição; negação; metadiscurso; e ironia. Abaixo explicitaremos as três primeiras relações, visto que serão utilizadas na análise.

- **Representação do discurso:** “[...] uma forma de intertextualidade na qual partes de outros textos são incorporados a um texto e explicitamente marcadas como tal, com recursos, como aspas e orações relatadas (por exemplo, “ela disse” ou “Maria afirmou”) (FAIRCLOUGH, 2016, p. 146).

Quadro 3 – Exemplo de representação do discurso.

“Houve a I Mostra Brasileira de Design Universal com trabalho de vários designers do Brasil, mostrando possibilidades de usar esse tipo de design, como um bebedouro e um jogo de xadrez universal”, **relata Eurijunior.**

Fonte: Arquivo pessoal.

- **Pressuposição:** “[...] posições que são tomadas pelo(a) produtor do texto como já estabelecidas ou dadas [...], e há várias pistas formais na organização de superfície do texto para mostrar isso” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 161). Segundo o autor, em muitos casos as pressuposições tratam não de um texto específico, identificável, mas de um conjunto de discursos que correspondem a opinião social sobre o assunto representado.

Quadro 4 – Exemplo de pressuposição.

Destacamos que **o sentimento de pertença e identificação está intimamente relacionado ao conhecimento que temos de algo [...].**

Fonte: Arquivo pessoal.

- **Negação:** “[...] as frases negativas carregam tipos especiais de pressuposição que também funcionam intertextualmente, incorporando outros textos somente para contestá-los ou rejeitá-los [...]” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 163). No excerto abaixo, a pressuposição de que as pessoas surdas são chamadas de “surdas-mudas” é negada e rejeitada pelo autor do texto. Desse modo, tem-se a contestação de um conjunto de

discursos inferiorizantes sobre a identidade das pessoas surdas.

Quadro 5 – Exemplo de negação.

Não é correto dizer que alguém é “surdo-mudo”. As pessoas surdas, por não escutarem a voz humana, têm dificuldade para aprender a linguagem oral, mas falam por sinais.

Fonte: Arquivo pessoal.

Tendo explicado o conceito de intertextualidade, que será utilizado como categoria analítica neste trabalho, passemos à exposição da interdiscursividade. Este conceito refere-se à heterogeneidade de discursos texturizados em um texto específico. Como vimos no capítulo 3, um texto é produzido a partir dos elementos disponíveis nas (redes) ordens do discurso, quais sejam, gêneros, discursos e estilos. Dessa forma, um texto pode aludir a diferentes discursos, conflitantes ou não (FAIRCLOUGH, 2003, 2016). Ao utilizarmos essa categoria analítica, intentamos compreender como “[...] os discursos articulados ou não nos textos, bem como as maneiras como são articulados e mesclados com outros discursos” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 142).

Cabe salientar que um discurso é uma maneira particular de representar um assunto; disto decorre que um assunto pode ser representado a partir de pontos de vistas diversos, oriundos das ordens do discurso a que estão filiados. Desse modo, e em um texto podem coexistir diferentes discursos. Para tanto, Fairclough (2003, p. 129) estabelece critérios para a identificação dos discursos nos textos, conforme dispostos no quadro abaixo.

Quadro 6 – Passos para a identificação dos discursos nos textos.

- (1) Identifique as principais partes do mundo (incluindo áreas da vida social) representadas – os principais ‘temas’.
- (2) Identifique a perspectiva particular, ou ângulo, ou ponto de vista a partir do qual eles são representados.

Fonte: Fairclough (2003, p. 129, tradução nossa).

Para a realização desses pontos, Fairclough (2003) indica observar o vocabulário utilizado, visto que diferentes pontos de vistas se refletem em diferentes formas de lexicalizar o mundo, ou seja, os significados das palavras são atribuídos social e culturalmente, e são ideológico e politicamente investidos (FAIRCLOUGH, 2003, 2016). Dessa forma, em um discurso específico, uma palavra empregada pode conter um significado diferente se empregada em outro tipo de discurso. Todavia, o autor salienta que “[...] em vez de apenas focar atomisticamente em diferentes maneiras de expressar os mesmos aspectos do mundo, é mais produtivo focar em como **diferentes discursos estruturam o mundo de maneira diferente** e,

portanto, nas relações semânticas entre as palavras⁴²” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129, tradução nossa, grifo nosso). No excerto abaixo, retirado do texto (T1Ed4) *Por que acessar a web?*, encontramos um exemplo no qual o discurso em prol da acessibilidade tecnológica é construído com vista ao favorecimento da classe empresarial, representado as pessoas com deficiência, usuárias desse serviço, como compradoras ávidas. Vejamos abaixo.

Quadro 7 – Exemplo de relação semântica entre palavras.

[...] cerca de 30 por cento da população brasileira possui algum tipo de deficiência, **percebemos então que existe um enorme contingente de pessoas ávidas a usufruir de todos os benefícios que a internet pode trazer [...]**.

Fonte: Arquivo pessoal.

Nesse excerto, o autor do texto pressupõe semanticamente que toda a população de pessoas com deficiência no Brasil são consumidores ávidos pelo serviço de acessibilidade na internet. Ao fazer isso, o autor representa o serviço de acessibilidade a partir do ponto de vista empresarial, mercadológico e, portanto, exclui o ponto de vista de direitos sociais defendido pelos estudos da deficiência. No capítulo analítico adentraremos mais detalhadamente nessa questão.

Por ora, cabe salientar que “Diferentes discursos podem usar as mesmas palavras [...], mas eles podem usá-los de forma diferente, e novamente é apenas focalizando as relações semânticas que se pode identificar essas diferenças” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 130-131, tradução nossa). A identificação dessas diferenças possibilita perceber, no momento analítico, quais lutas de poder são travadas no e pelo discurso, e dessa maneira, identificar quais relações podem contribuir para a perpetuação de sistemas de opressão e exclusão às pessoas com deficiência, como no excerto acima. Tendo feito a apresentação dessas duas categorias, apresentaremos, na subseção abaixo, as categorias de Modalidade e Avaliação, também empregadas no trabalho analítico desta dissertação.

3.3.2 Modalidade

A categoria modalidade indica o grau de comprometimento e afinidade, em termos de verdade e obrigação, do produtor do texto com a informação produzida. Desse modo, quanto

⁴² Em inglês: [...] *rather than just focusing atomistically on different ways of wording the same aspects of the world, it is more productive to focus on how different discourses structure the world differently, and therefore on semantic relationships between words.*

maior o grau de comprometimento, tanto menos modalizado será o enunciado. Essa proposição, advinda na LSF, é incluída na ADTO por Fairclough (2003, 2016) como uma forma de identificar relações assimétricas de poder texturizados nos textos. “A [...] refere-se a como falantes e escritores assumem uma posição, expressam uma opinião ou ponto de vista ou fazem um julgamento” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 114).

Ao analisar uma oração em termos de modalidade, é importante considerar que essa pode adquirir a forma de uma proposição, quando expressa informações, ou de uma proposta, isto é, relacionada a oferta de bens e serviços; nos termos da LSF, modalidade epistêmica e modalidade deôntica, respectivamente. De acordo com Fuzer e Cabral (2014), os significados epistêmicos são manifestos por recursos léxico-gramaticais diversos, tais como verbos modais (pode, deve, ter, parecer), adjuntos modais (talvez, raramente, prontamente, ocasionalmente), grupos adverbiais (sem dúvida, com certeza) e expressões modalizadoras (tais como, é provável, é certo). Cabe salientar que, nessa categoria, as informações expressas podem diferir em graus de probabilidade ou usualidade. No quadro abaixo, temos o exemplo de uma oração proferida em termos de probabilidade.

Quadro 8 – Exemplo de modalidade epistêmica.

[...] cada vez mais pessoas podem ter acesso à tecnologia, à internet em casa [...].

Fonte: Arquivo pessoal.

A modalidade deôntica, por sua vez, está expressa em orações que apresentam diferentes graus de obrigatoriedade, isto é, aquilo que é permitido, aceitável, necessário, e de inclinação, a partir do que é desejoso, disposto, determinado (FUZER; CABRAL, 2014). Esses dois graus podem ser realizados gramaticalmente por meio de verbos modais (deve, deveria), adjuntos modais (necessariamente, voluntariamente, obrigatoriamente, alegremente) e expressões como “é esperado”, “é preciso” e “está inclinado”. No excerto abaixo, é possível notar um enunciado com alto grau de obrigatoriedade:

Quadro 9 – Exemplo de modalidade deôntica com auto grau de obrigatoriedade.

Ou seja, é preciso alinhar iniciativas de acessibilidade com ações de inclusão para tornar a vida desse público dentro da Universidade mais satisfatória.
--

Fonte: Arquivo pessoal.

O estudo da modalidade em nosso trabalho é importante porque o discurso jornalístico tende a representar fatos e/ou eventos como verdades absolutas e reais. Todavia, conforme aponta Fairclough (2016, p. 211), essa prática “[...] sustenta o trabalho ideológico da

mídia, que oferece imagens e categorias para a realidade; posiciona e molda os sujeitos sociais e contribui principalmente para o controle e a reprodução social.” Dessa forma, faz-se necessário compreender as proposições desenvolvidas pelo jornal Folha Acessibilidade face ao ordenamento inclusivo na UFC.

3.3.3 Representação dos Atores Sociais

A teoria da Representação dos Atores Sociais (RAS) (VAN LEEWEN, 1997) se insere no rol de disciplinas que compõem a Análise de Discurso Crítica. Fairclough (2003) estabelece um diálogo propício entre a abordagem DR e a RAS, apresentando convergências epistemológicas e metodológicas em estudos críticos do discurso. De acordo com Van Leewen (1997), os atores sociais podem ser representados de diferentes modos em textos, seja por meio da inclusão, isto é, quando são incluídos através de associação, generalização dentre outros; seja por meio da exclusão, quando não são citados explicitamente no texto.

A Representação dos Atores Sociais concentra-se “[...] na metafunção ideacional, pelo componente experiencial, [e] esboça os diferentes os diferentes modos de representação dos atores sociais em termos sociosemânticos, além das diferentes possibilidades de realização linguística dessas representações” (NOVODVORSKI, 2013, p. 21). Com efeito, as categorias analíticas propostas por Van Leewen mesclam significados sociológicos e linguísticos, como pode-se observar na adoção do conceito “ator social”. Para esse autor, o objeto analítico no discurso não deve se restringir ao agente linguístico, como, por exemplo, quando se analisa o estritamente o grupo nominal, mas partindo de uma concepção sociológica, encontrar escolhas linguísticas que realizem o conceito em questão (VAN LEEWEN, 1997).

Dessa forma, as representações sociais encontram na materialização linguística seus efeitos na construção do texto. Em outras palavras: “[...] como é que as práticas sociais se transformam em discurso acerca dessas mesmas práticas sociais” (VAN LEEWEN, 1997, p. 172). Neste trabalho escolhemos a *agregação* categoria referente a inclusão dos atores sociais nos textos. Essa categoria está, por sua vez, inserida numa macrocategoria chamada *assimilação*, que diz respeito a representação dos atores sociais como grupos. Desse modo, por meio da agregação, os grupos sociais são quantificados como dados estatísticos, conforme se lê no exemplo abaixo:

Quadro 10 – Exemplo de inclusão por agregação no texto.

Segundo dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no censo demográfico de 2000, o número de pessoas com deficiência era de 24.600.256, ou **14,5% da população brasileira**.

Fonte: Arquivo pessoal.

Van Leewen (1997) observa que o estudo da agregação é importante pelo fato de que, em nossa sociedade, a maioria governa utilizando não somente o processo democrático, como também o consenso e a sondagem. Além disso, por meio dessa categoria, os atores sociais são representados não como indivíduos situados em contextos sociais e históricos específicos, mas como dados quantitativos desencaixados e, por isso, despersonalizados.

Com vistas ao aprofundamento do debate sobre discurso e práticas acessíveis voltadas ao público deficiente no contexto da educação inclusiva brasileira, apresentamos na seção abaixo algumas pesquisas que conjugam a ADC e os estudos sobre a deficiência e a inclusão.

3.4 Estudos da deficiência e do discurso no contexto brasileiro

Nas seções anteriores apresentamos em que consiste os Estudos da Deficiência, bem como o arcabouço teórico da Análise de Discurso Crítica. Nesta seção pretendemos apresentar algumas pesquisas desenvolvidas em contexto brasileiro que unem tais disciplinas. Foi a pesquisadora Izabel Magalhães, na Universidade de Brasília (UnB), quem deu início ao primeiro Projeto de Pesquisa intitulado *Discursos, Identidades e Práticas de Letramento no Ensino Especial*, desenvolvido nos anos de 2007 a 2010, cujo objetivo foi “[...] investigar os discursos, as práticas de letramento (práticas de leitura e escrita) e as identidades docentes (inclusive as identidades de gênero) no Ensino Especial⁴³.” Desse projeto, importantes trabalhos de tese e dissertação, bem como artigos científicos e capítulos de livros, foram escritos.

A dissertação de Lima (2006) trouxe um retrato da construção discursiva das identidades dos intérpretes de Libras no Ensino Superior. De acordo com a autora, uma questão importante a ser frisada é a regulação, pelas Instituições de Ensino Superior, da prática desses profissionais, o que realça a assimetria no exercício do poder pelos atores sociais. Além disso, a autora chamou a atenção para a coexistência de discursos de ignorância e transformação por parte desses profissionais, o que favorece tanto a exclusão quanto a inclusão de estudantes

⁴³ Informação disposta no Currículo Lattes da pesquisadora. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4374185200753724>. Acesso em: 09 dez. 2021.

surdos.

Sobre esse aspecto, é importante salientar que a década de 2010 conheceu mudanças significativas na inclusão de estudantes com deficiência, tanto na Educação Básica quanto na Superior. No ano de 2009, conforme mostra o Censo da Educação Superior, havia um total de 20.019 alunos com deficiência matriculados em cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior brasileiras, sendo que 22% desse público possuía deficiência auditiva (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010). Além disso, em 2010 foi promulgada a Lei 12.319, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras. Essa lei garante ao intérprete a obrigatoriedade da formação básica de nível médio, bem como estipula os parâmetros éticos e morais que devem regulamentar o exercício da profissão (BRASIL, 2010). Com isso, as reflexões tecidas por Lima (2006) sobre os discursos e identidades dos intérpretes são pertinentes, ao mostrar-nos a necessidade de parâmetros legais objetivos para a condução da profissão deles.

Sato (2008), em sua dissertação de mestrado, investigou as práticas de letramento inclusivo voltadas aos alunos com Síndrome de Down, em instituições públicas de Brasília. Utilizando como arcabouço teórico-metodológico a Teoria Social do Letramento (TSL) e a ADC, a autora notou que as identidades e discursos dos docentes, em vista das mudanças nas práticas de leitura e escrita face à inclusão desses alunos eram firmadas na criatividade, na crítica e na boa vontade em oferecer um suporte diferenciado e efetivo a esse público. A conclusão da autora lança luz sobre o contexto de mudança pelas quais as escolas tiveram de passar à época em que a pesquisa foi realizada, visto que, em 2008 o Ministério da Educação (MEC) reestruturou a política de Educação Especial com vistas a inclusão dos estudantes com deficiência na escola regular. Dessa forma, os alunos considerados sem deficiência passaram a conviver e aprender com o público deficiente (BRASIL, 2008).

Essa reestruturação político-institucional exigiu mudanças rápidas não apenas na estrutura física, como também nas identidades e práticas docentes dos professores, que tiveram de se adaptar ao no contexto educacional. Sato, Magalhães e Batista-Júnior (2012, p. 720) comentam, a esse respeito, que “Os discursos tradicionais sobre a educação foram perceptíveis [...] Seus princípios em relação à docência pairavam sobre como deveriam manter-se como exemplos, e viam em seus papéis uma importância social que não é reconhecida pelos governos.” Com isso, é possível notar que a drástica mudança provocada pelo governo resultou em confusão nos papéis docentes exercidos ao longo de anos, fato que, de certo modo, justifica a criatividade e a boa vontade no exercício profissional.

Em sua tese, Batista-Júnior (2003) investigou os discursos, letramentos e identidades no Atendimento Educacional Especializado em três capitais brasileiras. Essa

pesquisa etnográfico-discursiva, que se valeu das mesmas bases teóricas da dissertação de Sato (2008), conclui que diferentes letramentos coexistiam nas escolas pesquisadas, quais sejam, burocráticos, emancipatório, de resistência e tradicional. De acordo com o autor, “[...] os resultados demonstram a fragilidade da proposta de inclusão brasileira, fortemente alicerçada em conhecimentos empíricos desses profissionais” (BATISTA-JUNIOR, 2013, p. 156). É interessante observar que, mesmo depois de alguns anos, os resultados de ambos os autores se aproximam, revelando a necessidade de formação docente baseada nos conhecimentos das ciências da educação.

O contexto de reestruturação da Educação Especial e das escolas regulares a partir da Política de Educação Inclusiva também foi investigada por Fontenele (2014). A autora escolheu estudar, especificamente, como as identidades dos professores e das mães dos estudantes com deficiência transformaram-se com o AEE. Esse objeto lança luz sobre uma problemática importante, qual seja, as dificuldades enfrentadas pelas famílias, especialmente as mães, que em muitos casos precisam dedicar-se integralmente ao cuidado e educação de seus filhos deficientes. Anteriormente ao processo de inclusão, os estudantes com deficiência recebiam atendimento multidisciplinar em instituições específicas. Com a passagem à escola regular, não apenas a forma de atendimento mudou, como também as relações sociais, as barreiras físicas e pedagógicas, fato que certamente gerou apreensão e inseguranças nas mães⁴⁴. Desse modo, a autora identifica identidades conflitantes, pois “[...] enquanto querem propiciar a seus filhos e filhas os melhores atendimentos que possam conseguir, tentam distanciá-los da escola regular, muitas vezes em suas falas, dando a entender que seria para sua proteção, como se eles ou elas não fossem capazes de frequentar aquele lugar” (FONTENELE, 2014, p. 188).

Lima (2015), em sua tese, investigou os múltiplos letramentos de que participam pessoas cegas em seus contextos de trabalho. Através dos discursos sobre os processos de leitura e escrita, Lima observou que o Braille não supre todas as necessidades comunicacionais e laborais dessas pessoas, sobretudo com o advento das Tecnologias Assisitivas (ver nota de rodapé na introdução). Além disso, a autora tece uma explicação sobre a necessidade dos

⁴⁴ Sobre a conflituosa relação entre família, escola e estudantes com deficiência, escrevemos um resumo no qual investigamos os letramentos familiares e escolares de estudantes com deficiência intelectual numa escola pública municipal de Fortaleza. Os dados gerados na pesquisa de campo nos permitiram concluir que, motivadas pelo receio de deixarem seus filhos na instituição escolar sem seus cuidados, as mães participavam ativamente do processo de alfabetização e letramento desses alunos. Assim escrevemos: “Nota-se que essas mães se fazem presentes no espaço da escola, unindo-se a seus filhos em variados momentos da rotina da instituição. Como consequência, os eventos de letramento orquestrados por essas mulheres materializam-se em gêneros orais, por vezes informais e espontâneos (ROLIM-MOURA, 2017), e pela tentativa de ensinar a seus filhos as modalidades de leitura e a escrita, ainda que de maneira muito elementar. Reconhecemos haver uma relação de complementaridade os letramentos e as relações promovidas por essas famílias e a escola” (GOMES; SANTANA; OLIVEIRA; LIMA, 2018, p. 60).

estudos que versem sobre deficiência e discurso:

[...] desenvolvemos a ideia de que, da mesma maneira que encontramos barreiras físicas, deparamo-nos igualmente com as barreiras linguísticas/atitudinais que tanto ajudam a construir as físicas como são conformadas por elas. **Tais barreiras linguísticas tanto conformam/produzem discursos e ações que alimentam o discurso da deficiência atrelado a uma ordem visiocêntrica do discurso como são engendrados por essa ordem discursiva em um processo de retroalimentação** (LIMA, 2015, p. 61, grifo nosso).

A autora propõe em sua tese o conceito de ordem visiocêntrica do discurso, sinalizando para as práticas discursivas de gêneros, discursos e estilos conformadas ao sentido da visão, contribuindo para a segregação das pessoas com deficiência visual. É interessante observar como o conceito proposto por Lima suscita reflexões acerca da constituição estrutural da sociedade ocidental moderna e pós-moderna. No capítulo 1, vimos que as teorias e discursos desenvolvidos pelas ciências biomédicas acerca da deficiência, erigiram estruturas e práticas sociais excludentes, baseadas nos impedimentos corporais dos indivíduos deficientes. Notamos, por conseguinte, que tais discursos, como tantos outros gerados pela industrialização, o capitalismo e o individualismo pós-moderno (MARTINS, 2006) ainda continuam atuantes, mesmo que de maneira velada.

Desse modo, para Fairclough (2016), pesquisas em ADC devem priorizar o desvelamento de práticas discursivas excludentes, para que os grupos sociais em desvantagem, tais como as pessoas cegas, sejam munidas de reflexões e dados plausíveis para a efetiva mudança de sua condição social. Desse modo, as pesquisas até aqui expostas atuaram em contextos de mudança e reestruturação nas práticas e ordens discursivas, especialmente no âmbito educacional, desvelando discursos excludentes. A realidade da inclusão de estudantes com deficiência foi acrescida de investigações cujo arcabouço teórico-metodológico expandiu exponencialmente a visão sobre esse objeto, especialmente no que tange ao emprego da abordagem etnográfica.

3.5 Em resumo

Neste terceiro capítulo, situamos nosso trabalho dentro do campo de estudos intitulado Análise de Discurso Crítica, um campo heterogêneo e transdisciplinar de estudos do discurso. Escolhemos especificamente a abordagem Dialético-Relacional, que concebe o discurso como socialmente estruturado e estruturante em práticas sociais contextualizadas. Nesta abordagem, além das práticas, faz-se necessária a compreensão dos recursos e

constrangimentos oferecidos pelas estruturas, e o modo como a agência individual e coletiva emprega-os, a partir da estruturação das práticas. Após isso, discorreremos sobre os elementos das ordens do discurso, a saber, gêneros, discursos e estilos. Por causa do objetivo desta dissertação, estudaremos apenas os discursos que representam o percurso de acessibilidade enveredado na UFC com a inclusão de estudantes com deficiência. No entanto, dada a multifuncionalidade das orações, aspectos acionais e identificacionais serão abordados. Por fim, contextualizamos o fértil campo de estudos que tem sido desenvolvido nos últimos quinze anos no Brasil sobre o discurso e a deficiência.

4 METODOLOGIA

“A investigação social é uma práxis distintiva, um tipo de atividade (como ensinar) que, ao ser executada, transforma a própria teoria e os próprios objetivos que a orientam” (SCHWANDT, 2006, p. 195).

Neste capítulo situamos a ADC no paradigma de pesquisa qualitativa interpretativista e definimos a pesquisa documental; em seguida, exploramos o potencial metodológico da ADC para pesquisas no âmbito das mudanças sociais contemporâneas através do método de Análise de Discurso Textualmente Orientada; apresentamos, em seguida, o Projeto Acessibilidade em Ação e o jornal Folha Acessibilidade, bem como os textos que compõem o *corpus*; no último momento, apresentamos os procedimentos de análise dos dados e as categorias analíticas.

4.1 Pesquisa qualitativa e documental

Esta pesquisa se inscreve na tradição investigativa qualitativa interpretativista, conforme apresentam Magalhães, Martins e Resende (2017). De acordo com esses autores, “[...] na pesquisa qualitativa é possível examinar uma grande variedade de aspectos do processo social, como o tecido da vida diária, o significado das experiências [...]; a forma como se articulam os processos sociais, as instituições e as relações sociais, e os significados que produzem” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 30). A investigação qualitativa coaduna-se ao objetivo proposto nesta dissertação, visto que focalizamos os discursos sobre o processo de acessibilidade dos estudantes com deficiência materializados nos textos do jornal Folha Acessibilidade; portanto, nosso interesse recai sobre os significados, processos sociais e discursos texturizados nos textos, passíveis de serem desvelados mediante análise textual detalhada, o que não seria possível com a investigação quantitativa.

Além disso, os autores situam a investigação qualitativa na qual se apoiam as pesquisas em ADC dentro do paradigma interpretativista⁴⁵. De acordo com Schwandt (2006) os interpretativistas defendem que a ação humana é inerentemente significativa. “Assim, para

⁴⁵ O interpretativismo enquanto filosofia teve início no final do século XIX e início do século XX, e tinha como objetivo criticar a filosofia positivista hegemônica nas ciências sociais da época. Os filósofos neokantistas filiados ao interpretativismo defendiam que as ciências humanas e naturais possuíam diferenças fundamentais, visto que a primeira tinha como finalidade “[...] compreender a ação humana” (SCHWANDT, 2006, p. 195).

que uma determinada ação social seja entendida (p.ex., amizade, eleição, casamento, ensino), o investigador deve compreender o significado que constitui essa ação” (SCHWANDT, 2006, p. 195). Com isso, localizando a ADC na tradição interpretativista, Magalhães (2004, p. 119), em nota de rodapé, explica que essa tradição “[...] defende uma posição explícita do/a analista em relação aos dados analisados, contribuindo, dessa forma, para o debate aberto das discriminações sociais com base em classe social, sexo, raça ou etnia.” Pretendemos, assegurados pela asserção da autora, contribuir para o debate sobre a temática da acessibilidade para pessoas com deficiência, buscando compreender os significados produzidos discursivamente sobre essa temática.

Para tanto, esta pesquisa se caracteriza como documental, pois “[...] utiliza, como principal material empírico, dados de natureza *formal*, como textos midiáticos, jurídicos, oficiais, entre outros, cuja elaboração demanda competência de conhecimento especializado” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 93, grifo dos autores). Por serem produzidos em contextos sociais e históricos situados, os documentos materializam as convenções discursivas e ideológicas vigentes nesses contextos. Godoy (1995) chama atenção para o fato de que os documentos conservam inalteradas as informações neles contidas por uma longa quantidade de tempo, o que confere credibilidade aos resultados.

De acordo com Kripka¹, Scheller e Bonotto (2015, p. 58),

[...] pode-se dizer que a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos; é caracterizada como documental quando essa for a única abordagem qualitativa, sendo usada como método autônomo.

Desse modo, cabe ponderar, numa pesquisa documental, que elementos ontológicos⁴⁶ poderão ser parcialmente acessados somente pela análise de dados formais, sem a inserção no campo investigado⁴⁷. No caso desta pesquisa, escolhemos conhecer os discursos, identidades, ideologias e textos que figuram na problemática da acessibilidade para estudantes com deficiência na UFC, mais precisamente, as representações discursivas articuladas e

⁴⁶ “[A] ontologia diz respeito ao modo como se entende a natureza do mundo social, aos componentes essenciais da realidade social” (RESENDE, 2009a, p. 126). Segundo a autora, os aspectos ontológicos do mundo social para a abordagem DR são o discurso, os gêneros, as identidades, os textos, o poder, a ideologia, as estruturas, as práticas sociais, os eventos discursivos.

⁴⁷ No contexto brasileiro de pesquisas em ADC há um movimento profícuo de incentivo pela realização de pesquisas etnográfico-discursivas, conforme exposto e defendido por Magalhães, Martins e Resende (2017). Trata-se de um esforço pela melhor adequação metodológica à visão ontológica e epistemológica defendida pela ADC. Todavia, esse incentivo não compromete a cientificidade e confiabilidade das pesquisas sob metodologia documental.

materializadas nos textos do jornal Folha Acessibilidade. Esta escolha nos possibilita empreender uma pesquisa documental.

A escolha pela pesquisa documental se deu também em face do contexto pandêmico em que realizamos nossa pesquisa. Ao ingressar no mestrado, postulamos investigar os discursos no Atendimento Educacional Especializado (AEE), numa escola pública de Fortaleza (CE). Contudo, ainda no primeiro mês de aulas no curso, o isolamento social foi decretado no estado do Ceará, ocasionando a interrupção das aulas presenciais em todos os níveis da educação. Tendo consciência da completa novidade e instabilidade que marcou o isolamento social em todas as instituições e esferas da sociedade brasileira, optamos, eu e minha orientadora, por readequar o foco do problema estudado e a consequente metodologia.

Diante disso, a autorreflexão na consecução da pesquisa é um ponto defendido por Chouliaraki e Fairclough (1999) e por Resende (2009a). Ou seja, não é o caso de aplicar teoria e metodologia prontas *a priori*, sem a possibilidade de dialogar e estabelecer novos trajetos, mas refletir a dimensão epistemológica da pesquisa, no que tange às questões elaboradas, para conhecer os elementos ontológicos do problema sob enfoque e agir metodologicamente.

4.2 Análise de Discurso Textualmente Orientada

A Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO) é um método analítico que conjuga a análise detalhada de textos com a crítica social. Com efeito, “[...] para que se perceba de maneira satisfatória a relação entre linguagem e sociedade, é necessário articular a análise de textos à análise de caráter social” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 65). Os textos, por sua vez, como eventos concretos, são fundamentais para análises discursivas críticas, pois materializam as convenções discursivas e ideológicas das práticas em que são produzidos e causam efeitos nas relações sociais, identidades e nos sistemas de informação e crenças, mesmo não sendo possível estabelecer uma regularidade nos efeitos causados (FAIRCLOUGH, 2003).

A ADTO não se constitui em um método rígido e pré-estabelecido. Fairclough (2016, p. 287) comenta que “[...] não há procedimento fixo para fazer análise de discurso; as pessoas abordam-na de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões do discurso.” Isto não significa, com efeito, que não há planejamento metodológico nem rigor científico nas pesquisas realizadas com o arcabouço teórico-metodológico da ADC.

Tendo em vista essa realidade metodológica, decidimos seguir, nesta pesquisa, os passos metodológicos propostos por Magalhães, Martins e Resende (2017). O primeiro passo, segundo os autores, é identificar e escolher, entre conjunturas sociais específicas, o modo como o discurso é usado especificamente, seja para (inter)agir, representar ou identificar realidades do mundo. O segundo passo é selecionar textos representativos da prática social investigada para a composição do *corpus*. Os textos devem ser escolhidos segundo uma ordem lógica, conforme o recorte estabelecido na pesquisa. No terceiro passo deve-se identificar aspectos gramaticais e discursivos recorrentes e regulares presentes no conjunto de textos selecionados. No quarto passo deve-se proceder ao exame de cada texto, tanto individual quanto coletivamente, selecionando dentre as regularidades e recorrências encontradas as mais relevantes para a análise. No quinto passo a análise linguístico-discursiva deverá ser aliada à análise sociocultural geral em que os textos estão inseridos. Na tabela abaixo tomamos a síntese feita pelos autores aplicando-a a nossa pesquisa.

Quadro 11 - Procedimentos metodológicos de investigação em ADC

	PASSO INDICADO	ADAPTAÇÃO DOS PASSOS INDICADOS COM BASE NO OBJETO DESTA PESQUISA
1º passo	Problema de pesquisa	A política de acessibilidade face a inclusão de estudantes com deficiência na UFC
2º passo	Textos para o <i>corpus</i>	Vinte e um textos publicados no jornal Folha Acessibilidade, produzido no contexto da Secretaria de Acessibilidade UFC-Inclui
3º passo	Identificação de aspectos gramaticais de discursivos	Análise dos aspectos representacionais, identificaionais e acionais dos textos, bem como as peculiaridades do corpus.
4º passo	Exame dos textos	Escolha dos excertos que farão parte da análise.
5º passo	Análise e explanação dos textos	Reflexão explanatória sócio-histórica com base nos excertos recolhidos.

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 58).

4.3 Coleta e organização de *corpus*

O *corpus* desta pesquisa compreende 19 (dezenove) textos publicados no Jornal Folha Acessibilidade entre os anos de 2014 a 2017. Esses textos foram coletados diretamente dos arquivos da Secretaria de Acessibilidade (sobre a Secretaria ver seção 2.3), a partir da solicitação formal das edições dos jornais preservados mediante uma carta de apresentação da

pesquisa (ver apêndice A). Algum tempo depois, obtivemos da secretaria os jornais em um arquivo em formato PDF, acompanhado do parecer nº 03/2020, pelo qual a instituição autorizava o uso dos documentos para a pesquisa (ver apêndice B). Como o jornal foi pensado e produzido para a versão impressa, apenas as edições sete e oito estão disponíveis na versão digital no site da secretaria. Desse modo, utilizamos as versões originais produzidas pela secretaria, dado o fato de que não dispomos de nenhuma edição impressa distribuída na universidade. Salientamos que a segunda edição não foi localizada; portanto, contamos com apenas sete edições.

Desse modo, o universo desta pesquisa engloba as sete edições disponíveis, ao passo que o *corpus* foi constituído de 19 textos selecionados a partir dos seguintes critérios: a) apresentar conteúdo suficiente para a análise linguístico-discursiva, visto que muitos textos são sinopses, informativos acerca de eventos e/ou funcionamento interno da Secretaria, e não são relevantes à análise; b) representar algum evento, ator social e/ou prática social relacionados à efetivação da acessibilidade para estudantes com deficiência na UFC, como também em outras práticas sociais. No quadro abaixo estão dispostos os 19 textos escolhidos, bem como a autoria e o número da edição e a dimensão de acessibilidade representada.

Quadro 12 - Textos a serem analisados.

DIMENSÃO DE ACESSIBILIDADE REPRESENTADA	TÍTULO DO TEXTO E GÊNERO	EDIÇÃO	AUTOR(A)
Atitudinal	Conheça a Secretaria (Coluna)	1ª Edição	Não identificado
Atitudinal	Como lidar com pessoas com deficiência? (Comentário)	1ª Edição	Não identificado
Atitudinal	Como o redesenho de um ícone pode mudar a percepção das pessoas em todo o mundo? (Notícia)	1ª Edição	Não identificado
Metodológico/Atitudinal	O Projeto Acessibilidade em Ação (Reportagem)	3ª Edição	Davi Cândido
Tecnológico	Por que acessibilizar a Web? (Artigo)	4ª Edição	Laerte Santos
Tecnológico	Tecnologia a serviço de todos (Reportagem)	5ª Edição	Não identificado
Metodológico/Atitudinal/Arquitetônico	Universidade para todos (Reportagem)	5ª Edição	Paulo Cardoso
Atitudinal	II Acessibilidade em Ação: professores recebem formação sobre acessibilidade e inclusão (Reportagem)	6ª Edição	Não identificado
Esportiva	Do Ceará à Paraolimpíada Rio	6ª Edição	Não

	2016 (Reportagem)		identificado
Metodológico/Atitudinal/ Arquitetônico	Enfrentamento das dificuldades de inclusão na Universidade Federal do Ceará (Reportagem)	6ª Edição	Não identificado
Programática	Inserindo pessoas com deficiência no mercado, Lei de Cotas completa 25 anos (Notícia)	6ª Edição	Não identificado
Tecnológica	Janela de Libras torna UFCTV acessível (Reportagem)	7ª Edição	Não identificado
Pedagógico	Projeto Praia Acessível quebra barreiras e leva pessoas com deficiência ao mar (Reportagem)	7ª Edição	Não identificado
Programática	Número de estudantes com deficiência na UFC continua a crescer, aponta Censo (Reportagem)	7ª Edição	Não identificado
Pedagógico	Núcleos de acessibilidade expandem projetos inclusivos para o Interior (Reportagem)	7ª Edição	Não identificado
Atitudinal	V Semana de Inclusão e Acessibilidade (Reportagem)	8ª Edição	Não identificado
Pedagógico	Jogos analógicos acessíveis como ferramentas de pedagogia e diversão (Reportagem)	8ª Edição	Não identificado
Atitudinal/arquitetônica	Acessibilidade Atitudinal: adaptação de espaços físicos junto a inclusão sociocultural (Reportagem)	8ª Edição	Não identificado
Tecnológico	Programa apoia conteúdo acessível no cinema (Reportagem)	8ª Edição	Não identificado

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os textos escolhidos, como é possível notar a partir dos títulos dispostos na tabela, prezam pela heterogeneidade de fatos, eventos, ações, atividades, práticas sociais e atores sociais representados, de modo que representem diferentes eixos de acessibilidade, desde a tecnologia até os esportes, da legislação à comunicação, do aspecto arquitetônico ao atitudinal e metodológico. Na subseção abaixo detalharemos o histórico do jornal Folha Acessibilidade, seu contexto de produção e distribuição, bem como, as características dos textos publicados.

4.3.1 O jornal Folha Acessibilidade: breve histórico

Nesta subseção apresentamos o Jornal Folha Acessibilidade. Para tanto, consideramos necessário, para uma melhor compreensão da escolha deste jornal,

contextualizamos o Projeto Acessibilidade em Ação (PAA), do qual fez parte. Este projeto⁴⁸, submetido à Pró-Reitoria de Extensão da UFC, pela Divisão de Apoio Pedagógico ao Aluno e Formação Para a Inclusão (DAP), foi criado com a finalidade de aprofundar temas envolvendo a acessibilidade e a inclusão de estudantes com deficiência na UFC, por meio dos eixos pedagógico, comunicacional, psicológico e tecnológico. Como o nome sugere, o projeto visa constituir uma cultura inclusiva na universidade, aproximando as ações realizadas a nível institucional de toda a comunidade acadêmica e extra-acadêmica.

Desde sua criação, em 2014, o PAA passou de projeto de graduação a projeto de extensão, conforme a versão que se encontra atualmente. O objetivo que tem perpassado o projeto em todas as suas versões consiste na organização de eventos, grupos de estudos, produção científica, oferta de cursos de curta duração sobre Libras e/ou Tecnologias Assistivas (ver nota de rodapé na Justificativa) e divulgação em mídias impressa e on-line de temas referentes à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, dentro e fora do contexto acadêmico. Nosso foco neste projeto é o estudo do jornal Folha Acessibilidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2021).

O jornal conta atualmente com 08 (oito) edições impressas, publicadas entre os anos de 2014 a 2017. Embora o PAA esteja em vigor, houve uma interrupção na produção do jornal, devido a não disponibilização de bolsas remuneradas para estudantes dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda, responsáveis pela produção escrita do jornal. Além disso, o jornal conta com a versão acessível no site da Secretaria e com um podcast mensal de mesmo nome. Como justificativa para o desenvolvimento do PAA, escreve a Secretaria de Acessibilidade:

Acreditamos que a relevância deste projeto é oferecer a todos que dele participam, oportunidade de trocar experiências, compartilhar informações, desenvolver tecnologia assistiva, estreitar laços entre teoria e prática, organizar e promover ações (debates, palestras, semanas temáticas, grupos de estudo, cursos, oficinas, congressos, exibição de filmes) e progredir rumo a efetivação da política de acessibilidade na Universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2021, p. 04).

Os exemplares do jornal foram impressos sob financiamento da Secretaria e distribuídos em todas as unidades acadêmicas e demais espaços da universidade. Desse modo, os professores, estudantes com ou sem deficiência, servidores e os interessados na temática da acessibilidade constituem o público leitor em potência do jornal, além de professores e gestores da Educação Básica que participam dos eventos e grupos de estudos promovidos pela Secretaria. Trata-se de um público heterogêneo no sentido de que estão inseridos em contextos

⁴⁸ Link do site: <https://acessibilidade.ufc.br/pt/projeto-acessibilidade-em-acao/>.

diferentes de produção do conhecimento científico e acesso aos bens intelectuais da universidade. Com efeito, a inclusão de pessoas com deficiência como um fenômeno social pode ser vista sob diferentes óticas, ou representações discursivas. Daí também a importância de estudar os discursos sobre deficiência e inclusão nos textos do jornal, pelo fato de que eles causam efeitos, e essa causalidade foi pretendida pela secretaria tendo em vista o contexto tão diverso como o da UFC.

4.3.2 Caracterização dos textos publicados no jornal

Os textos publicados no jornal representam diferentes contextos inclusivos e histórias sobre a deficiência e a acessibilidade na UFC. Nas três primeiras edições que tivemos acesso, é possível observar textos vinculados a gêneros informativos, como (roteiros sobre eventos, notas, notícias, artigos e comentários sobre a deficiência). Esses textos tinham por finalidade apresentar à comunidade acadêmica um panorama geral acerca da estrutura administrativa e das ações desenvolvidas pela Secretaria, como eventos relativos à temática da acessibilidade e inclusão na UFC ou em outros contextos, bem como noticiar mudanças em algum aspecto acessível. Esse conteúdo introdutório sobre o universo inclusivo deu-se, assim consideramos, pelo fato de que a política de inclusão ainda dava seus primeiros passos no contexto da UFC. Por essa razão, era necessário lançar as bases com informações fundamentais, de modo que os estudantes com deficiência, sua vivência, as ações institucionais desenvolvidas e os símbolos fossem apresentados à comunidade acadêmica. A imagem abaixo representa um roteiro com informações referentes a um evento promovido pela Secretaria.

Figura 3 - Roteiro com informações sobre o evento “II Semana de Acessibilidade” publicado na 1ª edição do jornal.

II Semana de Acessibilidade "Acessibilidade e Inclusão"

PARTICIPE DA II SEMANA DE ACESSIBILIDADE

A Secretaria de Acessibilidade UFC inclui convida a todos para participarem da II Semana de Acessibilidade na UFC com o tema "Acessibilidade e Inclusão" que ocorrerá de 26 a 29 de maio nos diferentes campi de Fortaleza.

PROGRAMAÇÃO

Dia: 26 - Manhã (9h às 11h) - Campus do Pici - Auditório do Centro de Ciências

Tema I: "Esporte e Qualidade de Vida"
Palestrante: Prof.ª Dra. Adriana de Paula

Tema II: "Moda e Inclusão"
Palestrante: Prof.ª Dra. Socorro Araújo

Palestrante: Carlizeth Campos - Assistente Educacional da BCH-UFC

Dia: 27 - Tarde (15h às 17h) - Campus do Porangabuçu - Auditório Paulo Marcelo no Departamento de Medicina Clínica.

Tema: "Saúde e Inclusão"
Palestrante: Prof.ª Dra. Cristiana Rebouças

Tema: "Saúde e Inclusão"
Palestrante: Prof.ª Dra. Renata Jucá

Palestrante: Prof.º Marcus Weydson Pinheiro (DELLES)

Dia: 28 - Manhã (9h às 11h) - FACED - Auditório Valmir Chagas.

Tema: "Acessibilidade e a Dimensão Arquitetônica"
Palestrante: Prof.ª Dra. Zilsa Santiago

Palestrante: Igor Girão (Aluno do curso de Biblioteconomia)

Dia: 29 - Manhã (9h às 11h) - FACED - Auditório Valmir Chagas.

Tema: "Avaliação da Aprendizagem e Inclusão"
Palestrante: Prof.ª Dra. Tania Viana

Tema: "Avaliação da Aprendizagem: Aspectos Legais"
Palestrante: Prof.ª Ms. Tereza Liduína Fernandes

Palestrante: Cleimilda dos Santos (Bibliotecária da BCH-UFC)

Contatos telefone: (085) 3366.7660 / 7869
e-mail: ufcinclui@ufc.br
 ufcinclui@gmail.com

Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade.

A partir da terceira edição, o conteúdo do jornal foi complementado com textos pertencentes a outros gêneros não exclusivamente informativos, como sinopses e resenhas de filmes, peças teatrais e livros sobre a deficiência, tirinhas e comentários sobre assuntos envolvendo a acessibilidade e a inclusão. A imagem abaixo representa essa modificação editorial no jornal.

Figura 4 – Sinopses, notícias e tirinhas sobre a temática da acessibilidade publicado a partir da 3ª edição.

SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC INCLUI | Edição Nº 3

FILMES

ADORÁVEL PROFESSOR (MR. HOLLAND OPUS)
DIREÇÃO: STEPHEN HEREK
Por Daniel Ávila
O filme conta a emocionante história do músico Glenn Holland (Richard Dreyfuss), que, na busca de seu sonho de se tornar um renomado compositor, emerge no Etno uma oportunidade para realizar seus objetivos. Na busca pela sinfonia perfeita, Holland é confrontado por diversas dificuldades, enquanto vivencia os papéis de professor apaixonado por música e pai de um filho surdo.
Indicações: Globo de Ouro e Oscar de Melhor Ator (Richard Dreyfuss)



O PRIMEIRO DA CLASSE (FRONT OF THE CLASS)
DIREÇÃO: PETER WERNER
Por Igor Girão
O Primeiro da Classe é uma narrativa de 2008, contada a partir da história real de Brand Coleen, um jovem que tinha um sonho de ser professor, mas que era atormentado pelo preconceito gerado pela má impressão causada por uma deficiência, a síndrome de Tourette. A história é contada em um paralelo mostrando a infância e a jornada em busca do sonho do protagonista, mostrando a dificuldade que o garoto tinha nas diversas escolas que foi expulso por causa da falta de informações sobre sua doença, que era confundida com vários distúrbios psicológicos não patológicos e apresenta os problemas que o jovem Brand enfrentava na tentativa de ser professor.

ÔNIBUS SEM ACESSIBILIDADE NÃO PODERÃO CIRCULAR EM MACAPÁ
Empresas de ônibus de Macapá têm até dezembro para cumprir legislação.
Por Damaris Queiroz
As empresas de ônibus de Macapá têm até 4 de dezembro de 2014 para oferecer 100% de sua frota com os itens necessários para o transporte de pessoas com deficiência. Lembrando que todos os equipamentos devem estar funcionando perfeitamente. Dentre os itens obrigatórios de acessibilidade nos ônibus estão: plataformas de elevação, bancos preferenciais, cadeira de transbordo, cinto de segurança e corrimão.
FONTE: gs.globo.com

LIVRO DE CRÔNICAS É PUBLICADO EXCLUSIVAMENTE EM BRAILLE
A intenção é fazer com que o público vivencie experiência de exclusão.
Por Damaris Queiroz
A fundação Dorina Nowill para Cegos lançou o livro "Palavras Invisíveis" que traz crônicas inéditas de autores como: Luis Fernando Veríssimo, Lya Luft, Eliane Brum, Ivan Martins, Fabrício Carpinejar, Martha Medeiros dentre outros, exclusivamente em braille.
De acordo com a fundação, o livro nunca será lançado em tinta, para que o público possa vivenciar a experiência recorrente de inacessibilidade literária. No Brasil, cerca de 95% dos livros publicados não são lançados em formatos acessíveis.
FONTE: folha.de.São.Paulo

LANÇAMENTO DE LIVRO: ACESSIBILIDADE NA UFC - TESSITURAS POSSÍVEIS
A publicação é fruto de três anos de pesquisas que resultaram nos 10 artigos encontrados na obra.
A Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui acaba de lançar o livro Acessibilidade na UFC: Tessituras Possíveis (R\$ 35,00), organizado pelas professoras Vanda Magalhães Leitão, diretora da Secretaria, e Tania Vicente da Faculdade de Educação. Quem se interessar pela publicação deve procurar a Secretaria de Acessibilidade.

TIRINHAS



Cartoon em preto e branco de Ricardo Ferraz: um homem cego, de óculos escuros, usando uma bengala na mão esquerda, está sentado em uma poltrona de frente para um aparelho de televisão. De um balão de fala, o locutor na televisão diz: "Olhe para esta obra de arte. Veja que design arrojado, lindo! Ficou interessado? Ligue para o fone que está na tela". O homem sentado na poltrona faz uma expressão de espanto e admiração com a boca aberta. Sobre a sua cabeça, há um ponto de interrogação e outro de exclamação.

ARTISTA CAROL ROSSETTI CHAMA ATENÇÃO PELA SENSIBILIDADE DE SEU TRABALHO
Problemas são comuns em todo o país e uma lei federal estabelece direitos.
Por Fernanda Mala
A representação de pessoas com deficiência na mídia ainda é um problema, sempre reduzidas às suas condições físicas, essas pessoas não se veem em filmes, novelas, propagandas, etc. A sensibilidade do trabalho da ilustradora Carol Rossetti vem chamando atenção nas redes sociais por representar diferentes grupos de mulheres de forma positiva e incentivar a aceitação. Com um tom de conselho entre amigas, as ilustrações retratam também as mulheres com deficiências. Sem reduzi-las às suas deficiências, a ilustradora retrata essas mulheres como seres humanos completos e tridimensionais, expressando seus sentimentos e vivências na sociedade.
Para conhecer mais sobre o trabalho da artista, acesse: facebook.com/carolrossettidesign

Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade.

Na quinta edição o jornal deixou de ter um caráter puramente informativo para se converter em um projeto gráfico original, com a mescla de diferentes gêneros discursivos e recursos multimodais. Além disso, o jornal passou a contar com um *design* próprio do seu logotipo (Figura 5). As edições seguintes não apresentaram modificações significativas.

Figura 5 – Evolução no design do logotipo do Jornal Folha Acessibilidade até a quinta edição.



Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade.

A partir da quinta edição, o jornal passou a seguir um projeto editorial semelhante ao dos jornais impressos de grande circulação. Dessa forma, a primeira página sumariza, por ordem de importância, as chamadas das reportagens, notícias e matérias que serão apresentadas na edição, conforme representado na imagem figura abaixo.

Figura 6 – Diferenças editoriais nas capas da terceira e quinta edições.



Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade.

A segunda página trouxe como mudança as seções *editoriais*, *clipping*, na qual são reunidas as notícias mais importantes veiculadas na mídia nacional sobre a deficiência e inclusão (Figura 7); a coluna *eu pesquiso*, caracterizada por um relato breve sobre as pesquisas desenvolvidas pelos bolsistas da secretaria. As sinopses e informes sobre eventos continuaram a ser escritas. As reportagens e matérias escritas passaram a lançar mão de diferentes recursos multimodais, como imagens, tabelas e gráficos. As figuras abaixo ilustram tais mudanças.

Figura 7 – Modificações editoriais na segunda página do jornal, a partir da 5ª edição.

2 | Folha Acessibilidade

EDITORIAL

Em agosto de 2015, a Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir completa 5 anos. Mais do que trabalhar com ações inclusivas, a Secretaria de Acessibilidade luta pela descentralização dessas ações, isso porque a tarefa de acolher pessoas com deficiência diz respeito a toda sociedade. É por isso que a Secretaria trabalha oferecendo suporte e orientação a professores, coordenadores e alunos interessados em fazer parte desse desafio.

Essa é uma edição especial do Folha Acessibilidade. As mudanças podem ser percebidas logo de cara. Um novo projeto gráfico foi pensado, deixando o jornal reformulado, moderno e organizado. Além disso, são destaques dessa edição: a história da Secretaria de Acessibilidade, os desafios enfrentados e o depoimento daqueles fazem o trabalho dar certo. Boa Lettura!



FOTO: PAULO CARROSSO

CLIPPING

Brasileiro vence concurso da ONU com óculos que ajudam a guiar cegos

O vencedor do mais importante prêmio da ONU para jovens empreendedores é brasileiro. Marcos Antônio da Penha venceu o prêmio World Summit Youth Award, cujo objetivo é premiar inovações que trazem soluções para problemas globais. A criação do brasileiro consiste em óculos que ajudam a guiar pessoas cegas. Segundo Marcos Antônio, os óculos possuem sensores de ultrassom. Dessa forma, é emitido um sinal sonoro que vai até o obstáculo, bate e reflete em questão de segundos, dando ao cego um feedback tátil do lugar onde existe algum obstáculo. O único projeto brasileiro entre os premiados foi o de Marcos.

<http://glo.bo/1Cdsg8Q>



FOTO DA INTERNET

Tablet para pessoas com Deficiência Visual

O Blitab é o primeiro tablet em braille. Desenvolvido por uma empresa austríaca, o equipamento usa uma tecnologia que cria relevo tátil para mostrar gráficos e mapas para pessoas cegas ou com visão reduzida. A tecnologia também permite que arquivos de textos sejam convertidos em Braille a partir de pen-drives, browsers ou etiquetas NFC, tecnologia sem fios de curto alcance que permite a comunicação entre objetos com a mesma tecnologia. O Blitab ainda está em fase de teste e deve ser lançado em 2016.

<http://bit.ly/1dl8ciV>

Senado aprova estatuto das pessoas com deficiência

No último dia 5 de junho, foi aprovado o projeto de lei que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O projeto é intitulado Lei Brasileira de Inclusão. A proposta é de autoria do senador Paulo Paim (PT - RS) e tramitou por dois anos antes de ser aprovada. Segundo a deputada Mara Gabrilli, relatora do projeto, o texto tem pontos em todos os setores: educação, saúde, trabalho, infraestrutura urbana, cultura

e esporte, para promover e assegurar os direitos das pessoas com deficiência.

A presidente Dilma vetou 7 dos 100 pontos da Lei de Inclusão. Dentre eles, a reserva de 10% das vagas em instituições de educação profissional e de ensino superior e a exigência de contratação de pessoas com deficiência para empresas que possuam entre 50 e 99 funcionários.

<http://bit.ly/1NwuVeE>

Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade.

As notícias e reportagens apresentadas no jornal englobam conteúdos diversificados sobre a temática da deficiência e da inclusão. Um ponto interessante a esse respeito é que os textos produzidos abordam a temática da inclusão não apenas na universidade, como também em outras esferas da sociedade. Com isso, é possível observar diferentes práticas sociodiscursivas inclusivas em articulação, como exemplificado pelos tópicos utilizados para resumir o conteúdo de cada texto: *reatech*, *conscientização*, *UFC Inclui 5 anos*, *formação*, *jogos mundiais*, *censo 2015*, *comunicação*, *diversão*, *política de gestão* etc. Essas palavras-chave mostram a diversidade do processo inclusivo, do qual a universidade faz parte. Dessa forma, as representações produzidas pelo jornal buscam englobar o processo inclusivo na totalidade da sociedade, do qual a universidade faz parte.

Figura 8 – Representação da acessibilidade fora do contexto acadêmico, nos jogos paralímpicos de 2016.

4 | Folha Acessibilidade

JOGOS MUNDIAIS

Do Ceará à Paralimpíada Rio 2016

David Freitas, paratleta cearense de tênis de mesa, contou à Secretaria de Acessibilidade suas experiências até a classificação e as perspectivas para o início dos Jogos



David Freitas em aquecimento com o técnico Eugênio Sales no Centro de Treinamento da Federação de Tênis de mesa do Ceará

Enfrentando duplajornada de trabalho até a classificação nas Paralimpíadas de 2016, o cearense David Freitas (38) usou o tempo dedicando-se como agente de trânsito e paratleta da Seleção Brasileira de Tênis de Mesa. Cadeirante desde os 26 anos, David questionou-se sobre a capacidade de praticar um esporte que requer muita agilidade. Apesar das dificuldades, já representou o Brasil em diversos países e foi o primeiro atleta do Ceará a integrar a Delegação Brasileira nos Jogos Mundiais.

Após retirada de um tumor na coluna, David Freitas passou a se locomover em cadeira de rodas. Primeiramente, pensou que não poderia continuar a praticar esportes, vendo como possibilidade apenas o xadrez, tradição familiar. No campeonato cearense do esporte estratégico,

conheceu Eugênio Sales, na época presidente da Federação de Tênis de Mesa Adaptado. Eugênio convidou a praticar o tênis de mesa. David, depois de muita insistência, aceitou e conquistou a segunda colocação no primeiro campeonato estadual de que participou. Desde então, conciliou o trabalho no Detran como os treinos. Já representou o Brasil em países como Bélgica, México e Canadá, onde ganhou ouro individual e por equipes nos Jogos Parapan-Americanos em 2015.

Em 2013, David foi convocado para integrar a Seleção Brasileira em Brasília. Com a condição de que morasse nesta cidade, foi desligado pois não poderia deixar o trabalho em Fortaleza. Entretanto, em 2015, passou a integrar a seleção com a autorização para morar em Fortaleza.

David reconhece que o desgaste físico e emocional é maior na busca por patrocinadores do que nos próprios treinos. Para viabilizar o apoio financeiro, solicita o patrocínio das empresas de forma proporcional ao tamanho destas. Além dos apoiadores, recebe bolsa de R\$ 3.100,00, valor que deveria custear o transporte de casa para os treinos, as viagens nacionais para competição, o material esportivo, que precisa ser trocado em cada dois meses, sendo só a raquete R\$ 2.200,00, além das despesas domésticas.

Mesmo com adversidades, o atleta diz receber o apoio de Deus, da família, amigos e do público que transmite mensagens positivas, tanto pelas redes sociais, como nos lugares onde passa. A assistência é fundamental para enfrentar a principal dificuldade, que é a falta de reconhecimento. "As pessoas não acham que

Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade.

As mudanças editoriais pelas quais passaram as edições do jornal, com a inclusão de textos vinculados a diferentes gêneros jornalísticos e a transformação da editoração para um *design* mais aproximado da atividade jornalística, deve-se ao fato da inserção de bolsistas dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda na produção do jornal. Cabe salientar que todas as edições do jornal estão disponíveis nos anexos A até G. Diante disso, passaremos, na próxima seção, à apresentação dos procedimentos analíticos dos textos.

4.4 Procedimentos de análise dos textos

Nesta seção, intentamos apresentar como desenvolvemos a análise dos textos. Fairclough (2003) propõe que os textos sejam analisados de modo relacional, ou seja, devem fazer parte da análise textual as “relações externas” do texto com as estruturas e práticas sociais de que faz ou não parte, bem como as relações dos textos com outros textos e vozes; e as “relações internas”, que dizem respeito às relações semânticas, gramaticais, lexicais, fonológicas e grafológicas. “As relações internas são, em uma terminologia clássica, ‘relações *in praesentia*’ e relações ‘*in absentia*’ - relações sintagmáticas e relações paradigmáticas⁴⁹” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 37, grifos no original, tradução nossa). Além disso, o autor ressalta que as relações entre gêneros, discursos e estilos nos textos apresentam-se como relações interdiscursivas, isto é, “[...] as relações interdiscursivas entre gêneros, discursos e estilos são realizadas, ou instanciadas, como relações semânticas, que são realizadas como relações gramaticais e de vocabulário (“formais”)⁵⁰” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 37, tradução nossa).

Para a identificação, descrição e análise dessas marcas, a ADC em relação transdisciplinar com a LSF, e com outras teorias do texto e do discurso, propõem uma série de categorias analíticas relacionadas a cada significado. “‘**Categorias analíticas**’ são, portanto, formas e significados textuais associados a maneiras particulares de representar, de (inter)agir e de identificar(-se) em práticas sociais situadas [...]” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 112, grifo no original). Ainda segundo as autoras, as categorias não são escolhidas *a priori*, mas a partir do trabalho de tratamento e análise dos dados.

Dessa forma, seguindo os passos indicados por Fairclough (2016) e Magalhães

⁴⁹ Em inglês: *Internal relations are both, in a classical terminology, ‘relations in praesentia’ and relations ‘in absentia’ – syntagmatic relations, and paradigmatic relations.*

⁵⁰ Em inglês: *[...] interdiscursive relations between genres, discourses and styles are realized, or instantiated, as semantic relations, which are realized as (‘formal’) grammatical and vocabulary relations.*

Martins e Resende (2017), organizamos a análise dos textos do seguinte modo. Seleccionamos, dentre o corpus elegido, excertos que representassem as vozes de diferentes atores sociais em diálogo com os autores, bem como excertos que representassem vocabulário e expressões capazes de mostrar as relações semânticas estabelecidas e os discursos representados, bem como expressões modais e conceitos que atentem para a representação social dos atores nos textos.

Essa seleção dos excertos que farão parte do momento analítico nos permitiu organizar a análise em três partes: no primeiro momento analisamos como a Secretaria de Acessibilidade, bem como a UFC, foram representadas mediante o vocabulário empregado e as relações interdiscursivas materializadas nos textos; trata-se da análise da representação institucional no Jornal. No segundo momento na análise seleccionamos propriamente excertos que incluem outras vozes em relação com os textos: vozes institucionais, legais, pedagógicas e tecnológicas. A partir delas, investigamos a representação dos conceitos de acessibilidade pedagógica, tecnológica e atitudinal. No terceiro momento analisamos as representações dos estudantes com deficiência nos textos.

4.5 Em resumo

Neste capítulo, apresentamos o percurso metodológico trilhado para a consecução desta dissertação. Para tanto, discorreremos sobre o tipo de pesquisa, qual seja, qualitativa interpretativista e documental. Após isso, detalhamos os passos e as especificidades de pesquisa em ADC, tomando como base o método textualmente orientado de análise discursiva. No terceiro momento, nos debruçamos sobre o material empírico utilizado como corpus, a saber, os textos publicados no Jornal Folha Acessibilidade. Por fim, detalhamos os procedimentos analíticos e as categorias empregadas para a análise textual.

5 ANÁLISE DOS TEXTOS PÚBLICADOS NO JORNAL FOLHA ACESSIBILIDADE

Neste capítulo apresentamos a análise linguístico-discursiva dos textos publicados no jornal Folha Acessibilidade. Chegamos a esses resultados pautados nos objetivos traçados no início da pesquisa, a saber: analisar, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica, as representações discursivas acerca da acessibilidade e da inclusão de estudantes com deficiência na Universidade Federal do Ceará, a partir dos textos publicados no Jornal Folha Acessibilidade. E como objetivos específicos: a) identificar quais relações intertextuais e interdiscursivas sobre a acessibilidade e a inclusão são articuladas, e o modo como o são, nos textos do jornal Folha Acessibilidade; b) analisar como as pessoas com deficiência são incluídos e representados nos textos do jornal; e c) analisar os significados potencialmente ideológicos e hegemônicos na representação da acessibilidade e da inclusão nos textos.

Com base nesses objetivos, organizamos este capítulo do seguinte modo: na primeira seção, intitulada representação institucional do processo de acessibilidade e inclusão, analisamos as representações discursivas acerca do processo institucional de acessibilidade e inclusão nos textos, isto é, como são representadas as ações empreendidas pela Secretaria de Acessibilidade e pela UFC, bem essas instituições são representadas. Na segunda seção, intitulada intertextualidade e interdiscursividade na representação das dimensões de acessibilidade, analisamos as vozes de diferentes atores sociais e a relações entre elas nos textos, bem como os discursos vinculados às representações particulares a respeito da acessibilidade e da inclusão. Para tanto, organizamos as vozes de modo a contemplar a análise de duas dimensões de acessibilidade nos textos, quais sejam, a pedagógica e a tecnológica. Na última seção, intitulada representação das pessoas com deficiência, analisamos como as pessoas com deficiência foram incluídas e representadas nos textos.

5.1 Representação institucional do processo de acessibilidade e inclusão na UFC

Nesta seção intentamos analisar as representações discursivas acerca do processo de acessibilidade e inclusão a partir da perspectiva institucional, isto é, focalizando nas representações das ações desenvolvidas no âmbito da UFC e da Secretaria de Acessibilidade. O primeiro texto escolhido para este momento analítico, intitulado “Conheça a Secretaria”, integra uma cadeia de textos cuja finalidade é apresentar à comunidade acadêmica a estrutura administrativa da secretaria, bem como os trabalhos e projetos desenvolvidos por esse órgão.

Esse encadeamento está explícito e antecipado através da chamada “Na nossa próxima edição, conheça: setor de intérpretes de Libras. Por Marina Farias de Lima” (Cf. Figura 9). É possível observar, desse modo, uma representação híbrida dessa instituição e do processo de inclusão e acessibilidade desenvolvido por ela, pois conjuga na composição do texto elementos da prática social acadêmica e publicitária, com vocabulário e estilo do gênero discursivo propaganda.

Figura 9 – Excerto da coluna Conheça a Secretaria (Edição nº 01), de 2014.



Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade.

Com efeito, logo no título vemos a presença desses elementos por meio do emprego do verbo **conhecer** no modo imperativo. A indicação de ordem empregada pelos produtores do texto transforma a secretaria e as ações por ela realizada em produto a ser consumido pela comunidade acadêmica. Tal fato é corroborado pelo emprego do mesmo verbo no anúncio de uma matéria sobre o setor de intérpretes de Libras na edição seguinte, conforme vimos no parágrafo anterior.

De acordo com Silva (2015, p. 53-54), “O gênero anúncio de propaganda [...] pertence ao campo da atividade publicitária. Sua finalidade é, essencialmente, promover uma ideia, convencendo as pessoas a concordarem ou discordarem de algo, induzindo-as a alguma ação que não seja de uma compra.” A partir da definição apresentada pela autora, podemos inferir que os textos produzidos nas práticas discursivas publicitárias, dentre os quais os textos

propagandísticos, possuem uma finalidade distinta dos textos produzidos na prática social acadêmica, por exemplo. Explicamos mais detidamente: a Secretaria de Acessibilidade, enquanto órgão suplementar ligado à Reitoria da UFC (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2010), está alicerçada no tripé ensino-pesquisa-extensão, comum à atividade de uma universidade. Embora tenha uma atividade distinta das unidades acadêmicas, por não oferecer cursos de graduação, coopera e as auxilia na didatização e acessibilidade dos recursos didáticos disponibilizados para os alunos com deficiência⁵¹. Além disso, a SA oferta minicursos, cursos de curta duração e de extensão, que compreende a chamada Educação Não Formal.

Com efeito, compete à secretaria “[...] a necessidade do desenvolvimento de ações que objetivam garantir o direito à educação superior para pessoa com deficiência e de uma coordenação estruturada para gerir essas atividades” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2010, p. 1). Desse modo, as ações desenvolvidas em prol da acessibilidade e da inclusão de estudantes com deficiência, não se enquadram unicamente na esfera administrativa, mas devem contribuir para o progresso das pesquisas e dos estudos acerca dessa temática, como também na mudança de atitudes e de práticas pedagógicas exclusivas, na reformulação dos Projetos Político-Pedagógico dos cursos de graduação, culminando na efetiva inclusão, com autonomia, desse público aos bens culturais da universidade.

A respeito disso, cabe salientar que os gêneros situados nas práticas sociais acadêmicas, embora objetivem divulgar o avanço da ciência, diferem-se dos gêneros publicitários pelos elementos constituintes da prática social acadêmica, dos quais o rigor científico, as regras de execução das pesquisas, a validação dos resultados e a ética na socialização dos resultados fazem parte. O texto em questão não se trata necessariamente de um relatório de pesquisa sobre os trabalhos da secretaria, todavia chama a atenção para o fato de haver uma relação interdiscursiva híbrida na construção textual da matéria, ao fundir elementos da prática acadêmica à prática propagandística.

Como dissemos anteriormente (subseção 4.3.1), o jornal foi criado para socializar com a comunidade acadêmica a temática da inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência, bem como promover o trabalho da secretaria, para assim criar no ambiente universitário uma cultura inclusiva e atitudes favoráveis ao público deficiente (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2018). A escolha do órgão por fazer isso através

⁵¹ A título de exemplificação podemos citar a digitalização e edição de materiais acessíveis para alunos cegos e com baixa visão e a tradução e interpretação de Libras, realizados pela Divisão de Apoio Pedagógico ao Estudante e Formação para a Inclusão e pela Divisão de Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa, respectivamente.

da prática social jornalística e publicitária parece-nos uma atitude contrastante à hegemonia das práticas de letramento acadêmicas, visto que, conforme pontua Bezerra (2012, p. 444) os gêneros situados na prática acadêmica “[...] necessariamente se constituem e se apresentam numa relação recíproca, por vezes configurando-se como redes complexas que refletem um esperado processo de letramento acadêmico por parte do aluno.” Com isso, a retextualização da temática da acessibilidade e da inclusão no Ensino Superior em propaganda do trabalho da secretaria, no texto jornalístico, hibridiza essas redes complexas, exigindo não mais um letramento acadêmico por parte da comunidade, ou seja, a apropriação das práticas sociais de leitura e escrita próprias do contexto universitário. Têm-se, dessa forma, uma reconfiguração nos letramentos e nos discursos da academia.

Tendo feito essa exposição inicial acerca do texto, passemos a sua análise e, a partir dele, à análise de regulares discursivas e textuais que se repetem em outros textos. A matéria em questão, de caráter descritivo, emprega vocabulário e expressões conflitantes que conjugam perspectivas históricas diferentes no que tange o atendimento à pessoa com deficiência, de modo que a existência da secretaria e o trabalho desenvolvido por ela adquirem um significado ambivalente. Apresentamos abaixo o texto de forma integral; todavia, analisaremos alguns excertos.

Figura 10 – Texto referente à coluna
Conheça a Secretaria (Edição nº 01),
de 2014.

Desde agosto de 2010, a Universidade Federal do Ceará conta com um setor exclusivo para elaborar ações rumo à inclusão de pessoas com deficiência.

É a Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui - que, assim como o próprio nome sugere, busca integrar pessoas cegas, surdas, cadeirantes e com outras limitações de mobilidade no dia a dia da Instituição.

Com quatro eixos de atuação - arquitetônico, tecnológico, atitudinal e pedagógico - a Secretaria trabalha na formulação de uma política de acessibilidade na UFC, agindo para que esta seja respeitada e implementada nos diversos espaços da Universidade.

Não se trata de um órgão executor - embora ofereça serviços de digitalização de textos (em parceria com o sistema de Biblioteca da UFC), leitores, revisão de projetos arquitetônicos, entre outros - e, sim, de um núcleo de fomentação e acompanhamento de ações intersetoriais. Além disso, também não é objetivo da Secretaria de Acessibilidade absorver todas as ações referentes à inclusão.

Isso porque a tarefa de acolher pessoas com deficiência diz respeito a toda a sociedade, cabendo ao órgão disseminar a cultura inclusiva e despertar na comunidade

universitária o compromisso com o respeito aos direitos desse público. É por isso que a Secretaria também luta pela descentralização das iniciativas de acessibilidade, oferecendo suporte e orientação a professores, coordenadores, chefes de departamento, servidores técnico-administrativos e estudantes interessados em fazer sua parte nesse desafio.

Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade.

Inicialmente, a secretaria é apresentada como “[...] um **setor exclusivo** para elaborar ações rumo à **inclusão de pessoas com deficiência**”. A expressão “setor exclusivo” faz referência ao fato de que, antes da criação desse órgão, em 2010, as ações realizadas na universidade em prol da inclusão de estudantes com deficiência eram parte do Projeto UFC Inlui, iniciado em 2006, a partir do Programa Incluir, do Ministério da Educação (SECADI/SESU, 2013). As ações tinham um caráter pontual e imediato, como a construção de rampas nas estruturas externas na universidade e a realização de ciclo de debates para a conscientização da comunidade acadêmica sobre a acessibilidade e a inclusão (LIRA, 2014).

Todavia, essa expressão está vinculada semanticamente às práticas sociais exclusivas, não somente por utilizar esse termo, mas também pela existência histórica de instituições que tinham como finalidade o atendimento clínico e reabilitacional das pessoas com deficiência, produzindo em consequência sua exclusão social, conforme vimos no segundo capítulo, seção 2.1. Essas instituições, em grande parte responsáveis por oferecer tratamento médico e paliativo, também elaboravam as regras e ações pertinentes ao atendimento do público deficiente, embasadas cientificamente pelos pressupostos teóricos das ciências biomédicas (LEITÃO, 2008; PESSOTI, 1984). A preposição “para” corrobora, na frase acima ([...] um setor exclusivo para elaborar ações rumo à inclusão de pessoas com deficiência), para esse sentido.

Dessa forma, o emprego dos termos “setor exclusivo” e “inclusão de pessoas com deficiência” evocam sentidos opostos e conflitantes na história educacional dos estudantes com deficiência. Ressaltamos ainda que o termo “exclusivo” é ambivalente, pois remete tanto ao fato de haver um órgão institucional voltado unicamente para os assuntos referentes à inclusão na universidade, quanto para o fato de estar vinculado semanticamente ao processo histórico de exclusão social das pessoas com deficiência.

Há, também, na representação do trabalho desenvolvido pela secretaria, uma contradição expressa em dois parágrafos, conforme se lê:

É a Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui – que, assim como o próprio nome sugere,

busca integrar pessoas cegas, surdas, cadeirantes e com outras limitações de mobilidade no dia a dia da Instituição.[...] não é objetivo da Secretaria de Acessibilidade absorver todas as ações referentes à inclusão. Isso porque a tarefa de **acolher pessoas com deficiência** diz respeito a toda a sociedade, cabendo ao órgão disseminar a cultura inclusiva e despertar na comunidade universitária o compromisso com o respeito aos **direitos desse público**. É por isso que a Secretaria também luta pela descentralização das iniciativas de acessibilidade [...]. (SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE, 2014, p. 2, grifo nosso).

Nesse excerto, a secretaria deixa de ser, no âmbito da Universidade, um “setor exclusivo” na efetivação da política de inclusão na UFC, para ocupar uma posição conjunta com os outros setores da universidade, embora encabeçando o trabalho de disseminação da cultura inclusiva entre a comunidade acadêmica. Com isso, vemos, em relação ao excerto anterior, a perpetuação do conflito entre os discursos de exclusão e inclusão de pessoas com deficiência, evocando para tal a responsabilidade da sociedade como um todo na constituição de uma política efetivamente inclusiva.

Com efeito, ao empregar a modalidade deontica com alto grau de obrigatoriedade no excerto “Isso porque a tarefa de acolher pessoas com deficiência **diz respeito a toda a sociedade** [...]”, compreendemos que o jornal coloca a inclusão como algo genérico, isto é, camufla a obrigatoriedade da garantia desse dever constitucional pelas instituições, como é o caso da Secretaria de Acessibilidade, e transfere-o para a entidade genérica “toda a sociedade”. Dessa forma, o dever institucional da secretaria torna-se relativo, o que leva a compreender que a inclusão é uma atividade subjetiva, sem parâmetros legais norteadores.

O conflito discursivo deixa-se notar ainda no emprego das seguintes expressões: “busca integrar”, “acolher pessoas com deficiência”, “descentralização das iniciativas de acessibilidade” e “direitos desse público”. Analisemos mais detidamente: as palavras “integrar” e “acolher” evocam dois discursos contraditórios ao da inclusão, como é possível observar ao longo da história da educação dos deficientes (OMOTE, 1999). O primeiro relaciona-se ao paradigma da integração, empregado como sinônimo de acessibilidade, conforme se lê: “É a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui – **que, assim como o próprio nome sugere, busca integrar** pessoas cegas, surdas, cadeirantes e com outras limitações de mobilidade no dia a dia da Instituição” (grifo nosso).

O período da integração, na história da Educação Especial, caracterizou-se por garantir ao público deficiente a possibilidade da matrícula em escolas não exclusivas; entretanto, a instituição não tinha o dever de adequar-se a esses estudantes, cabendo a eles, individualmente, o ajustamento à norma escolar. De acordo com Omote (1999, p. 8-9), a integração confundiu-se “[...] com a mera colocação ou, na melhor das hipóteses, direcionar o foco de atenção ao deficiente e capacitá-lo a enfrentar as demandas do meio ao qual se pretende

integrar.” É importante salientar que o meio permanecia inalterado, sem condições de acessibilidade para receber as diferentes necessidades de aprendizagem e locomoção desses estudantes, cabendo a eles a tarefa de adaptar-se a esse meio.

Com isso, a segregação continuava a perpetrar-se, como também o entendimento de que o problema gerador da exclusão estava no indivíduo lesionado, e não no meio que não dispunha de condições acessíveis, como defende o modelo social. Por tanto, ao utilizar, no excerto acima, o termo “integrar” como sinônimo de acessibilidade, o texto representa uma incompatibilidade ontológica e epistemológica no que se refere ao atendimento educacional dos estudantes com deficiência. Isso porque, conforme veremos mais adiante, a terminologia especializada defendida pelos movimentos de pessoas com deficiência, não discorre sobre uma mera substituição de termos, mas desvela uma concepção de indivíduo, de sociedade e de deficiência, que culmina nas ações realizadas em prol da inclusão desse público.

Ainda no texto acima, o verbo “acolher” remonta à prática assistencial e caritativa desenvolvida de forma predominante até os inícios da modernidade, com o intuito de amenizar as condições sub-humanas de sobrevivência em que eram relegadas as pessoas com deficiência, como a mendicância e a estigmatização.

A propósito do conflito discursivo discutido nos parágrafos anteriores, atentamos para a luta de poder existente entre os diferentes modelos de conceituação da deficiência e que se manifesta discursivamente. Fairclough (2016) interpreta o poder como hegemonia, isto é, uma constante articulação entre diferentes classes e instituições com vistas a manter determinado grupo e/ou projeto de dominação em destaque, em detrimento da subalternização de outros. O autor britânico, com base na concepção gramsciana, expande os conceitos de poder e hegemonia para que não tratem apenas da relação de uma classe sobre outra economicamente, antes focaliza a luta pelo poder na instabilidade hegemônica, e como esta articula-se e renova-se para manter-se no poder.

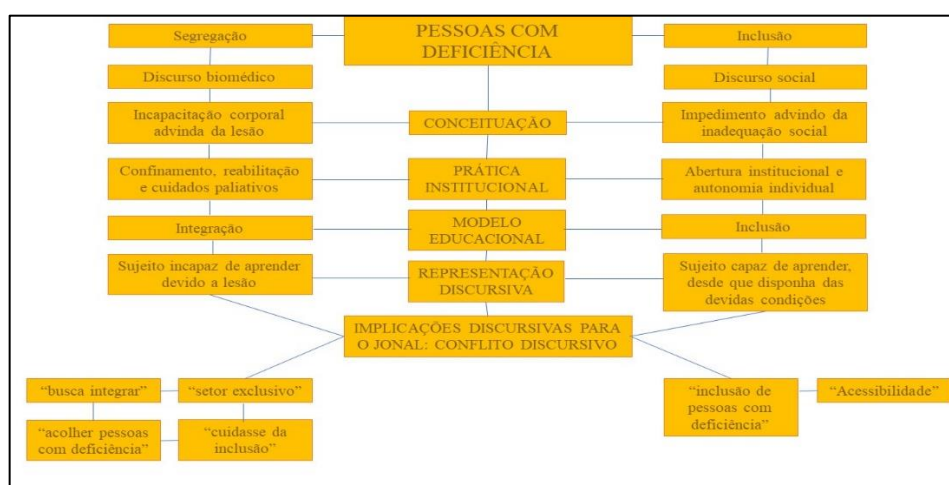
Dessa maneira, a hegemonia do modelo médico sobre o conceito de deficiência e sobre as pessoas com lesões corporais não findou com o advento do modelo social. Embora as críticas e as mudanças operacionalizadas por este modelo tenha posto abaixo muitos paradigmas biomédicos e possibilitado a luta pelos direitos das pessoas com deficiência, e a conseqüente melhoria de suas vidas em diversos aspectos sociais, a constante rearticulação das instituições e ciências biomédicas pela hegemonia da deficiência faz-se notar e sentir, sobretudo através da linguagem, como é o caso dos excertos acima transcritos.

A luta pelo poder dá-se, de acordo com Fairclough (2016), sobretudo através do discurso. Desse modo compreendemos que o conflito discursivo em que se situa o texto

jornalístico no qual se representa a Secretaria de Acessibilidade e o trabalho por ela desempenhado, está inserido em um contexto mais amplo de luta hegemônica de contínua articulação e rearticulação entre as ordens discursivas vinculadas às práticas sociais biomédicas e sociais, e seus elementos (como é o caso dos termos em questão). Cabe salientar ainda, como dissemos anteriormente, que cada campo do saber – seja médico ou social –, possui uma ontologia e epistemologias próprias e, embora o vocabulário possa parecer sinônimo, reflete uma visão do mundo social diferente e, por vezes, oposta. Trata-se de uma estratégia hegemônica mascarar o sentido histórico excludente de determinado termo; esta estratégia inviabiliza a agência dos atores sociais ao criar um contexto de relativa estabilidade estrutural, quando, em contrário, as forças hegemônicas em sua capacidade articulatória perpetuam o poder sobre os eventos, instituições e atores sociais sem tanta mudança aparente.

Tanto o modelo biomédico de deficiência quanto o modelo social ofereceram às ciências educacionais (a pedagogia, a didática, a avaliação educacional, a educação especial), bem como às políticas educacionais, um embasamento conceitual e teórico particular, de modo que em ambos os modelos é possível avaliar uma proposta de modelo discursivo educacional, isto é, um reordenamento das ordens do discurso educacionais, dentro das quais há representações, gêneros e estilos distintos acerca da conceituação de deficiência (no caso desta dissertação, interessa apenas as representações discursivas). Em outras palavras podemos compreender essas duas ordens do discurso⁵², evidenciadas através do vocabulário manifestado no texto, a partir da seguinte sistematização por nós elaborada:

Figura 11 – Esquema histórico-discursivo dos modelos de deficiência.



Fonte: Elaborada pelo autor.

⁵² Aqui não é nossa intenção esgotar a discussão sobre o assunto, mas apresentar mais detidamente os modelos médico e social com que temos trabalhado.

No gráfico da Figura 11 temos a deficiência compreendida a partir de dois movimentos históricos, quais sejam, a segregação, da qual decorre o modelo biomédico, e a inclusão, representada a partir do modelo social. Ambos os modelos, conforme vimos no capítulo 2, possuem uma ontologia e epistemologia próprias a respeito da temática da deficiência e, em consequência, de sua conceituação, das implicações institucionais e educacionais. Com a integração, vinculada epistemologicamente ao modelo biomédico, temos a representação das pessoas com deficiência como incapazes de aprender devido a lesão corporal ou cognitiva. A inclusão, por sua vez, postulada a partir do modelo social, concebe os educandos com deficiência como indivíduos capazes de aprender, desde que oferecidas as devidas condições pedagógicas, institucionais e legais.

Desse modo, a diferença primordial entre essas duas concepções de educação reside na perspectiva adotada: na integração encontra-se no indivíduo lesionado e no fechamento das possibilidades de desenvolvimento a partir disso; já na inclusão o foco é estabelecido no processo de acessibilidade, isto é, nas possibilidades materiais e pedagógicas possíveis para suplantar as necessidades físicas e/ou cognitivas. Diante disso, observa-se, como já pontuamos anteriormente, um conflito discursivo iminente nesse texto ora analisado, por não estabelecerem discursiva e epistemologicamente a fronteira entre ambas as concepções de deficiência e educação. No cerne da luta de poder existente encontra-se a visão biomédica profundamente imbricada nas instituições e demais estruturas sociais.

Observamos que essa representação se revela aparente em outro texto do jornal Folha Acessibilidade, publicado na Edição nº 5, de 2015. O texto “Universidade para Todos” integra a edição comemorativa dos cinco primeiros anos da Secretaria de Acessibilidade, e tem como finalidade apresentar à comunidade acadêmica os avanços em termos de acessibilidade e inclusão na UFC desde a criação do órgão, em 2010. Inicialmente, conforme pontuamos na metodologia, chamamos a atenção para a evolução na produção do texto, com uso de imagens, gráficos e outros recursos multimodais, conforme se vê na figura abaixo.

Figura 12 – Texto Universidade para todos (Edição nº 05).

UFC INCLUI 5 ANOS

Universidade para todos

A Secretaria de Acessibilidade vem atuando desde 2010 na Universidade Federal do Ceará e passos importantes já foram dados na busca por uma educação mais inclusiva.

A Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir é fruto de uma história que começou no dia 30 de agosto de 2010. A ideia de criar uma secretaria que cuidasse da inclusão e permanência de alunos com deficiência surgiu em meados de 2005, quando o Ministério da Educação lançou o programa Incluir, destinado a Instituições Federais de Ensino Superior. Durante o período de 5 anos, de 2005 a 2010, a Professora Vanda Magalhães Leitão, juntamente com as professoras Zilza Santiago e Ana Karina Moraes, criaram o projeto UFC Incluir, com objetivo de atender às especificações do programa além de criar uma instância da UFC que cuidasse da inclusão do aluno com deficiência.

Antes da Secretaria ser institucionalizada, uma comissão foi feita a fim de elaborar e apresentar a proposta de criação de uma estrutura que cuidasse da inclusão e acessibilidade dentro da universidade. “Trabalhamos nessa comissão durante seis meses, fizemos o levantamento por amostragem das condições de acessibilidade da UFC,

pegamos as dimensões arquitetônica e pedagógica, quais são os cursos que já tratavam dessa temática nos seus currículos, quantos alunos tinham com deficiência na UFC”, explica a professora. Após a apresentação da proposta ao Reitor, a Secretaria foi formalizada no dia 30 de agosto de 2010 e Vanda Magalhães, que havia sido uma das precursoras do projeto, era nomeada como diretora do órgão.

Passados os primeiros anos da instalação da Secretaria de Acessibilidade UFC inclui, foram criadas as diferentes divisões que compõem hoje a unidade: a Divisão de Tecnologia Assistiva, Divisão de Apoio Pedagógico, Divisão Administrativa, Divisão de Edição e Produção de Materiais Bibliográficos Acessíveis e Divisão de Tradução e Interpretação de Libras (ver quadro pág. 6).

Tipos de deficiências: Quantitativo

Tipo de Deficiência	Porcentagem
Visual	37%
Auditiva	28%
Múltiplas	14%
Física	4%

No gráfico acima, a porcentagem dos tipos de deficiência entre os alunos da universidade. No final de 2014, o total de alunos nessa situação era de 34. O número ainda é baixo se considerarmos o número de pessoas com deficiência no Brasil.

Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade.

A reportagem mantém com outros textos já publicados em edições passadas uma relação intertextual direta, tanto em excertos semelhantes quanto nas escolhas dos tópicos abordados. Desse modo, como no primeiro texto analisado, a reportagem empreende uma propaganda do trabalho realizado pela secretaria, conforme se lê na manchete escolhida “Universidade para todos”. Os excertos abaixo, encadeados intertextualmente ao texto analisado anteriormente, reforçam a representação da secretaria como uma instituição criada para cuidar e acolher os estudantes deficientes no interior da universidade. Assim dizem os excertos:

A ideia de criar uma secretaria que **cuidasse da inclusão** e permanência de alunos com deficiência surgiu em meados de 2005 [...].

[...] além de criar uma instância da UFC que **cuidasse da inclusão** do aluno com deficiência.

[...] uma comissão foi feita a fim de elaborar e apresentar a proposta de criação de uma estrutura que **cuidasse da inclusão** e acessibilidade dentro da universidade.

Entretanto, não é objetivo do órgão absorver todas as ações referentes à inclusão, pois a tarefa de **acolher pessoas com deficiência** diz respeito a todos. (SOARES; CARDOSO; OLIVEIRA, 2015, p. 5).

Conforme apresentamos na figura acima, os termos “cuidasse”, “acolher” fazem parte das representações sobre a pessoa com deficiência historicamente construídas pelo discurso biomédico. Com efeito, a temática do cuidado e do acolhimento foi predominante na prática médica e educacional destinadas ao público deficiente, desde a constituição da modernidade até a primeira metade do século XIX. Em razão dos discursos incapacitantes defendidos pelas ciências biomédicas, as pessoas com diferentes lesões corporais não tinham autonomia de decidir o que era melhor para si, tampouco “cuidar” de suas próprias necessidades e de envolver-se na vida social e laboral. Desse modo, relegadas a instituições que as acolhiam e respondiam legalmente por elas em tudo, com as portas do mercado de trabalho, das escolas e da possibilidade de desenvolverem uma vida em sociedade fechadas, o discurso da dependência e do cuidado predominou no cenário das sociedades modernas.

Os discursos incapacitantes traziam a representação de que essas pessoas eram não somente invalidas para as forças de produção, mas também para gerir as próprias vidas e de lutar por seus direitos, necessitando de instituições que cuidassem delas e de seus interesses. Na argumentação empreendida pela Upias, a autonomia dos deficientes devia ser compreendida como um direito fundamental desse público, não somente na direção orgânica e corporal do indivíduo lesionado, mas também na defesa dos próprios direitos e na liberdade de decidir o que é melhor para si (UPIAS, 1976).

Oliver (1994, 1996) disserta sobre os efeitos incapacitantes da linguagem tomando como base os conceitos de cuidado e acolhimento na prática inclusiva. De acordo com o autor,

Ao vincular a linguagem à política por meio da noção de discurso, Ignatieff⁵³ argumenta que o discurso da provisão de bem-estar, que enfatiza a compaixão, o cuidado e o altruísmo, é inadequado quando aplicado a um segundo discurso, o da cidadania. [...] Portanto, a vinculação do cuidado ao bem-estar tem consequências infelizes porque serviu para negar às pessoas seus direitos como cidadãos. [...] Assim, a própria linguagem da provisão de bem-estar serve para negar às pessoas com deficiência o direito de serem tratadas como indivíduos totalmente competentes e autônomos, como cidadãos ativos⁵⁴ (OLIVER, 1994, p. 6-7, tradução nossa).

Para o autor, o discurso do acolhimento e do cuidado coloca em segundo plano a luta discursiva pelos direitos de cidadania das pessoas com deficiência. Desse modo, ao

⁵³ IGNATIEFF, M. Citizenship and Moral Narcissism. *Political Quarterly*. 1989.

⁵⁴ Em inglês: “*In linking language to politics through the notion of discourse, Ignatieff argues that the discourse of welfare provision which emphasizes compassion, caring and altruism, is inappropriate when applied to a second discourse, that of citizenship. [...] Hence the linking of caring to welfare has unfortunate consequences because it has served to deny people their entitlements as citizens. [...] Thus the very language of welfare provision serves to deny disabled people the right to be treated as fully competent, autonomous individuals, as active citizens.*”

representar a Secretaria de Acessibilidade como um órgão que acolhe ou busca integrar as pessoas com deficiência na universidade, o texto filia-se interdiscursivamente a representações hegemônicas e historicamente segregativas que concebem esse público como indivíduos dependentes, alvo de cuidados biomédicos, além de perpetuar um projeto de poder estigmatizante vinculado ao assistencialismo.

Além disso, vemos, conforme pontua Oliver (1984), que o discurso do cuidado é posto em conjunto ao discurso da cidadania e dos direitos sociais, como se lê em “cuidasse da inclusão” e “acolher pessoas com deficiência”. O termo cuidado, como pontuamos acima, filia-se semântica e historicamente ao discurso biomédico da incapacidade e da dependência, enquanto o termo inclusão começa a fazer parte dos significados da deficiência a partir da virada sociológica ocorrida na década de 1970.

É importante mencionar que, a partir desses estudos, a nomenclatura referente à deficiência passou a ser compreendida sob a ótica da identidade social, que fundamenta politicamente o grupo de pessoas com deficiência. Isto quer dizer que termos como desvalidos, excepcionais outrora empregados para amenizar o significado da deficiência, orientados pelo viés biomédico (LEITÃO, 2014), passaram a ser entendidos como opressores e contrários a identidade social desse grupo por fazer referência não às lutas, mas ao organismo lesionado. Dessa forma, também analisamos como conflitante a junção dos termos acolher e pessoas com deficiência, visto que este último se insere no conjunto identitários e de direitos do público deficiente, opostos às práticas de acolhimento terapêutico das instituições médicas.

Outro ponto importante reside no fato de que a organização política das pessoas com deficiência é negada em detrimento da individualização. Isso é problemático e representa, dentro da cadeia de efeitos potenciais que o texto pode gerar, uma concepção ideológica acerca dos indivíduos e das organizações deficientes. Explicamos mais detidamente: para o modelo social, a deficiência é iminentemente política, ocasionada pelo ordenamento sócio-histórico segregativo que parte das lesões individuais como justificativa à exclusão. Desse modo, ao empregar um vocabulário ligado semântica e historicamente a práticas de cuidado, assistência e medicalização, o texto pode corroborar, de um lado, para o enfraquecimento das lutas sociais das organizações e movimentos das pessoas com deficiência em prol de sua efetiva inclusão no Ensino Superior, e de outro lado, para o fortalecimento da concepção de deficiência como uma lesão corporal a ser tratada.

De acordo com Oliver (1994, p. 8, tradução nossa), “[...] tais discursos são uma base inadequada para desenvolver um discurso adequado de provisão de bem-estar e prática profissional, e que a linguagem do especial é uma base inadequada para desenvolver um

discurso adequado sobre escolas e ensino⁵⁵”. Encontramos nessa asserção de Oliver uma base sólida para justificar nosso posicionamento analítico acerca da luta hegemônica e do conflito de poder existentes nos textos analisados, os termos conflitantes empregados como sinônimos escondem a tentativa latente de rearticulação do discurso biomédico em face da hegemonia da deficiência e das políticas educacionais para pessoas com deficiência.

Esses termos empregados nos textos sem a devida crítica operacionalizam na luta discursiva uma *dissimulação* (THOMPSON, 2011) da ideologia biomédica, ao representar a inclusão como um fenômeno de cuidado e acolhimento. Para Thompson (2011), a dissimulação é um *modus operandi* da ideologia operacionalizado para obscurecer ou tirar o foco da opressão que está sendo sustentada no texto. Com efeito entendemos que os efeitos potenciais gerados pelos textos cooperam para que os constrangimentos estruturais historicamente construídos acerca da deficiência como *locus* de acolhimento e cuidado se perpetuem inviabilizando a mudança sócio-discursiva para pessoas com deficiência na UFC.

Observamos, desse modo, que esses discursos estão engendrados na estrutura constitutiva da secretaria, ainda que sob a égide de uma instituição para a garantia do direito a inclusão e acessibilidade. Esse fato encontra-se respaldado quando analisamos o silenciamento e apassivamento sistemático das vozes das pessoas com deficiência, a partir da análise intertextual dos textos. Na constituição da Upias, conforme vimos no capítulo 2, tem-se a proposição de que as instituições voltadas para as lutas e pautas das pessoas com deficiência teriam a responsabilidade ser porta-vozes desse público, sendo um canal institucional e democrático para que suas vozes fossem ouvidas e suas pautas debatidas.

O próximo texto analisado intitula-se *O Projeto Acessibilidade em Ação*, de autoria do técnico em educação da Secretaria de Acessibilidade Davi Cândido. O texto vincula-se ao gênero jornalístico comentário e ao pré-gênero narrativa. Nele, o autor apresenta a construção do projeto Acessibilidade em Ação, do qual o jornal faz parte. Elegemos, de modo particular, a categoria *interdiscursividade*, que compreende “[...] à identificação dos discursos articulados e da maneira como são articulados” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 72). Selecionamos para esta análise um excerto que representa a acessibilidade e a inclusão na UFC a partir de diferentes discursos.

Destacamos que o sentimento de pertença e identificação *está* intimamente relacionado ao conhecimento que *temos* de algo, então *quanto mais nos* apoderamos

⁵⁵ Em inglês: “[...] *discourses are an inappropriate basis to develop a proper discourse of welfare provision and professional practice and that the language of the special is an inappropriate basis to develop a proper discourse about schools and teaching.*”

destas informações e *quanto mais* significado elas fazem *para nós, mais nos* sentimos parte integrante desta história, *mais aumenta* esse sentimento e *nosso* compromisso e dedicação com este trabalho. (SILVA, 2014, p.1).

Por meio de modalidades deônticas categóricas marcadas pelos verbos sublinhados (*destacamos, está, temos*), o autor mostra um alto nível de obrigatoriedade com o discurso “conhecimento-sentimento de pertença”, que embasa grande parte do modelo de produção contemporânea, e compromete também os potenciais leitores do texto (a comunidade acadêmica, para a qual o jornal é distribuído em primeiro lugar, mas também outros públicos, como professores e gestores de escolas públicas, participantes dos eventos promovidos pela secretaria), conforme é possível observar a partir do uso excessivo de expressões no plural (*destacamos, temos, quanto mais nos, para nós, mais nos, nosso*). Desse modo, essa obrigatoriedade é tomada como uma verdade universal.

O texto trata especificamente das dimensões pedagógica e atitudinal da acessibilidade; portanto, da promoção de condições de conhecimento e reflexão acerca da deficiência e da inclusão. Todavia, a argumentação defendida pelo autor é problemática em dois sentidos: O uso corrente de nominalizações do processo mental *sentir*, como “sentimento”, “sentimos” e “sentimento”, [...] retiram a temática da acessibilidade e da inclusão do campo dos direitos humanos e sociais e, portanto, do campo do interesse público, para o campo do indivíduo e dos sentimentos que este pode ter face a apropriação de conhecimentos sobre essa temática. Com isso, há uma contradição argumentativa na posição do autor, ao contrastar a necessidade universal do conhecimento especializado *com vistas à* promoção da acessibilidade e da inclusão, por meio do emprego retórico do plural, com a defesa do empenho e da dedicação individual para a consecução dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria. Este fato é corroborado pelo emprego de expressões como *sentimento de pertença e identificação, apoderamos, sentimos parte, compromisso e dedicação*. Atentamos ainda para a exclusão, no texto, da responsabilização do estado e da própria universidade na promoção de condições de acessibilidade e inclusão.

Essa construção discursiva é ratificada através da descrição de como o Projeto teve início, no primeiro parágrafo do texto. De acordo com o autor, essa iniciativa foi pensada a partir de uma “conversa” entre o “Técnico em Assuntos Educacionais da Secretaria de Acessibilidade UFC-Inclui” e um “bolsista de Extensão do Programa de Educação Inclusiva e Acessibilidade – PEIA”. De acordo com Fairclough (2003), a conversa é considerada um gênero desencaixado, isto é, faz parte da atividade de diferentes práticas sociais (ex.: conversa entre amigos, conversa médica etc.) e, embora conversar seja uma atividade frequente no

contexto acadêmico, o emprego desse gênero na descrição do início do Projeto desvela uma tentativa de aproximar a prática midiática do mundo da vida; isso fica ainda mais saliente com o emprego dos participantes mentais “angústias” e “expetativas” para representar o cotidiano laboral desenvolvido na Secretaria. Com efeito, embora o gênero desencaixado conversa faça parte do contexto universitário, ordinariamente as decisões referentes ao planejamento das ações acadêmicas, bem como, deliberações de ordem comum, são tomadas mediante reunião de colegiado e documentadas em ata. Há nessa opção lexical a inscrição numa tendência midiática pós-moderna de colonizar o mundo da experiência cotidiana com a expressões próprias da vida institucional e burocrática, e vice-versa (FAIRCLOGH, 2003). Na seção que se segue apresentamos as vozes que representam as dimensões de acessibilidade, e para isso escolhemos as categorias de *intertextualidade* e *interdiscursividade*.

5.2 Intertextualidade e interdiscursividade na representação das dimensões de acessibilidade

Na seção anterior, analisamos as representações discursivas da Secretaria de Acessibilidade em textos publicados no jornal Folha Acessibilidade. Nesta segunda seção intentamos responder o primeiro objetivo específico, qual seja: identificar quais relações intertextuais e interdiscursivas sobre a acessibilidade e a inclusão são articuladas, e o modo como o são, nos textos do jornal Folha Acessibilidade. Para tanto, elegemos como categorias principais neste momento analítico a intertextualidade e a interdiscursividade. Como já nos discorreremos acerca da explicação desses conceitos analíticos (ver subseção 3.3.1 – Intertextualidade e interdiscursividade), aqui nos deteremos em apresentar como os diferentes textos (ou vozes), proferidos por atores sociais diversos, em dado tempo e espaço histórico e social específicos, sobre as dimensões de acessibilidade, são articulados, legitimados ou refutados nos textos publicados.

Com efeito, a intertextualidade, entendida como a propriedade que os textos têm de representarem outros textos, ou vozes, passadas, e anteciparem textos futuros, é uma característica fundamental no discurso jornalístico. Na prática jornalística, as reportagens, notícias, artigos dentre outros gêneros, são construídos de modo a estabelecer relações diretas e indiretas com vozes de diferentes atores sociais, individuais e institucionais. Essas relações podem ser de conflito ou harmonia, pois, como afirmam Resende e Acosta (2018, p. 438), “[...] ao dar maior ou menor espaço a uma voz, mais ou menos explicitamente, o/a autor/a do texto demonstra qual o seu alinhamento e qual a importância que atribui às vozes que atualiza em seu

ato linguístico”. Desse modo, os textos jornalísticos, a partir das relações intertextuais e interdiscursivas estabelecidas, vinculam-se a discursos específicos e a projetos de poder; são, portanto, ideológicos.

Nesta seção focalizamos, dentre os textos que compõem o *corpus* (ver quadro 4), as vozes dos diferentes atores sociais representados, com o intuito de compreender as relações intertextuais e interdiscursivas estabelecidas na representação das dimensões de acessibilidade na UFC, bem como do processo de inclusão institucional e dos estudantes com deficiência. Além disso, intentamos observar quais vozes são legitimadas e quais são excluídas, e o modo como o são, assim como compreender as estratégias argumentativas dos autores dos textos ao empregarem tais vozes para legitimar ou não esses processos. No quadro abaixo especificamos os textos dos quais extraímos as vozes para este momento analítico.

Quadro 13 - Organização quantitativa das vozes extraídas dos textos.

NÚMERO DO TEXTO	EDIÇÃO	TÍTULO	QUANTIDADES DE VOZES SELECIONADAS
1	4	Por que acessibilizar a web?	1
2	5	Tecnologia a serviço de todos	4
3		Universidade para todos	6
4		III Semana de Inclusão e Acessibilidade na UFC	4
5	6	II Acessibilidade em Ação: professores recebem formação sobre acessibilidade e inclusão	2
6		Do Ceará à Paralimpíada Rio 2016	2
7		Enfrentamento das dificuldades de inclusão na Universidade Federal do Ceará	5
8		Inserindo pessoas com deficiência no mercado, Lei de Cotas completa 25 anos	2
9	7	Editorial	2
10		Janela de Libras torna UFCTV acessível	4
11		Projeto Praia Acessível quebra barreiras e leva pessoas com deficiência ao mar ⁵⁶	2
12		Número de estudantes com deficiência na UFC continua a crescer, aponta Censo	2
13	8	Núcleos de acessibilidade expandem projetos inclusivos para o Interior	1
14		V Semana de Inclusão e Acessibilidade	4
15		Jogos analógicos acessíveis como ferramentas de pedagogia e diversão	5
16		Acessibilidade Atitudinal: adaptação de espaços físicos junto a inclusão sociocultural	1
17		Programa apoia conteúdo acessível no cinema	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

⁵⁶ Optamos por não incluir todas as citações constantes neste texto, por representar uma entrevista.

Nesse quadro explicitamos a quantidade de vozes extraídas de cada texto. Desse modo, o critério empregado para a escolha dos textos, dentro do *corpus* estabelecido (ver Metodologia, subseção 4.3), é que neles estivessem representadas as vozes de diferentes atores sociais, por discurso direto ou indireto. Sabemos que todos os textos são constituídos intertextualmente (FAIRCLOUGH, 2016); todavia, para fins analíticos, optamos por não incluir neste momento os textos que não apresentassem vozes demarcadas por recursos intertextuais, como citação e verbos *discendi*.

Por conseguinte, as vozes representadas por meio de citação direta estão marcadas, nos textos, por aspas e verbos *dicendi*; já as citações indiretas são marcadas por verbos *dicendi* ou por referência ao seu autor, como no excerto 2, proferido pelo Servidor da Secretaria de Acessibilidade Eurijunior: “Segundo ele, a feira teve um enfoque na deficiência física, trazendo produtos que ajudam a minimizá-la”.

Um fato importante é a sinalização, nos textos, dos(as) autores(as) das vozes, sejam individuais, como professores, bolsistas e servidores da secretaria; institucionais, como citações do IBGE; ou legais, com citações de leis e decretos relacionados à temática da inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência no Ensino Superior. Abaixo apresentamos os excertos selecionados a fim de que tenhamos um panorama geral e quantitativo dessas vozes; todavia, para a consecução da análise das representações das dimensões de acessibilidade, organizamos as citações em temas (ex. acessibilidade pedagógica, atitudinal, tecnológica, legal) para compreendermos as teias intertextuais e interdiscursivas que fundamentam essas representações.

(1) Com base nos dados do último censo do IBGE, cerca de 30 por cento da população brasileira possui algum tipo de deficiência [...].

(2) Segundo ele, a feira teve um enfoque na deficiência física, trazendo produtos que ajudam a minimizá-la [...]. “As grandes inovações que você observa lá são relacionadas a essa parte da deficiência motora. Muita coisa para cadeirante, como cadeiras motorizadas, cadeiras que fazem o cadeirante ficar em pé e adaptações para motorizar qualquer cadeira”, conta Eurijunior [...].

“As tecnologias assistivas permitem às pessoas com deficiência estarem no mesmo patamar das pessoas que não tem. Elas dão uma espécie de equidade”, finaliza Eurijunior Sales.

(3) “Eu percebo que já houve avanços de atitudes com relação à pessoa com deficiência e como se relacionar com elas. Coordenadores de cursos de graduação preocupados com alunos que chegam, preocupados com a questão da acessibilidade da sua unidade.” [...] Entretanto, Vanda destaca que há desafios a serem enfrentados. “As pessoas que não compreendem o que é um aluno cego, não sabem lidar e têm medo quando se deparam com aluno que tenha deficiência, entretanto têm a iniciativa de nos procurar e pedir ajuda”

(4) A aluna de pedagogia e bolsista da Secretaria, Ana Roberta Bernardo, destaca que

o seu trabalho na unidade teve grande importância em sua formação humana [...] “Eu aprendi muitas coisas. Não só teoria, não só leis, mas a como lidar com as pessoas com deficiência, acho que a mudança foi mais humana mesmo”, relata Roberta.

(4) “A Secretaria não tem modelo de atendimento. O que surgem são demandas muito singulares de cada caso, os cursos são diferenciados e os alunos tem necessidades diferenciadas”. [...] Vanda destaca que a Secretaria atua com ajuda de outros órgãos da Universidade, tais como a biblioteca, a Pró-Reitoria de Graduação e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

(5) “Tentamos proporcionar à comunidade acadêmica e à comunidade em geral a oportunidade para obter adequadamente informação sobre a inclusão, não somente na Universidade, mas também fora dela”, explicou Davi Cândido, um dos organizadores do evento.

(5) Para a pedagoga Bernadete Porto, para trabalhar com turmas heterogêneas e respeitar as diferenças, é preciso entender a sala de aula como um espaço de interação. A sala de aula é um conjunto de troca de experiências.

(5) “Temos de nos aproximar delas para sabermos suas necessidades, as mais básicas.” afirmou a professora.

(6) Cadeirante desde os 26 anos, David questionou-se sobre a capacidade de praticar um esporte que requer muita agilidade. “As pessoas não acham que seja a mesma responsabilidade do esporte olímpico, mas a gente (paratletas) tem a mesma responsabilidade, e o resultado é muito mais significativo”, queixou-se.

(7) Segundo dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no censo demográfico de 2000, o número de pessoas com deficiência era de 24.600.256, ou 14,5% da população brasileira.

(7) De acordo com o censo de 2010, dentre os deficientes do País, 18,60% tem deficiência visual, 7% deficiência motora, 5,10% auditiva, 1,40% têm deficiência mental ou intelectual.

(7) Na legislação que contempla esses direitos, o Decreto nº 5.296, de 2004, que detalha a obrigatoriedade do atendimento prioritário, as condições arquitetônicas de acessibilidade, entre vários outros direitos desse público. Mais recentemente, em 2015, tem-se o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que prevê uma série de direitos da pessoa nessa condição.

(7) A estudante de Letras-Italiano Neyara Rebeca conta sua experiência sobre o tema. Rebeca possui baixa visão e precisou de muita ajuda para andar na Universidade. Agora no final da graduação, a estudante fala que consegue se locomover melhor pelos espaços do CH1, local onde estuda (T7Ed6). Contudo, ressalta que a acessibilidade ainda precisa ser garantida. “É muito difícil andar no campus sozinha. Eu entrei na UFC em 2011 e, agora, em 2016, é que estou com um pouco mais de autonomia”, relata Rebeca.

(8) A Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência completa 25 anos em 24 de julho. Criada em 1991, a lei estabelece que empresas com mais de 100 funcionários devem preencher entre 2% e 5% de suas vagas com trabalhadores que apresentem algum tipo de deficiência.

(8) Outro avanço importante é a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), sancionada pela Presidência da República no dia 6 de julho de 2015, que começou a vigorar em 2 de janeiro deste ano. Também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, a nova lei precisou de 15 anos para ser aprovada. A LBI veio para garantir direitos nas áreas de saúde, educação, trabalho e infraestrutura das cidades.

(9) O filósofo, político e orador romano Cícero já dizia que lazer deve ser realizado com dignidade; o francês Baudelaire, no poema “O homem e o mar” realçava: “Homem livre, o oceano é um espelho fulgente/Que tu sempre hás-de amar. No seu dorso agitado,/Como em puro cristal, contemplas, retratado,/Teu íntimo sentir, teu coração ardente”.

(10) Laerte Santos, técnico de multimídia responsável, comenta: “Com o uso da janela de Libras no programa *UFCTV*, as informações chegam aos surdos sem a barreira linguística. Assim, imagino que aumentará a participação dos alunos e professores surdos nos acontecimentos da UFC”.

(10) Jonathan Sousa e Jocelma Lima, responsáveis pela tradução em Libras do programa, ressaltam algumas dificuldades ainda enfrentadas. “Aqui, no Brasil, ainda não tem intérprete especialista, como há em outros países. Aqui o intérprete é para a área jurídica, médica, polivalente”, afirma Jonathan.

(11) Dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 2.340.150 de pessoas possuem deficiência no Ceará, ou seja, 27,69% da população.

(11) Segundo o portal do Governo do Estado, o investimento realizado nos equipamentos é de aproximadamente R\$ 400 mil, enquanto a Prefeitura se responsabiliza pela infraestrutura e logística.

(12) Número de estudantes com deficiência na UFC continua a crescer, aponta Censo.

(12) Dessa forma, cada vez mais são aprovadas leis específicas que tratam dos critérios básicos para a promoção da inclusão e da acessibilidade. Na legislação que contempla esses direitos, o Decreto Federal nº 5.296, de 2004, detalha a obrigatoriedade do atendimento prioritário, as condições arquitetônicas de acessibilidade, entre vários outros direitos desse público. Mais recentemente, em 2015, criou-se lei Brasileira de Inclusão, que prevê uma série de direitos da pessoa nessa condição.

(13) De acordo com a Profª Vanda, “adotar uma Política de Acessibilidade implica em várias mudanças, considerando-se as transformações físico-espaciais, adaptações didático-pedagógicas-curriculares, linguístico-comunicacionais e tecnológicas, que em última instância implicam em modificações de atitudes perante as necessidades demandadas pelo público-alvo das ações de acessibilidade, ou seja, as pessoas com deficiência, com altas habilidades e/ou com transtorno do espectro autista (TEA)”.

(14) Para Davi Cândido, organizador e mediador do evento, “O novo formato visa permitir a troca de conhecimentos entre pesquisadores, além de apresentar o que está sendo produzido dentro e fora da UFC”.

(14) A professora Rosemeire Barbosa, que trabalha com Atendimento Educacional Especializado e está participando pela terceira vez da Semana de Inclusão e Acessibilidade, resalta a importância dos profissionais da Pedagogia participarem de eventos como esse para complementarem sua formação e discutirem sobre o tema dentro e fora da sala de aula.

(14) Francisco, que participou pela primeira vez nesta edição, destaca que esse formato de apresentações “democratiza a participação na universidade, expõe o que está sendo feito e permite também uma troca de experiências muito mais fluida e intensa”.

(14) O estudante argumenta ainda que “a partir do momento em que o trabalho é exposto, a comunidade consegue maturá-lo através de críticas construtivas com base no que foi apresentado em outros projetos”.

(15) A educadora física trabalha com alunos com deficiência em uma escola pública do município de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza. “A atividade física de modo geral – recreações, jogos, brincadeiras – e o fato de não estar preso só às aulas, ajuda a desenvolver algumas habilidades como coordenação motora, iniciativas de cooperação e socialização com os colegas. E é uma coisa que encanta as crianças e os adolescentes, eu vejo o interesse deles por essas atividades”, conta Betiza.

(15) Maria Carlizeth da Silva, que adquiriu a cegueira durante a infância, explica que sentia falta de jogos adaptados na época da escola, e só foi ter acesso a eles na fase adulta [...]. “Esses jogos me ajudam bastante na questão motora, na atenção; se for em computador, na questão auditiva, sem falar da diversão e a sensação de ganhar o jogo. Eles são bons tanto para o entretenimento, como para educação”, explica.

(15) “A priori, foi pensado só uma sensibilização na carta com textura, com as letras maiores, para facilitar o jogo. Mas a gente viu que a carta iria ficar quase em alto relevo, o que poderia atrapalhar na hora de embaralhar”, explica Davi.

(15) Maria Carlizeth foi uma das primeiras pessoas com deficiência a testar o baralho. Ela fala que o novo formato do baralho ajuda porque os tradicionais com braile podem apagar os relevos ao longo do tempo. “Achei o jogo bem interessante. Primeiro usei o jogo virtual para conhecer o esquema do jogo, para depois jogar com as cartas físicas”, explica Carlizeth.

(15) “Apesar do sucesso no teste de nosso primeiro protótipo, pretendemos desenvolver uma segunda versão na qual não se faça uso de um computador pessoal ligado aos leitores. Para tanto, faremos uso da tecnologia de micro controladores tornando o jogo portátil e ágil”, completam os idealizadores do projeto.

(16) A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, documento mundialmente adotado (inclusive pelo Brasil) com propostas de acessibilidade, traz uma orientação para espaços físicos: o desenho universal. [...] Segundo o documento, o desenho de todos os espaços deve levar em conta dimensões sociais, históricas e antropológicas, além de aspectos de usabilidade e ergonomia.

(17) A acessibilidade para deficientes visuais e auditivos nas salas de cinema está prevista na Lei Brasileira de Inclusão, Lei 13.146 de 2015. A lei fixou um prazo máximo de quatro anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, para que as salas de cinema brasileiras ofereçam, em todas as sessões, os recursos de acessibilidade: legenda, legenda oculta, audiodescrição e Língua Brasileira de Sinais (Libras). (FOLHA ACESSIBILIDADE, 2014-2017).

Essas citações, retiradas dos textos publicados no jornal Folha Acessibilidade, representam diferentes vozes acerca do processo de acessibilidade e inclusão na UFC. Com efeito, os(as) atores sociais incluídos nos textos expressam opiniões pessoais sobre os eventos realizados pela secretaria, sobre sua experiência com as dimensões de acessibilidade na UFC e sobre o contato com pessoas com deficiência e com os estudos sobre inclusão, como é possível perceber nas seguintes vozes: “Eu percebo que já houve avanços de atitudes com relação à pessoa com deficiência e como se relacionar com elas”; “Eu aprendi muitas coisas. Não só teoria, não só leis, mas a como lidar com as pessoas com deficiência, acho que a mudança foi mais humana mesmo, relata Roberta”; “Tentamos proporcionar à comunidade acadêmica e à comunidade em geral a oportunidade para obter adequadamente informação sobre a inclusão,

não somente na Universidade, mas também fora dela, explicou Davi Cândido, um dos organizadores do evento”; “Contudo, ressalta que a acessibilidade ainda precisa ser garantida. ‘É muito difícil andar no campus sozinha. Eu entrei na UFC em 2011 e, agora, em 2016, é que estou com um pouco mais de autonomia’, relata Rebeca”.

Além disso, são trazidas para a argumentação vozes institucionais, que representam questões burocráticas e legais a respeito da inclusão, da acessibilidade e da deficiência, como os Censos realizados pelo IBGE e pela UFC, e as diferentes leis e decretos sobre acessibilidade e inclusão, que ilustramos: “Com base nos dados do último censo do IBGE, cerca de 30 por cento da população brasileira possui algum tipo de deficiência [...]”; “Segundo dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no censo demográfico de 2000, o número de pessoas com deficiência era de 24.600.256, ou 14,5% da população brasileira”; “De acordo com o censo de 2010, dentre os deficientes do País, 18,60% tem deficiência visual, 7% deficiência motora, 5,10% auditiva, 1,40% têm deficiência mental ou intelectual”; “Criada em 1991, a lei estabelece que empresas com mais de 100 funcionários devem preencher entre 2% e 5% de suas vagas com trabalhadores que apresentem algum tipo de deficiência”; “A Universidade Federal do Ceará, de acordo com o Censo 2016.1 realizado pela Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui, conta com 50 alunos surdos, dentre os quais 46 cursam Letras”.

A fim de melhor visualizarmos a distribuição textual dessas vozes, organizamos abaixo um quadro com a indicação de autoria da voz representada nos textos, bem como a quantidade de vezes que são citadas, seja por discurso direto ou indireto.

Quadro 14 – Vozes nos textos do jornal Folha Acessibilidade.

VOZES	QUANTIDADE DE CITAÇÕES
IBGE	04
Eurijunior	04
Professora Vanda Leitão	04
Ana Roberta Bernardo (bolsista)	02
Davi Cândido (técnico da secretaria)	02
Convidados (eventos)	01
Pedagoga Bernadete Porto	01
Professora Marlúcia Chagas	01
Davi (paratleta)	02
Legislação	06
Estudante Neyara Rebeca	02
Literatura (poeta Cícero)	01
Censo UFC	02
Laerte Santos (técnico da	01

secretaria)	
Jonathan Sousa e Jocelma Lima (estudantes)	01
Portal do Governo	01
Idealizadores do projeto	01
Professora Rosemeire Barbosa	01
Francisco	02
Betiza (educadora física)	01
Maria Carlizeth da Silva (técnica da secretaria)	02

Fonte: Elaborado pelo autor.

No quadro acima estão sistematizadas as vozes, isto é, os textos proferidos por diferentes atores individuais e institucionais, agrupados nos textos. Os atores individuais (funcionários da secretaria, estudantes, professores e demais convidados) são representados 16 (dezesseis) vezes nos textos, e suas falas são citadas 29 (vinte e nove vezes). Com exceção dos termos “convidados” e “idealizadores do projeto”, todos os outros são incluídos através da nomeação formal, ou seja, através do nome próprio. Além disso, as nomeações são tituladas, aludindo à profissão dos atores, como podemos constatar pela adição do termo professor/a 04 (quatro) vezes, ou de seus correlatos “pedagoga” e “educadora física”.

Como dissemos anteriormente, organizamos as vozes a partir dos eixos temáticos a fim de compreendermos como elas representam as dimensões de acessibilidade. Desse modo, observamos que as vozes e os discursos contemplam quatro dimensões principais de acessibilidade, quais sejam: acessibilidade pedagógica, atitudinal, informacional e legal. Salientamos que tomamos essas vozes como indicadores das relações intertextuais e interdiscursivas estabelecidas. Por essa razão, nas análises a seguir, combinamos os excertos apresentados com outros textos verbais e multimodais dos jornais.

5.2.1 Acessibilidade pedagógica

Ao tomarmos os excertos das vozes expressas no jornal Folha Acessibilidade, é possível perceber que os/as professores/as são atores sociais frequentemente representados nos textos publicados. São pelo menos 5 (cinco) representações, distribuídas nos textos que abordam a temática atitudinal e pedagógica da acessibilidade na UFC. A respeito disso, a partir da Edição nº 5, de 2015.1, o jornal passa a noticiar os eventos acadêmicos realizados pela secretaria, como, por exemplo, a Semana de Inclusão e Acessibilidade na UFC e o

Acessibilidade em Ação. Esses eventos têm o objetivo de promover o debate e a experiência prática acerca da acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência, tanto no contexto da UFC, quanto na educação básica, conforme expresso nos objetivos do Projeto Acessibilidade em Ação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2021).

Por causa disso, professores de diferentes níveis de ensino são convidados para palestrar e/ou participar dos eventos. Cabe ressaltar que também estudantes universitários podem participar como ouvintes ou na modalidade de apresentação de pesquisas realizadas dentro dessa temática. Na Figura 13, a seguir, apresentamos a matéria intitulada “III Semana de Inclusão e Acessibilidade na UFC”, na qual está representado o evento de mesmo nome.

Figura 13 – Texto III Semana de Inclusão e Acessibilidade na UFC (Edição nº 05)

FORMAÇÃO

III Semana de Inclusão e Acessibilidade na UFC

Evento trouxe discussões sobre as formas de educação inclusiva e não-discriminatória.

A qualidade de ensino é uma das maiores reivindicações daqueles que trabalham por uma educação melhor. Mas a necessidade de encontrar meios que, de fato, tornem a educação inclusiva uma realidade ainda é grande. Neste sentido, a Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui, em parceria com a Comunidade de Cooperação e Aprendizagem Significativa da UFC (CASA), realizou no mês de junho a III Semana de Inclusão e Acessibilidade (SIA). O evento chegou a sua terceira edição neste ano e teve como temática a Formação de Professores.

A SIA tem caráter formativo. Nesse sentido, pretende favorecer e incentivar a discussão e aprofundar temas sobre acessibilidade. O evento promove palestras, mesas redondas e ciclos de debates voltados para os âmbitos conceitual, arquitetônico, atitudinal e pedagógico. “Tentamos proporcionar à comunidade acadêmica e à comunidade em geral a oportunidade para obter adequadamente informação sobre a inclusão, não somente na Universidade, mas também fora dela”, explicou Davi Cândido, um dos organizadores do evento.

Professores e especialistas na área da educação inclusiva participaram de debates nos três dias do evento, que contou com a participação massiva de educadores de Fortaleza e também do interior. Os convidados falaram sobre a importância de conceber métodos de efetiva formação de professores. Para a pedagoga Bernadete Porto, para trabalhar com turmas heterogêneas e respeitar as diferenças, é preciso entender a sala de aula como um espaço de interação. A sala de aula é um conjunto de troca de experiências.

Os participantes tiveram ainda a oportunidade de conhecer experiências de inclusão que deram certo em algumas escolas. Na Escola Monsenhor Linhares, por exemplo, atividades laborais de leitura e exercícios físicos, além de debates sobre filmes acontecem frequentemente. Elas fazem parte de um programa coordenado pela professora Marlúcia Chagas, que participou do evento e relatou várias experiências que buscam tornar a educação inclusiva realidade.

Paulo Cardoso ■

Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade.

O evento, conforme representado na matéria acima, tratou da educação inclusiva e da educação não discriminatória, e teve como temática a formação de professores. O processo de inclusão de estudantes com deficiência tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior,

provocou mudanças estruturais e pedagógicas profundas, e trouxe à luz a problemática da formação recebida pelos docentes para encarar essa nova realidade. Com efeito, Fontenele (2014) pontua que há uma lacuna entre a proposição governamental acerca da inclusão e a vivência cotidiana no interior das escolas, visto que estas ainda precisam implementar muitas melhorias para a efetivação da política inclusiva, sendo a principal delas a preparação de todos os profissionais, incluído professores e gestão, para receberem esse público.

O texto acima representado salienta a presença dos docentes no evento, conforme se lê: “Professores e especialistas na área da educação inclusiva participaram de debates nos três dias do evento, que contou com a participação massiva de educadores de Fortaleza e também do interior.” Diante da reflexão tecida por Fontenele (2014), o espaço formativo e crítico proporcionado pelo evento é de crucial importância; todavia, queremos ressaltar o fato de que nesse texto (bem como na maioria dos textos publicados no jornal Folha Acessibilidade) não há menção a estudantes e/ou professores com deficiência. A representação social das vozes desses atores foi excluída (VAN LEEUVEN, 1997).

Tomando a categoria de inclusão e exclusão, Van Leeuwen (1997) explica que as escolhas por incluir ou não uma categoria de atores sociais nos textos pode servir a interesses diversos, como a preposição de que o grupo excluído já faz parte da temática abordada no texto. Dessa forma, ao abordar a temática da inclusão e acessibilidade na educação, o texto exclui as vozes dos estudantes com deficiência e representa-os genericamente, como conceitos mais abrangentes, e não como atores sociais histórica e socialmente posicionados.

Com efeito, na cadeia intertextual em que os textos dos jornais se vinculam, a representação dos/as estudantes com deficiência é construída, em sua maior parte, a partir de dados estatísticos provindos do Censo realizado pela secretaria. Na imagem abaixo, extraída da Edição nº 7, de 2017.1, vemos a representação numérica do público deficiente na UFC, isto é, a inclusão em uma categoria mais abstrata, não tangível e que acaba silenciando as vozes e subjetividades das pessoas deficientes, como pontua Martins (2016).

Figura 14 – Texto Número de estudantes com deficiência na UFC continua a crescer, aponta Censo (Edição nº 06).

2016.1

Número de estudantes com deficiência na UFC continua a crescer, aponta Censo

O aumento impulsiona a inclusão e a acessibilidade nos mais diversos espaços da Universidade. Em um ano e meio, o número de estudantes com deficiência cresceu de 49 para 73

Curso	Visual	Auditiva	Física	Múltipla	TOTAL
Agronomia	-	1	3	-	4
Computação	2	-	-	-	2
Estatística	-	-	1	-	1
Química	1	-	-	-	1
Geologia	-	-	1	-	1
Biblioteconomia	-	1	-	-	1
Letras	1	-	-	1	2
Letras-Libras	-	46	-	-	46
Psicologia	-	-	2	-	2
Engenharia Elétrica	-	-	1	-	1
Engenharia da Computação	1	-	1	-	2
Administração	1	1	1	-	3
Economia	1	-	-	-	1
Pedagogia	1	-	1	-	2
Sistemas e Mídias Digitais	1	-	-	-	1
Dança	-	1	-	-	1
Música	1	-	-	-	1
Filosofia	1	-	-	-	1
TOTAL	11	50	11	1	73

*Dados de 2016.1. Fonte: Secretaria de Acessibilidade UFC Includ

Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade.

Essa construção, segundo van Leeuwen (1997), se dá a partir da *agregação*, isto é, um modo de incluir os atores sociais no texto através de quantificação e dados estatísticos. O autor, analisando a agregação de imigrantes australianos em textos jornalísticos, comenta: “este facto [...] transforma-os, não só no objecto do cálculo económico «racional», mas também naquela enorme multidão «legitimately feared» (legitimamente receada) pelos Australianos” (VAN LEEUVEN, 1997, p. 197). Tomando como base esta asserção, podemos analisar a representação estatística dos/as estudantes com deficiência a partir da seguinte reflexão: o volume numérico de estudantes matriculados na UFC, crescente após a implementação da política de inclusão e do estabelecimento da Secretaria de Acessibilidade, reverte-se em discurso propagandístico do trabalho realizado pela secretaria, e não necessariamente em efetiva inclusão e participação desse público na vivência da universidade, visto que, conforme salientamos na seção anterior, a reivindicação do público deficiente mediante o trabalho da Upias é de que suas vozes fossem ouvidas no que tocante à luta por direitos e melhorias em

suas vidas. Em outro momento analisaremos mais detidamente a representação dos/as estudantes com deficiência no jornal Folha Acessibilidade.

Desse modo, a supressão das vozes do público deficiente, bem como a representação textual das vozes dos/as professores/as sinaliza para uma relação de poder não equitativa entre os/as docentes e os/as estudantes com deficiência, como também para a legitimação do discurso pedagógico como autoridade unilateral acerca da inclusão e educação desse público, como é possível observar na afirmação epistêmica categórica proferida pela pedagoga Bernadete Porto: “[...] para trabalhar com turmas heterogêneas e respeitar as diferenças, **é preciso** entender a sala de aula como um espaço de interação”. Analisemos mais detidamente a questão da autoridade conferida discursivamente às vozes docentes no texto.

A fala da pedagoga Bernadete Porto, proferida no contexto de um evento acadêmico, representa autoridade intelectual sobre a temática. Com efeito, salientamos que o gênero desencaixado “evento acadêmico” distribui diferentes papéis entre os participantes, e as relações entre eles são socialmente estabelecidas, podendo haver assimetria de poder, como no caso da relação professor-aluno. De acordo com Magalhães e Costa (1988, p. 156), essa relação “[...] é, pois, uma questão muito complexa. Alguns conflitos entre estes dois integrantes [...] são determinados, muitas vezes, por fatores ideológicos e, portanto, não podem ser solucionados satisfatoriamente com o esforço pragmático e a fluência dos participantes”

Segundo os autores, a assimetria de poder existente na relação professor-aluno não se restringe aos turnos de fala em sala e da fluência destes, mas engloba questões históricas de atribuição de papéis sociais que colocaram o professor como detentor do saber e o aluno como receptor inato deste saber. Nesse padrão, o primeiro exercia não somente a autoridade de gerir o trabalho pedagógico e a disciplina em sala, como também a autoridade no saber, no que se refere ao conhecimento do que está sendo ensinado. A representação das vozes dos/as professores/as nos textos e o silenciamento das vozes dos/as alunos/as com deficiência no debate acerca das práticas pedagógicas que podem favorecer-lhes, sinalizam para a construção identitária desses estudantes como passivos, receptores dos conhecimentos e práticas pedagógicas que lhes são conferidas pelos docentes. A fala da professora Vanda retrata isso:

De acordo com a Profª Vanda, “adotar uma Política de Acessibilidade implica em várias mudanças, considerando-se as transformações físico-espaciais, adaptações didático-pedagógicas-curriculares, linguístico-comunicacionais e tecnológicas, que **em última instância implicam em modificações de atitudes perante as necessidades demandadas pelo público-alvo das ações de acessibilidade, ou seja, as pessoas com deficiência, com altas habilidades e/ou com transtorno do espectro autista (TEA)**” (RACHEL; SOUZA, 2017, p. 7, grifo nosso).

Nesse excerto, a fala da professora Vanda é empregada como fundamentação à Política de Acessibilidade na universidade. Em sua reflexão, a professora diz que as transformações realizadas nas dimensões de acessibilidade afluem, como última instância, para a mudança de atitudes em face da inclusão dos estudantes com deficiência, que se constituem como o “público-alvo” dessas ações. Por serem o público-alvo, a avaliação deles/as a respeito dessas modificações institucionais torna-se imperativo com relação a verificação do êxito da política de inclusão na universidade.

Com efeito, de acordo com Vanda, as mudanças realizadas em prol das dimensões de acessibilidade implicam em mudanças de atitudes em face da deficiência. Como vimos anteriormente, as práticas pedagógicas relacionadas às pessoas deficientes perpassaram períodos de total exclusão, integração e inclusão. Essas práticas revelam atitudes em face da deficiência, seja de invisibilidade ou de atenção às suas necessidades.

Observamos, no entanto, que a ausência de posicionamentos e críticas por parte do/as estudantes com deficiência a respeito da política de inclusão, como também das ações destinadas a ele/as na universidade, caracteriza um processo de exclusão dentro do paradigma inclusivo. Explicamos mais detidamente: ao colocar em relevo as ações promovidas institucionalmente para a consecução dos objetivos de acessibilidade e inclusão, a UFC e a Secretaria de Acessibilidade são representadas como instituições acessíveis e inclusivas; há, conforme pontuamos na seção anterior, uma propaganda do trabalho realizado, isto é, uma avaliação positiva nas relações intertextuais nos textos.

Salientamos, com isso, que a escolha intertextual das vozes em destaque, e o silenciamento das vozes do público deficiente, retrata uma estratégia ideológica de manutenção do poder institucional e de cerceamento das vivências e condições reais de acessibilidade e inclusão na universidade. Ao representar as vozes docentes, bem como outras vozes de funcionários e técnicos da secretaria em maior quantidade, compreendemos que a posição tomada pelos/as produtores/as dos textos foi a de resguardar a imagem da universidade, apresentando resultados numéricos e avaliações positivas. Com isso, cria-se o efeito discursivo-publicitário de que tudo está sendo realizado de maneira correta, sem falha, e que todos estão satisfeitos com o modo como as mudanças estão sendo empreendidas. Chamamos atenção ainda para o fato de que o direito fundamental à liberdade de expressão desse público também não é assegurado, perpetuando assim a opressão pela deficiência

Dessa forma, compreendemos que o público deficiente não é apenas “alvo” das ações inclusivas, mas construtor e avaliador delas. A luta por melhores condições de vida, de emprego e de educação, empreendida pelos teóricos do modelo social visou, dentre outras

questões, retirar o estigma histórico de receptor passivo das pessoas com alguma condição de deficiência, para colocá-las em posição crítica no que tange os seus direitos.

Desse modo, a escolha da estratégia retórica da nomeação por título, através do emprego dos títulos “professora”, “educadora”, e as relações de cooperação mútua estabelecidas entre as vozes dos/as produtores/as dos textos com as dos/as professores/as, legitimam a assimetria de poder existente entre estes e os/as estudantes com deficiência no que tange a autoridade do conhecimento sobre a acessibilidade e a inclusão na educação, conforme explicitamos acima.

Esse fato encontra-se ainda explicitamente marcado através dos processos verbais empregados para marcar o discurso direto: “explica a professora”, “afirmou a professora”; como também através da expressão “De acordo com a professora Vanda”. Os processos verbais indicativos empregados conferem autoridade ao ator que proferiu o discurso representado. Com efeito, segundo Fuzer e Cabral (2014), esses processos contribuem para a existência de passagens dialógicas nos textos, como também possibilitam aos jornalistas atribuir informações a fontes externas. São processos iminentemente intertextuais.

Essa relação assimétrica de poder é ainda estabelecida nos textos (não somente os que representam os eventos, como também outras práticas sociais) por meio da exclusão sistemática das vozes dos estudantes com deficiência matriculados na UFC, ou outros professores deficientes que participaram dos eventos promovidos pela secretaria, de acordo com o que ressaltamos acima. Com efeito, ao longo dos textos publicados, em somente 03 (três) são representadas as vozes de atores com deficiência, totalizando 06 (seis) citações. Como vimos no capítulo referente à metodologia, os leitores potenciais do jornal Folha Acessibilidade fazem parte da comunidade acadêmica da UFC, como também os demais atores sociais que teriam contato com o jornal especialmente nos eventos abertos à comunidade externa promovidos pela secretaria.

Desse modo, a exclusão das vozes dos estudantes com deficiência, especificamente no que concerne aos aspectos referentes às práticas docentes acessíveis que deveriam ser agentes ativos, desvela uma estruturação histórica e social que relegou ao silenciamento esses atores em face daqueles que teriam legitimidade e autoridade social para falar por eles. Essa estruturação “*criou as condições para o continuado silenciamento das suas experiências e subjectividades*” (MARTINS, 2006, p. 65, grifo do autor). Ou seja, embora não mais excluídas do convívio social e educacional, e sendo-lhes garantida as condições de acesso e permanência no Ensino Superior por meio da política de inclusão, as subjetividades, experiências

educacionais e atitudinais desses estudantes não são ouvidas e representadas institucionalmente, perpetuando a segregação e o desconhecimento dessas pessoas.

Os documentos oficiais que norteiam a educação nacional trazem o estudante como centro do processo educativo, cabendo ao trabalho pedagógico oferecer-lhe condições de desenvolver-se crítica e autonomamente. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) expressa essa realidade: “[...] é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação” (BRASIL, 2018, p. 60). Como a BNCC trata especificamente da Educação Básica, encontramos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva o embasamento necessário: “Na educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam **o acesso, a permanência e a participação dos alunos**” (BRASIL, 2008, p. 12, grifo nosso). Desse modo, compreendemos que a garantia do direito à matrícula não confere o caráter inclusivo à Educação Superior, mas a efetiva participação desse público no seu próprio processo de inclusão, oferecendo-lhe a possibilidade de expressarem criticamente suas vozes acerca das dimensões de acessibilidade.

Dessa forma, embora a perspectiva adotada pelo jornal coadune-se discursivamente ao campo da educação inclusiva, têm-se como efeitos causais potenciais entre os leitores a representação de estudantes com deficiência que não podem falar por si, cujas opiniões e experiências não são suficientemente importantes para serem ouvidas; de modo mais velado, são novamente tuteladas institucionalmente. Com isso, em se tratando da prática midiática, faz-se necessário compreender “[...] que espaço é oferecido a eles [grupos historicamente marginalizados] ou como seus interesses são considerados pela perspectiva da apresentação recorrente e da representação positiva, e como suas opiniões são veiculadas” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, p. 174).

Não é nossa intenção, todavia, reduzir ou não conferir a devida importância ao papel dos professores no processo de inclusão de estudantes com deficiência. A prática pedagógica é um ponto fundamental para a efetivação da inclusão. Entretanto, atentamos para o fato de que o discurso inclusivo, em grande parte fundamentado pelo Modelo Social de Deficiência, defende que as pessoas com deficiência sejam protagonistas de suas próprias experiências e vozes. Portanto, seria necessário que suas vozes fossem incluídas nos textos no tocante à representação e identificação de si mesmos, cumprindo o lema *Nada sobre nós sem nós*⁵⁷.

⁵⁷ Lema do movimento das pessoas com deficiência.

5.2.2 Acessibilidade tecnológica

O primeiro texto selecionado para este momento analítico chama-se *Por que acessibilizar a web?*, de autoria do técnico de multimídia da UFC e acadêmico de computação (UECE) Laerte Santos. O texto vincula-se ao gênero artigo, pois “[...] traz interpretações ou opiniões de pessoas que não precisam ser necessariamente jornalistas. É sempre assinado” (MEDINA, 2001, p. 54). Nesse caso, Laerte se propõe a opinar acerca da importância de tornar a web acessível.

Figura 15 – Texto Por que acessibilizar a Web? (Edição nº 04)

POR QUE ACESSIBILIZAR A WEB?

Por LAERTE SANTOS
Acadêmico de computação na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Técnico de multimídia na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Com o aumento do poder de compra do brasileiro nos últimos anos, cada vez mais pessoas podem ter acesso à tecnologia, à internet em casa, como nunca antes na história desse país.

Com base nos dados do último censo do IBGE, cerca de 30 por cento da população brasileira possui algum tipo de deficiência, percebemos então que existe um enorme contingente de pessoas ávidas a usufruir de todos os benefícios que a internet pode trazer, independente da fase da vida em que se encontram ou de suas condições físicas, intelectuais ou sensoriais.

Embora a questão da tecnologia inclusiva seja fundamental para que a pessoa com deficiência possa ser acolhida, respeitada e possa participar ativamente da vida em sociedade, ainda é nítido que boa parte dos novos projetos web são desenvolvidos sem levar em conta esse público que é uma grande parcela da população brasileira.

Para a maioria dos empresários de tecnologias web, ter um empreendimento acessível só irá gerar custos extras, necessários somente para cumprir a legislação, sendo proveitoso apenas para

peças com deficiência que irão beneficiar-se da acessibilidade do sistema em questão.

O que tem que ser enraizado na mente dos empresários e desenvolvedores de tecnologias da informação é que criar um sistema acessível não é proveitoso apenas para a pessoa com deficiência. Será proveitoso também para quem desenvolve conteúdo na web, pois terá mais visitantes em seu site ou mais acessos a seus aplicativos.

Acessibilizando, o desenvolvedor irá atingir um público maior. E com mais uma vantagem, que é poder usar suas ações em prol da acessibilidade para o marketing de sua empresa, alavancando ainda mais o número de clientes. Isso também vale para outras áreas com outros tipos de empreendimentos, como bares, restaurantes e hotéis.

Enfim, para nós que buscamos uma conscientização, não apenas no meio acadêmico, mas na sociedade como um todo, conhecer e aplicar as técnicas e recomendações dos órgãos que regulamentam a internet no Brasil e no mundo, no que diz respeito a acessibilidade, é primordial para garantirmos progressivamente que a pessoa com deficiência possa usufruir de qualquer conteúdo em qualquer ambiente ou mídia com autonomia e independência.

Contatos telefone: (085) 3366.7660 / 7869

Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade

No primeiro parágrafo é possível notar uma pressuposição intertextual, isto é, uma informação tomada pelo autor como já estabelecida: “Com o aumento do poder de compra do brasileiro nos últimos anos, cada vez mais pessoas podem ter acesso à tecnologia, à internet em casa, como nunca antes na história desse país.” Laerte inicia sua argumentação evocando

discursos econômicos e publicitários conflitantes para justificar o acesso à tecnologia e a internet no Brasil. Notemos que neste parágrafo o autor faz uma construção interdiscursiva na qual a segunda oração “cada vez mais pessoas podem ter acesso à tecnologia, à internet em casa, como nunca antes na história desse país” é embasada a partir do tópico argumentativo da primeira oração, qual seja, o aumento do poder de compra dos brasileiros.

Diante disso, cabe ressaltar que Laerte estabelece uma relação de verdade e consequência entre os termos “poder de compra” e “acesso à tecnologia”, evocando assim discursos distintos. Ou seja, para o autor o acesso aos bens tecnológicos resume-se ao aumento do poder de compra, isto é, se insere no campo do comportamento de consumo. Com isso, a problemática social do acesso à tecnologia tem como solução o poder de compra. Essa construção semântica é problemática, pois as barreiras tecnológicas englobam aspectos históricos, sociais e políticos de exclusão mais amplos. Desse modo, como pontua Furtado (2007), o desnivelamento no acesso à tecnologia tem como fundamento o fomento de uma política de inclusão social.

A temática da acessibilidade começa a ser explicitamente tecida a partir do segundo parágrafo, conforme se lê: “Com base nos dados do último censo do IBGE, cerca de 30 por cento da população brasileira possui algum tipo de deficiência, percebemos então **que existe um enorme contingente de pessoas ávidas a usufruir de todos os benefícios que a internet pode trazer [...]**” (grifo nosso). Observamos que a estratégia retórico-argumentativa continua nesse ponto. Laerte lança mão de dois discursos distintos para presumir uma afirmação com alto comprometimento de verdade. Por conseguinte, na primeira oração temos uma especificação da “população brasileira” em questão: se no primeiro parágrafo, a categoria com alto nível de abstração e desencaixe social “brasileiro” estava evidenciada, aqui temos a representação por *agregação* das pessoas com deficiência; ou seja, para construir um efeito numérico de grandeza, o autor representa as pessoas com deficiência como um grupo estatístico a partir dos dados do IBGE.

Esse percentual, por sua vez, é representado na segunda oração como “um enorme contingente de pessoas ávidas a usufruir de todos os benefícios que a internet pode trazer”. Com essa asserção, Laerte representa todo o grupo de pessoas com deficiência como consumidores potenciais dos bens tecnológicos e da informação. Ou seja, o público deficiente é avaliado de acordo com os ditames do mercado e reduzidos a compradores, já que no primeiro parágrafo o autor evocou o discurso do “poder de compra” próprio de setores financeiros e mercadológicos. Essa construção discursiva se deixa notar também nos parágrafos seguintes, conforme se lê:

Para a maioria dos empresários de tecnologias web, ter um empreendimento acessível só irá gerar custos extras, necessários somente para cumprir a legislação [...]. O que tem que ser enraizado na mente dos empresários e desenvolvedores de tecnologias da informação é que criar um sistema acessível não é proveitoso apenas para a pessoa com deficiência. Será proveitoso também para quem desenvolve conteúdo na web, pois terá mais visitantes em seu site ou mais acessos a seus aplicativos. Acessibilizando, o desenvolvedor irá atingir um público maior. E com mais uma vantagem, que é poder usar suas ações em prol da acessibilidade para o marketing de sua empresa, alavancando ainda mais o número de clientes. (SANTOS, 2014, p. 10).

Nesse excerto, Laerte discorre acerca da problemática da produção da tecnologia web para pessoas com deficiência. Segundo ele, na visão empresarial, desenvolver um produto acessível, que atenda às necessidades do público eficiente, irá gerar custos extras, necessários somente para atender as exigências legais. No Brasil, a acessibilidade informacional é assegurada em Lei mediante o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Antes desse marco, todavia, as Tecnologias Assistivas já faziam do panorama legal que dos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência, conforme se lê: “[...] por meio do Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Tal instrumento determina a criação de um Comitê de Ajudas Técnicas, com a finalidade principal de propor a criação de políticas públicas, aos órgãos competentes, relacionadas com o desenvolvimento e uso de Tecnologia Assistiva” (BRASIL, 2009, p. 11). Desse modo, a inclusão das pessoas com deficiência no meio informacional constitui-se em um direito assegurado pelo Estado brasileiro.

No excerto apresentado acima, Laerte apresenta a necessidade de desenvolvimento de tecnologias acessíveis a partir dos discursos da produção e do mercado. Para o autor, a barreira enfrentada pelas pessoas com deficiência no acesso aos bens tecnológicos reside no fato de que, para os desenvolvedores, se trata de um custo extra. Aqui, nós podemos observar uma relação intertextual com a representação das pessoas com deficiência como consumidores ávidos, pontuada nos parágrafos anteriores.

Com efeito, a construção interdiscursiva feita por Laerte, evocando discursos inclusivos e mercadológicos, deixa-se aparente também nesse excerto: “Será proveitoso também para quem desenvolve conteúdo na web, **pois terá mais visitantes em seu site ou mais acessos a seus aplicativos**. Acessibilizando, o desenvolvedor irá atingir um público maior” (grifo nosso). Nesse discurso podemos observar a mercantilização das tecnologias assistivas em detrimento de seu caráter como direitos das pessoas com deficiência. A justificativa para o desenvolvimento de tecnologias acessíveis encontra-se no aumento de espectadores e de consumidores. Vemos, portanto, a continuação da representação das pessoas com deficiência como consumidoras e a consequente mercantilização da acessibilidade tecnológica e informacional.

No texto abaixo, intitulado “Tecnologia a serviço de todos”, temos uma reportagem de uma feira tecnológica voltada para pessoas com deficiência. A feira Reatech é apresentada como a maior da América Latina nesse seguimento, e trouxe novidades em produtos para deficientes físicos, como cadeiras de rodas manuais e motorizadas, próteses, produtos ortopédicos, além de seminários e workshops.

Figura 16 – Texto Tecnologia a serviço de todos (Edição nº 05).

REATECH

Tecnologia a serviço de todos

Feira de produtos acessíveis traz novas perspectivas à construção de uma sociedade mais inclusiva.

O mercado de produtos para pessoas com deficiência tem crescido muito nos últimos anos. A Reatech, maior feira de produtos para pessoas com deficiência da América Latina, trouxe novidades como: cadeiras de rodas manuais e motorizadas, acessórios, equipamentos, próteses, aparelhos auditivos, produtos ortopédicos, além de uma programação com seminários, workshops e oficinas.

O evento aconteceu entre os dias 9 e 12 de abril no São Paulo Expo Exhibition & Convention Center. Eurijunior Sales, Técnico de Informática da Secretaria de Acessibilidade UFC Inluc, esteve na Reatech e acompanhou de perto as novidades. Segundo ele, a feira teve um enfoque na deficiência física, trazendo produtos que ajudam a minimizá-la. “As grandes inovações que você observa lá são relacionadas a essa parte da deficiência motora. Muita coisa para cadeirante, como cadeiras motorizadas, cadeiras que fazem o cadeirante ficar em pé e adaptações para motorizar qualquer cadeira”, conta Eurijunior.

A Reatech trouxe também uma novidade que vem crescendo ultimamente: o design universal. Sua proposta é gerar ambientes, produtos e serviços de forma a atender o maior número de pessoas, sem a necessidade de adaptação ou design especializado. “Houve a I Mostra Brasileira de Design Universal com trabalho de vários designers do Brasil, mostrando possibilidades de usar esse tipo de design, como um bebedouro e um jogo de xadrez universal”, relata Eurijunior.

Os recursos de Tecnologia Assistiva são aliados importantes para ajudar no dia a dia de quem possui alguma deficiência, além de contribuir no processo de inclusão. “As tecnologias assistivas permitem às pessoas com deficiência estarem no mesmo patamar das pessoas que não tem. Elas dão uma espécie de equidade”, finaliza Eurijunior Sales.



Tecnologias que potencializam a inclusão de pessoas com deficiência física foram o destaque da Reatech 2015.

Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade.

No primeiro parágrafo é possível notar, como no texto analisado anteriormente, a construção discursiva das pessoas com deficiência como consumidoras e a evidência do mercado: “O mercado de produtos para pessoas com deficiência tem crescido muito nos últimos anos.” A interdiscursividade presente na representação desse evento social, qual seja, uma feira tecnológica para pessoas com deficiência, apresenta-nos uma reflexão pungente acerca da mercantilização do discurso inclusivo e acessível. Explicamos mais detidamente: a legislação vigente acerca da inclusão de pessoas com deficiência (BRASIL, 2015; BRASIL, 2009) apresenta as tecnologias assistivas como um direito, e conclamam a presença do estado na garantia e consecução desse aspecto.

Desse modo, a não garantia do acesso a bens tecnológicos e informacionais por

parte do estado, ou mesmo uma oferta precarizada, se constituem em um impedimento à vivência e à liberdade das pessoas com deficiência. Com efeito, ao evidenciar o mercado e as potencialidades tecnológicas que advém dele, o texto coloca o acesso às tecnologias assistivas no âmbito das esferas privada e individual, eximindo o estado de sua responsabilidade e representando os direitos sociais como um produto consumível. Diante disso, podemos nos questionar: por que os produtores desses textos excluíram as vozes legais e institucionais que tratam dos direitos à Tecnologia Assistiva? Por que a garantia do direito ao acesso aos bens tecnológicos e informacionais pelo Estado não é representada?

Como tentativa de responder a essas questões, podemos sugerir uma reflexão histórica e discursiva: a divisão da sociedade em classes, devido a detenção das forças de produção por grupos específicos, instaurou uma contínua luta para a hegemonia na esfera do poder estatal, visto que, silenciando o Estado na sua dimensão normativa e de garantia dos direitos aos grupos marginalizados, têm-se um maior domínio de poder do capitalismo, manifestado na mercantilização do discurso inclusivo, tomado nesse campo com o objetivo de favorecer o mercado, e não aos direitos das pessoas com deficiência (PICCOLLO; MENDES, 2013).

Essa representação deixa-se perceber na fala de Eurijunior Sales, Técnico de Informática da Secretaria de Acessibilidade, quando diz: “Muita coisa para cadeirante, como cadeiras motorizadas, cadeiras que fazem o cadeirante ficar em pé e adaptações para motorizar qualquer cadeira”, conta Eurijunior [...]. Essas inovações tecnológicas são importantes e necessárias; todavia, compreendemos que apresenta-las sem a devida reflexão acerca de quem realmente pode acessá-las gera um efeito apassivador na responsabilidade do Estado na consecução de seu dever face a efetiva inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência.

De acordo com Cavalcanti (2016, p. 143), “[...] os discursos estão inseridos em uma rede de práticas sociais mais amplas, sendo moldados por elas e intervindo sobre elas.” Desse modo, os discursos inclusivos apresentados nesse texto, como podemos perceber com o emprego das seguintes construções: “tecnologia a serviço de todos”; “construção de uma sociedade mais inclusiva”, entram em conflito interdiscursivo com as relações discursivas estabelecidas no texto, deixando prevalecer, ainda que de forma velada, a exclusão das pessoas com deficiência e a desresponsabilização do estado na garantia do direito aos bens tecnológicos e informacionais.

5.3 Representação das pessoas com deficiência

Como vimos nas seções anteriores, a representação direta dos/as estudantes com deficiência e de suas vozes foi excluída da maior parte dos textos do jornal Folha Acessibilidade. Nesta seção intentamos compreender mais especificamente como se dá a representação das pessoas com deficiência nos textos, a fim de responder ao seguinte objetivo específico: analisar como as pessoas com deficiência são incluídos e representados nos textos do jornal. Escolhemos, para isso, dois textos que tratam explicitamente desse público; são eles *Do Ceará à Paralimpíada Rio 2016*, publicado na Edição nº 6, de 2016.1, e *Enfrentamento das dificuldades de inclusão na Universidade Federal do Ceará*, publicado na Edição nº 7, de 2017.1.

O primeiro texto trata da notícia intitulada “Do Ceará à Paralimpíada Rio 2016”, publicada na edição nº 6, do Jornal Folha Acessibilidade, e compreende um dos poucos textos que representa uma pessoa com deficiência e sua voz, ainda que em pequena quantidade. A notícia, produzida à época da Paralimpíada Rio 2016, discorre sobre o percurso trilhado por David Freitas, paratleta de tênis de mesa cearense, classificado para os jogos paralímpicos.

Figura 17 – Texto Do Ceará à Paralimpíada Rio 2016 (Edição nº 06).



Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade.

A narrativa paralímpica de David é construída mediante discursos de superação não apenas das limitações decorrentes da deficiência física, como também de obstáculos

laborais e financeiros, como é possível observar nos seguintes excertos:

Enfrentando dupla jornada de trabalho até a classificação nas Paralimpíadas de 2016, o cearense David Freitas (38) **usou o tempo dedicando-se como agente de trânsito e paratleta da Seleção Brasileira de Tênis de Mesa.**

Em 2013, David foi convocado para integrar a Seleção Brasileira em Brasília. **Com a condição de que morasse nesta cidade, foi desligado pois não poderia deixar o trabalho em Fortaleza.**

Para viabilizar o apoio financeiro, solicita o patrocínio das empresas de forma proporcional ao tamanho destas. Além dos apoiadores, recebe bolsa de R\$ 3.100,00, valor que deveria custear o transporte de casa para os treinos, as viagens nacionais para competição, o material esportivo, que precisa ser trocado em cada dois meses, sendo só a raquete R\$ 2.200,00, **além das despesas domésticas.** (SOARES; SOUZA, 2016, p. 5, grifo nosso).

No primeiro excerto David Freitas é representado como um agente de trânsito que enfrenta dupla jornada de trabalho diário e, apesar disso, concilia seu tempo com os treinos de tênis de mesa, esporte paralímpico que pratica. Vemos, com isso, um contraste na representação identitária do paratleta cearense. Com efeito, David não possui apenas a identidade social de paratleta, que por si mesma evoca discursos socialmente construídos de heroísmo, sucesso e glamour, mas também a identidade de um “agente de trânsito”, um trabalhador brasileiro deficiente comum que, como outros, dispõe de jornada dupla de trabalho cotidianamente.

A respeito desse contraste, a construção intertextual horizontal – isto é, o elo que liga um texto a outro na cadeia intertextual (FAIRCLOUGH, 2016) -, na qual essa reportagem fora escrita, traz como recurso discursivo, no Editorial dessa edição (Ed 6), os significados de glória, sucesso e perfeição advindos da mitologia grega, e que circundam os jogos olímpicos e seus atletas no imaginário social e midiático ao longo da história:

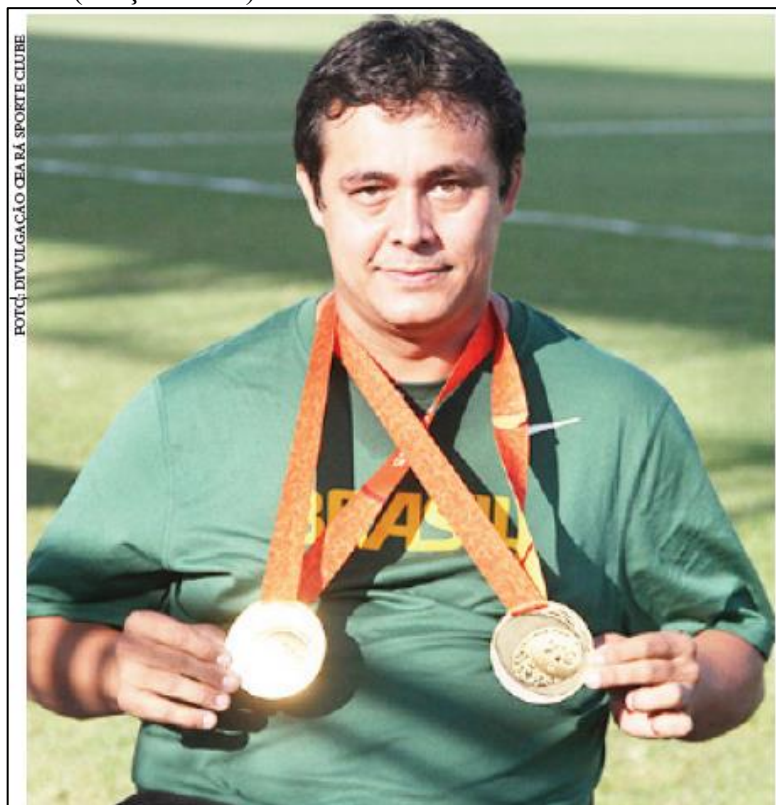
Derrubando preconceitos e estereótipos, os paratletas mostram ao mundo que também se encaixam no lema olímpico: “Citius, Altius, Fortius” (do latim, mais rápidos, mais altos e mais fortes) e se na mitologia grega Hefesto (o único deus que possuía deficiência) fôra expulso do Olimpo, **seus atuais representantes vêm mostrar que são dignos de reconquistar com honra um lugar no panteão dos heróis de Olímpia. É com orgulho que esta edição apresenta em sua matéria principal David Freitas, um cearense que já conquistou sua vaga na Paraolimpíada Rio-2016** (SOARES; SOUZA, 2016, p. 2, grifo nosso).

Esse excerto traz, inicialmente, uma contestação do padrão de normalidade física e estética defendido historicamente, em que os atletas são tidos como fisicamente perfeitos (isto é frisado com a citação do lema olímpico), e que devem ser destacados como modelos. Esse modelo de perfeição corporal – não somente no sentido estético, mas também na força física, requerida para as lutas e competições -, tinha como ideal os corpos das divindades do Olimpo,

conforme salienta Martins (2006, p. 84): “ali [na Grécia Antiga] a ideia do corpo ideal associado aos deuses, erigia-se como um valor superior que à partida não estava ao alcance dos homens mortais.”

A representação identitária de David, enquanto paratleta, é desvinculada do domínio do campo da vida social, isto é, das instituições e práticas sociais, com a luta hegemônica pelo poder no campo da deficiência que lhe são particulares, para ser tratada no campo da mitologia. Esse fato é problemático pois obscurece e atenua a opressão social vivenciada por esse público, bem como a luta social empreendida por eles na garantia de seus direitos, dentro do qual o direito ao esporte, garantido legalmente, conforme se lê no artigo 42 do Estatuto da Pessoa com Deficiência: “A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas [...]” (BRASIL, 2015).

Figura 18 – Imagem de Davi Freitas, paratleta cearense olímpico, apresentada no texto Do Ceará à Paralimpíada Rio 2016 (Edição nº 06).



Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade.

Desse modo, ao apresentar David e os demais paratletas como “atuais representantes” do deus mitológico Hefesto, ainda que este fosse deficiente físico, o texto constrói a imagem desse público como divindades gregas acima da realidade social, e categoriza

esta representação através da frase “são dignos de reconquistar com honra um lugar no panteão dos heróis de Olímpia”. O texto trás, portanto, as representações da divindade mitológica e do heroísmo na tentativa de suplantam a imagem da incapacidade e do coitadismo referente às pessoas com deficiência ao longo da história.

A interdiscursividade presente nesse texto, ao colocar os paratletas como representantes divinos e, por isso, também participantes do universo mitológico, desassocia esse público das relações e das práticas sociais e, em consequência, das lutas por direitos, tornando-os seres míticos, sobre-humanos, além das conjunturas sociais. E porque estão além do mundo social, cria-se o efeito discursivo de que não precisam lutar pela justiça social e contra a opressão que vivenciam. Desse modo, os outros aspectos que fazem parte da identidade social de Davi, conforme vimos anteriormente, são silenciados.

Martins (2006, p. 51-52, grifo nosso), ao se referir à constituição histórica da cegueira, discorre sobre um ponto consonante em nossa discussão. De acordo com o autor:

O vínculo apadrinhado na antiguidade grega entre a cegueira e esferas de saber tidas como sobre-humanas, contribuiu para a consolidação, ao longo dos séculos, de um imaginário social em torno da cegueira. A asserção deste impacto confronta-nos, sobretudo, com o facto de, até à emergência do iluminismo, **a experiência das pessoas cegas ter sido marcada pelo espectro do fantástico que daqui decore, contribuindo [...] para o encerramento das suas vivências em interpretações que as ligavam a «outros mundos».**

Segundo o autor, a segregação social em que as pessoas cegas viviam era justificada por um imaginário mítico e fantástico a respeito dessa condição. Com isso tinha-se, como consequência, a negação da identidade social e de direitos dessas pessoas, bem como a exclusão sistemática dos campos da educação, saúde, trabalho e moradia; viviam numa condição sub-humana (ver capítulo 2). Ao tomarmos a construção textual da identidade de David, temos um apagamento das relações de poder que circundam a vivência do paratleta, em detrimento de sua representação como um desportista ligado diretamente a divindade grega.

Analiseemos mais detidamente esse ponto. Falamos acima que a identidade de David não é construída somente a partir do paratletismo, mas também a partir de sua profissão como agente de trânsito. Nos excertos do texto transcritos, é possível observar a dificuldade de David em conciliar o esporte e o trabalho, como se lê em: “o cearense David Freitas (38) usou o tempo dedicando-se como agente de trânsito e paratleta da Seleção Brasileira de Tênis de Mesa”. Além disso, também é possível perceber a dificuldade financeira enfrentada pelo paratleta: “Em 2013, David foi convocado para integrar a Seleção Brasileira em Brasília. Com a condição de que morasse nesta cidade, foi desligado pois não poderia deixar o trabalho em Fortaleza”, e ainda:

“Além dos apoiadores, recebe bolsa de R\$ 3.100,00, valor que deveria custear o transporte de casa para os treinos, as viagens nacionais para competição, [...] além das despesas domésticas.”

Esses excertos representam David como um trabalhador cearense, paratleta, que passa por dificuldades na consecução de seus objetivos paraolímpicos. Com efeito, o primeiro excerto traz a opressão experienciada por David ao ser desligado da Seleção Brasileira por não morar em Brasília e, como precisava se sustentar financeiramente, não poderia deixar o trabalho em Fortaleza. Em consonância a essa representação, lemos no terceiro excerto a dificuldade vivenciada por ele para manter financeiramente o esporte. Além das despesas pessoais, precisa também arcar com o custeio dos materiais próprios da modalidade paraolímpica que pratica.

Como atleta paraolímpico, David tem direito a Bolsa-Atleta, isto é, um benefício concedido pelo Governo Federal, especificamente a partir dos recursos do Ministério do Esporte para custear as despesas referentes aos treinos e necessidades dos atletas (BRASIL, 2004). Por participar da seleção olímpica, David recebe a bolsa na categoria Atleta Olímpico ou Paraolímpico, destinada a “Atletas que tenham integrado as delegações olímpica ou paraolímpica brasileiras de sua modalidade esportiva, que continuem treinando e participando de competições internacionais e cumpram critérios definidos pelo Ministério do Esporte” (BRASIL, 2011). Todavia, conforme vimos, o valor da bolsa não supre todas as necessidades pessoais e paraolímpicas dele, cabendo a necessidade externa de patrocínio.

Diante disso, é possível observar que a representação identitária de David enquanto paratleta é construída a partir do silenciamento dele enquanto ator social, constrangido socialmente pelas estruturas que gerenciam o paratletismo olímpico por não oferecerem a possibilidade integral de sua dedicação ao esporte. Com efeito, ao vincular sua representação com o deus grego Hefesto, o jornal o distancia de todas as relações sociais e de poder que o oprimem, inviabilizando, desse modo, sua agência que em partes se dá pelo discurso.

No segundo texto, intitulado *Enfrentamento das dificuldades de inclusão na Universidade Federal do Ceará*, temos uma reportagem a respeito dos avanços e dificuldades enfrentados no processo de inclusão e acessibilidade na UFC. Nesse texto a aluna de Letras-Italiano Neyara Rebeca, que possui deficiência visual, é representada em seu percurso acadêmico, conforme é mostrado na imagem abaixo.

Figura 19 - Texto Enfrentamento das dificuldades de inclusão na Universidade Federal do Ceará (Edição nº 06), de 2016.

CENSO 2015

Enfrentamento das dificuldades de inclusão na Universidade Federal do Ceará

Os alunos podem contar com a Secretaria de Acessibilidade para derrubar as barreiras que dificultam a inclusão

Segundo dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no censo demográfico de 2000, o número de pessoas com deficiência era de 24.600.256, ou 14,5% da população brasileira. Em 2010, houve um crescimento desse número para 45.606.048, ou seja, 23,9% da população total. De acordo com o censo de 2010, dentre os deficientes do País, 18,60% tem deficiência visual, 7% deficiência motora, 5,10% auditiva, 1,40% têm deficiência mental ou intelectual. Dessa forma, cada vez mais são aprovadas leis específicas para tratar dos critérios básicos para a promoção da inclusão e da acessibilidade. Na legislação que contempla esses direitos, o Decreto nº 5.296, de 2004, que detalha a obrigatoriedade do atendimento prioritário, as condições arquitetônicas de acessibilidade, entre vários outros direitos desse público. Mais recentemente, em 2015, tem-se o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que prevê uma série de direitos da pessoa nessa condição.

Na UFC, cresceu o número de estudantes com alguma deficiência. Foi de 49 para 70, comparando o censo de 2014.2 com o de 2015.2. Desses 70, 12 alunos possuem deficiência física e 23 têm deficiência visual, fato que torna necessária a acessibilidade do espaço físico para que eles possam transitar sem dificuldades. Entretanto, a Universidade ainda caminha para oferecer boas condições de acessibilidade. Atualmente, reformas estão sendo feitas para atender as demandas de quem precisa de um espaço acessível. Nas áreas I e II do Centro de Humanidades (CH1 e CH2), estão em andamento obras de acessibilidade, tais como rampas e elevadores.



A estudante de Letras-Italiano Neyara Rebeca na Retenon da UFC

Porém, ainda há muito caminho a percorrer. A área III do Centro de Humanidades, ainda não possui espaço acessível satisfatório, assim como o Campus do Pici, onde é difícil para a pessoa com deficiência física e/ou visual locomover-se.

Dificuldade sentida na pele

A estudante de Letras-Italiano Neyara Rebeca conta sua experiência sobre o tema. Rebeca possui baixa visão e precisou de muita ajuda para andar na Universidade. Agora no final da graduação, a estudante fala que consegue se locomover melhor pelos espaços do CH1, local onde estuda. Contudo, ressalta que a acessibilidade ainda precisa ser garantida. "É muito difícil andar no campus sozinha. Eu entrei na

UFC em 2011 e, agora, em 2016, é que estou com um pouco mais de autonomia", relata Rebeca.

Secretaria de Acessibilidade no processo de inclusão

Combater preconceitos e incentivar mudanças de atitude são ações de inclusão tão importantes quanto a remoção de barreiras. A Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui atua nesse sentido e busca oferecer serviços de apoio pedagógico ao público que tenha algum tipo de deficiência, de modo a incluí-lo social e academicamente no âmbito universitário. Ou seja, é preciso alinhar iniciativas de acessibilidade com ações de inclusão para tornar a vida desse público dentro da Universidade a mais satisfatória possível. ■

Fonte: Arquivo da Secretaria de Acessibilidade.

O texto dialoga com diferentes vozes, como dados estatísticos sobre a população deficiente no Brasil, e legislações a respeito da inclusão, conforme se lê respectivamente: "[...] o número de pessoas com deficiência era de 24.600.256, ou 14,5% da população brasileira. Em 2010, houve um crescimento desse número para 45.606.048, ou seja, 23,9% da população total"; e "Na legislação que contempla esses direitos, o Decreto nº 5.296, de 2004, que detalha a obrigatoriedade do atendimento prioritário, as condições arquitetônicas de acessibilidade, entre vários outros direitos desse público". Observamos, diante disso, que a interdiscursividade entre

os discursos legais e estatísticos se constituem em uma estratégia retórica e argumentativa empregada pelos produtores do jornal; ao todo, são 12 (doze) citações.

Esse número, embora expressivo, sinaliza para dois pontos: 1. ao empregar a inclusão dos atores sociais por agregação, o jornal impessoaliza esses atores sociais, tratando-os como números, e não como indivíduos reais inseridos em contextos e práticas sociais situadas, por vezes de opressão; 2. ao nos atentarmos para as relações intertextuais e interdiscursivas estabelecidas entre os demais textos, e as representações discursivas sobre o processo de inclusão e acessibilidade que já analisamos, compreendemos haver um conflito discursivo entre o modo como esse processo tem sido representado, a partir de modelos hegemônicos e baseados nos discursos publicitário, do cuidado e da proteção, e do consumo a partir do mercado, e as vozes legais que tratam dos direitos sociais desse público.

Explicamos melhor esse segundo ponto: os discursos evocados pelas vozes legais se enquadram em um processo sociohistórico e discursivo cujo objetivo tem sido a garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Ou seja, traça um caminho oposto ao paradigma assistencialista e biomédico. Dessa forma, trazê-lo em grande quantidade, a partir de nossa análise, não significa que os textos representam o processo de inclusão e acessibilidade numa perspectiva de direitos, visto não haver harmonia e concordância intertextual entre essas e as demais vozes que os textos trazem.

Ao tomarmos especificamente a representação das vozes da estudante com deficiência representada no texto, observamos que a voz de Rebeca é evocada para representar o processo de inclusão e a dificuldade pertinente a ele, conforme se lê: “‘É muito difícil andar no campus sozinha. Eu entrei na UFC em 2011 e, agora, em 2016, é que estou com um pouco mais de autonomia’, relata Rebeca”. Na fala da estudante, percebemos que o percurso acadêmico enfrentado por ela, no que tange a acessibilidade arquitetônica, não foi fácil. Com efeito, as mudanças estruturais, com vistas à adequação do espaço físico para a autonomia do ir e vir das pessoas com deficiência é de fundamental importância; constitui-se no ponto inicial do processo de inclusão.

Todavia, ao continuarmos na análise do texto, percebemos que não foi oferecido a Rebeca o espaço para reflexões e proposições de mudanças com relação às dificuldades em relação a acessibilidade por ela enfrentadas. Desse modo, sua agência como pessoa com deficiência é apassivada, resultando apenas na identificação do problema a ser superado, como o título do texto evoca, deixando a cargo da secretaria a responsabilidade pela mudança. Ou seja, é relegada à aluna Rebeca tecer crítica através de sua experiência vivenciada como

estudantes com deficiência; entretanto, não é cedido no texto espaço democrático para a efetiva participação na avaliação das ações voltadas à inclusão, bem como na melhoria das mesmas.

A partir do Sistema Transformacional (RESENDE, 2012) apresentado em nossa fundamentação teórica, que concebe uma relação dialética e transformacional entre estruturas e práticas, entendemos que a agência exercida pelos atores sociais pode ocasionar mudanças e permanências estruturais, e o texto, enquanto evento discursivo, materializa tais mudanças e/ou permanências. No exemplo analítico tratado neste momento, percebemos que o apassivamento da voz de Rebeca enquanto sujeito de direitos resulta numa permanência potencial da estrutura opressiva e não inclusiva em que se vinculam discursivamente os textos do jornal Folha Acessibilidade.

Na última seção do texto, intitulada "Secretaria de Acessibilidade no processo de inclusão", a voz institucional desse órgão é representada, ainda que implicitamente, como a instituição autorizada a dizer como deve ser o processo de inclusão. Através do escrito "A Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui atua nesse sentido e busca oferecer serviço de apoio pedagógico ao público que tenha algum tipo de deficiência, de modo a incluí-lo social e academicamente no âmbito universitário" (FOLHA ACESSIBILIDADE, 2016, p. 6), notamos, conforme a análise da primeira seção, uma representação publicitária do trabalho exercido pela secretaria, bem como a perpetuação do conflito com os discursos de inclusão.

5.4 Em resumo

Neste capítulo analisamos, a partir dos pressupostos teórico-analíticos da Análise de Discurso Crítica, os textos do Jornal Folha Acessibilidade UFC Inclui, com vistas à compreensão dos discursos que representam o processo de acessibilidade e inclusão dos estudantes com deficiência na UFC. Para tanto, organizamos esta análise em três pontos: *representação institucional do processo de acessibilidade e inclusão; intertextualidade e interdiscursividade na representação das dimensões de acessibilidade; e representação das pessoas com deficiência*. As categorias analíticas empregadas foram *intertextualidade e interdiscursividade, modalidade e representação dos atores sociais*.

Através da análise linguístico-discursiva dos textos, percebemos haver um conflito discursivo entre os conceitos de exclusão e inclusão. Com efeito, ao passo que o jornal aborde as temáticas relacionadas à inclusão e acessibilidade, ao analisarmos discursivamente as representações estabelecidas no texto, notamos a vinculação a discursos exclusivos e opressores. Além disso, a análise das vozes e relações interdiscursivas mostrou uma ligação a

discursos biomédicos de cuidado e atenção, gerando um conflito semântico entre os conceitos de inclusão e cuidado. Também observamos um silenciamento sistemático das vozes das pessoas com deficiência em detrimento da publicidade da Secretaria de Acessibilidade como órgão autorizado a falar por essas pessoas.

A análise das representações das pessoas com deficiência nos textos mostrou uma relação interdiscursiva entre discursos míticos e biomédicos, relegando ao silenciamento os direitos sociais desses indivíduos e suas subjetividades. Além dessa representação, observamos ainda a perpetuação do silenciamento na avaliação e aprimoramento da política de inclusão na UFC por parte dos estudantes com deficiência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar as representações discursivas acerca do processo de acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência na Universidade Federal do Ceará, a partir dos textos publicados no jornal Folha Acessibilidade. A problemática envolvida na escolha desse objetivo se insere na reorganização social e discursiva pela qual tem passado o Ensino Superior brasileiro, especialmente na esfera pública, com a Política de Inclusão dos estudantes com deficiência a partir de 2005 (BRASIL, 2005). Essa reorganização política e institucional fez parte da mudança paradigmática ocorrida em meados da década de 1960, quando a pessoa com deficiência passou a ser vista como um ser de direitos.

Desse modo, no primeiro capítulo, intitulado Deficiência, acessibilidade e inclusão, abordamos esse fenômeno histórico e cultural na constituição moderna da deficiência. Para tanto apresentamos os dois modelos principais empreendidos na conceituação da deficiência, quais sejam, o médico e o social. O primeiro, constituído em conformidade aos ideais científicos da Modernidade Ocidental, concebia o indivíduo lesionado como um ser incapaz e necessitado de intervenção e de cuidados biomédicos. Desse modo, a responsabilidade por sua exclusão social partia dele mesmo. O segundo modelo, por seu turno, surgiu como uma resposta das Ciências Sociais à experiência de opressão vivenciada pelo público deficiente, materializada na exclusão da vida laboral, educacional e política. Esse modelo compreende a deficiência como uma opressão social, isto é, são as estruturas e instituições sociais que, devido à falta de acessibilidade, impedem o desenvolvimento, com autonomia, das pessoas com deficiência. Em relação ao modelo anterior, essa definição apresenta uma mudança paradigmática sem precedentes na história da deficiência.

No terceiro capítulo, intitulado Análise de Discurso Crítica, apresentamos o arcabouço teórico que embaça linguisticamente esta pesquisa. A ADC se constitui como um campo transdisciplinar para pesquisas críticas do discurso, e faz parte do interesse investigativo dessa disciplina fenômenos sociodiscursivos em contextos de mudança social e situações de opressão de grupos minoritários. Baseados nessa opção epistemológica escolhemos fundamentar nosso trabalho na relação entre os Estudos da Deficiência e a ADC por considerarmos o contexto inclusivo emergente na UFC um *lócus* de mudança e lutas hegemônicas. Com isso, decidimos investigar as diferentes representações sociodiscursivas no processo de acessibilidade e inclusão.

Elegemos, desse modo, os textos publicados no jornal Folha Acessibilidade como material analítico. Esse jornal, produzido pela Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui entre os anos de 2014 a 2017, fez parte da política de inclusão desse órgão, e teve como principal função divulgar os eventos e matérias sobre o universo da pessoa com deficiência, com vistas à criação de uma cultura inclusiva na UFC. Dessa forma, os conteúdos dos textos publicados abordavam desde os avanços na política de acessibilidade na UFC aos eventos acadêmicos organizados pela secretaria.

De acordo com Fairclough (2003), os textos são potenciais geradores de mudanças ou permanências nas estruturas e práticas sociais. Por serem também por eles conformados, trazem em sua constituição a articulação de diferentes discursos que podem estar em harmonia ou conflito. Apoiados nessa conceituação, compreendemos que os discursos sobre inclusão e acessibilidade articulados nos textos podem gerar efeitos na prática inclusiva, bem como nas atitudes sociais relacionadas ao público deficiente. A partir dessa compreensão, surgiu a necessidade de analisar quais são esses discursos, a que pontos de vistas se filiam, que conexões históricas e sociais estabelecem, quais projetos de poder sustentam. Todas essas questões nos permitem compreender também os efeitos potenciais que os textos podem gerar no contexto situado em que estão inseridos.

Em nossa análise dividimos os textos de modo a contemplar três aspectos de nosso objeto de estudo, a saber: a representação institucional da inclusão e da acessibilidade, com os textos que apresentam a Secretaria de Acessibilidade e a UFC; a representação das dimensões de acessibilidade a partir das relações intertextuais e interdiscursivas; e a representação das pessoas com deficiência. Cabe salientar que, para fins analíticos, essa divisão fez-se necessária, todavia, devido às relações intertextuais e interdiscursivas estabelecidas nos textos e entre eles, os diferentes discursos se entrelaçam gerando representações particulares em todos os textos.

Na primeira seção da análise, dedicada aos discursos que representam o processo de acessibilidade e inclusão sob a perspectiva institucional da Secretaria de Acessibilidade e da UFC, observamos haver um conflito discursivo entre os domínios da exclusão e da inclusão. Ao empregar os termos “cuidasse da inclusão” para se referir ao papel desempenhado pela secretaria, estabelece-se uma oposição semântica e histórica no atendimento voltado ao público deficiente, visto que, o termo cuidado evoca discursos biomédicos relacionados à prática curativa e reabilitacional, no qual o indivíduo lesionado era excluído do convívio social devido a sua incapacidade corporal, necessitando assim de cuidados médicos. Já o termo inclusão reflete o engendramento social e político que visou a crítica e a transformação desse padrão

opressivo, culminando na reformulação do conceito de deficiência e na luta pela garantia da participação das pessoas com deficiência em todas as esferas da vida social. Ao analisarmos a quantidade de termos que se vinculam semântica e discursivamente ao modelo biomédico, concluímos que as representações institucionais do processo de inclusão e acessibilidade conjugam discursos de cuidado e atenção médica, opostos ao paradigma inclusivo.

Na segunda seção da análise investigamos as vozes materializadas nos textos do jornal *Folha Acessibilidade* para as representações das dimensões de acessibilidade. Ao dispormos essas vozes e quantificá-las, notamos haver um silenciamento sistemático das vozes das pessoas com deficiência; há sempre alguém que fale por elas, mesmo leis e decretos, todavia o espaço conferido a elas para avaliarem o processo de inclusão é praticamente inexistente.

Além disso, observamos a predominância do discurso pedagógico, o qual inserimos na dimensão da acessibilidade pedagógica. Em nossa análise percebemos que o silenciamento das vozes dos estudantes com deficiência em contraste com a presença de vozes de professores na posição de atores sociais autorizados academicamente para falar em nome do processo científico, perpetua a relação assimétrica de poder existente na relação entre docentes e discentes, especialmente se estes possuem condição de deficiência, relegando aos alunos a posição de seres passivos que recebem o conhecimento de forma não participativa e reflexiva.

A segunda dimensão analisada foi a tecnológica. Para isso, analisamos detidamente dois textos que tratam da temática da acessibilidade nas Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação, bem como nas tecnologias acessíveis voltadas aos impedimentos físicos e sensoriais. Essa dimensão foi representada a partir de discursos publicitários e empresariais, de modo que os recursos tecnológicos acessíveis, garantidos como direitos sociais (BRASIL, 2015), foram apresentados como bens de consumo, e as pessoas com deficiência como “consumidoras ávidas”. Desse modo, o discurso inclusivo é invalidado mediante a deturpação de seu objetivo.

A última seção do capítulo analítico versou sobre a representação, nos textos, das pessoas com deficiência. Na análise do texto que apresenta o percurso do paratleta Cearense Davi Freitas, observamos que os discursos empregados mascaram a realidade de opressão e luta vivenciadas pelo paratleta em detrimento de discursos míticos que o isolam da esfera social. Tais discursos negam a deficiência como uma questão de direitos sociais. O segundo texto empregado nesta análise apresentou a voz de Rebeca, aluna cega do curso de Letras-Espanhol da UFC. No texto predominam as vozes legais e estatísticas, representando o público deficiente por agregação, isto é, a partir de dados estatísticos. Essa forma de incluir esses atores sociais

nos textos despersonaliza as pessoas com deficiência, tratando-as como uma massa numérica, e não como indivíduos situados em contextos históricos e sociais.

Diante disso, concluímos que as representações discursivas do processo de acessibilidade e inclusão na UFC, foco de nosso trabalho, tratam dessa problemática a partir de discursos velados de cuidado, silenciamento e opressão institucional. Dessa forma, consideramos que no contexto ainda frágil de implementação da política de inclusão na UFC, os efeitos potenciais dessas representações nas práticas acadêmicas e institucionais, podem gerar a perpetuação de uma opressão velada sob a bandeira semântica da inclusão, ao invés da efetiva transformação das estruturas e das práticas face à inclusão de estudantes com deficiência.

Desse modo, os dados apresentados nesta pesquisa, cientificamente embasada e empreendida, podem servir de reflexão e crítica aos produtores do jornal Folha Acessibilidade no que concerne ao conceito histórico e social de deficiência, as lutas enfrentadas por esse público e a importância do espaço dedicado as suas vozes. Além disso, salientamos a necessidade de serem realizadas pesquisas com enfoque na investigação dos efeitos potenciais dos discursos nas práticas e contextos acadêmicos. A título de exemplo, sugerimos: 1) a investigação das representações discursivas e barreiras enfrentadas nos cursos de graduação e pós-graduação por parte dos discentes e servidores com deficiência; 2) investigações dos discursos e representações materializados nos documentos oficiais, como, por exemplo, os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação, regimentos internos, e Planos de Desenvolvimento Institucional; 3) investigação das representações discursivas e ações realizadas em prol da inclusão nos projetos de ensino, pesquisa e extensão na universidade; e 4) investigação das barreiras atitudinais, tecnológicas e físicas da instituição.

Sugerimos, por fim, um aprofundamento teórico na investigação da relação entre os Estudos Críticos do Discurso e os Estudos da Deficiência. Isto porque, nas pesquisas e estudos apresentados neste trabalho, observamos haver um profícuo e autônomo campo conceitual e metodológico com relação a deficiência enquanto objeto de estudos do discurso. Dessa forma, defendemos um estreitamento ontológico e epistemológico com vistas a construção de um Modelo Sociodiscursivo da Deficiência que seja capaz de analisar de modo contundente e aprofundado a problemática da deficiência na Modernidade Posterior.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Portaria nº 188, de 24 de março de 2010**. Altera a redação da Norma Complementar nº 01/2006 – Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, aprovada pela Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006. Brasília: Anatel, 2010. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/443-portaria-188#art1>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- ALVES, A. M. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis, SP, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2010. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/download/422/400>. Acesso em: 14 out. 2021.
- ANASTASIOU, D.; KAUFFMAN, J. M. The Social Model of Disability: dichotomy between impairment and disability. **Journal of Medicine and Philosophy**, v. 38, p. 441–459, jul. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/James-Kauffman/publication/249647375_The_Social_Model_of_Disability_Dichotomy_between_Impairment_and_Disability/links/02e7e521b55fa0504d000000/The-Social-Model-of-Disability-Dichotomy-between-Impairment-and-Disability.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.
- ANDRADE, S. B. de. **Discursos e letramentos na inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino público**. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13546>. Acesso em: 27 jun. 2020.
- ARAÚJO, F. Bócio endêmico, Baeta Vianna e Juscelino Kubitschek. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 131-133, 2004. Disponível em: <http://rmmg.org/artigo/detalhes/1508>. Acesso em: 06 dez. 2021.
- ASSUNÇÃO, C. A. R. **Inclusão e ideologias no contexto da globalização: uma investigação à luz da Análise de Discurso Crítica**. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22119>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- BARNES, C. The Social Model of Disability: Valuable or Irrelevant? In: WATSON, N.; ROULSTONE, A.; THOMAS, C. (org.). **The Routledge Handbook of Disability Studies**. London: Routledge, 2012. p. 12-29. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.459.1606&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.
- BATISTA-JÚNIOR, J. J. R. L. **Discurso, identidade e letramento no atendimento educacional à pessoa com deficiência**. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17032>. Acesso em: 27 jul. 2020.
- BATISTA-JÚNIOR, J. R. L.; SATO, D. T. B. **A inclusão de pessoas com deficiência e o papel do educador especializado na escola regular: discurso, identidade e letramento**.

Revista Latino-Americana de Estudos do Discurso, v. 19, n. 2, p. 111-127, 2019. Disponível em: <https://raled.comunidadeled.org/index.php/raled/article/view/384>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BEZERRA, B. G. Gêneros acadêmicos em cursos de especialização: conjunto ou colônia de gêneros?. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 443-461, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/zCBfftjzHMPFMRc3SPcRzSx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 19 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10502.htm. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023**. Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.370%2C%20DE%201%C2%BA,Aprendizado%20ao%20Longo%20da%20Vida. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf. Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004**. Institui a Bolsa-Atleta. Brasília, DF, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.891.htm#:~:text=502%2C%20de%202010\)-,Art.,5%C2%BA%20desta%20Lei..](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.891.htm#:~:text=502%2C%20de%202010)-,Art.,5%C2%BA%20desta%20Lei..) Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico_2009.pdf. Acesso em: 13 dez. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 12.395, de 16 de março de 2011**. Altera as Leis nº s 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que

institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm#art3. Acesso em: 03 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 abr. 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 09 set. 2020.

CAETANO, C. J. M. O Espaço das Salas de Recursos: uma visão Linguístico-Discursiva. *In*: MAGALHÃES, I.; CAETANO, C. J. M.; BESSA, D. (org.). **Pesquisas em Análise de Discurso Crítica**. Corvilhã: Livros LabCom, 2014. p. 133-154. Disponível em: http://labcom.ubi.pt/ficheiros/20150123-201410_dbessa_pesquisaanalisediscursocritico.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

CAVALCANTI, M. C. G. M. **Direitos Humanos como significante vazio**: modos de agir, modos de representar e modos de ser na luta (discursiva) por direitos. 213f. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=83719>. Acesso em: 03 fev. 2023.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DINIZ, D. Deficiência e Políticas Sociais – entrevista com Colin Barnes. **SER Social**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 237-251, jan./jun. 2013. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13043/11398. Acesso em: 26 jun. 2021.

DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. **SérieAnis**, n. 28, Brasília, p. 1-8, jul. 2003. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15250/1/ARTIGO_ModeloSocialDeficiencia.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.

DISABLED PEOPLES' INTERNATIONAL. **Declaração de Sapporo**. Sapporo: Disabled Peoples' International, 2002. Disponível em: https://midia.atp.usp.br/plc/plc0604/impressos/plc0604_aula03_ativPres_Decl_Sapporo.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. Londre e Nova Iorque: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FOLHA ACESSIBILIDADE. Fortaleza: Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, 2014-2017.

FONTENELE, L. M. S. Identidades profissionais e práticas de letramento em um centro de Atendimento Educacional Especializado – AEE. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 123-137, abr./jun. 2014b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2014v11n2p123/28644>. Acesso em: 31 jul. 2020.

FONTENELE, L. M. S. **O novo contexto da Educação Especial: uma pesquisa etnográfico-discursiva sobre identidades profissionais e maternas**. 2014a. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014a. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8246>. Acesso em: 31 jul. 2020.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, v. XVI, n. 1, p. 2-20, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

FURTADO, J. A. Fractura digital e literacia: reequacionar as questões do acesso. **Comunicação & Cultura**, Braga, n.º 3, 2007, p. 97-111. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2007.441>. Acesso em: 07 fev. 2023.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014. (Coleção: Faces da Linguística Aplicada).

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004. Acesso em: 28 abr. 2021.

GOMES, D. S. **Língua brasileira de sinais: fala-em-interação entre surdos**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza, 2014. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9701/1/2014_tese_dsgomes.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.

GOMES, R. C. R. **Discursos e letramentos na representação de deficiência de uma professora do atendimento educacional especializado**. 2019. TCC (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/53826>. Acesso em: 15 mai. 2021.

GOMES, R. C. R. G.; SANTANA, A. F. de; OLIVEIRA, P. R. dos R.; LIMA, B. F. A. MENDES, M. M. *et al.* (org.). **Caderno de programação e resumos: IV Encontro de Pesquisa da Graduação em Letras**. Universidade Federal do Ceará – Programa de Pós-Graduação em Linguística (DLV) – Grupo de Pesquisa Discurso, Cotidiano e Práticas Culturais (Grupo Discuta), 2018. 62p.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. de L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, Bogotá, v. 14. n. 2, jul./dez. 2015, p. 55-73. Disponível em:

<https://scholar.archive.org/work/w4onhtahevbyzitufrmwage3ee/access/wayback/http://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/article/download/1455/1771>.

Acesso em: 15 maio 2023.

LEITÃO, V. M. Caminhos para a acessibilidade na UFC. *In*: LEITÃO, V. M.; VIANA, T. V. (org.). **Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/42351/1/2014_liv_vmleitao.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.

LEITÃO, V. M. **Instituições, Campanhas e Lutas**: história da Educação Especial no Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

LIMA, B. F. A. **Múltiplos letramentos de pessoas com deficiência visual**: uma pesquisa discursiva crítica de caráter etnográfico. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Fortaleza, 2015.

Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14479>. Acesso em: 27 jul. 2020.

LIMA, B. F. A.; MAGALHÃES, I. Ordem Visiocêntrica do Discurso: uma proposta de reflexão teórica sobre os letramentos de pessoas com deficiência visual. **D.E.L.T.A.**, v. 34, n. 4, p. 1045-1070, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/delta/a/z9ywMqMxdPg7bWLJXXpk8Xt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2020.

LIMA, E. S. **Discurso e identidade**: um olhar crítico sobre a atuação do(a) interprete de libras na Educação Superior. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Brasília, 2006.

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2977>. Acesso em: 31 jul. 2020.

LIRA, A. K. M. de. O Projeto UFC Inclui: propostas, ações e resultados. *In*: LIRA, A. K. M. de; FROTA, A. M. M. C. (org.). **Inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará: o Projeto UFC Inclui em debate**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 25-78.

Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43282>. Acesso em: 08 fev. 2023.

MAGALHÃES, I. Os anais de um evento no contexto do Atendimento Educacional Especializado: gêneros, discursos e identidades. **PAPIA**, São Paulo, v. esp., n. 21, p. 65-81, 2011. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1695>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MAGALHÃES, I. Protagonismo da linguagem: textos como agentes. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 575-598, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbla/a/qjRxxjC8cgjzhCJq46y7R3t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2021.

MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e texto. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 113-131, 2004. Disponível em:

http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/linguagem_discurso/article/view/293.

Acesso em: 27 abr. 2021.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. R. **Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MAGALHÃES, M. I. S.; COSTA, P. H. H da. Discurso Assimétrico: a interação professor-aluno. **Trabalhos de Linguística Aplicada**, Campinas, v. 12, p. 147-164, jul./dez. 1988. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639071>. Acesso em: 14 fev. 2023.

MARTINS, A. R. N. Imprensa, minorias e análise do discurso – um espaço de construção da democracia. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 8, n. 8, p. 26-42, 2006/2007. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/9187>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MARTINS, B. S. «E se eu fosse cego?» **Narrativas silenciadas da deficiência**. Porto: Edições Afrontamento, 2006. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Livro_E_se_eu_fosse_cego.pdf. Acesso em: 17 mai. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 06 fev. 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resumo Técnico: censo da educação superior de 2009**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2010. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico_2009.pdf. Acesso em: 13 dez. 2021.

MIRANDA, J. M. M.; BATISTA-JÚNIOR, J. R. L. Trajetos de pesquisa: educação inclusiva em Floriano-PÍ. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, Manaus, v. 2, n. 3, p. 129-148, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/4876/4448>. Acesso em: 31 jul. 2020.

NOVODVORSKI, A. Representação de atores sociais. *In*: MAGALHÃES, C. M. (org.). **Representação social em corpus de tradução e mídia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 13 - 48.

OLIVER, M. Defining impairment and disability: issues at stake. *In*: BARNES, C.; GEOFF, M. (Org.). **Exploring the Divide**. Leeds: The Disability Press, 1996. p. 29-54. Disponível em: <https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/Oliver-ex-div-ch3.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

OLIVER, M. **The individual and social models of disability**. Paper presented at Joint Workshop of the Living Options Group and the Research Unit of the Royal College of Physicians on people with established locomotor disabilities in hospitals. London: Royal College of Physicians, 1990. Disponível em: <https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/Oliver-in-soc-dis.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

OLIVER, M. The social model of disability: thirty years on. **Disability & Society**, v. 28, n. 7, p. 1024–1026, 2013. Disponível em: https://web.archive.org/web/20160211171559id_/http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09687599.2013.818773. Acesso em: 30 out. 2021.

OMOTE, S. Normalização, integração, inclusão... **Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 4-12, jul./dez. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1042>. Acesso em: 28 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75. Disponível em: <http://www.ct.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/declaracao-dos-direitos-das-pessoas-deficientes-onu-1975.pdf/view>. Acesso em: 19 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência**. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, 1995. Disponível em: https://www.inr.pt/documents/11309/217178/normas_sobre_igualdade_de_oportunidades_para_a_pessoas_com_deficiencia.pdf/ebd9c6f2-96bf-4f3f-b369-c5bcfc0a5902. Acesso em: 19 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42407/9788531407840_por.pdf?sequence=11&isAllowed=y. Acesso em: 19 abr. 2022.

PEIXOTO, G. V.; BATISTA JR., J. R. L. Práticas de letramento na educação inclusiva em escolas de São Luís. **Revista Eletrônica Interfaces**, v. 7, n. 1, p. 78-85, 2016. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/4000. Acesso em: 27 jul. 2020.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental: da superstição à ciência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PICOLLO, G. M.; MENDES, E. G. Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 4, n. 123, p. 459-475, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/qGCqpQ4xNn3fkNQ48DZrxZj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2021.

QUEIROZ, I. S. de. Os programas de redução de danos como espaços de exercício da cidadania dos usuários de drogas. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, DF, v. 21, n. 4, dez. 2001. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000400002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#1b. Acesso em: 26 out. 2021.

RACHEL, T.; SOUZA, V. Núcleos de acessibilidade expandem projetos inclusivos no interior. **Folha Acessibilidade**, Fortaleza, ano 4, n. 7, 2017.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. **Análise de Discurso (para a) Crítica**: o texto como matéria de pesquisa. Campinas: Pontes Editores, 2011.

RESENDE, V de M. Análise de Discurso Crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. *In*: RESENDE, V de M.; REGIS, J. F. da S. (org.). **Outras perspectivas em Análise de Discurso Crítica**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 11-51.

RESENDE, V de M. Entre o legado europeu e a ousadia da crítica: Análise de Discurso Crítica, contexto local e etnografia. *In*: SATO; D. T. B.; BATISTA JÚNIOR, J. R. (org.). **Contribuições da Análise de Discurso Crítica no Brasil**: uma homenagem à Izabel Magalhães. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 337-359. (Coleção: Linguagem e Sociedade – v. 6).

RESENDE, V de M. Reflexões teóricas e epistemológicas em torno da Análise de Discurso Crítica. **Polifonia**, Cuiabá, v. 15, n. 17, p. 125-140, 2009b. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1012>. Acesso em: 28 abr. 2021.

RESENDE, V. de M. **Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico**: implicações interdisciplinares. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009a.

RESENDE, V. de M.; ACOSTA, M. del P. T. Apropriação da análise de discurso crítica em uma discussão sobre comunicação social. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 421-454, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10246>. Acesso em: 25 fev. 2023.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. C. V. S. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul./dez. 2004. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/307. Acesso em: 17 mai. 2021.

SANTOS, É. C. da S. de L.; Moreira, J. da S. A “nova” Política de Educação Especial como afronta aos Direitos Humanos: análise crítica do Decreto nº 10.502/2020. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 156-175, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/7908/5732>. Acesso em: 15 maio 2023.

SANTOS, L. Por que acessibilizar a web? **Folha Acessibilidade**, Fortaleza, n. 4, p.1, 2014.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 31 mar. 2022.

SATO, D. T. B. **A inclusão da pessoa com síndrome de down: identidades docentes, discursos e letramentos.** 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Departamento de Linguística, Brasília, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1053/1/DISSERTACAO_2008_DeniseTamaeBorgesSato.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

SATO, D. T. B.; MAGALHÃES, I.; BATISTA-JÚNIOR, J. R. L. Desdobramentos recentes da educação inclusiva no Brasil: discursos e práticas de letramento. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 12, n. 4, p. 699-724, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982012000400003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 27 jul. 2020.

SAYER, A. Características chave do Realismo crítico na prática: um breve resumo. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 6, n. 2, p. 7-32, 2000. Disponível em: Acesso em: 06 dez. 2021.
SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. *In*: DEZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 193-217.

SECADI/SESU. **Documento orientador programa incluir - acessibilidade na educação superior.** Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 23 set. 2020.

SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE. **Censo de Estudantes com Deficiência.** Fortaleza: Secretaria de Acessibilidade, 2020. Disponível em: <https://acessibilidade.ufc.br/pt/censo/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE. Conheça a secretaria. **Folha Acessibilidade**, Fortaleza, n. 1, p. 2, 2014.

SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE. **Divisão de Produção de Material Acessível (DPMA).** Fortaleza: Secretaria de Acessibilidade, [2021]. Disponível em: <https://acessibilidade.ufc.br/pt/sobre/estrutura-organizacional/divisao-de-materiais-bibliograficas/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SILVA, D. C. O projeto Acessibilidade em Ação. **Folha Acessibilidade**, Fortaleza, n. 3, p. 1, 2014.

SOARES, A. L.; CARDOSO, P.; OLIVEIRA, S. Universidade para todos. **Folha Acessibilidade**, Fortaleza, ano 2, n. 5, p. 5, 2015.

SOARES, R.; SOUZA, V. Editorial. **Folha Acessibilidade**, Fortaleza, ano 3, n. 6, p. 2, 2016b.

SOARES, R.; SOUZA, V. Do Ceará à Paralimpíada Rio 2016. **Folha Acessibilidade**, Fortaleza, ano 3, n. 6, p. 5, 2016a.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, UNESCO, 1994. Disponível em: [http://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf](http://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf). Acesso em: 28 out. 2020.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: UNESCO, 1998. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Declara_o_Mundial_sobre_Educa_o_15_226885399482_7091.pdf. Acesso em: 19 abr. 2022.

UNION OF THE PHYSICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION. **Policy Statement**. London: Union of the Physically Impaired Against Segregation, 1974. Disponível em: <https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/UPIAS-UPIAS.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

UNION OF THE PHYSICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION/THE DISABILITY ALLIANCE. **Fundamental Principles of Disability**. London: Union of the Physically Impaired Against Segregation/The Disability Alliance, 1972. Disponível em: <https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/UPIAS-fundamental-principles.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Formulário de cadastro da ação de extensão. Projeto Acessibilidade em Ação**. Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Regimento da Reitoria da Universidade Federal do Ceará**. Atualizado pela Resolução nº 32/CONSUNI, de 29/11/2021. Fortaleza: UFC, 2021. Disponível em: Acesso em: 19 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Resolução nº 26/CONSUNI, de 30 de agosto de 2010**. Dispõe sobre as atribuições e a estrutura administrativa da Secretaria de Acessibilidade – UFC Inclui e dá outras providências. Fortaleza: Conselho Universitário, 2010. Disponível em: Acesso em: 13 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013/2017**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em: http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/plano_desenvolvimento_institucional/pdi_ufc_2013-2017.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos actores sociais. *In*: PEDRO, E. R. (org.). **Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p. 169-222.

WODAK, R. Do que trata a *ACD* – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 223-243, 2004. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297. Acesso em: 17 mai. 2021.

WODAK, R.; MEYER, M. Critical Discourse Analysis: history, agenda, theory, and methodology. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (org.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage Publications, 2009. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/265678850_Critical_Discourse_Analysis_History_Agenda_Theory_and_Methodology_1. Acesso em: 17 mai. 2021.

ZAMBRANO, R. C.; PEDROSA, C. E. F. Conceitos de identidade surda no discurso midiático sobre a inclusão educativa na Alemanha. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 55, n. 3, p. 565-590, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8650741>. Acesso em: 27 jul. 2020.

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PESQUISA

À senhora diretora da Secretaria de Acessibilidade UFC-Inclui, Professora Mestra Fernanda Cláudia Araújo da Silva.

A presente pesquisa de dissertação, desenvolvida pelo mestrando Reubher César Rodrigues Gomes, matrícula [REDAZIDA], sob orientação da Professora Doutora Dannytza Serra Gomes, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, objetiva investigar como os conceitos de deficiência e inclusão são representados e identificados linguístico-discursivamente pelos atores sociais que compõem o quadro de funcionários da Secretaria de Acessibilidade UFC–Inclui, por meio de dois gêneros discursivos, a saber, a ata de reunião e o Jornal Folha de Acessibilidade, com vistas à mudança discursiva sobre inclusão na UFC. Justifica-se por se inserir no contexto de mudanças sócio-históricas e políticas que as universidades brasileiras vivenciam em relação aos estudantes com deficiência. Essas mudanças, por sua vez, são orientadas por discursos institucionais, legais e ideológicos, materializados em gêneros específicos. Por tanto, considera-se relevante entender como se dá, por meio do discurso, a representação e identificação dos conceitos de deficiência e inclusão, fundamentais para a efetivação das políticas de acessibilidade orientadas pela secretaria.

O referencial teórico adotado será embasado nos pressupostos da Análise de Discurso Crítica, uma vertente de estudos que considera o discurso como um momento da prática social. Por meio dele, identidades sociais são constituídas, os falantes agem no mundo social por meio de gêneros discursivos diversos e representam fatos. Esta abordagem teórica propõe estudar como as sociedades pós-modernas são organizadas, em suas diferentes esferas e grupos sociais, pelo discurso. Diante disso, sua escolha se faz coerente nesta pesquisa, pois o foco recai sobre as mudanças ocorridas na educação superior em face das lutas das pessoas com deficiência a partir da agenciação discursiva na busca de melhores condições de aprendizagem.

Para o desenvolvimento deste estudo, de cunho qualitativo interpretativista, optou-se pela pesquisa documental. O *curpus* será composto pelas atas das reuniões ocorridas na Secretaria de Acessibilidade e pelo Jornal Folha de Acessibilidade. A análise dos dados será operacionalizada pela Análise de Discurso Textualmente Orientada, um método vinculado a Análise de Discurso Crítica e que oferece categorias de análise linguísticas para a compreensão de aspectos representacionais e identificacionais nos textos. Com isso, pretende-se entender como os conceitos de deficiência e inclusão são mobilizados pelos atores sociais nas atas e sua externalização por meio do jornal.

Diante do exposto, venho por meio desta carta solicitar a senhora diretora da Secretaria de Acessibilidade, profa. Fernanda Cláudia, para fins de pesquisa acadêmica, as atas das reuniões ocorridas entre os anos de 2014 a 2018, e as oito edições do Jornal Folha de Acessibilidade.

Respeitosamente,

Reubher César Rodrigues Gomes.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8979471607997005>

Fortaleza, 18 de setembro de 2020.



Profa. Dra. Dannyza Serra Gomes
(Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística – UFC)



Reubher César Rodrigues Gomes
(Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística – UFC)

APÊNDICE B – PARECER Nº 3/2020, PELO QUAL A SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE CONCEDEU OS JORNAIS



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC INCLUI**

Av. da Universidade, 2683, Centro de Humanidades - Área I - Benfica - CEP: 60.020-181 - Fortaleza-CE
Fone: (85) 3366-7660 / 7908 | E-mail: ufcinclui@accessibilidade.ufc.br | Site: www.accessibilidade.ufc.br

PARECER Nº 3/2020/SACCESSIBIL/REITORIA/UFC

Processo nº: 23067.041891/2020-37

Interessados(as): Profa. Dra. Dannytza Serra Gomes e Reubher César Rodrigues Gomes.

Assunto: solicitação de Atas de reuniões da Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui e de edições do Jornal Folha Acessibilidade.

Trata o presente processo de solicitação das atas das reuniões da Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui ocorridas no período de 2014 a 2018 e das edições do "Jornal Folha Acessibilidade".

Considerando que:

1. Existem nos arquivos da Secretaria de Acessibilidade 20 (vinte) Atas de reuniões referentes ao período solicitado e 7 (sete) edições do Jornal Folha Acessibilidade;
2. As Atas solicitadas são registros de reuniões que trataram dos seguintes assuntos:
 - a) elaboração, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de estratégias e ações inclusivas para pessoas com deficiência na UFC a serem realizadas ou realizadas pela Secretaria de Acessibilidade;
 - b) apoio pedagógico da Secretaria de Acessibilidade a estudantes com deficiência;
 - c) apoio a inclusão de docentes e servidores técnico-administrativos com deficiência;
 - d) gestão de material e de pessoal da Secretaria de Acessibilidade; e
 - e) questões de natureza administrativa.
3. Em algumas Atas constam nomes de terceiros que foram citados durante a reunião e nomes de pessoas com deficiência que eram assistidas por ações da Secretaria;
4. Os artigos 7º e 10 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, garantem o acesso a informações previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal;
5. **A gestão da informação** nos órgãos públicos deve ocorrer conforme determina o artigo 6º, incisos I a III, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, transcrito a seguir:

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

- I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
- II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e
- III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

6. **O tratamento de informações pessoais** deve ser feito conforme determina o artigo 31, § 1º, inciso II, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, transcrito a seguir:

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem: [...]

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

7. **O acesso de dados pessoais sensíveis** deve ocorrer conforme determina o artigo 11, inciso I, da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), transcrito a seguir:

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

O parecer desta Secretaria de Acessibilidade é pela **autorização da entrega de cópias digitais das 20 (vinte) Atas das reuniões da Secretaria de Acessibilidade ocorridas no período de 2014 a 2018 e das 7 (sete) edições do Jornal Folha Acessibilidade, garantindo-se o sigilo dos nomes das pessoas com deficiência e dos terceiros que foram citados, e o sigilo na identificação daqueles que se manifestaram na reunião.**

Fortaleza, 16 de outubro de 2020.

Profa. Fernanda Cláudia Araújo da Silva
Diretora da Secretaria de Acessibilidade UFC Inluc



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA CLAUDIA ARAUJO DA SILVA, Diretor de Diretoria**, em 16/10/2020, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1603241** e o código CRC **77D41B50**.

ANEXO A - EDIÇÃO Nº 01 DO JORNAL FOLHA ACESSIBILIDADE, DE 2014

SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC INCLUI

Edição nº01



II Semana de Acessibilidade "Acessibilidade e Inclusão"

PARTICIPE DA II SEMANA DE ACESSIBILIDADE

A Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir convida a todos para participarem da II Semana de Acessibilidade na UFC com o tema "Acessibilidade e Inclusão" que ocorrerá de 26 a 29 de maio nos diferentes campi de Fortaleza.

PROGRAMAÇÃO

Dia: 26 - Manhã (9h às 11h) - Campus do Pici
- Auditório do Centro de Ciências

Tema I: "Esporte e Qualidade de Vida"
Palestrante: Prof.ª Dra. Adriana de Paula

Tema II: "Moda e Inclusão"
Palestrante: Prof.ª Dra. Socorro Araújo

Palestrante: Carlizeth Campos - Assistente Educacional da BCH-UFC

Dia: 27- Tarde (15h às 17h) - Campus do Porangabaçu - Auditório Paulo Marcelo no Departamento de Medicina Clínica.

Tema: "Saúde e Inclusão"
Palestrante: Prof.ª Dra. Cristiana Rebouças

Tema: "Saúde e Inclusão"
Palestrante: Profª Dra. Renata Jucá

Palestrante: Prof.º Marcus Weydson Pinheiro (DELLES)

Dia: 28 - Manhã (9h às 11h) - FACED - Auditório Valnir Chagas.

Tema: "Acessibilidade e a Dimensão Arquitetônica"
Palestrante: Prof.ª Dra. Zilsa Santiago

Palestrante: Igor Girão (Aluno do curso de Biblioteconomia)

Dia: 29 - Manhã (9h às 11h) - FACED - Auditório Valnir Chagas.

Tema: "Avaliação da Aprendizagem e Inclusão"
Palestrantes: Prof.ª Dra. Tania Viana

Tema: "Avaliação da Aprendizagem: Aspectos Legais"
Palestrantes: Prof.ª Ms. Tereza Liduína Fernades

Palestrantes: Clemilda dos Santos (Bibliotecária da BCH-UFC)

Contatos telefone: (085) 3366.7660 / 7869
e-mail: ufcinclui@ufc.br
ufcinclui@gmail.com

EVENTOS E CURSOS

II Encontro Norte-Nordeste de Informática Inclusiva com o Uso do Dosvox

Evento planejado para que grande parte da comunidade de pessoas cegas e com baixa visão das Regiões Norte e Nordeste, possa ter a oportunidade de participar de um encontro de informática inclusiva. Este encontro apresentará métodos, recursos e instrumentos de inclusão digital para pessoas com deficiência visual. Aportará em São Luís, no Estado do Maranhão, nos próximos dias 1, 2 e 3 de Maio de 2014.

Mais informações: www.intervox.nce.ufrj.br

Fonte: <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br>

Instrução Normativa sobre acessibilidade de conteúdo audiovisual entra em consulta pública

Encontra-se em Consulta Pública, até o dia 21 de maio de 2014, a minuta de Instrução Normativa que irá dispor sobre normas e critérios de acessibilidade a serem observados por projetos audiovisuais

financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE. A minuta de regulamento colocada em consulta pública estabelece que as obras audiovisuais realizadas com recursos públicos federais contemplem, nos seus orçamentos, serviços de legendagem descritiva e audiodescrição direcionados a pessoas com deficiência auditiva e visual. Para participar da consulta é preciso se cadastrar no Sistema de Consultas Públicas da ANCINE.

Interessados podem se manifestar até 21 de maio.

Fonte: <http://www.ancine.gov.br/>

BRINCAR NA UFC

O Brincar na UFC: um direito de todos é um evento comemorativo do Dia Internacional do Brincar. Este dia faz parte do calendário universitário da Universidade Federal do Ceará (UFC) onde realizamos um grande festival lúdico no Instituto de Educação Física e Esportes (IEFES).

Este dia foi criado pela ITLA (International Toy Library Association). Já há alguns anos o mês de maio tem sido consagrado à comemoração lúdica e à

valorização do brincar em diferentes países do mundo, inclusive no Brasil.

Já estão abertas as inscrições para quem quiser participar do grupo de voluntários do 4º Brincar na UFC.

- As atividades consistem em ajudar na recepção e orientação do público do evento.
- Serão emitidos certificados ao final do evento para os voluntários.

Inscrições no site: www.celula.ufc.br

CONHEÇA A SECRETARIA

Na nossa próxima edição, conheça:

SETOR DE INTÉRPRETES DE LIBRAS
Por Mariana Farias de Lima



Desde agosto de 2010, a Universidade Federal do Ceará conta com um setor exclusivo para elaborar ações rumo à inclusão de pessoas com deficiência.

É a Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir - que, assim como o próprio nome sugere, busca integrar pessoas cegas, surdas, cadeirantes e com outras limitações de mobilidade no dia a dia da Instituição.

Com quatro eixos de atuação - arquitetônico, tecnológico, atitudinal e pedagógico - a Secretaria trabalha na formulação de uma política de acessibilidade na UFC, agindo para que esta seja respeitada e implementada nos diversos espaços da Universidade.

Não se trata de um órgão executor - embora ofereça serviços de digitalização de textos (em parceria com o sistema de Biblioteca da UFC), leitores, revisão de projetos arquitetônicos, entre outros - e, sim, de um núcleo de fomentação e acompanhamento de ações intersetoriais. Além disso, também não é objetivo da Secretaria de Acessibilidade absorver todas as ações referentes à inclusão.

Isso porque a tarefa de acolher pessoas com deficiência diz respeito a toda a sociedade, cabendo ao órgão disseminar a cultura inclusiva e despertar na comunidade

universitária o compromisso com o respeito aos direitos desse público. É por isso que a Secretaria também luta pela descentralização das iniciativas de acessibilidade, oferecendo suporte e orientação a professores, coordenadores, chefes de departamento, servidores técnico-administrativos e estudantes interessados em fazer sua parte nesse desafio.

PENSE SOBRE ISSO

Como lidar com pessoas com deficiência?

Não tenha medo de se aproximar. Pergunte à pessoa com deficiência se ela precisa de auxílio e de que forma você pode ajudá-la. A maioria não se importa em responder a perguntas e esclarecer dúvidas.

Não faça de conta que a deficiência não existe. Se você tentar se relacionar com uma pessoa como se ela não apresentasse nenhuma condição de deficiência, vai estar ignorando uma característica importante dela. Aja com naturalidade.

Embora ainda conste na legislação em vigor, o termo "portadores de deficiência" tem sido substituído por "pessoas com deficiência". A nomenclatura também inclui palavras simples como "cego", "surdo" ou "cadeirante". Não se acanhe em utilizá-las.

Não é correto dizer que alguém é "surdo-mudo". As pessoas surdas, por não escutarem a voz humana, têm dificuldade para aprender a linguagem oral, mas falam por sinais. Algumas fazem leitura labial. Quando quiser conversar com uma pessoa surda, acene para ela ou toque, levemente, em seu braço. Gritar, nem pensar.

Não crie obstáculos que atrapalhem ainda mais a vida de uma pessoa com

deficiência. Tenha cuidado na hora de estacionar seu veículo, por exemplo. Nada de obstruir rampas ou tomar as vagas exclusivas para esse público.

Qualquer pessoa que saiba escrever letras maiúsculas, pode fazê-lo na mão do indivíduo surdo cego, além de traços, setas, números, para indicar direções, quantidades etc. O importante é se comunicar, não importa o método!

CURIOSIDADES

Como o redesenho de um ícone pode mudar a percepção das pessoas em todo o mundo?



Alguns ícones são tão comuns que nós nem pensamos duas vezes sobre eles, até que sejam alterados. Uma imagem está passando por uma reformulação: 'Símbolo Internacional de Acesso', vulgarmente conhecido como o "Símbolo de cadeirante ou de pessoa em cadeira de rodas".

Não há dúvida de que o ícone existente é facilmente reconhecível; o problema, especialmente para as pessoas que supostamente representa, é que ele retrata a pessoa como passiva em cadeira de rodas. Combater o problema é a iniciativa do Projeto Ícone Acessível, destinado a ajudar a mudar a percepção dos usuários de cadeira de rodas por redesenhar o ícone clássico para se concentrar no indivíduo, e não na deficiência. O novo design é tão facilmente reconhecível e também apresenta uma pessoa no controle de seu próprio movimento a navegar o mundo sob seu próprio poder.

ANEXO B - EDIÇÃO Nº 03 DO JORNAL FOLHA ACESSIBILIDADE, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC INCLUI

Edição nº03



O Projeto Acessibilidade em Ação

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO



Por Davi Cândido

A partir de uma conversa entre o Técnico em Assuntos Educacionais da Secretaria de Acessibilidade UFC –Inclui e um bolsista de Extensão do Programa de Educação Inclusiva e Acessibilidade – PEIA, sobre as angústias e expectativas em torno dos trabalhos realizados na Secretaria, surgiu a ideia de criar um Projeto no qual tanto fosse incentivado a questão da formação e embasamento teórico no que tange a Acessibilidade, como também a prática através da realização de eventos, com o intuito de divulgar não apenas a Secretaria, mas também de motivar a discussão e reflexão entorno dos temas Acessibilidade e Inclusão.

Nesta perspectiva, contando também com o apoio e contribuição da Bibliotecária Cleo dos Santos – responsável também pelo laboratório de digitalização e audiodescrição – surge em novembro de 2013 o Projeto Acessibilidade em Ação que tem por objetivos aprofundar inicialmente junto com os servidores e bolsistas da Secretaria e futuramente da UFC de modo geral, por meio de estudos sistematizados, o conhecimento da Política de Acessibilidade da UFC, e organizar e executar ações baseadas nas propostas da Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui, mobilizando a todos que nela atuam; desenvolver um calendário fixo de atividades (Debates, Seminários, Palestras, Semanas Temáticas, Cursos, Congressos etc.) e criar um banco de

dados (textos, documentos, trabalhos científicos, filmes etc.) com informações sobre a acessibilidade e inclusão como subsídio das atividades e para pesquisas.

O Projeto funciona em dois grandes ciclos com duração de seis meses cada, e subdivididos em duas etapas, sendo cada uma dessas etapas formada por seis encontros. Os encontros acontecem na segunda e na última semana de cada mês. Estes funcionam da seguinte maneira: Os quatro primeiros encontros são destinados para estudos e os quinto e sexto, à participação em uma atividade extra (filmes, visitas a locais que tratem de acessibilidade, participação em palestras etc.). Assim, por exemplo, ao final de cada Ciclo (que corresponde a um semestre) devemos promover uma Ação para o público externo com o intuito de divulgar o trabalho da Secretaria e ao mesmo tempo fornecer formação e informação sobre a temática da acessibilidade e inclusão. Desta forma, acreditamos contemplar dois dos quatro eixos da Secretaria UFC Inclui, a saber: o Pedagógico e o Atitudinal.

Destacamos que o sentimento de pertença e identificação está intimamente relacionado ao conhecimento que temos de algo, então quanto mais nos apoderamos destas informações e quanto mais significado elas fazem para nós, mais nos sentimos parte integrante desta história, mais aumenta esse sentimento e nosso compromisso e dedicação com este trabalho.

Contatos telefone: (085) 3366.7660 / 7869
e-mail: ufcinclui@ufc.br
ufcinclui@gmail.com

[agenda]

VI ENCONTRO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Evento anual que busca, desde sua primeira edição, em 2009, fomentar a aplicação da tecnologia em todos os setores da sociedade, buscando viabilizar soluções inovadoras que melhorem a vida das pessoas com deficiência e beneficiem a sociedade como um todo.

São Paulo – 14 de agosto de 2014 – Palácio de Convenções do Anhembi

1º CONGRESSO DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES ESPECIAIS

Será o primeiro congresso nacional da área a ser realizado de forma totalmente gratuita pela internet. O evento acontecerá entre os dias **21 e 27 de setembro de 2014**, coincidindo com a comemoração do Dia Nacional de Luta pela Inclusão das Pessoas com Deficiência.

Inscrições e maiores informações:
www.congressodeacessibilidade.com

SEMINÁRIO TECNOLOGIA ASSISTIVA E ACESSIBILIDADE

Estão abertas as inscrições para o Seminário de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade, a ser realizado no dia 20 de agosto, no Auditório do IFSul – Pelotas / RS.

Inscrições: www.aplsaudepelotas.com.br
Fone: (53) 3227-7055

FILMES

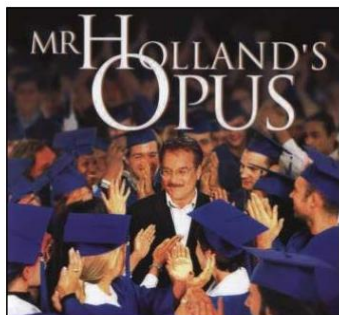
ADORÁVEL PROFESSOR
(MR. HOLLAND OPUS)

DIREÇÃO: STEPHEN HEREK

Por Daniel Átila

O Filme conta a emocionante história do músico Glenn Holland (Richard Dreyfuss), que, na busca de seu sonho de se tornar um renomado compositor, enxerga no Ensino uma oportunidade para realizar seus objetivos. Na busca pela sinfonia perfeita, Holland é confrontado por diversas dificuldades, enquanto vivencia os papéis de professor apaixonado por música e pai de um filho surdo.

Indicações: Globo de Ouro e Oscar de Melhor Ator (Richard Dreyfuss)

O PRIMEIRO DA CLASSE
(FRONT OF THE CLASS)

DIREÇÃO: PETER WERNER

Por Igor Girão

O Primeiro da Classe é uma narrativa de 2008, contada apartir da história real de Brand Colen, um jovem que tinha um sonho de ser professor, mas que era atormentado pelo preconceito gerado pela má impressão causada por uma deficiência, a síndrome de Tourette. A história é contada em um paralelo mostrando a infância e a jornada em busca do sonho do protagonista, mostrando a dificuldade que o garoto tinha nas diversas escolas que fora expulso por causa da falta de informações sobre sua doença, que era confundida com vários distúrbios psicológicos não patológicos e apresenta os problemas que o jovem Brand enfrentava na tentativa de ser professor.

ÔNIBUS SEM ACESSIBILIDADE NÃO
PODERÃO CIRCULAR EM MACAPÁ

Empresas de ônibus de Macapá têm até dezembro para cumprir legislação.

Por Damaris Queiroz

As empresas de ônibus de Macapá têm até 4 de dezembro de 2014 para oferecer 100% de sua frota com os itens necessários para o transporte de pessoas com deficiência. Lembrando que todos os equipamentos devem estar funcionando perfeitamente. Dentre os itens obrigatórios de acessibilidade nos ônibus estão: plataformas de elevação, bancos preferenciais, cadeira de transbordo, cinto de segurança e corrimão.

FONTE: g1.globo.comLIVRO DE CRÔNICAS É PUBLICADO
EXCLUSIVAMENTE EM BRAILLE

A Intenção é fazer com que o público vivencie experiência de exclusão.

Por Damaris Queiroz

A fundação Dorina Nowill para Cegos lançou o livro "Palavras Invisíveis" que traz crônicas inéditas de autores como: Luis Fernando Veríssimo, Lya Luft, Eliane Brum, Ivan Martins, Fabrício Carpinejar, Martha Medeiros dentre outros, exclusivamente em braille.

De acordo com a fundação, o livro nunca será lançado em tinta, para que o público possa vivenciar a experiência recorrente da inacessibilidade literária. No Brasil, cerca de 95% dos livros publicados não são lançados em formatos acessíveis.

FONTE: *Folha de São Paulo*LANÇAMENTO DE LIVRO:
ACESSIBILIDADE NA UFC -
TESSITURAS POSSÍVEIS

A publicação é fruto de três anos de pesquisas que resultaram nos 10 artigos encontrados na obra.

A Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui acaba de lançar o livro Acessibilidade na UFC: Tessituras Possíveis (R\$ 35,00), organizado pelas professoras Vanda Magalhães Leitão, diretora da Secretaria, e Tania Vicente da Faculdade de Educação. Quem se interessar pela publicação deve procurar a Secretaria de Acessibilidade.



Cartoon em preto de branco de Ricardo Ferraz: um homem calvo, de óculos escuros, usando uma bengala na mão esquerda, está sentado em uma poltrona de frente para um aparelho de televisão. De um balão de fala, o locutor na televisão diz: "Olhe para esta obra de arte. Veja que design arrojado, lindo! Ficou interessado? Ligue para o fone que está na tela!". O homem sentado na poltrona faz uma expressão de espanto e admiração com a boca aberta. Sobre a sua cabeça, há um ponto de interrogação e outro de exclamação.

ARTISTA CAROL ROSSETTI CHAMA
ATENÇÃO PELA SENSIBILIDADE DE
SEU TRABALHO

Problemas são comuns em todo o país e uma lei federal estabelece direitos.

Por Fernanda Maia

A representação de pessoas com deficiência na mídia ainda é um problema, sempre reduzidas às suas condições físicas, essas pessoas não se veem em filmes, novelas, propagandas, etc. A sensibilidade do trabalho da ilustradora Carol Rossetti vem chamando atenção nas redes sociais por representar diferentes grupos de mulheres de forma positiva e incentivar a aceitação. Com um tom de conselho entre amigas, as ilustrações retratam também as mulheres com deficiências. Sem reduzi-las às suas deficiências, a ilustradora retrata essas mulheres como seres humanos completos e tridimensionais, expressando seus sentimentos e vivências na sociedade.

Para conhecer mais sobre o trabalho da artista, acesse: [facebook.com/carolrossettidesign](https://www.facebook.com/carolrossettidesign)

ANEXO C - EDIÇÃO Nº 04 DO JORNAL FOLHA ACESSIBILIDADE, DE 2014

SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC INCLUI

Edição nº04



POR QUE ACESSIBILIZAR A WEB?

Por LAERTE SANTOS

Acadêmico de computação na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Técnico de multimídia na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Com o aumento do poder de compra do brasileiro nos últimos anos, cada vez mais pessoas podem ter acesso à tecnologia, à internet em casa, como nunca antes na história desse país.

Com base nos dados do último censo do IBGE, cerca de 30 por cento da população brasileira possui algum tipo de deficiência, percebemos então que existe um enorme contingente de pessoas ávidas a usufruir de todos os benefícios que a internet pode trazer, independente da fase da vida em que se encontram ou de suas condições físicas, intelectuais ou sensoriais.

Embora a questão da tecnologia inclusiva seja fundamental para que a pessoa com deficiência possa ser acolhida, respeitada e possa participar ativamente da vida em sociedade, ainda é nítido que boa parte dos novos projetos web são desenvolvidos sem levar em conta esse público que é uma grande parcela da população brasileira.

Para a maioria dos empresários de tecnologias web, ter um empreendimento acessível só irá gerar custos extras, necessários somente para cumprir a legislação, sendo proveitoso apenas para

pessoas com deficiência que irão beneficiar-se da acessibilidade do sistema em questão.

O que tem que ser enraizado na mente dos empresários e desenvolvedores de tecnologias da informação é que criar um sistema acessível não é proveitoso apenas para a pessoa com deficiência. Será proveitoso também para quem desenvolve conteúdo na web, pois terá mais visitantes em seu site ou mais acessos a seus aplicativos.

Acessibilizando, o desenvolvedor irá atingir um público maior. E com mais uma vantagem, que é poder usar suas ações em prol da acessibilidade para o marketing de sua empresa, alavancando ainda mais o número de clientes. Isso também vale para outras áreas com outros tipos de empreendimentos, como bares, restaurantes e hotéis.

Enfim, para nós que buscamos uma conscientização, não apenas no meio acadêmico, mas na sociedade como um todo, conhecer e aplicar as técnicas e recomendações dos órgãos que regulamentam a internet no Brasil e no mundo, no que diz respeito a acessibilidade, é primordial para garantirmos progressivamente que a pessoa com deficiência possa usufruir de qualquer conteúdo em qualquer ambiente ou mídia com autonomia e independência.

Contatos

telefone: (085) 3366.7660 / 7869
e-mail: ufcinlui@ufc.br
ufcinlui@gmail.com

[agenda]

3º SALÃO DE NEGÓCIOS DE ACESSIBILIDADE, REABILITAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL.

O 3º Salão de Negócios de Acessibilidade, Reabilitação e Inclusão Social, vai expor produtos e serviços de acessibilidade, reabilitação e inclusão social favorecendo pessoas com deficiência. O evento não possui fins lucrativos. Dias 19, 20 e 21 de Setembro – Brasília – DF

Inscrições e mais informações:
www.salaodaacessibilidade.com.br

III SEMINÁRIO NACIONAL DE SURDOS DA UFPR

O evento, realizado a cada dois anos, por ocasião da comemoração ao Dia Nacional do Surdo (26 de setembro), busca avaliar os impactos dos 12 anos da aprovação da Lei de Libras, no Brasil, em 2002. Dias 26 e 27 de Setembro.

Mais informações: www.ufpr.br

1º CONGRESSO DE ACESSIBILIDADE

Será o primeiro congresso nacional da área a ser realizado de forma totalmente gratuita pela internet. O evento acontecerá entre os dias 21 e 27 de setembro de 2014, coincidindo com a comemoração do Dia Nacional de Luta pela Inclusão das Pessoas com Deficiência

Mais informações:
www.congressodeacessibilidade.com

A MÚSICA E O SILÊNCIO [JENSEITS DER STILLE]

DIREÇÃO: CAROLINE LINK

Por Daniel Átila

Filme conta a história de Lara (Sylvie Testud), filha de pai (Howie Seago) e mãe (Emmanuelle Laborit) surdos. Bilingue fluente, Lara intermedia o contato entre os pais e os sons do mundo a volta, tentando conciliar as dificuldades da vida de criança comum, apaixonada por música, com a de intérprete.

Nomeações: Melhor Direção (1997), Melhor Língua Estrangeira (1998)



UMA VIAGEM INESPERADA

DIREÇÃO: GREGG CHAMPION

Por Igor Girão

Quando Corrine descobre que seus dois filhos gêmeos são autistas, ela fica inconformada a princípio, mas acaba aceitando o veredito. Ela então conta ao marido sobre o fato, e ele lhe diz que não quer lidar com o problema do autismo. Por isso, Corrine o abandona, e passa a criar os meninos sozinha. Ela os coloca numa escola e não informa sobre problema dos meninos. Mas a atitude estranha das crianças faz com que os professores a acusem de maus tratos e, quando Corrine conta a verdade, eles a mandam procurar outra escola. Finalmente, graças ao apoio incondicional da mãe, as crianças conseguem superar as dificuldades impostas pela doença.



SEGUNDO TRE, 85% DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO NO CEARÁ NÃO TÊM ACESSIBILIDADE.

Por Damaris Queiroz

De acordo com o Tribunal Eleitoral Regional do Ceará, 85% dos locais de votação em Fortaleza não possuem acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. Há quatro anos a Justiça Eleitoral cadastra pessoas com deficiência para direcioná-las a locais com equipamentos de acesso, como rampas e elevadores, no entanto, o número de inscritos ainda é baixo, levando em consideração a quantidade de pessoas existentes. Os interessados poderão preencher o formulário no dia da votação, basta solicitar ao mesário.

FONTE: g1.globo.com

AFILIADAS DA GLOBO NA PARAÍBA DISPONIBILIZAM AUDIODESCRIÇÃO PARA SEUS TELESPECTADORES

Por Damaris Queiroz

As TVs Cabo Branco e Paraíba, emissoras afiliadas da Rede Globo na Paraíba, passaram a oferecer o serviço de audiodescrição para os telespectadores que assistem a programação através do sinal digital. A audiodescrição é feita através de um locutor que descreve textos e imagens perceptíveis apenas pela visão. O sistema está sendo oferecido primeiramente nas faixas de filmes, como: Sessão da Tarde, Temperatura Máxima, Tela Quente e outros. No entanto, tem-se a pretensão de expandir o serviço.

FONTE: g1.globo.com

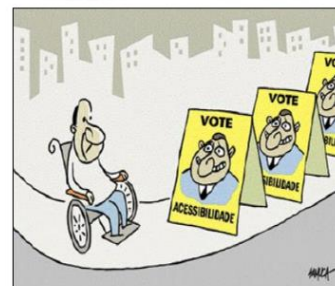
MP PEDE ANULAÇÃO DE CONCURSO E SECRETÁRIO É ACUSADO DE IMPROBIDADE

Por Anderson Bezerra

Cerca de 15 candidatos com deficiência visual reclamaram junto ao MPE do Piauí contra a falta de adequação das provas de matemática aplicadas no concurso da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC). A 28ª Promotoria de Justiça de Teresina ajuizou a favor dos mesmos.

O MP já havia expedido uma recomendação ao Secretário Kleber Montezuma, que não aceitou o pedido, mesmo após o organizador do concurso reconhecer o erro. As cópias do procedimento administrativo e da ação civil pública foram encaminhadas ao Núcleo das Promotorias Criminais de Teresina, pois o ato praticado pelo secretário Kleber é considerado improbidade administrativa.

FONTE: www.pessoascomdeficiencia.com.br
Fonte: <http://mobilidade-saudavel.blogspot.com.br/>



Cartoon em preto e branco: um homem calvo, de cadeira de rodas, está parado em uma calçada. Na sua frente, na calçada, há três cavaletes posicionados um atrás do outro, ocupando todo o espaço do pedestre. Nos cavaletes há a foto de um homem com os seguintes dizeres: Vote! Acessibilidade.

1º CONCURSO CEARÁ MODA ACESSÍVEL NO MARAPONGA MART MODA

Por Fernanda Maia

No dia 24 de setembro acontecerá a exposição das criações do 1º Concurso Ceará Moda Acessível no Maraponga Mart Moda (MMM). O concurso foi promovido pelo Governo do Estado por meio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e do Centro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência (Cepid).

As inscrições para o concurso aconteceram até dia 8 de Agosto. As criações escolhidas para a exposição foram avaliadas de acordo com a sua coerência com o tema, pesquisa, desenvolvimento e inovação, criatividade, estilo e linguagem de moda, acessibilidade e a viabilidade da produção em escala.



ANEXO D - EDIÇÃO Nº 05 DO JORNAL FOLHA ACESSIBILIDADE, DE 2015.1

Folha ACESSIBILIDADE

ANO II - EDIÇÃO nº 5 - 2015.1



UFC INCLUI 5 ANOS

A inclusão na Universidade

Depois de cinco anos trabalhando por uma universidade mais inclusiva, a Secretaria de Acessibilidade UFC Includ comemora os objetivos alcançados em sua trajetória.

PÁGINA 4



Reatech 2015 trouxe novidades que podem revolucionar o desenvolvimento da inclusão na sociedade.

PÁGINA 3



O debate sobre a educação inclusiva foi destaque da III Semana de Inclusão e Acessibilidade da UFC.

PÁGINA 7



Os desafios da adaptação curricular na educação inclusiva são os objetos de estudo da bolsista Sâmila Oliveira.

PÁGINA 7



FOTO RAFAEL CAVALANTE

UFCC INCLUI 5 ANOS

Universidade para todos

A Secretaria de Acessibilidade vem atuando desde 2010 na Universidade Federal do Ceará e passos importantes já foram dados na busca por uma educação mais inclusiva.

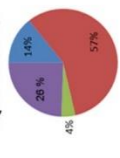
A Secretaria de Acessibilidade da UFC Includi é fruto de uma história que começou no dia 30 de agosto de 2010. A ideia de criar uma secretaria que cuidasse da inclusão e permanência de alunos com deficiência surgiu em meados de 2005, quando o Ministério da Educação lançou o programa Incluir, destinado a Instituições Federais de Ensino Superior. Durante o período de 5 anos, de 2005 a 2010, a Professora Vanda Magalhães Leitão, juntamente com as professoras Zilza Santiago e Ana Kátia Morais, entraram no projeto UFC Includi, com objetivo de atender as especificações do programa e criar uma instância da UFC que cuidasse da inclusão do aluno com deficiência.

Antes da Secretaria ser institucionalizada, uma comissão foi feita a fim de elaborar e apresentar a proposta de criação de uma estrutura que cuidasse da inclusão e acessibilidade dentro da universidade. "Trabalhamos nessa comissão durante seis meses, fizemos o levantamento por amostragem das condições de acessibilidade da UFC,

pegamos as dimensões arquitetônica e pedagógica, quais são os cursos que já tratavam dessa temática nos seus currículos, quantos alunos tinham com deficiência na UFC", explica a professora. Após a apresentação da proposta ao Reitor, a Secretaria foi formalizada no dia 30 de agosto de 2010 e Vanda Magalhães, que havia sido uma das precursoras do projeto, era nomeada como diretora do órgão.

Passados os primeiros anos da instalação da Secretaria de Acessibilidade UFC Includi, foram criadas as diferentes divisões que compõem hoje a unidade: a Divisão de Tecnologia Assistiva, Divisão de Apoio Pedagógico, Divisão Administrativa, Divisão de Edição e Produção de Materiais Bibliográficos e Acessíveis e Divisão de Tradução e Interpretação de Libras (ver quadro pag. 6).

Tipos de deficiências: Quantitativo



No gráfico acima, a porcentagem dos tipos de deficiência entre os alunos da universidade. No final de 2014, o total de alunos nessa situação era de 34. O número ainda é baixo se considerarmos o número de pessoas com deficiência no Brasil.

Avanços na Universidade

Trabalhar com acessibilidade significa quebrar barreiras, mudar atitudes. É um desafio contínuo o de mudar o comportamento das pessoas, fazendo com que elas tenham um comportamento efetivamente inclusivo. A Secretaria de Acessibilidade UFC Includi procura disseminar na comunidade universitária o despertar de uma cultura inclusiva. Entretanto, não é objetivo do órgão absorver todas as ações referentes à inclusão, pois a tarefa de auxiliar pessoas com deficiência diz respeito a todos. Durante os cinco anos desde sua criação, passando pelos diversos projetos, ações, eventos e estudos desenvolvidos, é possível observar algu-

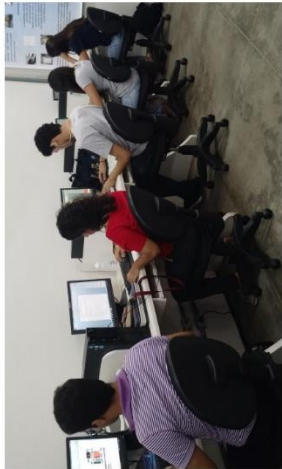


FOTO AM LUIZA SOARES

A Secretaria conta com a ajuda de bolsistas para a realização de suas atividades. Eles trabalham nos laboratórios e na organização dos eventos. Também apresentam trabalhos sobre o tema da Acessibilidade.

Eu percebo que já houve avanços de atitudes com relação à pessoa com deficiência e como se relacionar com elas. Coordenadores de cursos de graduação preocupados com alunos que chegam, preocupados com a questão da acessibilidade da sua unidade.



FOTO RAFAEL CAVALANTE

O acompanhamento dos alunos com deficiência é de fundamental importância em uma política acessível na universidade. A Secretaria trabalha para que estes alunos usufruam de seus direitos básicos como estudantes.



FOTO DMULGAÇÃO

Eventos como a Semana de Inclusão e Acessibilidade e o Acessibilidade em Ação buscam a formação da comunidade acadêmica acerca da inclusão. Na foto, alunos surdos apresentam desenhos feitos em oficina na SIA.

“Eu aprendi muitas coisas. Não só teoria, não só leis, mas a como lidar com as pessoas com deficiência, acho que a mudança foi mais humana mesmo.”

res e bolsistas. A aluna de pedagogia e bolsista da Secretaria, Ana Roberta Bernardo, destaca que o seu trabalho na unidade teve grande importância em sua formação humana. “Eu aprendi muitas coisas. Não só teoria, não só leis, mas a como lidar com as pessoas com deficiência, acho que a mudança foi mais humana mesmo”, relata Roberta.

Atendimento diferenciado

“A Secretaria não tem modelo de atendimento. O que surgem são demandas muito singulares de cada caso, os cursos são diferenciados e os alunos tem necessidades diferenciadas”.

De acordo com a professora Vanda Magalhães Leitão, a Secretaria não segue um padrão de atendimento, embora tenha um conjunto de princípios que são seguidos no dia-a-dia. Vanda destaca que a Secretaria atua com ajuda de outros órgãos da Universidade, tais como a biblioteca, a Pró-Reitoria de Graduação e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Além disso, é um princípio básico a ideia da convivência com pessoas com deficiência, de manter esse contato para poder entender melhor suas demandas e assim de atender melhor as necessidades específicas de cada deficiência.

Como funciona a Secretaria de Acessibilidade UFC Includi

DIVISÃO DE APOIO PEDAGÓGICO AO ALUNO

Responsável por dar o suporte necessário ao aluno com deficiência na UFC, acompanhando seu rendimento curricular. Direciona o trabalho dos bolsistas de monitoria de projetos e realiza eventos sobre acessibilidade e inclusão.



DIVISÃO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

Oferecer e desenvolver suporte tecnológico para as pessoas com deficiência e gravatação e edição de materiais audiovisuais inerentes à área de atuação da Secretaria.



DIVISÃO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS

Mediar situações de comunicação entre pessoas surdas e demais membros da comunidade acadêmica. Interpretação de eventos e tradução de materiais em Libras.



DIVISÃO DE EDIÇÃO DE MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS

Contribuir para a produção de um acervo acessível para as pessoas com deficiência visual, além da capacitação de digitalizadores e leitores.



EU PESQUISEI

Currículo inclusivo: um novo jeito de fazer escola

O tema Adaptação Curricular no âmbito do ensino superior é extremamente importante, pois além de ter pouco destaque no meio acadêmico, contribui para a diminuição das dificuldades enfrentadas tanto pelos professores como pelos alunos com deficiência.

Para o Ministério da Educação, a adaptação curricular corresponde ao conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais do ensino, bem como aos recursos pessoais do professor, no tocante ao seu preparo para trabalhar com os alunos. Exemplificando, são alterações realizadas nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos.

As Adaptações Curriculares devem ser promovidas nas diferentes instâncias do currículo, buscando respeitar as necessidades de cada aluno, e assim favorecer as condições que lhe são necessárias para que se efetive o máximo possível de aprendizagem. Entendendo sobre essa perspectiva, a educação inclusiva propicia que o aluno com deficiência faça parte do ensino regular, seja de nível básico ou superior, e aprenda os mesmos conteúdos que os outros, mesmo que de modos diferentes. Dessa forma, é essencial que instituições de ensino e profissionais da educação implantem e desenvolvam um currículo acessível a todos.

SÂMILA OLIVEIRA
Bolsista da Secretaria de Desenvolvimento de Desempenho Acadêmico sobre Adaptações Curriculares no âmbito do ensino superior.



Cerca de 250 pessoas participaram da III Semana de Inclusão e Acessibilidade.

FORMAÇÃO

III Semana de Inclusão e Acessibilidade na UFC

Evento trouxe discussões sobre as formas de educação inclusiva e não-discriminatória.

A qualidade de ensino é uma das maiores reivindicações daqueles que trabalham por uma educação melhor. Mas a necessidade de encontrar meios que, de fato, tornem a educação inclusiva uma realidade ainda é grande. Neste sentido, a Secretaria de Acessibilidade UFC Includi, em parceria com a Comunidade de Cooperação e Aprendizagem Significativa da UFC (CASA), realizou no mês de junho a III Semana de Inclusão e Acessibilidade (SIA). O evento chegou a sua terceira edição neste ano e teve como temática a Formação de Professores.

A SIA tem caráter formativo. Nesse sentido, pretende favorecer e incentivar a discussão e aprofundar temas sobre acessibilidade. O evento promove palestras, mesas redondas e ciclos de debates voltados para os âmbitos conceitual, arquitetônico, atitudinal e pedagógico. “Tentamos proporcionar à comunidade acadêmica e à comunidade em geral a oportunidade para obter adequadamente informação sobre a inclusão, não somente na Universidade, mas também fora dela”, explicou Davi Cândido, um dos organizadores do evento.

Primo Cardoso

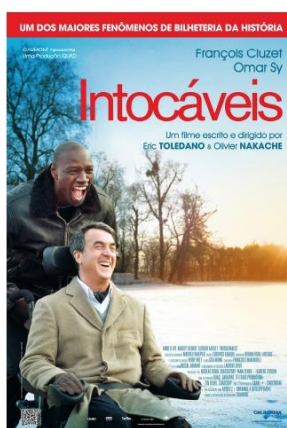
TEMPO LIVRE

Filmes



VERMELHO COMO O CÉU

ITÁLIA, 2006. **96 min.** Um drama baseado na história real de Mirco Mencacci, renomado editor de som da indústria cinematográfica italiana. Vermelho como o céu é um filme tocante. A paixão pelo cinema e a genialidade do pequeno Mirco nos levam ao seu universo cheio de descobertas, realizadas por meio de histórias sonoras que o personagem produz.



INTOCÁVEIS

FRANÇA, 2011. **112 min.** Uma amizade inusitada entre Philippe, um aristocrata rico que fica tetraplégico após sofrer um grave acidente e Driss, um jovem problemático que não tem a menor experiência em cuidar de pessoas com deficiência. Esse é o cenário de Intocáveis, onde os personagens aprendem a lidar um com o outro, apesar das trapalhadas no meio do caminho.

Agenda

2º CONCURSO CEARÁ MODA ACESSÍVEL

O concurso é promovido pelo Governo do Estado por meio da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e tem o objetivo de criar roupas para pessoas com os mais diversos tipos de deficiência. As criações escolhidas para exposição foram avaliadas de acordo com a coerência com o tema, pesquisa, desenvolvimento, inovação, linguagem de moda e acessibilidade. As peças apresentadas na exposição são de estudantes de instituições técnicas ou de ensino superior ou de profissionais formados na área de Moda.

HORÁRIO: Dia 30 de setembro, a partir das 10h.
LOCAL: Maraponga Mart Moda
 R. Francisco Glicério, 290 - Maraponga, Fortaleza - CE
INFO: concursodemodacepid@gmail.com

Livro



ACESSIBILIDADE NA UFC: TESSITURAS POSSÍVEIS

A publicação, organizada pelas Profas. Vanda Leitão e Tania Viana, é fruto de três anos de pesquisas que resultaram nos 10 artigos encontrados na obra. Eles abordam o processo de ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência. Narra ainda a trajetória da acessibilidade na UFC, seus avanços, perspectivas e demandas atuais.

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
REITOR: Henry de Holanda Campos
DIRETORA DA SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC INCLUI: Vanda Magalhães Leitão
EDIÇÃO: Ana Luiza Soares / Paulo Cardoso
TEXTOS: Ana Luiza Soares / Paulo Cardoso / Sâmila Oliveira
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Paulo Cardoso
IMPRESSÃO: CopyHelp
DISTRIBUIÇÃO: Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui
 Av. da Universidade, 2683, Centro de Humanidades (Área I), Benfica, Fortaleza, CE.
FONES: (85) 3366-7660 / 7908
E-MAIL: ufcinclui@acessibilidade.ufc.br / apoio.edu@acessibilidade.ufc.br

ANEXO E - EDIÇÃO Nº 06 DO JORNAL FOLHA ACESSIBILIDADE, DE 2016.1

Folha ACESSIBILIDADE

ANO III - EDIÇÃO Nº 6 - 2016.1



RIO 2016

Ceará garante participação nas Paralimpíadas

O paratleta cearense de tênis de mesa David Freitas foi o primeiro do Estado a ser convocado para os Jogos Esportivos Mundiais

PÁGINA 4



Estudantes, funcionários e professores participaram da 2ª edição do Acessibilidade em Ação com oficinas e minicursos

PÁGINA 3



Censo 2015.2 da UFC aponta aumento do número de alunos com deficiência, que passou de 49 para 70

PÁGINA 6



A bolsista Damaris Queiroz aponta a importância do atendimento institucional a pessoas com deficiência

PÁGINA 7

EDITORIAL

Ha 56 anos, a primeira edição oficial dos jogos paraolímpicos lembrava ao mundo que as pessoas com deficiência são mais do que suas limitações. Derribando preconceitos e estereótipos, os paraolímpicos mostram ao mundo que também se encaixam no lema olímpico: "Citius, Altius, Fortius" (do latim, mais rápidos, mais altos e mais fortes) e se na mitologia grega Hefesto (o único deus que possuía deficiência) fôra expulso do Olimpo, seus atuais representantes vêm mostrar que são dignos de reconquistar com honra um lugar no panteão dos heróis de Olimpia.

E com orgulho que esta edição apresenta em sua matéria principal David Freitas, um cearense que já conquistou sua vaga na Parolimpíada Rio-2016. Aborda também as ações desenvolvidas na Secretaria de Acessibilidade UFC Includi para garantir a efetivação das políticas de acessibilidade e a construção não apenas no quesito espacial, mas também pedagógico e cultural de uma universidade inclusiva. Boa leitura e lembre-se: "Acessibilidade tem a ver com todos nós".

CLIPPING

Prefeitura de Fortaleza e Governo do Ceará lançam projeto Praia Acessível

Em março deste ano, as atividades do projeto Praia Acessível tiveram início. Realizado pela Prefeitura de Fortaleza pelo Governo do Estado do Ceará, o objetivo do projeto é gerar inclusão e acessibilidade na Praia de Iracema para idosos, deficientes físicos e pessoas com mobilidade reduzida. Guarda-vidas do Corpo de Bombeiros tiveram treinamento especial para atuar no projeto. Além disso, o calçadão que dá acesso à praia teve dois pontos rebaixados e a instalação de rampas. O projeto funciona de quarta-feira a domingo, das 9h às 14h, possibilitando o acesso desse público ao mar. <http://goo.gl/N3gGM1>

Multa para quem estacionar em vagas exclusivas de pessoas com deficiência aumenta mais que 100%

Em janeiro de 2016 começaram a valer novas regras para quem estacionar em vaga para pessoa com deficiência. A multa para quem estacionar em vaga de idoso ou de pessoas com deficiência mais que dobrou. Pela lei, estacionar na vaga sem ser deficiente ou idoso era considerado infração leve, somando três pontos na carteira. A partir de agora, descumprir a lei é infração grave, com cinco pontos na carteira de habilitação. Além disso, a multa passa de R\$ 53,20 para R\$ 127,69. O Estatuto da Pessoa com Deficiência autoriza ainda agências a entrar em estabelecimentos públicos e privados para multar os irregulares. Essas e outras medidas estão previstas na Lei nº 13.146/15, em vigor desde 6 de dezembro de 2015. <http://goo.gl/isoVYP>



SECRETARIA DE
ACESSIBILIDADE
UFC Includi



FOTO: DIVULGAÇÃO

Facebook apresenta legendas automáticas de fotos para pessoas com deficiência visual

Mais de 2 bilhões de imagens são compartilhadas nos serviços do Facebook todos os dias e o problema de tanto conteúdo é que usuários com deficiência visual não podem acessá-las. A companhia avança que cerca de 39 milhões de usuários da rede social são cegos ou têm dificuldades severas para enxergar.

Contudo, em breve, o Facebook terá um recurso que gerará legendas automáticas para as imagens. A equipe responsável pelo projeto trabalha há mais de cinco anos para implantar esse serviço. O sistema será baseado em redes neurais que irão analisar cada imagem compartilhada para identificar os objetos presentes nela. Os itens reconhecidos serão relatados na descrição da foto, que estiverem no feed de notícias. <https://goo.gl/bvvVbh>

ACONTECEU

II Acessibilidade em Ação: professores recebem formação sobre acessibilidade e inclusão

O evento produzido pela Secretaria de Acessibilidade teve como tema de oficinas e minicursos "Formação de professores". A edição de 2016, está confirmada para novembro

Muitas vezes não sabemos como nos comunicar ou ajudar uma pessoa que possui algum tipo de deficiência. Pensando na necessidade de encontrar meios que tornem essa relação inclusiva, a Secretaria de Acessibilidade UFC Includi realizou, em dezembro de 2015, o II Acessibilidade em Ação. Assim como ocorreu na Semana de Inclusão e Acessibilidade em junho do mesmo ano, o tema do evento foi Formação de professores. Durante os dias 1º a 4 de dezembro, por meio de oficinas e minicursos, os participantes tiveram a oportunidade de aprender métodos favoráveis à inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência. O objetivo do evento foi integrar à formação do professor práticas que ajudem na relação eficiente com alunos que possuem alguma deficiência.

A Profª Vanda Magalhães Leitão, diretora da Secretaria de Acessibilidade, deu as boas-vindas aos participantes na cerimônia de abertura reforçando a importância da convivência com pessoas com deficiência. "Temos de nos aproximar delas para sabermos suas necessidades, as mais básicas," afirmou a professora. Durante a abertura, também foi exibido o filme *Ser importantes* refletiu Valton. Durante os quatro dias de programação, os participantes puderam escolher quais oficinas e minicursos gostariam de participar. Técnicas de braille, livros, audiodescrição e tecnologias assistivas foram alguns dos ministrados durante o evento. Além das aulas, apresentações artísticas fizeram parte da programação. O Grupo Verso de Boca e a Exposição Fotográfica para Cegos tiveram o objetivo de sensibilizar as pessoas com a temática da inclusão e acessibilidade.

O Acessibilidade em Ação aconteceu todos os anos na UFC. Na edição de 2015, os participantes puderam enriquecer seus conhecimentos acerca do assunto durante os quatro dias do evento. A perspectiva é de que neste ano o evento ganhe ainda mais adeptos. ■



FOTO: SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE



FOTO: SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE

Prática para sensibilização de como utilizar bengala durante a oficina de orientação e mobilidade com raciocínio matemático

Participantes do curso básico de libras realizado durante o II Acessibilidade em Ação

JOGOS MUNDIAIS

Do Ceará à Paralimpíada Rio 2016

David Freitas, paratleta cearense de tênis de mesa, contou à Secretaria de Acessibilidade suas experiências até a classificação e as perspectivas para o início dos Jogos



FOTO: REBECA SOARES

David Freitas em aquecimento com o técnico Eugênio Sales no Centro de Treinamento da Federação de Tênis de Mesa do Ceará

Enfrentando dupla jornada de trabalho até a classificação nas Paralimpíadas de 2016, o cearense David Freitas (38) usou o tempo dedicando-se como agente de trânsito e paratleta da Seleção Brasileira de Tênis de Mesa. Cadeirante desde os 26 anos, David questionou-se sobre a capacidade de praticar um esporte que requer muita agilidade. Apesar das dificuldades, já representou o Brasil em diversos países e foi o primeiro atleta do Ceará a integrar a Delegação Brasileira nos Jogos Mundiais.

Após retirada de um tumor na coluna, David Freitas passou a se locomover em cadeira de rodas. Primeiramente, pensou que não poderia continuar a praticar esportes, vindo como possibilidade apenas o xadrez, tradição familiar. No campeonato cearense do esporte estratégico,

conheceu Eugênio Sales, na época presidente da Federação de Tênis de Mesa Adaptado. Eugênio convidou a praticar o tênis de mesa. David, depois de muita insistência, aceitou e conquistou a segunda colocação no primeiro campeonato estadual de que participou. Desde então, conciliou o trabalho no Detran como os treinos. Já representou o Brasil em países como Bélgica, México e Canadá, onde ganhou outro individual e por equipes nos Jogos Parapan-Americanos em 2015.

Em 2013, David foi convocado para integrar a Seleção Brasileira em Brasília. Com a condição de que morasse nesta cidade, foi desligado pois não poderia deixar o trabalho em Fortaleza. Entretanto, em 2015, passou a integrar a seleção com a autorização para morar em Fortaleza.

David reconhece que o

desgaste físico e emocional é maior na busca por patrocinadores do que nos próprios treinos. Para viabilizar o apoio financeiro, solicita o patrocínio das empresas de forma proporcional ao tamanho delas. Além dos apoadores, recebe bolsa de R\$ 3.100,00, valor que deveria custear o transporte de casa para os treinos, as viagens nacionais para competição, o material esportivo, que precisa ser trocado em cada dois meses, sendo só a raquete R\$ 2.200,00, além das despesas domésticas.

Mesmo com adversidades, o atleta diz receber o apoio de Deus, da família, amigos e do público que transmite mensagens positivas, tanto pelas redes sociais, como nos lugares onde passa. A assistência é fundamental para enfrentar a principal dificuldade, que é a falta de reconhecimento.

“As pessoas não acham que



David Freitas com as duas medalhas de ouro dos Jogos Parapan-Americanos, de Toronto

“As pessoas não acham que seja a mesma responsabilidade do esporte olímpico, mas temos exatamente a mesma e o resultado é muito mais significativo.”

seja a mesma responsabilidade do esporte olímpico, mas a gente (paratletas) tem a mesma responsabilidade, e o resultado é muito mais significativo”, queixou-se. Nos últimos Jogos Parapan-Americanos os paratletas brasileiros conquistaram o 1º lugar isolado, enquanto os atletas sem deficiências foram 3º lugar no ranking geral dos Jogos Pan-Americanos.

Paralimpíadas

A inspiração para iniciar os Jogos Parapan-Americanos surgiu após a Segunda Guerra Mundial

No tênis de mesa paralímpico, os paratletas são classificados em 10 categorias, de 1 a 5 são com a missão de reabilitar cadeirantes e de 6 a 10, andantes. O menor número caracteriza maior grau de deficiência. A equipe é composta por 21 paratletas e conquistou 31 medalhas, sendo 15 de ouro. Em razão disso, a expectativa é de que o tênis de mesa conquiste bons resultados nas Paralimpíadas Rio 2016.



Guttman criou então o primeiro evento esportivo exclusivo para pessoas com deficiência. Doze anos depois, foram realizados os primeiros Jogos Paralímpicos de Verão de 1960, que ocorreram em Roma, na Itália, e contou com quatrocentos atletas de três países.

Em 1968, a realização dos Jogos Mundiais foi interrompida por problemas financeiros e falta de estrutura adequada. Dessa forma, a acessibilidade passou a ser prioridade em todos os megaeventos esportivos. Ao todo já foram realizadas 16 Paralimpíadas. Nelas há histórias de vitória e transformações.

O nome do evento voltado aos paratletas foi modificado em novembro de 2011, com o intuito de padronizar o uso em todo os países de língua portuguesa. No Brasil, as duas formas, paraolimpíadas e paralimpíadas, são reconhecidas, embora que a segunda caise, à primeira vista, algum estranhamento.



CENSO 2015

Enfrentamento das dificuldades de inclusão na Universidade Federal do Ceará

Os alunos podem contar com a Secretaria de Acessibilidade para derrubar as barreiras que dificultam a inclusão



A estudante de Letras-Italiano, Neyara Rebeca na Retairão da UFC

FOTO: DAVI PINHEIRO

Segundo dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no censo demográfico de 2000, o número de pessoas com deficiência era de 24.600.256, ou 14,5% da população brasileira. Em 2010, houve um crescimento desse número para 45.606.048, ou seja, 23,9% da população total. De acordo com o censo de 2010, dentre os deficientes do País, 18,60% têm deficiência visual, 7% deficiência motora, 5,10% auditiva, 1,40% têm deficiência mental ou intelectual. Dessa forma, cada vez mais são aprovadas leis específicas para tratar dos critérios básicos para a promoção da inclusão e da acessibilidade. Na legislação que contempla esses direitos, o Decreto nº 5.296, de 2004, que detalha a obrigatoriedade do atendimento prioritário às condições arquitetônicas de acessibilidade, entre vários outros direitos desse público. Mais recentemente, em 2015, tem-se o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que prevê uma série de direitos da pessoa nessa condição.

Na UFC, crescem o número de estudantes com alguma deficiência. Foi de 49 para 70, comparando o censo de 2014,2 com o de 2015,2. Desses 70, 12 alunos possuem deficiência física e 23 têm deficiência visual, fato que torna necessária a acessibilidade do espaço físico para que eles possam transitar sem dificuldades. Entretanto, a Universidade ainda caminha para oferecer boas condições de acessibilidade. Atualmente, reformas estão sendo feitas para atender as demandas de quem precisa de um espaço acessível. Nas áreas I e II do Centro de Humanidades (CH1 e CH2), estão em andamento obras de acessibilidade, tais como rampas e elevadores.

Potém, ainda há muito caminho a percorrer. A área III do Centro de Humanidades, ainda não possui espaço acessível satisfatório, assim como o Campus do Pici, onde é difícil para a pessoa com deficiência física e/ou visual locomover-se.

Dificuldade sentida na pele

A estudante de Letras-Italiano Neyara Rebeca conta sua experiência sobre o tema. Rebeca possui baixa visão e precisou de muita ajuda para andar na Universidade. Agora no final da graduação, a estudante fala que consegue se locomover melhor pelos espaços do CH1, local onde estuda. Contudo, ressalta que a acessibilidade ainda precisa ser garantida. "É muito difícil andar no campus sozinha. Eu entrei na

UFC em 2011 e, agora, em 2016, é que estou com um pouco mais de autonomia", relata Rebeca.

Secretaria de Acessibilidade no processo de inclusão

Combater preconceitos e incentivar mudanças de atitude são ações de inclusão tão importantes quanto a remoção de barreiras. A Secretaria de Acessibilidade da UFC Incului, nesse sentido, a busca oferecer serviços de apoio pedagógico ao público que tenha algum tipo de deficiência, de modo a inclui-lo social e academicamente no âmbito universitário. Ou seja, é preciso alinhar iniciativas de acessibilidade com ações de inclusão para tornar a vida desse público dentro da Universidade a mais satisfatória possível. ■

EU PESQUISEI

A inclusão através da ciência da Informação

A inclusão de pessoas com deficiência encontra-se em nossa sociedade, neste sentido, compreendemos que a biblioteca, por ser um equipamento fundamental na fomentação do conhecimento e presente nas diversas instituições de ensino, deve acolher essas pessoas, atendendo a suas necessidades informacionais e respeitando os critérios de acessibilidade. No entanto, para que isso seja possível, é necessário que o bibliotecário desenvolva, desde os primeiros semestres cursados na graduação, competências que facilitem, melhorem e promovam o atendimento a pessoas com deficiência nas instituições.

As competências relevantes estão concentradas basicamente em duas áreas: disseminação da informação e relacionamento interpessoal. Na primeira, podemos citar os recursos de tecnologia assistiva, ou seja, serviços e ferramentas que facilitam e promovem o acesso de pessoas com deficiência a algo, e no que concerne a segunda temos as abordagens de questões que estão ligadas ao relacionamento entre o profissional e o usuário, isto é, a comunicação entre as duas partes.

De modo geral, é imprescindível salientar a importância de se abordar as questões que envolvem o atendimento institucional a pessoas com deficiência em sala de aula não apenas como um assunto isolado, mas como parte integrante das atividades desenvolvidas pelo bibliotecário.

Damaris Queiroz

Bolsista da Secretaria de Acessibilidade da UFC Incului, de competência na área de Ciência da Informação que atua no atendimento de unidades de informação.



ACÇÃO

Associação promove eventos pela Consscientização do Autismo



Exposição realizada pela associação Pinando o Seteazul em shopping de Fortaleza

Formada por especialistas e mães de pessoas com autismo, a Associação Pinando o Seteazul completa o primeiro ano no mês de junho de 2016. A Associação foi criada para compartilhar experiências e conhecimentos sobre o TEA, transtorno do espectro autista.

Durante o mês de abril, mães associadas e profissionais realizaram ações em Fortaleza em alusão a Consscientização do Autismo, celebrada no dia 2 do mesmo mês. Entre os eventos promovidos, estava a exposição fotográfica de crianças com autismo Clickautismo, passeata na Beira Mar, bem como palestras de profissionais da saúde. ■

25 ANOS DE CONQUISTA

Inserindo pessoas com deficiência no mercado, Lei de Cotas completa 25 anos

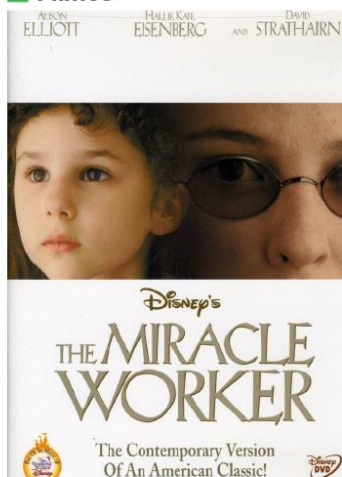
A Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência completa 25 anos em 24 de julho. Criada em 1991, a lei estabelece que empresas com mais de 100 funcionários devem preencher entre 2% e 5% de suas vagas com trabalhadores que apresentem algum tipo de deficiência. As empresas que possuem de 100 a 200 funcionários devem reservar, obrigatoriamente, 2% de suas vagas; entre 201 e 500 funcionários, 3%; entre 501 e 1.000 funcionários, 4%; empresas com mais de 1.001 funcionários, 5% das suas vagas.

Entre os principais motivos para a não contratação de pessoas com deficiência estão a baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional, além da adaptação necessária da estrutura física das organizações.

Outro avanço importante é a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), sancionada pela Presidência da República no dia 6 de julho de 2015, que começou a vigorar em 2 de janeiro deste ano. Também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, a nova lei precisou de 15 anos para ser aprovada. A LBI veio para garantir direitos nas áreas de saúde, educação, trabalho e infraestrutura das cidades. ■

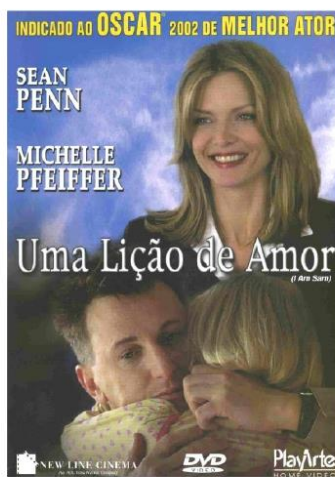
TEMPO LIVRE

Filmes



O MILAGRE DE ANNE SULLIVAN

EUA, 1962. **106 min.** O filme é baseado na vida de Helen Keller (Patty Duke) e conta a comovente história de Anne Sullivan (Anne Bancroft), uma persistente professora que luta para ajudar uma menina cega e surda, Helen, a se adaptar ao mundo que a rodeava. A professora confronta os pais da menina sobre o modo como a criavam, sempre sentindo pena da filha e a mimando, sem nunca lhe ensinar algo concreto.



UMA LIÇÃO DE AMOR

EUA, 2002. **134 min.** O filme mostra a história de Sam Dawson (Sean Penn), um homem com deficiência intelectual que cuida sozinho de sua filha, Lucy (Dakota Fanning). Quando a menina completa 7 anos, é considerada intelectualmente superior a seu pai por uma assistente social que a quer internada em um orfanato. Contudo, Sam irá contar com a ajuda da advogada Rita Harrison (Michelle Pfeiffer), que aceita o caso como desafio.

Livro



O GRITO DA GAIVOTA

O livro conta a biografia de Emmanuelle Laborit, surda profunda, contando um relato pessoal e subjetivo de alguém que cresceu no mundo do silêncio, mas que nunca aprendeu a viver a distância da comunicação. Para a autora, as recordações da primeira infância são estranhas, pois existia “um caos na minha cabeça”. Emmanuelle ganhou o apelido de Gaivota, por conta da forma oral que se comunicava.

Agenda

III ACESSIBILIDADE EM AÇÃO

A Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui promove em novembro a terceira edição do Acessibilidade em Ação. O evento tem como objetivo levar à Universidade minicursos e oficinas de educação e práticas inclusivas, além de reflexões acerca da acessibilidade durante quatro dias.

Acompanhe as páginas da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui para mais informações sobre o evento.

DATA: Novembro/2016

LOCAL: Centro de Humanidades I

INFO: Telefone - (85) 3366-7660 / (85) 3366-7908

<https://www.facebook.com/acessibilidadeufc/>
apoio.edu@acessibilidade.ufc.br



PROJETO ACESSIBILIDADE EM AÇÃO

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

REITOR: Henry de Holanda Campos

DIRETORA DA SECRETARIA UFC

INLUI: Vanda Magalhães Leitão

EDIÇÃO: Rebeca Soares / Valéria de Oliveira Souza

TEXTOS: Rebeca Soares / Valéria de Oliveira Souza

PROJETO GRÁFICO: Paulo Cardoso

DIAGRAMAÇÃO: Rebeca Soares / Valéria de Oliveira Souza

DISTRIBUIÇÃO: Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui

Av. da Universidade, 2683, Centro de Humanidades I - Benfica, Fortaleza - CE

TELEFONES: (85) 3366-7660 / (85) 3366-7908

E-MAIL: ufcinlui@acessibilidade.ufc.br
apoio.edu@acessibilidade.ufc.br

Folha ACESSIBILIDADE

ANO IV - EDIÇÃO Nº 7 - 2017.1



FOTO: SHEYLA CASTELO BRANCO

Projeto Praia Acessível promove diversão para pessoas com deficiência em Fortaleza

Iniciativa pública, localizada na Praia de Iracema, foi inspirada em experiências já implantadas em outros estados, como Pernambuco e São Paulo

PÁGINA 4



FOTO: REPRODUÇÃO / YOUTUBE

Recurso janela de Libras torna o programa *UFCTV* acessível a pessoas com surdez

PÁGINA 3



FOTO: JR. PANELA

Secretaria de Acessibilidade dá suporte à criação de novos núcleos de acessibilidade no Interior

PÁGINA 7



FOTO: MOEMA FRANÇA GI

O bolsista Reubher César destaca a importância de práticas docentes inclusivas

PÁGINA 7

DIVERSÃO

Projeto Praia Acessível quebra barreiras e leva pessoas com deficiência ao mar

O local conta com passarela acessível, cadeira anfíbia, piscina e equipe com cerca de 20 monitores capacitados para garantir a segurança na Praia de Iracema, de quarta a domingo



Bombeiros guiam pessoas com deficiência ao mar

O Projeto Praia Acessível é uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará em parceria com a Prefeitura de Fortaleza e apoio do Hotel Sonata. O objetivo do projeto é promover a acessibilidade de idosos, pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida à praia.

Dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 2,340,150 de pessoas possuem deficiência no Ceará, ou seja, 27,69% da população. Além disso, há quase 840 mil idosos, o que representa 10% da população cearense.

Localizado na Praia de Iracema, o Projeto Praia Acessível oferece lazer com esteiras e cadeiras anfíbias que possibilitam o acesso do público-alvo ao mar. Essas cadeiras são feitas com um tipo de pneu especial que permite superar a dificuldade de locomoção na areia e evita que a pessoa afunde na água, além de possuir braços removíveis que facilitam a transferência para a cadeira. O local ainda conta com estrutura para vôlei e frescobol adaptados, piscinas, cadeiras e mesas cobertas com toldos, banheiro acessível e itens de segurança.

Segundo o portal do Governo do Estado, o investimento realizado nos equipamentos é de aproximadamente R\$ 400 mil, enquanto a Prefeitura se responsabiliza pela infraestrutura e logística. O projeto é desenvolvido em frente ao Hotel Sonata, próximo na ação, que disponibiliza banheiro adaptado, depósito para guardar material pedestre.

Anexo - Jornal Folha Acessibilidade - 7ª Edição - 2017 - 1 (1605685)



Foto: SHEYLA CASTELO BRANCO

Em outubro de 2016, a Liga de Fisioterapia Neurológica da UFC (Liga FisiNeuro) promoveu um Dia das Crianças diferente ao levar meninas e meninos com paralisia cerebral ao Praia Acessível. Alunos e professores da Liga se reuniram para proporcionar um dia de inclusão social, diverso e bem-estar a 10 crianças com paralisia cerebral do Abrigo Tia Júlia, instituição filantrópica de Fortaleza. A ação, que aconteceu no dia 7 de outubro, envolveu, além da Liga, a equipe do Praia Acessível, Renata Jucá, professora do Curso de Fisioterapia da UFC e integrante da Liga FisiNeuro, organizou a ação e nos falou um pouco sobre o projeto.

Folha Acessibilidade – De onde surgiu a ideia da Ação Dia das Crianças?

Renata Jucá – Em uma visita dos alunos e professores da Liga FisiNeuro ao projeto, em julho. Enquanto conversávamos com um dos participantes do Praia Acessível, eles nos deixaram vontade para deslucar um grupo de pessoas. Ficamos muito contentes. Como falávamos três meses para o Dia das Crianças, pensamos em proporcionar um dia de lazer a crianças com paralisia cerebral institucionalizadas. Então começamos a pensar em parcerias, e a primeira que nos surgiu foi com a Secretaria de Acessibilidade. A Liga contou com o apoio de outro projeto de extensão da Fisioterapia da UFC, o Promoção e Acompanhamento do Desenvolvimento Infantil (PAD).

FA – Em sua opinião, o Projeto Praia Acessível enfrenta desafios? Se sim, quais?

RJ – Sim. Talvez a acessibilidade até a estrutura do projeto, na Praia de Iracema, não seja possível a todos que dependem de transporte público. Outro problema é a descontinuidade de divulgação. Quando o projeto era bastante divulgado nas mídias, mas o tempo foi passando e as pessoas foram esquecendo dele. Muita gente ainda não sabe da existência do projeto nem de uma equipe de profissionais de saúde e de bombeiros para atender às necessidades dos visitantes. Além disso, ainda não há uma

estrutura fixa montada, como banheiro privativo adaptado com chuveiro. Mas em breve esperamos que isso seja resolvido. ■



Foto: SHEYLA CASTELO BRANCO

SERVIÇO:

Horário de funcionamento*: de quarta-feira a domingo, das 9h às 14 h.

Local: Aterrinho da Praia de Iracema (em frente ao Hotel Sonata de Iracema).

*Na alta estação, o funcionamento é diário.

2016.1

Número de estudantes com deficiência na UFC continua a crescer, aponta Censo

O aumento impulsiona a inclusão e a acessibilidade nos mais diversos espaços da Universidade. Em um ano e meio, o número de estudantes com deficiência cresceu de 49 para 73

Segundo dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Censo Demográfico de 2000, o número de pessoas com deficiência era de 24.600.256, ou 14,5% da população brasileira. Em 2010, houve um crescimento desse número para 45.606.048, ou seja, 23,9% da população total. De acordo com o Censo 2010, dentre as pessoas com deficiência no País, 18,6% têm deficiência visual, 7% deficiência motora, 5,1% auditiva e 1,4% possui deficiência mental ou intelectual.

Dessa forma, cada vez mais são aprovadas leis específicas que tratam dos critérios básicos para a promoção da inclusão e da acessibilidade. Na legislação que contempla esses direitos, o Decreto Federal nº 5.296, de 2004, detalha a obrigatoriedade do atendimento prioritário, as condições arquitetônicas de acessibilidade, entre vários outros direitos desse público. Mais recentemente, em 2015, criou-sei a Lei de Inclusão, que prevê uma série de direitos da pessoa com deficiência.

Na Universidade Federal do Ceará, o número de estudantes com alguma deficiência cresceu. Se comparado o censo de 2014.2 com o de 2015.2, o crescimento foi de 49 para 70 universitários. Destes, 12 alunos tinham deficiência física e 23, deficiência visual, fato que contribuiu para pensar adaptações do espaço físico.

No Censo de 2016.1, o crescimento de alunos com deficiência continuou a aumentar. No ano anterior, 2015, havia 70 estudantes inclusos e acessíveis. ■

com deficiência na Universidade. Hoje eles são 73. Desse total, o número mais expressivo é o de surdos e deficientes auditivos, com 50 alunos, seguido pelo de deficiência física, com 12 alunos.

Atualmente, a Universidade de ajuda caminha para oferecer condições de acessibilidade. Já existem áreas acessíveis, com a presença de algumas rampas e elevadores, como é o caso das áreas do Centro de Humanidades (CHI, CH2 e CH3) e do Campus do Pici. Contudo, ainda há reformas em andamento, assim como a demanda de espaços universitários mais acessíveis em diversas áreas e departamentos. O aumento de estudantes com deficiência segue fortalecendo esse caminho para a inclusão e acessibilidade. ■

EU PESQUISEI

A prática docente em face da inclusão de pessoas com deficiência visual

A Universidade possui papel fundamental na inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Dessa forma, é imprescindível que esta seja acessível não apenas com a oferta de vagas, mas também com o favorecimento da permanência dos alunos e com a promoção de desenvolvimento em seus três pilares: ensino, pesquisa e extensão.

No cerne dessa inclusão, está a prática docente, responsável pela promoção da acessibilidade pedagógica. Todavia, vem nos últimos anos, pois muitos professores, por falta de formação adequada nessa área, acabam por utilizar práticas pedagógicas que não favorecem a aquisição do conhecimento e o progresso acadêmico dos alunos com deficiência.

Com a realização de nossa pesquisa, intitulada "A prática docente face à inclusão de pessoas com deficiência visual", no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, pudemos constatar um interesse salutar por parte desses profissionais com relação à inclusão dos alunos na sala de aula. No entanto, pode-se notar que não há uma sistematização das práticas docentes que devam ser utilizadas com esses alunos. Em suas próprias falas, os professores frisaram a necessidade de formação continuada e de um maior apoio da universidade.

Reuber César

Bolsista da Secretaria de Acessibilidade UFC Includi. Pesquisa sobre práticas pedagógicas inclusivas.



POLÍTICA DE GESTÃO

Núcleos de acessibilidade expandem projetos inclusivos para o Interior

A iniciativa atende a pessoas com deficiência, com altas habilidades e/ou com transtorno do espectro autista que trabalham ou estudam distante da Capital. Ações terão continuidade ao longo de 2017



FOTO: J. PANHA

A Secretaria de Acessibilidade UFC Includi está estimulando a organização de núcleos de acessibilidade nos campi do Interior. O intuito é promover a inclusão de pessoas com deficiência e expandir a Política de Acessibilidade da Universidade, em implantação desde 2010, a todos os espaços da instituição.

A expectativa é a criação de instâncias e de setores voltados para o atendimento às demandas de estudantes e servidores em todos os campi. Através de visita aos locais de implantação dos núcleos, a professora e diretora da Secretaria de Acessibilidade UFC Includi, Vanda Magalhães encaminhamos iniciais.

De acordo com a Profª Vanda, "adoiar uma Política de Acessibilidade implica em várias mudanças, considerando-se as transformações físico-espaciais, adaptações didático-pedagógicas-curriculares, linguístico-comunicacionais e tecnológicas, que em última instância implicam em modificações de atitudes perante as necessidades demandadas pelo público-alvo das ações de acessibilidade, ou seja, as pessoas com deficiência, com altas habilidades e/ou com transtorno do espectro autista (TEA)".

Apesar de se organizarem a partir de uma mesma estrutura, ainda segundo a professora, os campi têm modos diferenciados para a implantação da Política de Acessibilidade. Isso se deve a fatores como a condução da gestão, os recursos humanos disponíveis no campus, dentre outros.

Em 2017, a Secretaria de Acessibilidade continuará realizando o acompanhamento dos campi que tiveram suas ações iniciadas, além de expandir a implantação aos demais, como é o caso do Campus de Crato. Também seguirá dando suporte teórico-prático e acompanhando as ações para a implantação de núcleos e setores em outros municípios onde a Universidade está presente.

Estas são mudanças importantes que certamente ocorrerão a curto, médio e longo prazo, conforme a natureza das ações associadas à vontade política da gestão. ■

Curso	Visual	Auditiva	Física	Múltipla	TOTAL
Agronomia	-	1	3	-	4
Computação	2	-	-	-	2
Estatística	-	-	1	-	1
Guirnáica	1	-	-	-	1
Geologia	-	-	1	-	1
Biblioteconomia	-	1	-	-	1
Letras	1	-	-	1	2
Letras-Libras	-	46	-	-	46
Psicologia	-	-	2	-	2
Engenharia Elétrica	-	-	1	-	1
Engenharia da Computação	1	-	1	-	2
Administração	1	1	1	-	3
Economia	1	-	-	-	1
Pedagogia	1	-	1	-	2
Sistemas e Mídias Digitais	1	-	-	-	1
Dança	-	1	-	-	1
Música	1	-	-	-	1
Filosofia	1	-	-	-	1
TOTAL	11	50	11	1	73

*Dados de 2016.1. Fonte: Secretaria de Acessibilidade UFC Includi

TEMPO LIVRE

Filmes



Soul surfer Coragem de viver

O filme conta a história real de Bethany Hamilton (AnnaSophia Robb). Bethany sempre teve como sua maior paixão o surfe. Aos 13 anos, a menina, que já era campeã em competições profissionais, foi vítima de um ataque de tubarão e perdeu o braço esquerdo. Mas isso não foi suficiente para mantê-la longe do mar.

Título original: Soul surfer
Diretor: Sean McNamara
Ano de produção: 2011
Gênero: Drama, biografia
Duração: 106min

Agenda

Grupo de estudos

A Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui promove um grupo de estudos por meio do Projeto Acessibilidade em Ação. Os encontros acontecem mensalmente na Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui. O grupo tem como objetivo promover o conhecimento e gerar discussões sobre políticas de inclusão e acessibilidade, assim como estimular o bom convívio e relacionamento com pessoas com deficiência. Todos os alunos, professores e servidores da UFC, além de cidadãos interessados em conhecer o assunto ou se aprofundar no tema, estão convidados a participar. Não é necessário fazer inscrição prévia. Acompanhe o Facebook da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui para mais informações.

INFORMAÇÕES

Facebook: <https://www.facebook.com/acessibilidadeufc/>
Telefone: (85) 3366 7908
E-mail: apoio.edu@acessibilidade.ufc.br



Si può fare Dá pra fazer

Nello (Claudio Bisio), um homem de negócios que perdeu o emprego, é forçado a administrar uma cooperativa de ex-pacientes mentais que foram transferidos após o encerramento dos hospitais psiquiátricos do estado. Nello incentiva os membros da cooperativa a aprenderem uma profissão e juntos eles decidem trabalhar com parquê, uma espécie de assoalho feita com madeira.

Título original: Si può fare
Diretor: Giulio Manfredonia
Ano de produção: 2008
Gênero: Comédia, drama
Duração: 111min

Livro



Cadê a síndrome de Down que estava aqui? O gato comeu!

O livro traz uma nova concepção sobre a síndrome de Down, definindo-a não como uma deficiência, mas como uma diferença. As autoras dividiram a publicação em três partes: 1) receber uma criança com síndrome de Down; 2) atuar com uma criança com síndrome de Down – o programa lurdinha; e 3) viver com uma criança com síndrome de Down.

Título original: Cadê a síndrome de Down que estava aqui? O gato comeu!
Autores: Elizabeth Tunes e L. Danery Piantino
Ano: 2001
Assunto: Psicologia

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
REITOR: Henry de Holanda Campos
DIRETORA DA SECRETARIA
UFC INLUI: Vanda Magalhães Leitão
EDIÇÃO: Theresa Rachel / Valéria Souza
TEXTOS: Theresa Rachel / Valéria Souza
PROJETO GRÁFICO: Paulo Cardoso
DIAGRAMAÇÃO: Theresa Rachel / Valéria Souza
DISTRIBUIÇÃO: Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui
Av. da Universidade, 2683, Centro de Humanidades I - Benfica, Fortaleza - CE
TELEFONES: (85) 3366 7908
E-MAIL: ufcinlui@acessibilidade.ufc.br / apoio.edu@acessibilidade.ufc.br

Folha ACESSIBILIDADE

ANO IV - EDIÇÃO Nº 8 - 2017.2



FOTO: SUPEREFICIENTE

Jogos analógicos acessíveis como ferramentas de pedagogia e diversão

Mais que entretenimento, brinquedos tradicionais podem ser importantes auxiliares no desenvolvimento de pessoas com deficiência.

PÁGINA 4



FOTO: BEATRIZ CARVALHO

A 5ª edição da Semana de Acessibilidade e Inclusão trouxe novo formato com apresentação de trabalhos

PÁGINA 3



FOTO: VALÉRIA SOUZA

Acessibilidade atitudinal é a quebra de barreiras físicas e a busca pela inclusão sociocultural

PÁGINA 6



FOTO: DIVULGAÇÃO/FACEBOOK

ANCINE financia projeto para inserir recursos acessíveis em produções cinematográficas

PÁGINA 7

EDITORIAL



SECRETARIA DE
ACESSIBILIDADE
UFcincludi

O Jornal Folha Acessibilidade chega a sua 8ª edição cheio de novidades.

A primeira delas é que agora o Jornal encontra-se exclusivamente online, possibilitando trazer novas ferramentas de acessibilidade e podendo ser consumido por todos.

A outra grande novidade desta edição é o lançamento de uma extensão do Folha Acessibilidade na Web: o podcast Folha Acessibilidade. O pro-

grama, lançado junto com o Jornal, traz uma discussão aprofundada sobre o tema da matéria principal do Folha Acessibilidade. Nesta edição, traremos em debate o “Baralho Acessível” discutido na matéria “Jogos analógicos acessíveis como ferramentas de pedagogia e diversão”.

Você pode conferir o podcast no site da Secretaria de Acessibilidade UF-C-Inclui em: <https://goo.gl/DNtHvh>

CLIPPING

Primeiro parque aquático do mundo para pessoas com deficiência

O Morgan’s Inspiration Island foi pensado para atender pessoas com as mais variadas deficiências. Suas atrações podem ser apreciadas por deficientes visuais, usuários de cadeiras de rodas, pessoas com problemas cognitivos, entre outros.

O parque oferece cadeiras de rodas para os visitantes que precisam, de forma que eles não danifiquem as suas próprias cadeiras. Além disso, pessoas que estejam com acompanhantes podem contar com uma pulseiras de alta-tecnologia desenvolvida para que elas possam ser facilmente localizadas.

<https://goo.gl/dNZqAu>

Conheça o Dot, o primeiro relógio inteligente em braille

O “Dot Watch” é um relógio que possui um display com 24 pontos em auto relevo sensíveis ao toque. Os pontos são controlados magneticamente e se movimentam para formar as mensagens de textos enviadas via bluetooth por smartphone, da mesma forma que acontece com smartwatches tradicionais.

O relógio levou cerca de três anos para ser desenvolvido pela startup “Dot in Corp” e contou ainda com o patrocínio de pessoas importantes como o cantor Stevie Wonder, que possui deficiência visual.



<https://goo.gl/OcdHx1>



FOTO: DIVULGAÇÃO

Bebê com Síndrome de Down em comercial da marca Johnson's Baby

Criança com síndrome de Down estrela comercial emocionante

No Dia das Mães deste ano, a Johnson's, em uma ação publicitária, mostrou uma criança com síndrome de Down. Esta foi a primeira vez em que a marca de produtos infantis incluiu um bebê com deficiência.

Criado pela agência DM9, o vídeo faz parte da campanha “Para nós e para todas as mães, todo bebê é um bebê Johnson's” e um dia após sua divulgação, já tinha mais de 1 milhão de visualizações no Facebook.

No comercial é possível ver, inicialmente, detalhes do bebê, como pés, olhos, mãos e pele, até que no final é revelado que se trata de um bebê com a síndrome.

A campanha foi bem recebida pelo público e atualmente o vídeo conta mais de 35 mil compartilhamentos e 6 milhões de visualizações.

<https://goo.gl/WbSjtO>

ACONTECEU

V Semana de Inclusão e Acessibilidade

Esta edição trouxe um novo formato para o evento, no qual os alunos da UFC e o público externo puderam contribuir com apresentações de trabalhos e discussões.

Nos dias 24, 25 e 26 de maio, ocorreu a V Semana de Inclusão e Acessibilidade. O evento, organizado pela Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir, foi realizado nos auditórios Valnir Chagas (Faculdade de Educação) e Reitor Ícaro de Sousa Moreira (Centro de Ciências), nos campi Benfica e Pici, respectivamente.

Essa mudança buscou maior envolvimento e participação do público interno e externo. Para Davi Cândido, organizador e mediador do evento, “O novo formato visa permitir a troca de conhecimentos entre pesquisadores, além de apresentar o que está sendo produzido dentro e fora da UFC”.

Durante os três dias, foram apresentados projetos sobre os mais variados temas inseridos no contexto da inclusão e da acessibilidade, como “As praças do Centro de Fortaleza são espaços inclusivos?” e “Fotografia Tátil como ferramenta de inclusão cultural”.

A professora Rosemeire Barbosa, que trabalha com Atendimento Educacional Especializado e está participando pela terceira vez da Semana de Inclu-



Participantes apresentam trabalhos na V Semana de Inclusão e Acessibilidade

são e Acessibilidade, ressalta a importância dos profissionais da Pedagogia participarem de eventos como esse para complementarem sua formação e discutirem sobre o tema dentro e fora da sala de aula.

Entre os trabalhos apresentados no segundo dia, Sarah Ferreira, Aline Teixeira e Francisco Gomes, desenvolveram o projeto “Sentindo a química: propagação do ensino de química em grupos com deficientes visuais”, com orientação de Nilce Viana. A

pesquisa proporcionou o contato entre estudantes com deficiência visual do 9º ano do ensino fundamental e a química por meio da exposição à experimentação.

Francisco, que participou pela primeira vez nesta edição, destaca que esse formato de apresentações “democratiza a participação na universidade, expõe o que está sendo feito e permite também uma troca de experiências muito mais fluida e intensa”.

Ao final de cada apresentação, os participantes puderam fazer perguntas e dar contribuições. O estudante argumenta ainda que “a partir do momento em que o trabalho é exposto, a comunidade consegue maturá-lo através de críticas construtivas com base no que foi apresentado em outros projetos”. Essa troca é benéfica para o aperfeiçoamento dos trabalhos apresentados e para levantar outras questões.

A receptividade mostra que esse novo formato foi bem aceito e pôde alcançar o objetivo de promover o intercâmbio de conhecimentos em diversas áreas de pesquisa, além de dar espaço para a exposição desses trabalhos para um público amplo. ■



Público experimenta a sensação de “ver” uma fotografia tátil

Folha Acessibilidade | 4

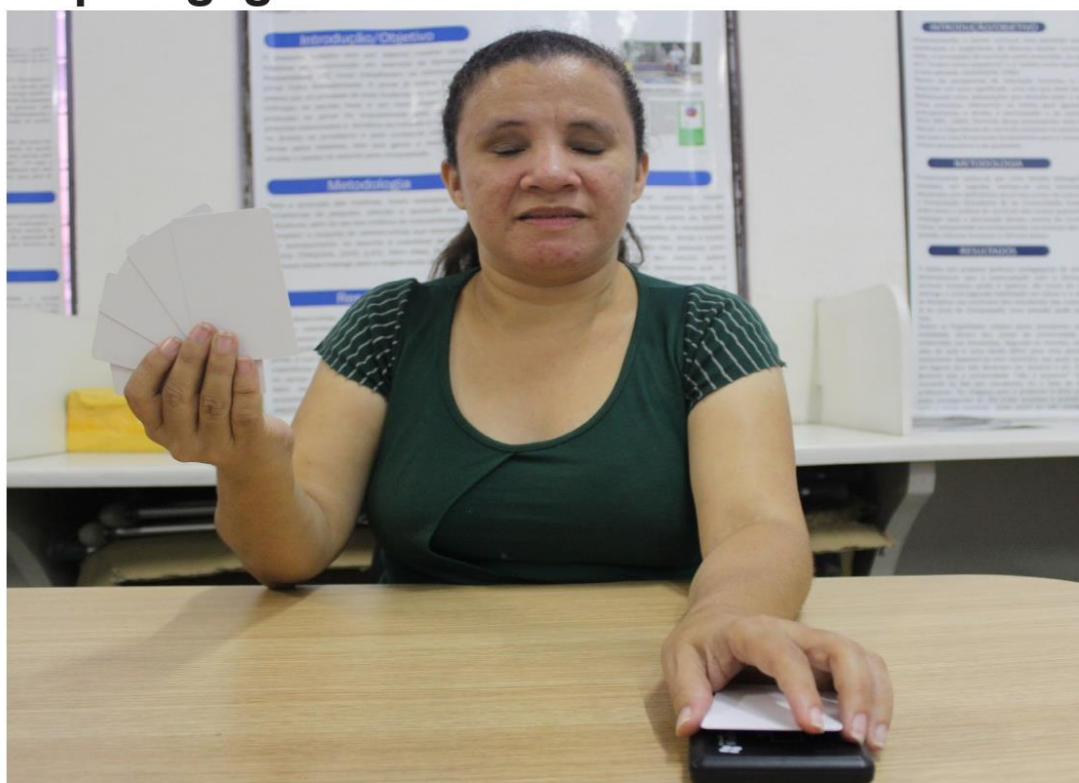
BRINCADEIRAS**Jogos analógicos acessíveis como ferramentas de pedagogia e diversão**

FOTO: LUAN CARVALHO

Maria Carlizeth com o baralho acessível

Além da tradicional recreação na quadra, a professora Betiza Falcão leva nas aulas de educação física semanais jogos de tabuleiro, cartas, jogo da memória e outros jogos conhecidos como analógicos.

A educadora física trabalha com alunos com deficiência em uma escola pública do município de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza. “A atividade física de modo geral – recreações, jogos, brincadeiras – e o fato de não estar preso só às aulas, ajuda a desenvolver algumas habilidades como coordenação motora, iniciativas de cooperação e socialização com os colegas. E é uma coisa que encanta as crianças e os adolescentes, eu vejo o interesse deles por essas ati-

vidades”, conta Betiza.

Estes e outros jogos analógicos envolvem estratégia, sorte e alguns envolvem os dois. Por isso, são importantes na pedagogia para pessoas de qualquer idade e condição. É importante também que haja não só o momento da brincadeira, mas que profissionais (psicopedagogos, psicólogos, professores etc.) analisem e avaliem a evolução dos jogadores com deficiência depois destas atividades.

Maria Carlizeth da Silva, que adquiriu a cegueira durante a infância, explica que sentia falta de jogos adaptados na época da escola, e só foi ter acesso a eles na fase adulta. Ela, agora com 43 anos, conta que, apesar do contato tardio, tanto os jogos analógicos

como os virtuais foram importantes no desenvolvimento de algumas habilidades. “Esses jogos me ajudam bastante na questão motora, na atenção; se for em computador, na questão auditiva, sem falar da diversão e a sensação de ganhar o jogo. Eles são bons tanto para o entretenimento, como para educação”, explica.

Apesar do crescimento constante do mercado de games digitais, os jogos tradicionais não perdem espaço. Em 2015, o faturamento destes jogos no Brasil foi de US\$ 231,4 milhões, crescimento de 11,2% em relação a 2014.* A pesquisa foi feita pela Euromonitor, empresa internacional de pesquisa em marketing.

Muitos desses jogos estão sen-

*Fonte: Meio Mensagem

do desenvolvidos a fim de possibilitar que pessoas com deficiência possam jogar entre si ou com pessoas sem deficiência, não prejudicando a interação. Marcações táteis, braile, Libras e Escrita de Sinais são algumas das ferramentas utilizadas para permitir a acessibilidade.

Baralho Acessível

Para Maria Carlizeth, e outras pessoas que precisam de adaptação nos jogos analógicos, surgiu o baralho acessível.

Davi Cândido, técnico em Assuntos Educacionais, idealizou o projeto em 2015 junto com o amigo Laerte Moura, técnico de Laboratório/Multimídia, depois de conversar com pessoas cegas que nunca tinham jogado baralho, e outras que deixaram de jogar depois de perder a visão na fase adulta. “A priori, foi pensado só uma sensibilização na carta com textura, com as letras maiores, para facilitar o jogo. Mas a gente viu que a carta iria ficar quase em alto relevo, o que poderia atrapalhar na hora de embaralhar”, explica Davi.

Então, percebeu-se que poderiam ser utilizadas cartas de plástico com tecnologia RFID (Identificação por Rádio Frequência, em português), o mesmo usado em carteiras de estudante, restaurantes universitários, etc. O uso da tecnologia permitiu que o relevo dos cartões ficassem mais sutis com a aplicação de adesivos, tornando-os mais práticos e esteticamente bonitos.

O sistema do jogo funciona assim: Cada jogador cego fica com um leitor de cartão que indica a ele qual é aquela carta. E há um leitor de cartão no centro para indicar aos demais jogadores qual a carta descartada. Os leitores são conectados por um cabo USB comum a um ou mais computadores.

Cada carta possui uma frequência que a identifica. Por exemplo, há uma frequência diferente para 2 de copas, 5 de paus, Às de



FOTOS: LUAN CARVALHO

Baralho acessível.

ouro, etc. O áudio é ouvido por fones de ouvido conectados aos computadores onde estão ligados os leitores.

Nos testes iniciais das cartas acessíveis, foram realizadas 4 partidas de “batidinha”, cada uma com 3 jogadores. Maria Carlizeth foi uma das primeiras pessoas com deficiência a testar o baralho. Ela fala que o novo formato do baralho ajuda porque os tradicionais com braile podem apagar os relevos ao longo do tempo. “Achei o jogo bem interessante. Primeiro usei o jogo virtual para conhecer o esquema do jogo, para depois jogar com as cartas físicas”, explica Carlizeth.

O projeto ainda se encontra em caráter experimental, mas já é considerado importante por permitir que cegos joguem independente de saberem ou não braile, além de poder ser jogado também por pessoas videntes.

“Apesar do sucesso no teste de nosso primeiro protótipo, pretendemos desenvolver uma segunda versão na qual não se faça uso de um computador pessoal ligado aos leitores. Para tanto, faremos uso da tecnologia de micro controladores tornando o jogo portátil e ágil”, completam os idealizadores do projeto. ■ Confira mais no podcast: <https://goo.gl/DNrHvh>



Xadrez acessível. Pequenos furos e o braile indicam a posição das casas. Além disso, as peças têm texturas diferentes.



Jogo da memória de texturas.

COMPORTAMENTO**Acessibilidade Atitudinal: adaptação de espaços físicos junto a inclusão sociocultural**

Perceber o outro sem preconceitos, discriminações ou estereótipos. São estas atitudes que promovem e impulsionam a quebra de obstáculos.

Acessibilidade Atitudinal é sobre comportamentos sociais e a importância do tratamento adequado às pessoas com deficiência, inclusive ao projetar espaços físicos adaptados. Algumas pessoas necessitam usar instrumentos, como bengala ou cadeira de rodas, ou uma língua, como a Libras, para participar e interagir no meio social. Por isso, deve-se pensar em como tornar espaços físicos e sociais, a fim de receber esta diversidade.

Algumas ações ainda explicitam as barreiras atitudinais presentes em nosso dia-a-dia. Por exemplo, quando alguém estaciona em vaga destinada às pessoas com deficiência; chama um cadeirante de “aleijado”; imita alguém com deficiência; não emprega uma pessoa somente por ela ter deficiência; até mesmo quando deixa de tentar ajudar uma pessoa com deficiência só porque não sabe como se aproximar. Não só a atitude errada classifica-se como barreira atitudinal, mas a simples falta de uma atitude positiva já dificulta a inclusão e a quebra de barreiras.

Espaço Físico

A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, documento mundialmente adotado (inclusive pelo Brasil) com propostas de acessibilidade, traz uma orientação para espaços físicos: o desenho universal. O conceito propõe que produtos e ambientes devam ser projetados de modo que sejam acessíveis e confortáveis a todos, seja qual for a condição ou idade dos usuários. Segundo o documento, o desenho de todos os espaços deve levar em conta dimensões sociais, históricas e antropológicas, além de aspectos de usabilidade e ergonomia.

Espaço Social

Abaixo você confere dicas sobre como agir ao encontrar pessoas com deficiência. É válido lembrar que, antes de tudo, elas são pessoas. Portanto, devem ser tratadas com respeito.

Deficiência visual

Ao encontrar-se com uma pessoa cega, toque o seu braço e se apresente antes de começar a conversa. Fale normalmente, não precisa gritar. Pergunte se ela precisa de ajuda e, caso precise, coloque a mão dela no seu ombro ou no cotovelo dobrado antes de começar a andar.



FOTO: VALERIA SOUZA

Deficiência física (cadeirante)

Nunca movimente a cadeira sem antes pedir permissão ao cadeirante. Em nenhuma hipótese estacione em uma vaga reservada a pessoas com deficiência.

Deficiência física (não cadeirante)

Mantenha muletas e ou bengalas sempre próximas da pessoa com deficiência e compreenda que pequenas barreiras podem ser grandes obstáculos, então deixe o caminho sempre livre. Se presenciar um tombo, antes de ajudar, pergunte como que fazer.

Deficiência auditiva

Evite termos pejorativos como surdinho, mudinho ou surdo-mudo. Mesmo que o surdo esteja acompanhado de um intérprete, fale sempre se dirigindo a ele. O surdo pode se comunicar com você por meio da língua de sinais, da escrita do Português ou pela leitura labial.

Deficiência intelectual

Pessoas com deficiência intelectual podem e devem trabalhar. Se for uma criança, trate-as como criança. Se for adolescente, trate-a como adolescente. Se for uma pessoa adulta, trate-a como tal. ■

CINEMA

Programa apoia conteúdo acessível no cinema

A Agência Nacional do Cinema promove projeto que garante ajuda financeira para tornar acessíveis produções cinematográficas.

FOTO: DIVULGAÇÃO



A acessibilidade para deficientes visuais e auditivos nas salas de cinema está prevista na Lei Brasileira de Inclusão, Lei 13.146 de 2015. A lei fixou um prazo máximo de quatro anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, para que as salas de cinema brasileiras ofereçam, em todas as sessões, os recursos de acessibilidade: legenda, legenda oculta, audiodescrição e Língua Brasileira de Sinais (Libras). Os recursos deverão ser organizados de maneira que permita o acesso individual ao conteúdo acessível, sem interferir na experiência dos demais espectadores.

Apesar dessa garantia estar prevista na lei, a cerca de um ano, um protesto ficou muito famoso nas redes sociais. A estudante surda Danielle Kraus, de 20 anos, queria assistir a um filme no cinema, mas não encontrou legendas nas sessões de duas animações exibidas nas salas de um shopping de São José, na Grande Florianópolis. A postagem da jovem teve mais de 33 mil compartilhamentos e motivou cobrança da OAB-SC.

Este ano, em 28 de março, a Agência Nacional do Cinema (Ancine) lançou o Programa de Apoio à Distribuição de Conteúdo Acessível no Segmento de Exibição Cinematográfica 2017. O objetivo da iniciativa é garantir que os lançamentos de pequeno porte contem com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual e auditiva. Após um período de consulta pública, a Ancine elaborou normas que dispõem sobre os critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva a serem observados pelos distribuidores e exibidores cinematográficos.

O programa vai contemplar com até R\$ 15 mil as empresas distribuidoras de produções nacionais ou estrangeiras com ocupação máxima de até 20 salas de cinema. Os apoios serão destinados às obras, nacionais ou estrangeiras, a serem exibidas comercialmente até 30 de junho de 2018.

Os recursos terão que ser utilizados exclusivamente para a execução de serviços de legendagem, legendagem descritiva, Libras e audiodescrição. Os pedidos deverão ser feitos em nome das distribuidoras ou da empresa produtora que esteja distribuindo diretamente a obra, com a exigência de que estejam com o cadastro regularizado na Ancine. ■

EU PESQUISO

Português como segunda língua para surdos

A prática da escrita através da experiência da leitura é um desenvolvimento necessário e presente na proposta bilíngue, quando se reconhece a língua brasileira de sinais - Libras, como língua oficial da comunidade surda e que possui o português como segunda língua (L2) na modalidade escrita. Visto isso, objetiva-se analisar na pesquisa, o nível de conhecimento do português como segunda língua do aluno surdo devidamente matriculado no curso de Letras Libras da Universidade Federal do Ceará. Além disso, analisar seu desenvolvimento durante 1 ano, a fim de ressaltar a importância de uma segunda língua para o indivíduo e contribuir no desenvolvimento da sua formação acadêmica no que diz respeito ao aperfeiçoamento de sua L2. A pesquisa se dá através de testes de fluência dos alunos surdos a partir de análises textuais produzidas pelos mesmos e, a partir disso, estima-se o levantamento de dados estatísticos acerca do conhecimento dos alunos surdos frente sua segunda língua. Os resultados trariam para comunidade surda acadêmica da UFC, uma pequena amostra sobre o nível em que está sua língua estrangeira e após os resultados, um caminho para buscar sempre as melhorias acerca da difusão e aperfeiçoamento da L2 dentro da comunidade surda. Portanto, mergulhados no conhecimento efetivo da língua materna e atrelado ao desenvolvimento eficaz e sólido da segunda língua, permite-se que haja um enriquecimento linguístico e uma amplitude de vocabulário e práticas de escrita.



Misael Lima

Ex-bolsista da Secretaria de Acessibilidade UFC Inctui.

TEMPO LIVRE

Filme



PARATODOS

O documentário mostra a trajetória, a vida e os desafios de atletas paralímpicos na fase de preparação para os Jogos Paralímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. Paratletas da natação, atletismo, canoagem e futebol mostram seu dia a dia, a superação, os obstáculos, as alegrias, e as tristezas de suas vidas pessoais e de seu treinamento.

Título original: Paratodos
Diretor: Marcelo Mesquita
Ano de produção: 2016
Gênero: Documentário
Duração: 110min

Agenda

Grupo de estudos

A Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir promove um grupo de estudos por meio do Projeto Acessibilidade em Ação. Os encontros acontecem mensalmente na Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir. O grupo tem como objetivo promover o conhecimento e gerar discussões sobre políticas de inclusão e acessibilidade, assim como estimular o bom convívio e relacionamento com pessoas com deficiência. Todos os alunos, professores e servidores da UFC, além de cidadãos interessados em conhecer o assunto ou se aprofundar no tema, estão convidados a participar. Não é necessário fazer inscrição prévia. Acompanhe o Facebook da Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir para mais informações.

INFORMAÇÕES

Facebook: <https://www.facebook.com/acessibilidadeufc/>
 Telefone: (85) 3366 7908
 E-mail: apoio.edu@acessibilidade.ufc.br

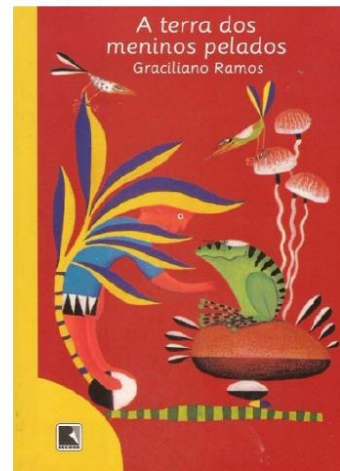


Cromossomo 21

Vitória (Adrielle Lopes Pelentir) é uma moça com Síndrome de Down e leva uma vida completamente normal. Entre as aulas de natação, piano e a faculdade, ela conhece o jovem Afonso (Luís Fernando Irgang), que não tem a deficiência, e a paixão é instantânea. Agora, os dois vão iniciar uma história de amor que nenhuma diferença conseguirá abalar.

Título original: Cromossomo 21
Diretor: Alex Duarte
Ano de produção: 2015
Gênero: Romance
Duração: 111min

Livro



A terra dos meninos pelados

O livro trata sobre o respeito às diferenças e conta a história de Raimundo, um menino careca que tem um olho azul e outro preto. Por ser considerado estranho, seus vizinhos não falam com ele e o apelidam de Raimundo Pelado. O garoto então cria um país imaginário chamado Tatipirum, onde todas as pessoas são como ele: carecas e com um olho preto e outro azul.

Título original: A terra dos meninos pelados
Autores: Graciliano Ramos
Ano: 1939 (1ª Edição)
Gênero: Conto infanto-juvenil

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
 REITOR: Henry de Holanda Campos
 DIRETORA DA SECRETARIA
 UFC INCLUI: Vanda Magalhães Leitão
 EDIÇÃO: Beatriz Carvalho / Luan Carvalho / Valéria Souza
 TEXTOS: Beatriz Carvalho / Luan Carvalho / Valéria Souza
 PROJETO GRÁFICO: Paulo Cardoso
 DIAGRAMAÇÃO: Valéria Souza / Luan Carvalho
 DISTRIBUIÇÃO: Secretaria de Acessibilidade UFC Incluir
 Av. da Universidade, 2683, Centro de Humanidades I - Benfica, Fortaleza - CE
 TELEFONES: (85) 3366 7908
 E-MAIL: ufcinclude@acessibilidade.ufc.br / apoio.edu@acessibilidade.ufc.br